

BARROS | PEREIRA

Contribuições Científicas à **CONTABILIDADE**

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS | JEFFERSON TADEU PEREIRA



EDITORA EDIFIKA

1ª EDIÇÃO COLETÂNEA

Contribuições Científicas à Contabilidade

Anderson de Almeida Barros

Jefferson Tadeu Pereira

(organizadores)



EDITORA EDIFIKA

© COPYRIGHT 2026 BY ANDERSON DE ALMEIDA BARROS & JEFFERSON TADEU PEREIRA.

(Todos os direitos reservados aos autores).

Edição: José E. C. Silva.

Diagramação: José Edson Cavalcante da Silva.

Capa: Jefferson Tadeu Pereira.

Revisão Textual: Jefferson Tadeu Pereira.



Esta obra é licenciada
sob uma Licença Creative
Commons Attribution-
ShareAlike4.0 Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Me. Maria Fabiana Brito - SEMED - Recife.
Dr^a. Elizabete Amorim de Almeida Melo - UFAL.
Dr. Jenivaldo Lisboa de Araújo – SEDUC/AL.
Dr. Elias Rocha Gonçalves – SEDUC/RJ.
Me. Luís Carlos Soares da Silva – UNEAL.



EDITORA EDFIKA

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B273c

BARROS, Anderson de Almeida e PEREIRA, Jefferson Tadeu. *Contribuições Científicas à CONTABILIDADE* – 1ª Edição / Anderson de Almeida Barros e Jefferson Tadeu Pereira. – Arapiraca / Alagoas: Editora Edfika, 2026.

222 p. In 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-85231-67-1 (*LIVRO DIGITAL*)

1. Contabilidade 2. Contribuições 3. Científicas 4. UNEAL 5. Artigos 6. Educação 7. Coletânea I. Título II. Autores.

CDD

657.8

657

<https://cuttersonline.com.br/registro/1f101d36-2e00-681a-b66d-fa163e25d663>

Índices para catálogo sistemático:

657.8 – Contabilidade governamental.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
I - Nível de Transparência dos Relatórios de Gestão Emitidos pelas Unidades de Controle Interno dos Municípios Alagoanos	5
II - Aplicação de Recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e sua Relação com o Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Sudeste Paraense.....	20
III - Desafiando o Positivismo Contábil: A Epistemologia de Raymond John Chambers.....	37
IV - Solidez Fiscal nos Entes Subnacionais: Qualidade da informação como um critério da Capag	57
V - Setor de seguros: um estudo sobre a regulação da contabilidade atuarial.....	77
VI - Contabilidade em uma Entidade Religiosa de Rondon do Pará à Luz da ITG 2002.....	97
VII - Celebração de Convênios e Contratos de Repasse com o Governo Federal: Estudo da Regularidade dos Municípios da Região Sudeste Paraense.	114
VIII - Contabilidade Digital: Um estudo da aplicabilidade de ferramentas para a otimização de rotinas em escritórios contábeis do sertão alagoano.	129
IX - Análise da percepção de estudantes do curso de ciências contábeis da UFAL – campus Santana do Ipanema, em relação às barreiras de acesso ao mercado de trabalho	153
X - Solvência das seguradoras: um estudo sobre os efeitos da covid-19	175
XI - Contabilidade Gerencial e Sustentabilidade: Evidências sobre a Produção Científica brasileira.....	203

PREFÁCIO

A Contabilidade, enquanto campo científico e prática social, tem ampliado de forma significativa o seu escopo analítico, metodológico e aplicado, acompanhando as transformações econômicas, institucionais e organizacionais que marcam a contemporaneidade. Nesse contexto, a produção científica assume papel central ao oferecer evidências empíricas, reflexões teóricas e subsídios técnicos capazes de qualificar o processo decisório, fortalecer a governança e aprimorar a transparência e o controle nas organizações públicas e privadas.

O presente livro nasce com esse propósito. Organizado a partir de cinco capítulos derivados de artigos científicos, a obra reúne estudos que dialogam com diferentes dimensões da ciência contábil, refletindo o rigor metodológico, a diversidade de abordagens e a relevância prática que caracterizam a pesquisa acadêmica contemporânea na área. Cada capítulo foi concebido de forma autônoma, mas integrado a um eixo comum: a utilização da informação contábil como instrumento de análise, avaliação e suporte à tomada de decisões.

A coletânea evidencia a maturidade da pesquisa contábil ao articular fundamentos teóricos consolidados com métodos empíricos consistentes, explorando temas que contribuem tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e institucionais. Ao transformar artigos em capítulos de livro, preserva-se o rigor acadêmico próprio das publicações científicas, ao mesmo tempo em que se amplia o alcance e a sistematização dos resultados apresentados.

Sob a organização de Anderson de Almeida Barros e Jefferson Tadeu Pereira, esta obra reflete o compromisso com a difusão do conhecimento, com a formação acadêmica qualificada e com o fortalecimento da ciência contábil no Brasil. A iniciativa de reunir pesquisas em formato de livro favorece o diálogo entre pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da área contábil e gestores interessados em compreender, de forma crítica e aplicada, os desafios e as potencialidades da Contabilidade.

Assim, este livro se apresenta como uma contribuição relevante ao debate acadêmico, oferecendo ao leitor um conjunto de estudos que estimulam a reflexão, o aprofundamento teórico e a aplicação prática do conhecimento contábil. Que a leitura dos capítulos aqui reunidos inspire novas pesquisas, fomenta discussões qualificadas e fortaleça o papel da Contabilidade como ciência essencial ao desenvolvimento institucional e social.

Os organizadores.

Nível de Transparência dos Relatórios de Gestão Emitidos pelas Unidades de Controle Interno dos Municípios Alagoanos

JEFFERSON TADEU PEREIRA

Universidade Federal de Pernambuco

FERNANDO GENTIL DE SOUZA

Universidade Federal de Pernambuco

ALOISIO MACHADO DA SILVA FILHO

Universidade Estadual de Feira de Santana

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS

Universidade Estadual de Alagoas

Resumo

O objetivo desse estudo é analisar a correlação do nível de transparência dos Relatórios de Gestão emitidos pelas Unidades de Controle Interno com características administrativas e indicadores socioeconômicos dos municípios. A adequada Prestação de Contas é um dos objetivos da gestão pública, pois contribui no suporte para a instrumentalização do controle social, atuando como instrumento de controle para os seus usuários, reduzindo a assimetria informacional (conflito de agência). Realizou-se uma pesquisa empírica para análise do nível de transparência apresentado nos Relatórios de Gestão de 2018, do poder executivo municipal, partindo da amostra de 40 municípios incluídos entre os 102 do estado de Alagoas. Para tanto, foi construído um Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (ITRG), baseado em estudos nacionais e internacionais, a fim de verificar o nível de evidenciação da informação pública apresentado nos relatórios de gestão anuais e os incentivos que afetam essa divulgação. O estudo aponta que, em média, os níveis de transparência pública dos relatórios de gestão são baixos (15,7%), não havendo contribuições significativas para o controle da administração pública. Além disso, pode-se concluir que, no geral, não existe correlação linear entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na evidenciação de informações acerca da gestão pública, segundo o coeficiente de correlação de Pearson. Por outro lado, pode-se considerar que existe correlação positiva entre a característica administrativa dos municípios que têm servidores de carreira (efetivos) lotados na unidade de controle interno e os níveis de transparência evidenciados, ou seja, investimento em pessoal, selecionados por concursos públicos, tendem a implicar em média maior nível de transparência por parte dos municípios.

Palavras-chave: Transparência Pública. Prestação de Contas. Relatório de Gestão.

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade politicamente organizada, o Estado é peça importante para a consecução do bem comum. Para alcançar este objetivo, é preciso obter recursos financeiros capazes de custear as despesas estatais, e para isso, o Estado se despe da instituição de tributos cobrados dos cidadãos em geral.

Para se alcançar um Estado Democrático de Direito se mostra importante o controle da Administração Pública, composto por um conjunto de instrumentos legais que permitem a fiscalização, orientação e revisão da atuação administrativa, garantindo que ela atue em conformidade com a legislação vigente, evitando possíveis inadequações na aplicação dos recursos públicos (Paludo, 2017).

A Constituição Federal de 1988 prevê diversos tipos de controle institucionais, além da garantia do controle social por parte da população em geral como mecanismos de democracia. Esse controle tem como fundamento básico a transparência da informação pública, que ganhou relevância, no Brasil, após a edição da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e outros normativos legais, como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) que exige a disponibilização, em tempo real, de informações públicas como: receita, despesa, salário dos servidores públicos, convênios e outros, nos portais eletrônicos nas várias esferas governamentais, e a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, que regulamenta o direito do cidadão à informação pública de forma passiva.

Vencido a linha da transparência legal, que dispõe sobre os itens básicos que devem ser publicados, a transparência pública começa a abordar outros aspectos da gestão governamental, como desempenho, pessoal, controles internos, entre outros. Essa mudança de paradigma, segundo Bairral *et al.* (2015), envolve a ampliação de novos requisitos para a responsabilização pública (public accountability), por meio de órgãos de controle, que passam a avaliar se, efetivamente, as informações públicas estão acessíveis ao cidadão por meio dos portais eletrônicos de transparência, dos relatórios fiscais e dos relatórios de gestão anuais.

Na perspectiva da teoria clássica da agência, a transparência funciona como elemento de comunicação entre o gestor público (agente) e o principal (cidadão), representando um contrato tácito que expõe a legitimidade dada ao agente para executar as atividades em prol da sociedade e, por outro lado, a capacidade do cidadão de monitorar sua realização.

Além do controle realizado pela sociedade, o Poder Legislativo Federal, e por simetria o Estadual e o Municipal, realizará, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas (caput art. 70 da CF/88). Esse controle será realizado com o apoio técnico dos Tribunais de Contas.

Instrumento importante para redução da assimetria informacional e instrumentalização do controle social, a prestação de contas anual tem seu conteúdo, no âmbito estadual e municipal, orientado por Normas dos Tribunais de Contas dos Estados, que definem as peças necessárias à análise da conformidade e do desempenho da gestão. Tal prestação de contas abrange as Demonstrações Contábeis, o Relatório de Gestão e Parecer da Unidade Central de Controle Interno que traz os resultados dos atos, entre outros documentos.

O processo de transparência no setor público se torna cada vez mais importante, haja vista a universalização de padrões e conceitos contábeis exigidos pelas International Public Sector Accounting Standards (Ipsas), compatíveis com as boas práticas de evidenciação, seja por meio de relatórios de gestão anuais, fiscais ou por portais eletrônicos, proporcionam feedback tanto para os órgãos de controle como para o cidadão. Este com o objetivo de avaliar

se os atos públicos estão sendo praticados com eficiência e conforme anseios da sociedade; aqueles como meio de fiscalizar o desempenho da gestão pública, de acordo com os princípios constitucionais vigentes (Bairral *et al.*, 2015).

Informações sobre os demonstrativos contábeis e fiscais são importantes para o relatório de gestão anual. Nesse sentido, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) funciona como instrumento da eficiência, eficácia e efetividade do controle. Para Carvalho e Ceccato (2015), o objetivo da contabilidade pública é fornecer informações confiáveis sobre o patrimônio da entidade pública, analisando e controlando não apenas o aspecto material do patrimônio, mas também sob a ótica financeira e econômica, acompanhando inclusive a execução do orçamento público, demonstrando as mutações ocorridas e os resultados obtidos em determinado período.

Apesar de a discussão sobre o tema transparência pública ser de interesse entre pesquisadores nacionais e internacionais, estudos sobre o nível de divulgação das informações públicas e as variáveis que afetam essa divulgação ainda são poucos em âmbito nacional.

A maior parte da literatura nacional aborda a transparência pública através de análises dos dados disponíveis em portais eletrônicos (web sites) e relatórios fiscais (Sacramento & Pinho, 2007; Santana, 2008; Paiva & Zuccolotto, 2009; Cruz, 2010). Contudo, essas análises se concentram em dados brutos disponibilizados, com carência da análise de relatórios de gestão que abordem informações interpretáveis pelo cidadão comum.

Logo, considerando a importância de aprimoramento dos índices de transparência pública, a pesquisa busca analisar os níveis de transparência apresentados nos relatórios de gestão anuais de 2018 de 40 municípios do estado de Alagoas, e as variáveis (sociais, institucionais e financeiras) que influenciam ou não a divulgação das informações. Para isso, se construiu um Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão, a partir da legislação e do estudo de Cruz *et al.* (2012), adaptado ao cenário dos municípios brasileiros, cuja mensuração com método de lógica binária se limitou ao conteúdo dos relatórios de gestão anuais.

A partir do exposto e do aumento da preocupação da sociedade com as contas públicas, a presente pesquisa é norteada pela seguinte questão: Quais características contribuem para explicar o nível de transparência das informações sobre a gestão pública evidenciadas nos Relatórios de Gestão emitidos pelo Órgão Central de Controle Interno municipal?

Considerando as constatações alcançadas por pesquisas de finalidades semelhantes e da literatura sobre transparência pública, foram selecionados os seguintes indicadores: PIB per capita, receita orçamentária, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Taxa de Alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e a existência ou não de servidores efetivos no órgão de controle interno.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Transparência e prestação de contas (Accountability)

Conforme o artigo 1º da Constituição Federal (CF/88), o Brasil é uma República Federativa e um Estado Democrático de Direito formado pela União inseparável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (Constituição, 1988).

Por ser uma república, a eletividade na escolha dos representantes, seja direta ou indireta; a temporalidade no exercício do poder; a representatividade popular; e o dever de

prestar contas (responsabilidade do governante) são características básicas dessa forma de governo (Paulo & Alexandrino, 2016).

Nesse sentido, a transparência pública se caracteriza como meio de transmitir todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, a fim de permitir que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores têm realizado a partir do poder de representação que lhes foi confiado (Cruz *et al.*, 2009).

A possibilidade de acompanhamento claro e transparente das finanças públicas tem como fundamento a teoria da agência, de Jensen e Meckling (1976), que se baseia em pressupostos de uma relação contratual em que o principal (sociedade) transfere a sua representatividade ao agente (gestor público) para gerir a atividade financeira do estado. Nesse contexto, a transparência minimiza os conflitos que surgem nessa relação como, por exemplo, a dificuldade de monitoramento das ações do agente.

Para Icerman e Sinason (1996) o nível de transparência na prestação de informações sobre os atos da administração pública (accountability) está relacionado basicamente a três elementos: sociopolíticos, regras de planejamento, execução orçamentária e normas de apresentação de relatórios financeiros externos. Nesse contexto, observa-se que a publicação de dados e informações sobre os atos da gestão pública não deve se restringir aos mínimos exigidos pelo ordenamento jurídico, mas além disso, considera-se necessária a divulgação de informações qualitativas que evidenciem o desempenho da gestão, por meio de programas, projetos e atingimento de metas definidas pelos gestores, tanto nos instrumentos de planejamento legais, como em instrumentos infra legais.

Apesar dos modernos recursos tecnológicos disponíveis, a transparência na gestão pública não parece ser um desafio fácil, pois exige uma política específica e cumprimento da legislação atualizada constantemente. É, portanto, um princípio a ser implementado de forma planejada que exige capacidade de autoridade pública e governança na gestão (Gomes Filho, 2005).

No Brasil, a legislação assegura alguma transparência ao definir o direito de informação e ao impor um determinado padrão ético à administração pública em todas as esferas de poder governamental, em todos os níveis federativos (Gomes Filho, 2005).

A publicidade na administração pública brasileira está estabelecida como princípio no artigo 37 da CF/88 e detalhada em seu § 1º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

O dever de prestar contas se baseia no princípio fundamental do Estado Republicano, e é neste ponto que se baseia esse artigo: no dever de prestar contas (responsabilidade do governante) à sociedade de forma efetiva e consequentemente no controle das contas públicas, seja ela de forma direta ou indireta. Para Nakagawa (1993), accountability é “a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”.

Nesse sentido, a Constituição Federal, visando dar efetividade a esse princípio republicano no âmbito municipal, prescreve no parágrafo 3º, do artigo 31, que as contas dos municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte,

para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei (Constituição, 1988).

Visando dar mais efetividade a regra supracitada, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000, de 4 de maio de 2000) em seu artigo 49 estabelece que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

O dever de prestar contas corrobora a ideia de que o Estado, por meio da Administração Pública, é mero gestor da coisa do povo, motivo pelo qual está sujeito a controles, conforme diz Paludo (2017):

A Administração Pública está sujeita a controles, porque ela não é titular da coisa pública – a titularidade pertence ao povo –, portanto, o gestor da coisa pública está gerindo coisa alheia e, por isso deve prestar contas de sua atuação aos órgãos competentes e à sociedade (2016, p. 491).

A prestação de contas anual tem seu conteúdo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, orientado por Normas de Execução dos Tribunais de Contas estaduais. Tal prestação de contas abrange o Relatório de Gestão, as Demonstrações Contábeis e o parecer da unidade de controle interno, entre outros documentos. As informações exigidas no processo de prestação de contas anuais se fundamentam nos documentos mínimos necessários para controle da administração pública.

Esses dois documentos (Relatório de Gestão e o Parecer do Controle Interno) destacam-se dos demais, porque aquele é o documento que além de encabeçar a Prestação de contas anual de cada órgão jurisdicionado também possui extrema relevância por sua completude em seus diversos aspectos de informação e este por ser o documento que sintetiza e materializa a opinião do Controle Interno sobre a regularidade das contas públicas, sendo, portanto, ambos instrumentos de transparência da gestão fiscal conforme preconiza o art. 38 da Lei Complementar de 4 de maio de 2000:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (Brasil, 2000, [s.p.]).

O Relatório de Gestão emitido pelo controle interno se destaca como instrumento capaz de evidenciar os dados a partir da geração de informações. Lima (2015) considera o Relatório de Gestão como um complexo de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial estruturados para possibilitar a visão sistemática do desempenho, e da conformidade da gestão pelos responsáveis por unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro.

Nesse sentido, Bairral *et al.* (2015) entende que os relatórios de gestão anuais são um dos mecanismos utilizados pela administração pública para concretizar a responsabilização dos atos públicos em relação à sociedade. Refere-se a uma exigência normativa aplicável a todas as entidades (públicas ou privadas) que gerem recursos públicos, e se constituem numa das peças primordiais do processo de prestação de contas estabelecido pelos órgãos de controle (Controladoria Geral da União — CGU, Tribunal de Contas da União — TCU e Tribunais de Contas dos Estados).

A maioria dos órgãos de controle regulamenta, periodicamente, o formato do Relatório de Gestão, definindo seu conteúdo obrigatório e sua forma de apresentação. Contudo, há

lacunas quanto a evidenciação de informações voluntárias, além da falta de regulamentação das informações obrigatórios por alguns Tribunais de Contas estaduais. Essas lacunas proporcionam o aumento da assimetria informacional, baixo nível de evidenciação e a dificuldade de entendimento da gestão pública pelo cidadão.

Essas ferramentas de transparência e consequentemente auxiliam os diversos níveis de controles existentes, sejam ele interno, externo e principalmente o social que é aquele realizado na maioria das vezes pelos cidadãos comuns que não possuem conhecimento técnico avançado em matéria de finanças públicas necessitando, pois, de informações sistematizadas que o façam compreender a real situação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da entidade pública.

2.2. Controle da Administração Pública

Na administração pública, o controle é exercido em decorrência de diversas imposições constitucionais e legais. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 70 as formas ou tipos, a abrangência e a estrutura do controle da administração pública a nível federal:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (Constituição, 1988, [s.p.]).

No art. 31, a Magna Carta prescreve que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, tratando-se então da estrutura do controle institucional no âmbito municipal (Constituição, 1988).

Seja qual for a esfera de governo, o controle externo exercido pelos poderes legislativos será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas correspondente. No caso municipal, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Não obstante o controle externo exercido pelos órgãos legislativos com o auxílio dos Tribunais de Contas, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Esse sistema de controle interno, conforme a CF 88 em seu artigo 74 terão as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. (Constituição, 1988, [s.p.]).

Assim, o controle interno é orientado para realizar a auto avaliação da administração (com suas limitações usuais); abrange preocupações de ordem gerencial (eficiência), programática (eficácia e convergência) e administrativo-legal (conformidade) (Carvalho & Flores, 2007).

Destaca-se que a finalidade/atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional torna o sistema de controle interno elo entre os órgãos de controle externo e o órgão ou ente controlado, e que em termos práticos se materializa, entre outros objetos, pelo fornecimento de informações aqueles.

Essa função, dentre outras formas, é realizada pelo encaminhamento ou colocação à disposição do Tribunal de Contas de informações de interesse desse órgão e pela emissão de parecer sobre as contas prestadas anualmente pelos responsáveis por recursos públicos.

Por outro lado, o controle interno pode ser entendido não apenas como um fiscal da atuação governamental, mas também como aliado ao gestor público. Para Carvalho e Flores (2007), um sistema de controle interno bem estruturado e ativo certamente auxiliará o gestor, possibilitando-lhe uma visão ampla das situações que envolvem a administração, recomendando que sejam realizados ajustes e correções que venham a evitar o desperdício ou desvio do dinheiro público. Ainda para os autores, o controle interno pode ser considerado o instrumento mais eficaz, dentre todos, no combate à corrupção.

Outro destaque dentre as funções do controle interno é capacidade de fomentar o controle social, através de mecanismo de transparência e capacitação da sociedade. Nesse sentido, o controle interno geralmente funciona como instância de monitoramento da transparência pública, através do gerenciamento de canais de transparência ativa (portais eletrônicos de transparência), transparência passiva (ouvidorias, e-sic, etc.) e relatórios emitidos (Relatório de Gestão, de auditorias, etc.).

Para Loureiro *et al.* (2012), nos últimos anos, os órgãos de controle interno, a exemplo da Controladoria Geral da União – CGU, passou a atuar como indutor e fortalecedor do controle social, ou seja, da participação da sociedade civil no controle da administração pública, contribuindo decisivamente para a institucionalização desse processo através de várias iniciativas, como a formação técnica de conselheiros e a iniciativa da organização de conferências sobre controle social.

Segundo Paludo (2015), o controle popular (ou social) compreende os mecanismos de controle que a sociedade dispõe para fiscalizar a atuação do Estado, ou seja, são todos os instrumentos que a sociedade dispõe para fiscalizar os recursos públicos geridos pelos administradores públicos.

Com o advento da Constituição de 88, multiplicaram-se os instrumentos de controle social previstos em diversas normas. Para Lima (2015), um dos mais importantes instrumentos de controle social é o previsto no parágrafo 2º do artigo 74 da CF 88 que diz respeito à possibilidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os órgãos de controle externo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Perfil da amostra da pesquisa e coleta de dados

De acordo com os dados divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), por meio do portal “Consulta Pública Prestação de Contas”, dos 102 municípios alagoanos, 98 encaminharam a prestação de Contas de Gestão do exercício 2018 de forma tempestiva, e 4 intempestivamente. Em relação às Contas de Governo, 100 municípios prestaram as informações dentro do prazo, e 2 não cumpriram. Neste estudo optou-se por estudar os municípios que tenham encaminhado ao TCE/AL, no exercício 2018, junto a

prestação de contas anual, o relatório de gestão da Unidade Executora do Controle Interno. Dessa forma, foram incluídos 40 municípios que cumpriram com os normativos legais e encaminharam o relatório de gestão, além do parecer, de acordo com dados do TCE/AL. Os 40 municípios alagoanos representam uma amostra não probabilística e por acessibilidade aos dados.

Os Relatórios de Gestão utilizados para coleta de dados foram baixados do portal “Consulta Pública Prestação de Contas”, através de consulta por Ano Base (2018), Esfera (municipal), Tipo UG (prefeitura) e por Municípios (individualmente). Foram considerados apenas os Relatórios anexos a prestação de contas de gestão.

3.2. Construção do Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão - ITRG

O instrumento de coleta de dados para construção do Índice de Transparência Relatórios de Gestão (ITRG) foi baseado exclusivamente no conteúdo dos relatórios de gestão emitidos pelo controle interno, tendo como base a Instrução Normativa nº 03, de 2011, do TCE/AL, que define as áreas e ações da competência das unidades executoras do controle interno a serem acompanhadas pelo órgão central do sistema de controle interno do poder executivo e, no que couber, do poder legislativo municipal. Como a Instrução Normativa do TCE contém itens que ainda não são comuns ao contexto dos municípios alagoanos, alguns itens foram excluídos e outros inseridos. Os itens inseridos têm como referência a composição do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M), definidos no estudo de Cruz *et al.* (2012) a partir do Índice de transparência de los ayuntamientos (ITA), desenvolvido pelo comitê espanhol da organização Transparência Internacional para análise da transparência em meio eletrônico de municípios espanhóis.

O instrumento de coleta de dados foi organizado em seis categorias de informações para facilitar o registro, organização, padronização e análise dos dados, conforme apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Categorias de informações constantes do ITRG

Código	Categorias de Informações	Pontuação Máxima	Objetivos da divulgação
C1	Informações sobre a Estrutura Administrativa	5	Disponibilizar ao cidadão informações básicas sobre estrutura administrativa municipal e os respectivos ocupantes dos cargos diretivos.
C2	Informações sobre os instrumentos de planejamento municipal	18	Disponibilizar ao cidadão informações sobre os instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA) que orientam a gestão orçamentária (receitas e despesas).
C3	Informações sobre a execução orçamentária/financeira	26	Prover ao cidadão informações sobre a execução orçamentária/financeira.
C4	Informações sobre a gestão fiscal	17	Disponibilizar ao cidadão informações sobre a gestão fiscal e o cumprimento dos limites legais e constitucionais.
C5	Informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão do Controle Interno	15	Disponibilizar ao cidadão informações sobre a gestão da Unidade Central de Controle Interno, por meio de dados qualitativos e quantitativos.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Por conseguinte, o Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (ITRG) pode ser representado pela seguinte expressão:

$$\text{ITRG} = \sum C1 + \sum C2 + \sum C3 + \sum C4 + \sum C5$$

Os itens que compõem o instrumento de coleta de dados foram considerados a partir de uma lógica binária, ou seja, a sua existência no relatório de gestão leva a pontuação 1 (um) e a não existência, a pontuação 0 (zero).

3.3. Variáveis e Hipóteses

Para esta pesquisa foram selecionados os seguintes indicadores como variáveis explicativas: PIB per capita, IDH-M, Taxa de Alfabetização e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O objetivo é que os mesmos possam, de alguma forma, refletir as condições econômicas e sociais dos municípios pesquisados. As demais variáveis analisadas no presente estudo são: Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (variável dependente), receita orçamentária e servidores efetivos (variáveis explicativas). A tabela a seguir resume as variáveis consideradas neste estudo.

Tabela 2 – Resumo das variáveis utilizadas no estudo

Variáveis	Indicador	Descrição
Dependente	Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão - ITRG	Variável de natureza quantitativa que pode variar de 0 a 81, que consiste no score resultante da aplicação do instrumento de coleta de dados proposto nos Relatórios de Gestão do Controle Interno municipal.
Independente	PIB <i>per capita</i>	Indicador do nível de atividade econômica do município.
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Índice que mede o nível de desenvolvimento humano de um município a partir de indicadores de educação, longevidade e renda.
	Taxa de alfabetização	Percentual das pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas; indica o nível educacional de uma população.
	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	Índice que tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros.
	Receita Orçamentária	É o total arrecadado pelo município em tributos, contribuições, receitas de serviços, transferências e outros em 2018; representa a capacidade de geração de receitas do município.
	Servidores efetivos	Total de servidores de carreira (efetivos) no órgão central de controle interno municipal.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Com base nessas variáveis, propõe-se as seguintes hipóteses:

H₁: O ITRG tem correlação positiva com o PIB per capita do município.

H₂: O ITRG tem correlação positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do município.

H₃: O ITRG tem correlação positiva com a Taxa de alfabetização do município.

H₄: O ITRG tem correlação positiva com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do município.

H₅: O ITRG tem correlação positiva com a Receita Orçamentária do município.

H₆: O ITRG tem correlação positiva com a existência de servidores efetivos na unidade de controle interno do município.

Admite-se que a principal limitação dessa pesquisa se relaciona com a construção do modelo de investigação para o Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (variável dependente). A definição do que deve ser incluído nos Relatórios de Gestão das Unidades de Controle Interno Municipal sobre gestão pública para que ele seja considerado transparente é uma questão passível de discussão. Ainda que a escolha das informações para o modelo de investigação tenha considerado a característica de se referir a informações que tratem da atuação e dos resultados da gestão pública municipal, com o modelo adotado, foi assumido o risco de deixar de fora outras informações que também podem ser relevantes. Ademais, não foi determinada uma ponderação sobre a relevância das informações para a transparência da gestão pública municipal. No modelo adotado, buscou-se apenas quantificar as informações evidenciadas nos Relatórios dos municípios.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo tem como objetivo verificar a possível existência de correlação entre o Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão e alguns indicadores sociais e econômicos dos municípios do Estado Alagoas. A amostra da pesquisa é composta por 40 (quarenta) municípios. Para analisar a relação entre as variáveis estudadas, foi empregada a técnica de correlação linear simples, com a utilização do programa Excel 2013, da Microsoft 365. Um dos objetivos iniciais dessa pesquisa foi avaliar o nível de transparência do Relatório de Gestão emitido pelo controle interno dos municípios do Estado de Alagoas. A Tabela 3 apresenta estatísticas descritivas das variáveis de pesquisa.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coef. de Variação de Pearson (%)	Coef. de Assimetria	Coef. de Curtose
ITRG	12,75	9,25	0	41,00	72,56	1,64	3,19
PIB per capita (<i>ln</i>)	4,09	0,24	3,80	5,01	5,87	1,72	4,38
IDH-M	0,57	0,04	0,51	0,72	7,59	1,26	2,23
Taxa de alfabetização	60,18	7,78	46,00	84,10	12,93	0,70	1,14

IFDM	0,59	0,05	0,48	0,70	9,15	0,09	-0,37
Receita Orçamentária (<i>ln</i>)	7,79	0,43	7,26	9,37	5,46	1,56	3,82
Servidores efetivos	0,40	0,95	0	5	237,50	3,36	13,58

Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Na tabela acima, observa-se que, de acordo com o modelo de investigação utilizado, a evidencição das informações no Relatório de Gestão apresenta valores considerados baixos. Pelo modelo de investigação adotado, o atendimento a todos os itens apresentados daria ao município um total de 81 pontos; mas, o valor máximo observado foi 41, ou seja, o município que apresentou maior transparência atendeu a metade dos itens listados no modelo. Além disso, as medidas de dispersão relativas indicam que há elevada dispersão em relação ao índice de transparência observado nos municípios da amostra. Esses resultados são consistentes com estudos anteriores, como Cruz *et al.* (2009) e Cruz *et al.* (2012).

Chama atenção, ainda, que a média de servidores efetivos é de 0,4, ou seja, menos de 1 (um) servidor por município. A moda para a variável tem a nota zero, fato encontrado em 31 observações, indicando que 77,5% dos municípios avaliados não tinham nenhum servidor de carreira (efetivo) atuando nos órgãos de controle interno. Isso demonstra uma possível relação de nível de qualidade dos Relatórios de Gestão com o perfil técnico dos servidores, haja vista que a maioria dos servidores destas unidades são comissionados, de livre nomeação pelo gestor, inibindo de alguma forma a atuação independente e técnica dos órgãos de controle interno municipal.

A tabela 4 apresenta os itens de divulgação pública, por categoria, nos 40 relatórios de gestão anuais de 2018. Observa-se que as 5 (cinco) categorias alcançaram uma divulgação abaixo de 25%, relativo aos potenciais itens de divulgação, confirmando a baixa transparência da informação no setor público brasileiro (Tabela 4).

Tabela 4 - Análise da composição do índice de transparência pública federal por categoria

Categoria de evidencição	Total possível (a)	Total evidenciado (b)	Razão (b/a)
Informações sobre a Estrutura Administrativa	200	14	0,07
Informações sobre os instrumentos de planejamento municipal	720	157	0,22
Informações sobre a execução orçamentária/financeira	1040	153	0,15
Informações sobre a gestão fiscal	680	151	0,22
Informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão do Controle Interno	600	35	0,06

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

As categorias informações sobre os instrumentos de planejamento municipal e informações sobre a gestão fiscal apresentaram os maiores níveis de divulgação (22%). Merece destaque, na categoria dos instrumentos de planejamento, o item mais citado foi a Lei Orçamentária Anual, com referência a receita total prevista e a despesa total fixada. Já em relação a categoria sobre a gestão fiscal, os itens mais citados foram: limite da despesa com pessoal e aplicação do mínimo em Educação e Saúde.

Notadamente, a categoria de informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão das atividades do Controle Interno revelou o menor nível de divulgação (6%). A baixa evidencição é consistente com os achados de Bairral *et al.* (2015).

Todas as variáveis foram submetidas a testes de correlação, para medir se há e qual o nível de correlação linear entre as variáveis envolvidas, a fim de testar as hipóteses desta pesquisa. A tabela 3 resume os coeficientes de correlação (matriz de correlação).

Tabela 3 – Coeficientes r de Pearson							
	ITRG	PIB	IDH	TA	IFDM	Receita Orçamentária	Servidores Efetivos
ITRG	1						
PIB	0,137432	1					
IDH	0,240439	0,266142	1				
TA	0,182197	0,175546	0,881523	1			
IFDM	0,130383	0,295994	0,525025	0,465236	1		
Rec. Orçamentária	0,456785	0,129120	0,679783	0,603949	0,401470	1	
Serv. Efetivos	0,565717	0,097730	0,417605	0,360586	0,262324	0,748827	1

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Conforme Mukaka (2012), de forma geral, para os coeficientes r de Pearson, valores entre 0 e 0,3 (ou 0 e -0,3) indicam uma correlação desprezível; entre 0,31 e 0,5 (ou -0,31 e 0,5) indica correlações fracas; entre 0,51 e 0,7 (ou -0,51 e -0,7) indicam uma correlação moderada; entre 0,71 e 0,9 (ou -0,71 e 0,9) são correlações fortes; e > 0,9 (ou < -0,9) são consideradas muito fortes. Contudo, cada teste de correlação apresenta um coeficiente individualizado, que demanda uma interpretação própria.

Partindo para a análise dos coeficientes, observa-se que a maioria das variáveis explicativas demonstra uma correlação desprezível, não indicando um relacionamento significativo com a variável dependente (ITRG). Nesse sentido, não se pode concluir que o Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (ITRG) tem relação positiva com as variáveis PIB, IDH, TA e IFDM, individualmente, segundo as hipóteses H1, H2, H3 e H4, respectivamente. Apesar disso, observa-se que as variáveis explicativas estão todas positivamente relacionadas com a variável dependente (ITRG), não existindo sinal negativo em nenhum coeficiente de correlação, indicando que acréscimos ou decréscimos em uma variável acarretarão incrementos na mesma direção na variável correlacionada.

Por outro lado, observa-se que as variáveis Receita Orçamentária e Servidores Efetivos indicam certa correlação com a variável (ITRG). O total da Receita Orçamentária arrecadado pelos municípios evidencia um coeficiente de correlação de 0,46 em relação ao ITRG, corroborando com o estudo de Cruz (2010). Apesar do coeficiente ser considerado fraco, e não ser possível confirmar a H5, destaca-se a importância da avaliação do total da receita, já que em média quanto maior o orçamento, maior será a capacidade de investimento no sistema de controle interno municipal, como a contratação de servidores efetivos, por meio de concurso público, para recrutar o melhor perfil técnico para os cargos de carreira na área, aumentando a capacidade de desenvolver ferramentas e relatórios que elevem os níveis de transparência pública. Essa relação de servidores efetivos com o nível de transparência pode ser evidenciada com o coeficiente de correlação linear de 0,56 evidenciado na tabela 3, que indica uma correlação linear moderada entre o nível de transparência dos Relatórios de Gestão e o número de servidores de carreira (efetivos) nos órgãos centrais de controle interno dos municípios, conforme H6. Esse resultado é análogo a Ingram (1984) e Cheng (1992), que apontam que o profissionalismo público (treinamento, salários, expertise técnica e formação educacional) influencia de forma positiva a extensão e a qualidade da divulgação da informação no setor

público. No sistema jurídico brasileiro, esse resultado pode significar que as entidades públicas com investimentos em quadros de pessoal efetivos, selecionados por concursos públicos, tendem a ser mais transparentes nas práticas de evidenciação de informações públicas no Relatório de Gestão emitido pelo órgão central de controle interno.

5. CONCLUSÕES

A proposta desta pesquisa foi compreender, à luz do problema de pesquisa levantado, o nível de transparência das informações acerca da gestão pública evidenciadas no Relatório de Gestão emitido pelo sistema de controle interno dos municípios alagoanos e quais características administrativas e indicadores socioeconômicos dos municípios podem estar correlacionados linearmente com o nível de transparência observado. A amostra é composta por 40 municípios incluídos entre os 102 do estado de Alagoas. A característica administrativa selecionada dos municípios foi o número de servidores efetivos na unidade de controle interno, e os indicadores foram: PIB per capita, IDH, taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e receita orçamentária.

Tendo em vista o dever de prestar contas, que se baseia no princípio fundamental do Estado Republicano, entende-se que a accountability governamental se materializa a partir da divulgação de informações claras e tempestivas sobre o resultado da atuação do gestor. Essas informações não devem se restringir aos mínimos exigidos pelo ordenamento jurídico, mas além disso, considera-se importante a divulgação de informações qualitativas, que evidenciam o desempenho da gestão e suas implicações para a sociedade.

A fim de atingir os objetivos desse estudo, os níveis de transparência das informações acerca da gestão pública nos Relatórios de Gestão dos municípios alagoanos foram levantados mediante a construção de um modelo de investigação denominado de Índice de Transparência dos Relatórios de Gestão (ITRG). Esse índice foi elaborado com base na Instrução Normativa nº 03/2011 (TCE/AL), na legislação brasileira aplicável e experiências de pesquisas anteriores de natureza semelhante realizadas no Brasil e no exterior.

Os itens que compõem o ITRG foram organizados em seis categorias de acordo com as características das informações. As categorias foram as seguintes: Informações sobre a Estrutura Administrativa; Informações sobre os instrumentos de planejamento municipal; Informações sobre a execução orçamentária/financeira; Informações sobre a gestão fiscal; Informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão do Controle Interno.

De acordo com a pontuação levantada, a partir do modelo de investigação utilizado, constatou-se que a evidenciação das informações no Relatório de Gestão apresenta valores considerados baixos. A média geral do índice de transparência (ITRG) foi 12,75 pontos. Sendo 81 a pontuação máxima possível, observou-se que 2 (dois) municípios não pontuaram e o município com maior índice atingiu 41 pontos (50,61%), ou seja, os municípios da amostra ficaram com índices abaixo da metade da pontuação possível.

Com fundamento nos resultados apresentados, pode-se considerar que, no geral, não existe correlação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na evidenciação de informações acerca da gestão pública observados nos Relatórios de Gestão dos municípios alagoanos que compõem a amostra desse estudo. Por outro lado, pode-se considerar que existe correlação positiva entre a característica administrativa dos municípios que têm servidores de carreira (efetivos) e os níveis de transparência evidenciados, ou seja, investimento em pessoal, selecionados por concursos públicos, tendem a implicar em média maior nível de transparência por parte dos municípios.

Tais conclusões se restringem à amostra e ao período analisado. A expectativa é que esta pesquisa incentive estudos futuros que contribuam com o aperfeiçoamento da evidenciação das informações nos relatórios de gestão, ampliando a amostra em outros municípios brasileiros e aplicando testes estatísticos capazes de releva conhecimento em relação ao objetivo de estudo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Lei nº 5.604 (1994). Dispõe sobre a lei orgânica do tribunal de contas do estado de alagoas e dá outras providências. Alagoas. Recuperado em 14 de dezembro de 2021.

Bairral, M. A. C., Silva, A. H. C., & Alves, F. J. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, v. 49, p. 643-675.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 14 de dezembro de 2021.

Lei complementar nº 101. Brasil (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Brasília. Recuperado em 14 de dezembro de 2021.

Cavalheiro, J. B., & Flores, P. C. (2007). A organização do sistema de controle interno municipal. *CRC/RS*, n. 4.

Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. In: *ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO*, II, Recife,. Anais. Anpad.

Cruz, C. F. (2010). Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. Dissertação (mestrado em ciências contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cruz, C. F., de Sousa Ferreira, A. C., da Silva, L. M., & da Silva Macedo, M. Á. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública-RAP*, 46(1), 153-176.

Gomes Filho, A. B. (2005, October). O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública* (pp. 18-21).

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.

Lima, L. H. (2015). *Controle Externo*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO.

Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Olivieri, C., & Teixeira, M. A. C. (2012). Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 17(60).

Mukaka, M. M. (2012). A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. *Malawi medical journal*, 24(3), 69-71.

Nakagawa, M. (1993). Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação. In *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação* (pp. 104-104).

Oliveira, D. F. D. (2017). Proposta para implementação da Controladoria Geral do Município de Maceió.

Paiva, C. P., & Zuccolotto, R. (2009). Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. *Encontro da ANPAD, XXXIII*, São Paulo.

Paludo, A. V. (2016). *Administração Pública*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO.

Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. (2007). Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 1(1), 48-61.

Santana Junior, J. J. B. D. (2008). Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. *Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis*, Recife.

Resolução normativa nº 001 (2016) . Dispõe sobre o rol de documentos que compõe as prestações de contas anuais de governo e de gestão a serem encaminhados ao tribunal de contas do estado de alagoas. *Tribunal de Contas do Estado de Alagoas*.

Aplicação de Recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e sua Relação com o Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Sudeste Paraense.

PATRÍCIA MAGALHÃES

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

JARDSON EDSON GUEDES DA SILVA ALMEIDA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS

Universidade Estadual de Alagoas

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a relação entre a aplicação de recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH nos municípios do sudeste paraense. Diante disso, o estudo utilizou-se de pesquisa exploratória e descritiva, realizada por meio de pesquisa documental. O trabalho teve como objeto de estudo os 39 municípios do sudeste paraense. Coletaram-se as informações relativas aos gastos com o Programa de ACS, por meio da página do Fundo Nacional de Saúde, correspondentes aos anos de 2000 a 2010. Os dados foram tabulados e tratados por meio de planilha Excel e estatística descritiva. Após os dados tabulados, fez-se uso da Análise Envoltória de Dados (do inglês *Data Envelopment Analysis* – DEA), no intuito de determinar a curva de eficiência através de programação matemática de otimização, na qual a unidade mais eficiente possui eficiência igual a 1 ou 100%, o que possibilita medir o nível de eficiência das demais e compará-las com as unidades com melhor desempenho. Com base na análise dos dados pesquisados, percebeu-se que não existe relação entre os respectivos gastos e o IDH, pois, não necessariamente os municípios que mais gastaram foram aqueles que obtiveram melhores notas no indicador.

Palavras-chave: Agentes Comunitários de Saúde. Transferências Governamentais. IDH.

1. Introdução

A gestão pública conta com uma série de investimentos necessários para garantir o crescimento e desenvolvimento contínuo, eficaz e eficiente de um País. Alguns destes investimentos estão diretamente ligados à questão de infraestrutura, outros, no entanto, estão relacionados aos desenvolvimentos de políticas sociais que buscam a melhoria na qualidade de vida da população, como por exemplo aqueles vinculados à saúde, educação e assistência social.

O investimento em saúde pública é fundamental haja vista se tratar de setor estratégico para o desenvolvimento humano, garantindo, ao mesmo tempo, inclusão social e geração de trabalho. Para tanto, os gestores públicos necessitam planejar a forma de alocação de recursos públicos nesta área.

Existem diversos projetos específicos para a área de saúde no Brasil, como por exemplo: Programa de Assistência Farmacêutica Básica, Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal, Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, Piso Fixo de Vigilância em Saúde, Piso Fixo de Vigilância Sanitária, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Tratamento Fora do Domicílio – TFD, entre inúmeros outros.

Além de tais recursos, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que 15% da receita líquida de impostos dos municípios deve ser aplicado na área da saúde pública (BRASIL, 1988). São recursos a serem aplicados em áreas não contempladas pelos diversos programas acima elencados e/ou em áreas por eles não abrangidas.

De acordo com dados do IBGE, o consumo final de bens e serviços de saúde, em 2014, totalizou R\$ 450 bilhões de reais, o que equivale a 10% do PIB no referido ano, sendo que este foi o maior investimento já registrado, evidenciando que as práticas de investimento em saúde pública do estado brasileiro ainda estão tardias e insuficientes, levando-se em consideração a aplicação constitucional requerida. (IBGE, 2014)

Ao longo dos anos, desde que a saúde foi instituída no país como um direito de todos e um dever do Estado e operada por meio do Sistema Único de Saúde –SUS, os gestores deste sistema vêm atribuindo ênfase à mudança do modelo de atenção à saúde, priorizando o nível de atenção básica. Nesse período de existência do SUS, vários modelos assistenciais foram implementados nas diversas localidades, tais como a "vigilância em saúde", "ações programáticas de saúde", "saúde da família", etc. (MENDES, 2005)

Os investimentos em saúde objetivam assegurar o acesso, a qualidade e a equidade da atenção à saúde da população, a valorização dos profissionais de saúde e o aprimoramento da gestão da saúde.

As regras vigentes preveem o atendimento das especificidades das regiões. A Lei Complementar nº 141/2012, art. 17, e a Lei nº 8.080/1990, art. 35, fixam as regras para o estabelecimento de valores a serem distribuídos por estados, municípios e Distrito Federal, que, combinados, podem gerar fórmulas de cálculo que atendam às peculiaridades das diversas linhas de investimento e às diferentes necessidades oriundas da heterogeneidade das regiões, estados e municípios brasileiros. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017)

A lei ainda determina que o Fundo de Saúde seja instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios e o reconhece como unidade orçamentária e gestora exclusiva dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Nota-se que a década de 90 foi marcada por grande investimento do Ministério da Saúde (MS) na universalização da atenção básica (MARQUES; MENDES, 2002). Entre tais investimentos, destaca-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, criado em 1991 através de convênios entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, visando reduzir os alarmantes indicadores de morbimortalidade infantil e materna.

A implantação ocorreu inicialmente, na região nordeste, até mesmo porque na referida região existiam experiências significativas para a criação do PACS. A implantação deste programa teve impacto significativo, quando comparado a regiões não cobertas pelo programa (BRASIL, 1994).

Diversas são as políticas públicas na área de saúde desenvolvidas pelos gestores públicos brasileiros, porém, o conceito de Promoção da Saúde, hoje vigente, traz a combinação entre ações do Estado, comunidade, indivíduos, sistema de saúde e parcerias Intersetoriais, o que caracteriza a responsabilização múltipla, em relação aos problemas e soluções (SUCUPIRA; MENDES, 2003).

Nesse sentido, para que seja possível garantir uma qualidade de vida saudável, faz-se necessário não só proporcionar a recuperação da saúde ao cidadão, mas sobretudo, a promoção e proteção da mesma, através de políticas públicas de prevenção.

Desse modo, é possível perceber que uma vida longa está atrelada a sua qualidade, considerando que quanto melhor as condições e o ambiente em que está inserido o indivíduo, maiores serão seus anos de vida.

Tal relação é reconhecida pela Organização das Nações Unidas - ONU, ao utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que consiste no índice que utiliza certos critérios de avaliação (renda, longevidade e educação) para medir o desenvolvimento humano em centenas de países.

Logo, fica notória a necessidade de investimentos na área da saúde pública, especialmente em iniciativas como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), tendo em vista que tais programas contribuem diretamente com a proteção e promoção da saúde, corroborando com os objetivos do Estado de proporcionar uma vida de boa qualidade para os seus cidadãos.

Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância social, atualidade e, principalmente, pela inexistência de pesquisas relacionadas a investimentos públicos em programas de prevenção a saúde pública na região Sudeste do Pará. Este trabalho subsidiará novas pesquisas, bem como contribuirá com acadêmicos e profissionais da área contábil. Da mesma forma, apresentará informações à sociedade em relação à situação dos municípios objeto de estudo.

Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão-problema: Existe relação entre a aplicação de recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e o Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do sudeste paraense?

Assim o presente trabalho tem como objetivo identificar a relação entre a aplicação de recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e o Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do sudeste paraense.

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados às Transferências de Recursos Entre Entes Federativos Brasileiros, Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Índice de Desenvolvimento Humano. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta

trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Transferências de Recursos Entre Entes Federativos Brasileiros

O período de redemocratização brasileira compreendido entre os anos 1975 e 1985 trouxe por meio da Constituição de 1988 a chamada “reestruturação” do estado brasileiro em bases democráticas, federativas e redistributivas, também conhecido como federalismo, em oposição ao centralismo e a concentração de renda que já vinham sendo exercidos. Tal descentralização significou a retomada do autogoverno dos estados e municípios que passaram a estabelecer seus próprios governos, bem como significou lograr o município à condição de terceiro ente federativo, algo inimaginável até então (SOARES, 2012).

O âmbito do federalismo estabelece e ressalta que deve haver segregação de competências entre os entes federativos, de forma que, as atribuições de cada ente federativo no sistema tributário e os mecanismos de distribuição de receita estão determinados e separados de forma evidente na Carta Constitucional de 1988.

Nota-se que a referida Lei Maior não se restringe a disciplinar a arrecadação de cada ente, mas também busca possibilitar a distribuição de forma hierarquicamente organizada de recursos públicos, de maneira que a União transfere recursos aos Estados e Municípios, em ordem respectiva, bem como, os Estados transferem recursos aos seus municípios (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Em se tratando dos recursos recebidos pelos municípios, estes são compostos por dois grupos de receitas: as oriundas de arrecadação própria, como por exemplo: as provenientes de arrecadação de impostos (Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, Imposto sobre Serviços – ISS e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU) e, as oriundas de transferências governamentais, que podem ser divididas em: 1) transferências constitucionais; 2) transferências legais; 3) transferências destinadas ao Sistema Único de Saúde – SUS; e 4) transferências voluntárias (CGU, 2013; BRASIL, 1988).

Classificam-se como transferências obrigatórias aquelas previstas na Constituição ou por meio de lei específica. Ou seja, as transferências classificam-se em: 1) Constitucionais: a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e 2) Legais: que se subdividem em Automáticas (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e Fundo a Fundo, a exemplo do Fundo Nacional de Saúde – FNS.

Já as transferências voluntárias, segundo a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), corresponde a entrega de recursos correntes ou de capital que necessitam de decisão da autoridade pública para sua concessão e geralmente tem finalidade específica, devidamente explicitada no documento que formaliza a transferência.

Dos mecanismos que os municípios utilizam para ter acesso a estas transferências, dois se destacam: 1) Contratos de Repasse: está regulamentado pelo Decreto nº 1.819, de 16 de fevereiro de 1996 e segue no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN 2) Convênio: está regulamentado pela Instrução

Normativa nº 01/97 da STN. Deve-se, também, cumprir o contido na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e na Lei nº 9.995/2000.

Todos os municípios brasileiros têm acesso a estes recursos, desde que cumpram alguns requisitos mínimos, bem como façam as prestações de contas necessárias, quando beneficiados.

Em se tratando de investimentos realizados pelos municípios em políticas públicas de saúde, muitos deles são provenientes da arrecadação própria haja vista existir obrigatoriedade legal de aplicação de 15% de sua receita de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012. Porém, as grandes parcelas dos serviços postos à disposição da população são mantidas por meio de repasses do Governo Federal operacionalizados pelo Fundo Nacional de Saúde. Entre estes repasses, encontram-se aqueles destinados à manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS conforme estabelecido na Lei nº 12.994/2014.

2.2 Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Os anos 90 se destacaram pelo grande número de investimentos do Ministério da Saúde - MS direcionados a universalização da atenção básica (MARQUES; MENDES, 2002).

Em 1991 por meio de convênios firmados entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, foi criado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, com o intuito de reduzir os preocupantes indicadores de morbimortalidade infantil e materna.

Para Viana e Poz (2005) o Programa de Agentes Comunitários de Saúde foi o antecessor de importantes programas de saúde, dentre eles o Programa Saúde da Família (PSF). Já Oliveira et al (2007), ressaltam que o PACS foi mais um esforço do Governo em reduzir os gastos com saúde, implementar diretrizes para o gerenciamento do Sistema Nacional de Saúde, e de proporcionar ações de promoção à saúde às populações mais vulneráveis ao risco.

O PACS tem na pessoa do agente de saúde o elo entre os serviços de saúde e a comunidade, garantindo que a população tenha acesso a todas as políticas e ações de saúde propostas pelo Ministério da Saúde. O mesmo, lançou um documento que estabelece sete competências para o agente de saúde: Dentre as quais destacam-se levar à população informações capazes de promover o trabalho em equipe; visita domiciliar; planejamento das ações de saúde; promoção da saúde; prevenção e monitoramento de situações de risco e do meio ambiente; prevenção e monitoramento de grupos específicos; prevenção e monitoramento das doenças prevalentes; acompanhamento e avaliação das ações de saúde (BRASIL, 1999).

As atribuições básicas dos agentes comunitários de saúde, de acordo com as normas e diretrizes do PACS divulgadas pelo Ministério da Saúde e constantes na Lei No 9.263, de 12 de janeiro de 1996 são:

1. Promoção da saúde da gestante priorizando: nutrição; prevenção de doenças próprias da gravidez - anemia, doença hipertensiva e outras; preparo para o aleitamento materno; encaminhamento a Serviços de Saúde para o controle pré-natal; organização e desenvolvimento de estratégias que assegurem a assistência ao parto, garantindo a necessária tranquilidade à gestante, especialmente em locais de difícil acesso; atenção ao puerpério;
2. Promoção do aleitamento materno exclusivo até, no mínimo, aos quatro meses de idade, e de preferência até aos seis meses;
3. Vigilância nutricional e acompanhamento do desenvolvimento infantil das crianças menores de seis anos;
4. Educação nutricional das famílias, incentivando o uso de produtos regionais de alto valor nutritivo e baixo custo;
5. Promoção da vacinação de rotina, com encaminhamento das crianças e gestantes à Unidade de Saúde de referência ou propiciando a vinda periódica de vacinadores às comunidades de difícil acesso.

Nesse sentido, considerando as atribuições do agente de saúde, e a implementação integral do programa, espera-se que o PACS contribua para o melhoramento dos indicadores de saúde, principalmente no que concerne as famílias mais pobres.

Ações como estas, atribuídas aos municípios, proporcionam melhorias nas condições de vida da sociedade, melhorando, assim, os seus mais diversos indicadores, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

2.3 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Há tempos tem-se implementado práticas de avaliação do bem-estar de uma população. Destaca-se que em boa parte deste tempo a avaliação se delimitou a classificar os países ou regiões, pelo tamanho do seu PIB per capita, que corresponde ao produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país. No entanto, tal julgamento não pode considerar apenas as dimensões econômicas de uma população, tendo em vista que desta forma estará ignorando indicadores sociais de extrema importância. Portanto, existe uma busca constante por medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Nesse sentido, no início da década de 1990, foi lançado pela ONU o Índice de Desenvolvimento Humano -IDH, que se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando três indicadores de desempenho humano: : a longevidade, que representa, por exemplo, as condições de saúde da população; a educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e a renda, medida pelo poder de compra da população (SCARPIN; SLOMSKI, 2007).

Para Torres, Ferreira e Dini, (2003) o IDH corresponde a um método eficaz capaz de medir o desenvolvimento humano, tendo em vista que verifica não somente variáveis econômicas, mas também, variáveis de grande impacto social como a saúde e a educação.

Em se tratando do indicador de educação, é medido por meio da taxa de alfabetização de adultos e a taxa unificada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior.

Já o indicador de renda, é medido pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

No que diz respeito ao indicador longevidade que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer, nota-se que as políticas públicas de prevenção têm um papel fundamental no aprimoramento da saúde pública no Brasil.

A ONU, em setembro de 2000, adotou certas metas, que ficaram conhecidas como “Metas de Desenvolvimento do Milênio” e que integram a própria Declaração do Milênio (UN, General Assembly, 08 Sep. 2003, A/RES/55/2) e buscam:

- a) erradicar a pobreza e a fome;
- b) alcançar a educação primária universal;
- c) promover a igualdade dos gêneros e o empoderamento das mulheres;
- d) reduzir a mortalidade infantil;
- e) melhorar a saúde das mães;
- f) combater a HIV/AIDS, a malária e outras doenças importantes;

- g) assegurar sustentabilidade ambiental;
- h) criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Apesar de tais metas a ONU não indica quais os meios a serem adotados para o cumprimento das metas anunciadas. Além disso, não estabelece políticas de investimentos necessários para o alcance de tais metas. Deixando a critério de cada país a disponibilização de investimentos para as áreas de desenvolvimento social.

O IDH é um indicador bastante relevante para os municípios haja vista o mesmo demonstrar deficiências em áreas como saúde, educação e desigualdade social.

3. Metodologia

3.1 Delimitação do Estudo

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e documental com abordagem qualitativa, considerando que a pesquisa está alicerçada em dados secundários. Desta forma, a mesma é, também, documental.

O estudo visou analisar a relação entre a aplicação de recursos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e sua relação com o Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do sudeste paraense durante os anos de 2000 a 2010.

A amostra corresponde aos 39 municípios da região sudeste do Pará, a saber:

Quadro 1 – Municípios pertencentes à Região Sudeste do Pará

Abel Figueiredo	Dom Eliseu	Palestina do Pará	São Domingos do Araguaia
Água Azul do Norte	Eldorado dos Carajás	Paragominas	São Félix do Xingu
Bannach	Floresta do Araguaia	Parauapebas	São Geraldo do Araguaia
Bom Jesus do Tocantins	Goianésia do Pará	Pau D'Arco	São João do Araguaia
Brejo Grande do Araguaia	Itupiranga	Piçarra	Sapucaia
Breu Branco	Jacundá	Redenção	Tucumã
Canaã dos Carajás	Marabá	Rio Maria	Tucuruí
Conceição do Araguaia	Nova Ipixuna	Rondon do Pará	Ulianópolis
Cumaru do Norte	Novo Repartimento	Santa Maria das Barreiras	Xinguara
Curianópolis	Ouroilândia do Norte	Santana do Araguaia	

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Para a consecução dos objetivos propostos na pesquisa, foram coletadas informações sobre os repasses ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS aos municípios do sudeste paraense, por meio do site eletrônico do Fundo Nacional de Saúde – FNS, para os anos de 2000 a 2010. Por meio dele, poderão ser analisados os valores aplicados no referido programa durante o período estudado. Já em relação aos dados do IDH, as informações foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relacionando-se, portanto, as notas para o indicador correspondente aos anos de 2000 e 2010.

3.2 Coleta dos dados

A coleta dos dados correspondentes às informações necessárias à pesquisa ocorreu por meio de pesquisa *on line* nos sites do FNS e IBGE. A mesma foi realizada no mês de maio de 2018. Os dados foram tabulados e tratados por meio de planilha Excel e estatística descritiva. Após os dados tabulados, fez-se uso da Análise Envolvória de Dados (do inglês *Data Envelopment Analysis* – DEA). Este método tem sido bastante aplicado em estudos da eficiência na administração pública e também em organizações sem finalidade lucrativa. Consiste em um método não-paramétrico capaz de determinar a curva de eficiência através de programação matemática de otimização (PEÑA, 2008).

De acordo com o DEA, a unidade mais eficiente possui eficiência igual a 1 ou 100%, o que possibilita medir o nível de eficiência das demais e compará-las com as unidades com melhor desempenho (FARIA; JANUZZI; SILVA, 2008). As variáveis utilizadas na análise por meio do DEA, foram os municípios, Gasto Total com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde por eles realizados e o IDH por eles obtidos no ano de 2010. A análise de eficiência DEA desses municípios foi realizada pelo *software* SIAD v3.0.

Nesta pesquisa, optou-se por escolher os municípios do sudeste paraense, região de atuação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, a fim de que se possa apresentar dados importantes correspondentes aos municípios dela integrantes.

4 Análise dos Resultados

4.1 Gasto com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS

Com base nos dados da pesquisa, pode-se analisar por meio da Tabela 1, os valores aplicados pelos municípios do sudeste paraense no Programa de ACS entre os anos de 2000 e 2005.

Tabela 1 – Gastos Totais com o Programa de ACS – 2000 a 2005

Estadística	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Mínimo	7.333,20	10.083,32	17.016,65	21.440,00	24.160,00	24.800,00

Média	122.906,95	87.026,79	123.205,93	154.150,77	185.835,38	208.895,90
Máximo	850.656,27	498.665,36	518.933,35	607.520,00	700.960,00	652.700,00
Desvio padrão	136.310,35	86.357,76	97.275,72	118.493,62	138.490,96	155.104,49
Coeficiente de variação (%)	1,11	0,99	0,79	0,77	0,75	0,74

* Valores em R\$.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que os valores de gastos aplicados pelos municípios pesquisados variaram ao longo dos anos. O menor valor gasto por eles passou de R\$ 7.333,20 em 2000 para R\$ 24.800,00 em 2005, sempre com valores crescentes ano a ano. Por sua vez, o valor máximo gasto, variou de R\$ 850.656,27 em 2000 para R\$ 652.700,00 em 2010. Vale ressaltar que, ao longo do período, os valores oscilaram para mais e para menos, diferentemente do que aconteceu com os gastos mínimos que seguiu uma crescente.

Tabela 2 – Gastos Totais com o Programa de ACS – 2006 a 2010

Estatística	2006	2007	2008	2009	2010
Mínimo	32.000,00	29.288,00	57.918,00	60.669,00	37.191,00
Média	258.662,82	348.916,18	511.851,49	500.908,69	513.832,90
Máximo	723.900,00	2.027.935,00	1.648.255,00	2.778.762,00	2.778.762,00
Desvio padrão	178.520,24	338.984,19	370.834,44	463.906,67	503.155,67
Coeficiente de variação (%)	0,69	0,97	0,72	0,93	0,98

* Valores em R\$.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Para o período compreendido entre 2006 e 2010, conforme Tabela 2, os gastos mínimos variaram entre R\$ 32.000,00 e R\$ 37.191,00, com destaque para o montante gasto em 2009, totalizando R\$ 60.669,00. Já os valores máximos, variaram entre R\$ 723.900,00 e 2.778.762,00.

De acordo com o exposto na Tabela 3 pode-se identificar a distribuição dos dez maiores e menores gastos totais acumulados entre os anos de 2000 e 2010 para os municípios pesquisados.

Tabela 3 – Maiores e menores gastos totais acumulados entre 2000 e 2010

Maiores gastos totais		Menores gastos totais	
Município	Gasto	Município	Gasto
Marabá	13.755.968,98	São João do Araguaia	1.295.699,21

Parauapebas	6.526.209,73	Floresta do Araguaia	1.289.492,76
Paragominas	6.079.632,94	Nova Ipixuna	1.282.087,79
Redenção	5.236.161,38	Palestina do Pará	812.574,40
São Félix do Xingu	5.189.320,71	Pau D'Arco	804.492,12
Tucuruí	5.011.653,89	Abel Figueiredo	668.654,71
Conceição do Araguaia	4.989.819,93	Cumaru do Norte	665.249,17
Itupiranga	4.945.891,14	Brejo Grande do Araguaia	622.763,38
Rondon do Pará	4.793.266,26	Sapucaia	410.943,98
Santana do Araguaia	4.219.293,11	Bannach	345.971,76

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Entre todos os municípios pesquisados, aquele que realizou maior gasto total acumulado entre os anos de 2000 e 2010 foi Marabá, seguido por Parauapebas, Paragominas e Redenção.

Entre aqueles que menos gastaram, o município de Bannach foi o que menos aplicou no Programa de ACS acumuladamente durante o período pesquisado. Em penúltimo lugar, encontra-se o município de Sapucaia, seguido por Brejo Grande do Araguaia.

4.2 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2000 e 2010)

As Tabelas 4 e 5 mostram a distribuição das dez maiores e menores notas no IDH, para os anos de 2000 e 2010, entre os municípios pesquisados.

Tabela 4 – Maiores e menores notas IDH 2000

Maiores notas		Menores notas	
Município	Nota	Município	Nota
Parauapebas	0,553	Floresta do Araguaia	0,411
Tucuruí	0,543	Santa Maria das Barreiras	0,408
Marabá	0,536	Cumaru do Norte	0,405
Redenção	0,530	Pau D'Arco	0,401
Xinguara	0,519	Eldorado dos Carajás	0,389
Conceição do Araguaia	0,512	Água Azul do Norte	0,376
Tucumã	0,512	Novo Repartimento	0,372
Abel Figueiredo	0,508	Piçarra	0,370
Rio Maria	0,499	Itupiranga	0,354

Brejo Grande do Araguaia	0,496	São João do Araguaia	0,349
--------------------------	-------	----------------------	-------

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, os municípios com maiores Notas no IDH no ano de 2000 são Parauapebas, Tucuruí, Marabá, Redenção e Xinguara. Por sua vez, as menores notas pertencem aos municípios de São João do Araguaia, Itupiranga, Piçarra, Novo Repartimento e Água Azul do Norte.

Tabela 5 – Maiores e menores notas IDH 2010

Maiores notas		Menores notas	
Município	Nota	Município	Nota
Parauapebas	0,715	Breu Branco	0,568
Canaã dos Carajás	0,673	Água Azul do Norte	0,564
Redenção	0,672	Piçarra	0,563
Marabá	0,668	Eldorado dos Carajás	0,560
Tucuruí	0,666	Goianésia do Pará	0,560
Tucumã	0,659	Cumaru do Norte	0,550
Xinguara	0,646	São João do Araguaia	0,550
Paragominas	0,645	Santa Maria das Barreiras	0,544
Conceição do Araguaia	0,640	Novo Repartimento	0,537
Rio Maria	0,638	Itupiranga	0,528

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Para os anos de 2010, as notas do IDH com maior representatividade são Parauapebas, Canaã dos Carajás, Redenção, Marabá e Tucuruí. Os municípios com menores notas foram Itupiranga, Novo Repartimento, Santa Maria das Barreiras, São João do Araguaia e Cumaru do norte.

Analisando e confrontando os maiores gastos totais no Programa de Agentes Comunitários de Saúde durante os anos de 2000 a 2010 e as Notas do IDH correspondentes ao ano de 2010, pode-se verificar que, dentre os dez municípios que mais aplicaram recursos no respectivo programa, apenas quatro deles figuram entre os dez com maiores notas no IDH (Paragominas, Redenção, Tucuruí e Conceição do Araguaia).

Por sua vez, entre os dez menores gastos, dois municípios (São João do Araguaia e Cumaru do Norte) fazem parte da lista dos menores IDH's em 2010.

4.3 Análise Envoltória dos Dados (DEA)

A Tabela 6 apresenta os níveis de eficiência de cada um dos municípios objeto de estudo, com base na Análise Envoltória dos Dados –DEA.

Tabela 6 – Eficiência por Município

Município	Gasto Total ACS	IDH 2010	Eficiência (DEA) %
Bannach	345.971,76	0,594	100
Sapucaia	410.943,98	0,590	83,62
Brejo Grande do Araguaia	622.763,38	0,591	55,27
Abel Figueiredo	668.654,71	0,622	54,18
Palestina do Pará	812.574,40	0,589	51,32
Pau D'Arco	804.492,12	0,574	49,95
Cumarú do Norte	665.249,17	0,550	48,15
Santa Maria das Barreiras	1.445.835,38	0,544	26,48
Bom Jesus do Tocantins	1.297.028,43	0,589	26,44
Nova Ipixuna	1.282.087,79	0,581	26,39
Floresta do Araguaia	1.289.492,76	0,583	26,33
Canaã dos Carajás	1.499.025,65	0,673	26,14
Rio Maria	1.841.636,13	0,638	25,28
São João do Araguaia	1.295.699,21	0,550	24,72
Ulianópolis	1.470.198,92	0,604	23,92
Piçarra	1.779.040,09	0,563	20,90
Curionópolis	1.966.948,73	0,636	18,83
Água Azul do Norte	1.798.284,55	0,564	18,26
São Domingos do Araguaia	2.189.078,86	0,594	15,80
Ourilândia do Norte	2.739.835,39	0,624	13,26
Eldorado dos Carajás	2.594.470,14	0,560	12,57
São Geraldo do Araguaia	2.927.124,56	0,595	11,83
Goianésia do Pará	2.797.652,38	0,560	11,65
Tucumã	3.352.983,33	0,659	11,44
Xinguara	3.484.833,67	0,646	10,79
Dom Eliseu	3.467.365,50	0,615	10,33
Redenção	5.236.161,38	0,672	9,43
Jacundá	3.986.325,84	0,622	9,08
Rondon do Pará	4.793.266,26	0,602	8,90
Santana do Araguaia	4.219.293,11	0,602	8,31
Breu Branco	3.992.772,99	0,568	8,28
Tucuruí	5.011.653,89	0,666	7,74

Novo Repartimento	4.055.970,08	0,537	7,71
Conceição do Araguaia	4.989.819,93	0,640	7,47
São Félix do Xingu	5.189.320,71	0,594	6,66
Itupiranga	4.945.891,14	0,528	6,21
Paragominas	6.079.632,94	0,645	6,17
Marabá	13.755.968,98	0,668	2,82
Parauapebas	6.526.209,73	0,715	0,63

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

Conforme a mesma, o município de Bannach é considerado o mais eficiente entre os 39 pesquisados. Com o menor gasto total (R\$ 345.971,76) aplicado no Programa de ACS, conseguiu elevar o IDH de 0,424 em 2000 para 0,594 em 2010. O gasto total variou de R\$ 18.883,10 no primeiro ano da pesquisa para R\$ 42.147,00 no ano de 2010.

Diante da metodologia de pesquisa adotada, o município mais eficiente recebe o coeficiente 1 (100%) e todos os municípios tem o seu desempenho/eficiência confrontados em relação ao mesmo.

O segundo município mais eficiente (83,62%), entre aqueles que foram objeto de estudo, é Sapucaia, o qual apresenta gasto total de R\$ 410.943,98 no Programa e obteve um IDH de 0,590 em 2010.

Na sequência, entre os dez mais eficientes, encontram-se: Brejo Grande do Araguaia (55,27%), Abel Figueiredo (54,18%), Palestina do Pará (51,32%), Pau D'Arco (49,95%), Cumaru do Norte (48,15%), Santa Maria das Barreiras (26,48%), Bom Jesus do Tocantins (26,44%), Nova Ipixuna (26,39%) e Floresta do Araguaia (26,33%).

Entre os municípios menos eficientes, destaca-se Parauapebas, o qual teve eficiência de 0,63%, com gasto total em Programa de ACS e um IDH de 0,715. Embora seja o maior IDH para o ano de 2010, o município gastou acumuladamente entre 2000 e 2010 o montante de R\$ 6.526.209,73, o que representa, praticamente, um gasto dezenove vezes maior que aquele.

Em penúltimo lugar entre os municípios em termos de eficiência, encontra-se Marabá. Com um gasto total de R\$ 13.755.968,98 (maior entre todos os municípios pesquisados), obteve um IDH de 0,668, representando uma eficiência de 2,82%.

Vale ressaltar que o IDH dos municípios varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o IDH municipal.

Pelo exposto na respectiva tabela, verifica-se a importância, não apenas de aplicação de recursos públicos em saúde, especificamente no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, mas que o mesmo seja realizado de forma eficiente, que proporcione bons resultados e, consequentemente, melhorias nos seus indicadores.

Percebe-se que 87,18% dos municípios possuem eficiência abaixo de 50% com base na metodologia de estudo, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de Municípios por Faixa de Eficiência

Faixas de Eficiência	Quantidade de Municípios	Representatividade
90% a 100%	1	2,56%
80% a 90%	1	2,56%
70% a 80%	0	0,00%
60% a 70%	0	0,00%
50% a 60%	3	7,69%
40% a 50%	2	5,13%
30% a 40%	0	0,00%
20% a 30%	9	23,08%
10% a 20%	10	25,64%
0% a 10%	13	33,33%
Total Geral	39	100%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2018).

A grande maioria dos municípios do sudeste paraense (33,33%) possuem eficiência entre 0% e 10%, o que representa 13 municípios da amostra pesquisada. Apenas dois municípios apresentam eficiência superior a 80%.

5. Considerações Finais

Os investimentos públicos em saúde proporcionam melhorias no atendimento às demandas da sociedade que dela necessitam. Desta forma, os gestores destes recursos devem preocupar-se não apenas com a aplicação de recursos, mas principalmente com a sua eficiência.

A aplicação de recursos públicos é, frequentemente, avaliada por meio de indicadores, entre eles o IDH.

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre gasto público no Programa de Agentes Comunitários de Saúde e a sua influência no IDH dos municípios do sudeste paraense. O pressuposto básico deste trabalho é que o aumento na aplicação de recursos públicos no referido programa, provocaria aumentos significativos no IDH dos municípios pesquisados.

Para responder o problema de pesquisa presente neste estudo, analisou-se os gastos públicos totais no Programa ACS, além das notas do IDH, durante os anos de 2000 a 2010.

Com base na análise dos dados pesquisados, percebeu-se que não existe relação entre os respectivos gastos e o IDH, pois, não necessariamente os municípios que mais gastaram foram aqueles que obtiveram melhores notas no IDH.

Para estudos futuros, sugere-se a continuidade da avaliação das aplicações de recursos públicos municipais em saúde em relação aos impactos provocados no IDH, assim como em relação a outros indicadores de avaliação de desempenho da gestão pública dos municípios do sudeste paraense.

Pode-se, também, ampliar a amostra para todos os municípios do estado do Pará, assim como fazer aplicação desse modelo aos investimentos públicos realizados pelos municípios

nordestinos e/ou brasileiros como um todo. Entre as variáveis propostas pode-se também incluir os outros gastos com saúde e não apenas aqueles com o Programa de ACS.

Sugere-se, ainda, para trabalhos futuros, a análise dessas mesmas variáveis quando da publicação do novo indicador.

Referências

_____. Lei n. 11.350, de 05 de outubro de 2006. Dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L11350.htm>. Acesso em 11 fev. 2018.

_____. Lei n. 141, de 13 de janeiro de 2012. Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/Lcp/Lcp141.htm>. Acesso em: 11 fev.2018.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L8080.htm>. Acesso em 11 fev. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS/ SPS/MS. Coordenação de Atenção Básica/SAS/MS. Diretrizes para elaboração de programas de qualificação e requalificação dos Agentes Comunitários de Saúde. Brasília, 1999. 16, n. 3, pp. 421-443, 2012.

ALMEIDA, Jardson Edson Guedes da Silva; MIRANDA, Luiz Carlos; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro; NASCIMENTO, João Marcelo Batista do. Transferências voluntárias da união e a adimplência dos municípios para a celebração de convênios e contratos de repasse: um estudo da regularidade fiscal dos municípios alagoanos. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2014., Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL.. CONACIC, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao.htm>. Acesso em 11 fev. 2018.

CGU. Controladoria-Geral da União. **Gestão de Recursos Federais: Manual para Agentes Municipais**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ManualGestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia Aplicada*, v.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. J. da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, pp. 155-177, 2008.

Lei n. 12.994, de 17 de junho de 2014. Altera a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12994.htm. Acesso em 19 jun. 2018.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **A política de incentivos do Ministério da Saúde para a atenção básica: uma ameaça à autonomia dos gestores municipais e ao princípio da integralidade?**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, vol.18, suppl., pp. Disponível em: www.scielo.com. Acesso em 03 de janeiro de 2018

MENDES, A. N. **Financiamento, gasto e gestão do sistema único de saúde (SUS): a gestão descentralizada semiplena e plena do Sistema municipal no estado de São Paulo**. 2005.428f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, I. F, SILVA, F. L. E YAMAMOTO, O.H. A psicologia no Programa de Saúde da Família (PSF) em Natal: espaço a ser conquistado ou um limite da prática psicológica? *Aletheia*, n.25, 5-19. Jan/jun. 2007.

PEÑA, C. R.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; MARCIO, C. J. A eficiência dos gastos públicos PINTO, A.A.M., FRACOLLI, L.A. O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da promoção da saúde: considerações práticas. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2010 out/dez;12(4):766-9. Available from: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i4.7270>.

REZENDE, J. A.; SLOMSKI, V.; CORRAR, J. L. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**. v. 1, n. 1, p 24-40, jan/abr.2005.

SCARPIN, E. J.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**. v. 41, n. 5, p 909-33, set/out. 2007.

SOARES, M. M. Repasses financeiros e voluntários da união aos municípios brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos. In: VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado, **Anais...** Gramado, RS: ABCP, 2012.

SUCUPIRA, C. A.; MENDES, R. Promoção da saúde: conceitos e definições. **Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1. 2003.

TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádia Pinheiro. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. São Paulo Perspec., v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

VIANA, A. L. D. e POZ, M. R. A reforma do sistema de saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. Physis vol.15 suppl.0 Rio de Janeiro 2005.

Desafiando o Positivismo Contábil: A Epistemologia de Raymond John Chambers

LUCAS MOURA NUTELS

Universidade Federal de Alagoas

MARÍLIA ALEXANDRE DE LIMA ALVES

FUCAPE BUSINESS SCHOOL

JEFFERSON TADEU PEREIRA

Universidade Federal de Pernambuco

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS

Universidade Estadual de Alagoas

TIAGO ALMEIDA SILVA

Universidade Federal de Alagoas

ERIVALDO OLIVEIRA DE MATOS

Estácio de Sá

Resumo

O presente artigo visa explorar o pensamento contábil de Raymond John Chambers, conhecido por ter alcançado o Accounting Hall of Fame em 1991, por sua obra pioneira e pela ruptura epistemológica com a doutrina dominante. Como exemplo de seu caráter inovador, destaca-se o trabalho seminal de Chambers, a monografia “*Accounting, Evaluation and Economic Behavior* (1966)”, a qual introduziu um sistema denominado *Continuously Contemporary Accounting* (CoCoA) juntamente de uma proposta de axiomatização para edificar o conhecimento contábil. Apesar de sua “revolução copernicana” ter impactado alguém do esperado, o autor foi um dos protagonistas da “era de ouro” da teoria contábil entre 1950 e 1970, assim como um ferrenho defensor da rigorosidade científica. Ao realizar esta pesquisa exploratória nas contribuições de Raymond John Chambers, busca-se identificar elementos que permanecem pertinentes e aplicáveis, assim como aqueles que podem necessitar de revisão ou atualização à luz do avanço do conhecimento. Ademais, é investigado o legado intelectual do autor e sua influência no desenvolvimento subsequente da teoria e prática contábil, proporcionando insights sobre a evolução da disciplina em meio ao duelo de diferentes formas de pensamento.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria da Contabilidade. Contabilidade Normativa.

1. INTRODUÇÃO

A ciência contábil tem sido edificada ao longo dos anos através das obras de vários autores renomados. Embora muitos tenham feito contribuições significativas para o aspecto científico e epistemológico da contabilidade, poucos conseguiram alcançar o nível de profundidade de Raymond John Chambers, especialmente em relação à abordagem sistemática e metódica de sua visão. A trajetória de Chambers é caracterizada pela árdua tarefa de revisar toda a estrutura da Contabilidade e reconstruir essas bases em fundamentos sólidos, capazes de resistir às contínuas adaptações de uma economia de mercado e às mudanças constantes nas relações entre proprietário, patrimônio e informação.

Além deste, outros também ousaram avanços significativos, como é possível constatar nas engenhosas proposições de Antônio Lopes de Sá (neopatrimonialismo), tal como sua similar tentativa de axiomatização da contabilidade, e pela desafiadora ideia de Yuji Ijiri (1989) de criar um “método das partidas triplas” com o trabalho *Momentum accounting and triple-entry bookkeeping*. Seguindo este paradigma é possível dar igual destaque aos trabalhos inovadores de Ananias Charles Littleton e Richard Mattessich, ao proporem teorias alternativas e similarmente inovadoras. A coincidência reside no fato da maioria destes autores serem de viés normativo, o que não exclui os contributos de viés positivo feito por autores como Ball e Brown (1967). Algumas destas teorias inovadoras foram retratadas por Martin Emanuel Persson (2013) em *The Rise and Fall of Comprehensive Accounting Theories: R. J. Chambers and Continuously Contemporary Accounting*, o qual as classifica individualmente por um expressão denominada “*Comprehensive Accounting Theory*” – em português “Teoria Contábil Didática (TCD)” – e que seria um sistema de pensamento cuja visão do proponente é logicamente consistente e didaticamente ligada ao que se considera ser fundamental nas práticas contábeis-financeiras (Persson, 2013, p. 19).

É importante compreender que as contribuições de autores como R. J. Chambers são superficialmente abordadas no âmbito nacional, ainda mais quando é uma temática obrigatória para se atingir um aumento no nível das discussões acadêmicas. Por exemplo, quanto ao tema desta pesquisa é possível encontrar grande respaldo, entre outros, na obra do australiano Michael Gaffikin da Universidade de Wollongong. Já em Portugal é possível encontrar referências mais veementes ao trabalho de R. J. Chambers devido ao maior interesse pela normatividade (Carqueja, 2003).

Na literatura brasileira a referência não é inédita, porém existem apenas citações vagas e trabalhos que ignoram a força com que o autor se posicionou sobre a epistemologia, assim como o seu papel na elevação da contabilidade ao status de ciência. A discussão apesar de anunciada, permanece morna. Um dos raros trabalhos no Brasil é o de Costa (1998) o qual surge com uma defesa da Teoria Contábil Positiva em detrimento da proposta feita por R. J. Chambers. Costa (1998) critica Chambers afirmando que não existe uma liberdade absoluta para escolha dos procedimentos contábeis a serem adotados, assim como para o rumo de uma pesquisa empírica, e direciona críticas a uma má interpretação da teoria da firma e custos de transação do economista Ronald Coase.

Apesar de artigos conservadores não demonstrarem um bom conhecimento sobre a obra de R. J. Chambers, cuja personalidade sagaz lhe permitia a comparação do positivismo científico com um médico que receita remédios aleatórios ao seu paciente (Persson, 2013), a maioria concebe o paralelo necessário com a dupla de autores Watts e Zimmerman, os dois maiores expoentes do positivismo na contabilidade. Estes que foram alvos de diversas publicações da autoria de Chambers e de debates mais acirrados, principalmente pelo fato de suas constantes publicações terem sido interpretadas como uma espécie de afronta aos fundamentos vigentes e aos acadêmicos e profissionais da época.

A investigação sobre o pensamento de R. J. Chambers se torna imperativo em virtude dos mesmos questionamentos que o levariam a construir uma refinada cadeia de pensamentos: Qual a função primária da Contabilidade? Qual metodologia de pesquisa permite resultados acurados? Quais devem ser os princípios predominantes? Como aprimorar a qualidade da informação contábil? Questionamentos que foram alimentados ainda mais pelas constatações de um vigoroso aumento da distância entre teoria e a prática, por severas anomalias contábeis e pelo constante acúmulo de informação frívola. Diante destes fatos, Chambers viu-se sobretudo comprometido a buscar um maior rigor científico, para que desta forma houvesse princípios contabilísticos mais relevantes.

Marcado pelo pensamento inovador e caminhando com o auxílio de uma pesquisa totalmente multidisciplinar, R. J. Chambers foi compelido como autor a utilizar na bibliografia suas próprias obras passadas. Ativo academicamente até seus últimos momentos em 1999, tornou-se um dos grandes ícones da Contabilidade. Mais que um protagonista na elevação da própria contabilidade ao status de ciência, foi um contabilista-filósofo e que merece ter seu pensamento devidamente estudado e sua obra corretamente compreendida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A história de Raymond John Chambers (1917-1999) começa no dia 16 de novembro de 1917 em New South Wales, um estado localizado na costa leste da Austrália. Filho mais velho de Joseph e Louisa Chambers, teve uma infância regular acompanhando os estudos escolares e o trabalho do pai. Muitas vezes em difíceis circunstâncias financeiras. Impossibilitado de fazer faculdade por tempo integral, foi conduzido, com grande esforço, a dar preferência a cursos como economia e contabilidade ao invés de engenharia, arquitetura e medicina. Por sorte seu promissor futuro acadêmico estaria por começar após o ingresso na University of Sydney, onde se graduou em ciências econômicas no ano de 1939 e depois retornou ao curso por correspondência em contabilidade.

Com a obtenção do certificado de contador em 1941, já em 1943 iniciou seu trabalho na Comissão de Preços do governo australiano, a qual estava incumbida de regular os valores negociados entre produtores, vendedores e consumidores durante as contingências da Segunda Guerra Mundial. Este período foi essencial para a formação do pensamento de R. J. Chambers, pois nele constatou grandes acúmulos de informação contábil enganosa sendo produzidos pelas

firmas. A tarefa simplesmente despertou a percepção para as inconsistências nas práticas e convenções contábeis que estavam sendo utilizadas na época (Brown, 1982; Gaffikin, 1989 apud Persson, 2013).

Ao fim de 1943 também assumiu um cargo de professor em auditoria em uma escola de administração, porém apenas após dois anos voltou à sua *alma mater*, onde tornou-se o primeiro docente de contabilidade em tempo integral da University of Sydney. Após enfrentar diversas dificuldades, Chambers decidiu se dedicar ao lançamento da revista acadêmica *Abacus*, em 1965, preenchendo a carência de publicações em contabilidade de alto nível. Descrito por seus pares como um “pioneiro” e um “gigante”, foi o primeiro não americano agraciado com um lugar no Accounting Hall of Fame (1991), prêmio concedido pela Ohio State University e uma das maiores honrarias para o profissional e acadêmico das Ciências Contábeis. Recebeu também a medalha de ouro da AICPA pela obra *AE&EB* (1966) em um dos honoráveis momentos em que obteve reconhecimento como acadêmico.

Com obras traduzidas para diversos idiomas, incluindo o último texto publicado um mês antes de sua passagem, *The Poverty of Accounting Disclosure* (1999), e idealizador da renomada revista *Abacus*, o quarto mais antigo periódico de contabilidade em língua inglesa e um dos mais importantes atualmente, Chambers destacou-se pela seriedade e pelo compromisso profissional. O teórico, que possuía uma vida simples e de origens interioranas, marcou por ser uma pessoa muito reservada e dedicada a esposa, Margaret Scott Brown, com quem teve duas filhas, Margaret e Rosemary, e um filho, Kevin, graduado pela University of Sydney em línguas, trabalho social e medicina. Sobretudo o certo é que o escopo doravante é compreender melhor a trajetória que levou a formação e a futura influência do pensamento chamberiano, ironicamente mais suscetível de ser analisada hoje do que em tempos passados, quando a submissão de artigos era realizada por meio de cartas.

Relatos mais adequados sobre a vida de R. J. Chambers podem ser encontrados em trabalhos autobiográficos e em biografias realizadas por Persson (2013), Gaffikin (1992) e Ronald Brown (2005). A vida e a carreira deste sem dúvida despertaram bastante interesse em alguns pesquisadores pelo fato dele ser dono de um pensamento extremamente independente e focado na busca pela melhoria da ciência contábil. Observar o caminho percorrido por este autor facilita a compreensão do que veio a se tornar sua sistemática forma de pensar. Com participações em órgãos estatais, companhias privadas e institutos de pesquisa, obteve grande domínio em diversos setores e campos do conhecimento. Sua pesquisa multidisciplinar deu origem a um sistema também multidisciplinar baseado no indivíduo imerso em um contexto social. A forte influência da economia e da psicologia foram evidentes e terminaram por culminar em uma espécie de versão da contabilidade comportamental (*behavioral accounting*) baseada na ação humana.

2.1. LEGADO E PRINCIPAIS OBRAS

O artigo *Blueprint for a Theory of Accounting* (1955) é certamente considerado a inauguração do pensamento chamberiano. Nestes primórdios o autor já havia notado que a

maioria dos escritores da primeira metade do século XX evitaram a utilização do termo “Teoria da Contabilidade” (Gaffikin, 2000) e isso de alguma forma despertou o interesse pela área. No decorrer do artigo descreveu a fragilidade com que a ciência contábil vinha sendo construída e que no lugar de teorias se encontravam nas publicações acadêmicas apenas “formulações” sobre as práticas utilizadas. As palavras de Chambers foram suficientes para atrair críticas de estudiosos importantes como o professor A. C. Littleton, o qual respondeu com o artigo *Choice Among Alternatives* (1956). A resposta veio como uma forma de amenizar o duro posicionamento feito por Chambers. Por exemplo, em *Blueprint for a Theory of Accounting* (1955) houve afirmações de que a grande massa dos princípios vigentes eram, quando não falsos, completamente contraditórios. Algo que mais tarde se desenvolveu para o embate entre a normatividade e o positivismo científico na contabilidade.

Após algum tempo aperfeiçoando e organizando suas ideias, R. J. Chambers finalmente atingiu a criação do que é considerado o seu *magnum opus*, o livro *Accounting, Evaluation and Economic Behavior* (1966). Diferenciando-se das propostas regulares do mundo acadêmico, neste livro foi apresentada uma Teoria Contábil Didática junto a um sistema denominado CoCoA. A obra é organizada basicamente em duas partes: na parte um as características do comportamento humano (cf. *Human Action: A Treatise on Economics*) e nos capítulos restantes a construção de um sistema contábil baseado nessas características. Antes do lançamento da livro houve a publicação de um artigo denominado *Towards a General Theory of Accounting* (1961), o qual evoluiria posteriormente para o AE&EB (1966), possivelmente uma alusão a influente obra de John Maynard Keynes intitulada de *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936). No decurso de seu pensamento, e principalmente com estas pistas, é possível constatar a ambição em construir um grande farol para a pesquisa contábil, assim como uma maneira de validar todo conhecimento pré-existente. Inclusive a teoria geral de Keynes ajudou Chambers a inspirar-se na busca de um projeto de dimensão análoga. Quanto a estas influências Bernard Colasse (2004) fez uma capciosa observação sobre as notas de rodapés utilizadas em AE&EB (1966):

As notas de rodapé de *Accounting, Evaluation and Economic Behavior* atestam sua erudição; se nos referirmos ao índice, o autor mais citado é o economista austríaco Ludwig von Mises, seguido por Herbert Simon, o filósofo Henry Margenau, John Maynard Keynes, Kenneth E. Boulding, o ciberneticista Norbert Wiener, o pesquisador operacional C. West Churchman e cientista de sistemas Stafford Beer. (Colasse, 2004) [traduzido do francês]

Dentre outras observações sobre as influência de Chambers, Gaffikin (2003) aponta algo concernente ao escopo da obra em questão, que por sua vez buscou definir antes de tudo o papel da ação humana, da racionalidade econômica e do indivíduo na construção de uma teoria para a ciência contábil:

No entanto, ambos foram fortemente influenciados por teorias econômicas - Chambers por Hayek e von Mises (entre outros) e Mattessich por Debreu (ele próprio tentando axiomatizar a economia) (entre outros), o que poderia ser interpretado como uma sugestão de que é por isso que Chambers estava preocupado com a economia, racionalidade e análise axiomática e quantitativa de Mattessich. (Gaffikin, 2003) [traduzido do inglês]

Certamente o livro AE&EB (1966) foi a obra mais importante do autor, sendo daí por diante a grande convergência de seu pensamento. Embora Chambers possuísse dedicação exemplar, enfrentou vários problemas relacionados ao prazo de entrega com sua editora. A novidade e a complexidade do tema o levaram a adiar o lançamento do livro por um pouco mais de um ano. De acordo com Persson (2013, p. 161) o atraso deu-se a falta da entrega de dois capítulos a editora Prentice-Hall:

Chambers começou a escrever AE&EB no início de 1963. Ele esperava terminar o manuscrito em junho de 1964, mas o prazo havia expirado. Em uma carta a Zeff em setembro, Chambers informou-o de que ele havia escrito cerca de 300 páginas, mas ainda tinha dois capítulos pela frente e agora esperava concluí-lo em novembro. O processo de escrita desacelerou porque o que ele estava escrevendo estava em desacordo com as práticas e ensinamentos atuais de relatórios financeiros... A expectativa era publicar AE&EB em 1965, mas esse prazo foi perdido e o livro só foi publicado em fevereiro de 1966... na sua editora, Prentice-Hall. (Persson, 2013) [traduzido do inglês]

Logo após esses entraves e com o lançamento do livro, várias resenhas foram feitas. O professor Beston (1967), por exemplo, em sua revisão do livro AE&EB frisou que a maioria dos acadêmicos se interessavam, ao contrário dos interesses de Chambers, apenas por problemas pontuais e poucas vezes se posicionavam contra o corpo de regras imposto pelos GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*). Já para Leftwich (1969, p. 220) a obra AE&EB (1966) foi até aquele momento a obra mais crítica para a contabilidade, basicamente por correlacionar a ciência com a realidade e criar um encontro entre as necessidades do tomador de decisão e a teoria contábil. Leftwich (1969), em meio aos elogios, tece críticas às conclusões de R. J. Chambers sobre a racionalidade da ação através da ideia de que é impossível para o observador possuir critério objetivo para julgar se uma ação é racional ou não. Tenta, portanto, refutá-lo em um nível normativo, idealístico e descritivo. A resposta na visão de Chambers, e de suas principais influências, seria de que o homem não emprega todas as alternativas para um melhor estado, mas as coloca em uma escala de prioridades. Ou seja, o homem está sempre restringido por alternativas limitadas e sempre estará insatisfeito com a posição presente o compelindo a agir para sua melhoria. R. J. Chambers neste caso em geral recorre ao que seria o *homo agens* de Mises. Para este último a ação é sempre racional, logo “ação racional” é uma tautologia, conforme ressaltado por Leftwich (1969):

Assim, von Mises diz que tal suposição de racionalidade não serve para nada porque é tautológica. As decisões de uma pessoa podem ser observadas, mas o observador não tem critérios para julgar a racionalidade da decisão. Uma ação realizada por uma pessoa cujos fins estão além da investigação seria, por definição, sempre racional, mas apenas por definição. (Leftwich, 1969, p. 228) [traduzido do inglês]

Persson (2013) reconhece o equívoco na crítica de Leftwich (1969) sobre a descrição do comportamento humano, pois a racionalidade dos atores e capacidade de adaptação foram, segundo este, mal compreendidas. Outras dezenas de críticas e artigos foram escritos sobre AE&EB (1966). Dentre muitos se destacaram Dein (1966), Wright (1966) e Plant's (1966) em revistas mais técnicas. Em periódicos acadêmicos focados em contabilidade tiveram Baxter (1967), Solomons (1966) e Cruse (1967). Sheehan (1967) e Benston (1967) revisaram em

periódicos de temática econômica. Eldon. S. Hendriksen (1967) em um periódico de administração e negócios. Wright (1967), Staubus (1967), Iselin (1968), Vickrey (1975) e Larson e Schattke (1966; 1975) publicaram outros artigos sobre aspectos do AE&EB (Persson, 2013, p. 161).

Embora alguns julgamentos tenham sido frutos de completo equívoco, outros serviram apenas para aumentar a disposição na busca de melhoria e por isso preciosas reflexões foram feitas posteriormente em artigos como *Second Thoughts* (1970) e *Third Thoughts* (1974). Os principais esclarecimentos remetem a CoCoA e sua opção pelos preços de saída verificáveis no mercado como forma de mensuração. Algo até então inovador, pois à época a predominância foi de reportar ativos e passivos utilizando parâmetros mistos de custo histórico, estimativas e arbitragem. Teóricos como o professor R. J. Chambers e Robert Sterling separadamente desenvolveram essa forma de reportar baseando-se em um mercado de preços de venda contemporâneo e verificável. Não obstante existissem outros candidatos ao título, as afirmações de R. J. Chambers em AE&EB (1966) o fazem ser reiteradamente lembrado como o “pai do valor justo”. Algo que se soma a outras primorosas contribuições, como, por exemplo, a qualificação da contabilidade ao status de ciência em detrimento da imagem puramente técnica.

Tabela 1 - Formas de Mensuração nas TCD - Preços de Mercado

Preços de Entrada		Preços de Saída	
Correntes	Dados	Correntes	Dados
Solomons (1961; 75) E&B (1961) S&M (1962)	Bray (1951; 51; 53) Littleton (1933; 40; 53) Ijiri (1967; 75; 89)	<u>Chambers (1966)</u> Sterling (1970; 79) Schuetze (2004)	-

Fonte: adaptado de Persson (2013)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O interesse deste trabalho é compreender as principais contribuições feitas por R. J. Chambers, destarte buscou-se uma vasta varredura bibliográfica em diversos repositórios, com destaque especial para a revista acadêmica *Abacus* (Sydney). A metodologia utilizada é de caráter exploratório, pois como afirma Raupp & Beuren (2003) “para que o estudo da Contabilidade seja considerado exploratório, deverá concentrar-se em algo que necessita ser esclarecido ou explorado nesse campo do conhecimento”. Deste modo a pesquisa completa seu objetivo ao agregar experiência e trazer à tona clarificação acerca do tema. Além do nível exploratório, o trabalho busca qualitativamente inspirar-se na metodologia trazida pela Teoria Ator-Rede (Actor-Network Theory), a qual define que os elementos humanos e não humanos interagem e se conectam para formar redes que dão forma a fenômenos sociais, técnicos e científicos (Persson, 2013).

3.1. OBJETIVOS GERAIS

Visto a importância dessa figura histórica, este trabalho foi idealizado com o intuito de clarificar e renovar o pensamento do australiano Raymond John Chambers no debate acadêmico brasileiro. Principalmente pelo fato de que suas reflexões podem contribuir para uma melhoria do rigor da pesquisa no âmbito contábil (Theóphilo & Iudícibus, 2005). Além do foco na epistemologia, o estudo em foco pretende esclarecer a CoCoA (*Continuously Contemporary Accounting*), uma teoria desenvolvida à partir de concepções axiomáticas e de extremo rigor metodológico, assim como seus principais pontos de controvérsia. Pontos que, aliás, fazem parte também do debate sobre as formas de mensuração.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos mais particulares percorrem a tarefa de auxiliar no entendimento do pensamento do autor em questão. Dada a necessidade dessa compreensão, pretendeu-se então identificar as correntes epistemológicas predominantes na contabilidade, uma vez que traz a contextualização necessária à pesquisa. Dentre outras metas específicas, consistem o mapeamento bibliográfico e biográfico de Chambers, o levantamento das influências históricas, assim como sua posterior relevância para a ciência contábil, a análise do conflito normativo-positivo no pensamento chamberiano e a relação de suas ideias com a de outros pensadores relevantes.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. COCOA: CONTINUOUSLY CONTEMPORARY ACCOUNTING

Segundo Persson (2013) a CoCoA é uma teoria contábil pura baseada em economia, a qual é aplicável para todas as entidades prepararem seus relatórios financeiros. Ao contrário de outras teorias que, segundo o autor, pareciam ilógicas e totalmente contraditórias (Persson, 2013, p. 90). O propósito desta ideia não foi a produção exclusiva de algo novo, mas a construção de um conceito compreensível e consistente com o ambiente econômico, por isso algo baseado em preços de mercado totalmente verificáveis. Antes de sua apresentação, a proposta de Chambers passou pelo desenvolvimento de diversos postulados, princípios e axiomas (Persson, 2013, p. 125). O perfeccionismo do autor começa pela nomenclatura, cujo

teste do tempo fixou o acrônimo CoCoA (*Continuously Contemporary Accounting*). Antes fora nomeado de CCA, contudo teve de alterar a sigla devido a proposta do Comitê de Sandilands de um *Current Cost Accounting*. Como resultado, e após alguma disputa ocasional pelo nome, o acrônimo se transformou em COCOA e posteriormente CoCoA. O autor lembra a primeira vez que cunhou o termo:

Pelo que me lembro, o método de contabilidade proposto foi inicialmente chamado de “Contabilidade Contemporânea Contínua” num artigo apresentado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em Janeiro de 1967. (Chambers, 1976, p. 137) [traduzido do inglês]

Esta teoria pensada tanto sob condições, na definição moderna, de aumento (inflação) e diminuição (deflação) no nível geral dos preços, ousou inovar no conjunto de práticas. Dentro da CoCoA e de sua proposta de mensuração através de preços de saída, a mesma rejeita outros padrões e o custo histórico acaba tornando-se uma mensuração “ilógica”, tal como retratado nas publicações *Accounting and Shifting Price Levels* (1949), *Accounting and Inflation* (1952), *Effects of inflation on Financial Strategy* (1952) e *Financial Practice and Fiscal Policy* (1952). Com isto, uma das principais funções da teoria é a correção dos equívocos ocorridos na mensuração de ativos e passivos, juntamente da nova abordagem epistemológica e metodológica.

Após a publicação de cada novo artigo grandes ícones da contabilidade já faziam seus palpites e apontavam falhas no sistema. Quanto à defesa da mensuração em preços de saída houve pareceres notáveis, incluindo o fogo-amigo de alguns teóricos. Como observado por alguns, em um mercado perfeito os preços de saída e de entrada seriam os mesmos, portanto um empreendimento deveria, ao menos em teoria, comprar um ativo por determinado preço e vendê-lo imediatamente pelo mesmo preço (Persson, 2013, p. 173). Ponderações surgiram deste fato:

Na verdade, a maior fraqueza da teoria de Chambers reside em negligenciar o fato de que, em primeiro lugar, a abordagem do valor de saída só é válida sob as condições restritas de mercados “completos e perfeitos” e, em segundo lugar, que, na falta dessas condições, outras abordagens de avaliação têm de ser consideradas para garantir a contabilização do valor justo (Mattesich, 2008) [traduzido do inglês]

A resposta de R. J. Chambers provavelmente seria de que a afirmação não procede, pois a utilização de preços de saída foi pensada em qualquer condição e a hipótese do mercado perfeito não seria um empecilho por ser uma condição imaginária. Para ele, ao contabilizar em preços correntes de mercado os demonstrativos retratariam a verdadeira realidade dos ativos para o usuário. O autor também queixou-se bastante das interpretações errôneas feitas por algumas dessas críticas, em especial as direcionadas à CoCoA. O artigo *Continuously Contemporary Accounting: Misunderstandings and Misrepresentations* (1976) reúne os argumentos de quatro trabalhos críticos sobre o pensamento chamberiano e os refuta concisamente: i) A CoCoA não faz uso do custo de reposição em hipótese alguma. Não faz uso do custo dos ativos ou de índices de ajuste com propósito de derivar valores históricos. Receitas e despesas em preços correntes não implicam tais ajustes, pois estes são montantes atualizados. Essas conclusões presumem que não existe variação na liquidez de ativos não-monetários de

ano para ano, algo não aceito sob a CoCoA (Chambers, p. 139-140); ii) A CoCoA não utiliza preços de custo (passado, presente ou futuro) para derivar o valor dos ativos. Ela utiliza equivalentes monetários históricos (Chambers, p. 139-142).

Outros julgamentos foram feitos ao fato de Chambers rejeitar os custos de reposição de ativos associando-o a uma quebra do princípio da “continuidade”. Outra acusação dita por Chambers como improcedente. Interessante é saber que o estudioso acreditou no uso de custos de reposição, ajuste por indexador e valor presente até 1963, quando então vieram insights mais aguçados, já que os preços de venda começavam a lhe parecer o tipo de informação mais útil no planejamento futuro das empresas. Para substanciar melhor a escolha pelo preço de saída uma analogia faz-se necessária. E por que não a clássica compra de um automóvel? Um carro comprado em uma loja por \$50.000,00 ao sair do showroom irá custar imediatamente, digamos, \$45.000,00. A posição financeira do proprietário é de \$45.000,00 e ele não agiu de forma tola “perdendo” \$5.000,00. Tolo nesse caso seria afirmar que a posição financeira imediatamente antes e após a compra são as mesmas. O valor do ativo, portanto, será o valor de venda do veículo, ou seja, o preço de mercado. Essa é a lógica simples por trás desta forma de mensuração. Embora existam vários gargalos na aplicação desta ideia, tal como viabilidade técnica para vários ativos, o corpo teórico de Chambers segue durante toda sua obra na cauda deste raciocínio.

Apesar de um corolário simples, existe um problema que pode afetar esta lógica. Qualquer um pode ter noção de que a posição financeira em dado tempo é apresentada pela diferença entre os direitos e as obrigações e todo o montante de dívida. O mesmo aplica-se à condição financeira de uma pessoa. Por exemplo, no caso de informações que envolvam dinheiro é preciso reconhecer que existe subjetividade envolvida, tal como na afirmação de Chambers de que “nós não queremos e nem valorizamos o dinheiro por si só; ele nem nos alimenta e nem nos esquenta [...] O foco da atenção é no valor dele”. Analisar o dinheiro descolado de sua função de troca é, portanto, inócuo.

Na posição de Chambers a noção de realização-reconhecimento está acima do valor monetário de bens fungíveis. A realização-reconhecimento é associada à liquidez do ativo no mercado, portanto, neste sentido, a mensuração é um reflexo da subjetividade dos preços em uma economia. As fundações da mensuração exigem anuência sobre suas definições e padronizações básicas em suas escalas evitando, por exemplo, a errônea ideia de que o dinheiro é uma unidade de medida estável. Todo corpo de conhecimento é orientado por uma estrutura conceitual e para o autor a ferramenta auxiliar desses axiomas será o mercado de preços, por servir como um suposto padrão verificável. Outro exemplo que justifica os preços de saída: se alguém possui \$10.000 em dinheiro e não deve nada, sua riqueza é de \$10.000. Se o mesmo possui \$5.000 e \$5.000 em títulos que valem 40% descontados no mercado, a sua riqueza não é de \$10.000, porém equivalente ao total de \$8.000. Somar as duas formas de “dinheiro” seria tolice pois o grau de liquidez é diferente.

Ainda seguindo o raciocínio da CoCoA, em “*Floccinaucinihilipilification In Accounting - Does It Matter*” (1996a) o autor traz uma série de questionamentos, abusando sempre da figura de linguagem anafórica. E como sempre com conclusões puramente lógicas do tipo “A é igual a B, logo há um conflito claro com a afirmação A é igual a não-B”. No próprio título (uma palavra que combina radicais latinos de forma jocosa) revela sua intenção com o

artigo, que é discutir a ciência contábil por um ponto de vista linguístico. Chega até mesmo a recorrer à arte e à literatura para explicar a subjetividade impregnada em diversos conceitos aparentemente óbvios, citando, entre outros, Goethe e Montgomery:

A vigilância eterna é o preço da liberdade e também da contabilidade [...] Vamos lutar por uma contabilidade honesta, declarações claras e divulgação completa de todos os fatos essenciais [...] Vamos lutar por termos contabilísticos de fácil compreensão. Vamos lutar contra “palavrões”. Vamos lutar contra a baboseira quando e onde ela aparecer (Montgomery 1937, pp. 81, 92 apud Chambers, 1996a) [traduzido do inglês]

Nesta citação, Montgomery contesta o que na língua inglesa é conhecido como uma *weasel word* e a presença de termos evasivos no vocabulário contábil, muitas vezes carregado de conceitos extremamente flexíveis. Isto é crucial, pois uma das maiores preocupações da CoCoA é a diminuição do distanciamento entre a prática dos relatórios financeiros e a teoria contábil, muitas vezes evidente em normas/regras contraditórias que sistematicamente precisam impor exceções umas às outras. A própria terminologia, GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) refere-se aos princípios e regras “geralmente aceitos” e não aos princípios “corretos”, como preconiza uma ciência normativa.

4.2. INFLUÊNCIA NO IMPLEMENTAÇÃO DO VALOR JUSTO

A introdução do valor justo (*fair value*) mudou completamente a forma como as demonstrações financeiras são apresentadas, principalmente em uma realidade onde só existiam basicamente custo histórico e alguns derivados. Essa marcação a mercado (*mark to market*), quando permitida ou requerida, serviu também para abarcar relatórios de ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os detratores costumam afirmar que o valor justo não é confiável, pois são difíceis de estimar, além disso, criticam que reportar as oscilações de perdas reversíveis é um desperdício de tempo. Somado a isso citam-se casos onde houve abusos, crises econômicas e escândalos corporativos. De acordo com Persson, Clarke & Dean (2018b), há menções ao termo em 1881 para descrever valores de mercado. Além disso, foi encontrado um registro ainda mais antigo, datado de 1788.

Do ponto de vista dos órgãos reguladores, a primeira norma a consolidar o termo “valor justo” na forma como o conhecemos atualmente foi a IAS 16, emitida em 1982. Este conceito foi posteriormente incorporado em outros padrões contábeis. Em 2011, o IASB (International Accounting Standards Board) emitiu a IFRS 13, uma norma exclusiva para a mensuração do valor justo, estabelecendo assim uma base sólida e consistente para a aplicação desses conceitos nas demonstrações financeiras. Vale frisar também a existência da ASC 820 (SFAS 157), CPC 46 e NBC TG 46.

Conforme a NBC TG 46, para aumentar a consistência e a comparabilidade, existem três níveis de mensuração de valor justo: i) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; ii) Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; iii) Nível 3: dados (inputs) não

observáveis para o ativo ou passivo. Em suma considera-se valor justo o preço de mercado em condições consideradas normais e sem interferências.

Para alguns, Chambers pode ser considerado um dos primeiros defensores do valor justo. No entanto, de acordo com Persson, Clarke & Dean (2018b), o próprio Chambers teria rejeitado essa alcunha, pois ele era contra mensurações que antecipam o futuro, especialmente as de nível 3. Essas mensurações de nível 3 podem utilizar, além da abordagem de mercado, a abordagem de receita e de custo. Embora o conceito de valor justo já existisse antes da obra de Chambers, suas contribuições foram importantes para o debate sobre como a contabilidade deve lidar com a inflação, principalmente por defender uma contabilidade baseada em níveis de preço (*price-level accounting*), utilizando os preços de saída dos equivalentes de caixa corrente (*current cash equivalent*).

A dimensão do legado de Raymond John Chambers, evidenciada pela *Continuously Contemporary Accounting* (CoCoA), seus 300 artigos e uma dúzia de livros, reforça significativamente sua influência nas práticas contábeis futuras. A precisão das informações financeiras de uma entidade e sua capacidade de se adaptar ao ambiente econômico levaram-no a defender de forma radical que o preço de saída atualizado deveria ser a única base para a elaboração dos relatórios contábeis. Embora não possa ser considerado o "pai do valor justo", Chambers pode certamente ser reconhecido por antecipar de maneira prudente a necessidade de uma sólida "estrutura conceitual" (*conceptual framework*) para a contabilidade. No final das contas, seu apelo por conceitos claros e bem definidos foi parcialmente atendido. Ele também merece crédito por promover a mensuração pelo preço de saída real (no sentido econômico) como um precursor da contabilidade pelo valor justo, abordagem que ele endossou por quase meio século (Persson, Clark & Dean, 2018).

4.3. CONTABILIDADE NORMATIVA VS. CONTABILIDADE POSITIVA

Epistemologia significa discurso (*logos*) sobre a ciência (*episteme*), ou seja, o estudo reflexivo da ciência. Neste ramo é possível debater o que seria um fato científico válido e quais modelos devem ser utilizados para alcançar este fato. O empirismo, por exemplo, foca na experiência e percepção do ambiente para alcançar suas conclusões. O construtivismo social rotula todo achado de discurso, logo dependente do seu interlocutor. O reducionismo quebra a realidade em vários pedaços, tentando explicar qualquer campo do conhecimento através da sua divisão em partes menores. A contabilidade por sua vez também está sujeita às indagações da filosofia da ciência e deve, portanto, incluir em seu rol os modos como as contribuições acadêmicas são realizadas.

Embora existam esforços para uma melhoria, hoje nas pesquisas de contabilidade pairam algumas adversidades oriundas da falta de mérito desta discussão. Um fato deveras interessante é que na pesquisa realizada por Théóphilo & Iudícibus (2005, p. 166) foi constatado que 68% dos trabalhos amostrados não faziam referências aos estudos anteriores sobre o mesmo tema. Um percentual alto que concorre para o retrabalho e que ignora as

contribuições de temas já reiterados diversas vezes na literatura. Sem esses fundamentos eis que surge um problema na edificação e acumulação de avanços. A tautologia torna-se apenas o sintoma dentro de uma disfunção na forma de fazer conhecimento. Para R. J. Chambers a resposta estaria em uma ciência axiomática, rigorosa e com uma abordagem praticamente algébrica. A contabilidade no papel de ciência está diretamente ligada a essas questões e tal como outros ramos as diferenças não começam na epistemologia. De acordo com os estudos do professor português José Marques de Almeida (Apotec, 2010) a ciência contábil está longe de ser unificada, todavia uma panóplia de teorias bastante divergentes. A título didático criou-se a seguinte classificação:

Tabela 2 - Natureza das Teorias Contábeis

Condição	Natureza	Observação
Teorias DA Contabilidade	Descritiva	Explicação da teoria das contas e partidas dobradas. Início da Contabilidade.
Teorias PARA Contabilidade	Normativa	Encontro da Contabilidade com Direito e Economia. Substituição do conceito de “utilitarismo” pelo de “verdade”.
Teorias SOBRE Contabilidade	Positiva	Bases na Escola de Chicago e na Teoria da Agência. Predominantemente empírica.
Teorias PARA, SE e SOBRE Contabilidade	Normativa-Condiciona	Busca do pragmatismo e do conhecimento puro e/ou desinteressado.
Teorias À VOLTA da Contabilidade	Histórica e Sociológica	Assunção da não-neutralidade. Visão da técnica e do fenômeno social.

Fonte: adaptado de APOTEC (2010)

Para avançar no tema resta confirmar que inexistente qualquer tipo de unanimidade na forma de fazer ciência e que a contabilidade também se exclui desta unanimidade. Seja através do conhecimento *a priori* (independente da experiência), adotado por Chambers, ou *a posteriori* (através da experiência). Visto isto, mais um agrupamento é sugerido por José Marques (2010), marcando-se então seis grandes rupturas no decorrer dos séculos, com R. J. Chambers sendo o precursor da terceira:

Tabela 3 - Rupturas Epistemológicas em Contabilidade

Ordem	Ano	Rupturas epistemológicas	Objecto de Contabilidade
Primeira	1494	Luca Pacioli <i>Tratado de computis et scripturis</i> Escola descritiva	O processo e a técnica de registo por meio dos sistemas de contas, empregando a técnica dualista.
Segunda	1928	Wernner Sombart <i>La comptabilité</i> Escola Histórica da Contabilidade	Interpretação da contabilidade e das suas práticas por referência a variáveis históricas, sociais, económicas, jurídicas, etc.
Terceira	1955	Ray J. Chambers <i>Blueprint for a theory of accounting</i> Escola normativa	Construção de uma teoria para a contabilidade por via dedutiva.

Quarta	1964	Richard Mattessich <i>Accounting and analytical methods</i> Escola normativa-condicional	Na ausência de uma teoria geral, a contabilidade deve ser feita por medida tendo em conta a relação fins/meios.
Quinta	1979	Watts Zimmerman <i>Positive accounting theory</i> Escola positiva da contabilidade (Rochester)	Explicação dos comportamentos dos agentes através das escolhas contabilísticas.
Sexta	1980	Anthony Hopwood e outros <i>Accounting in its social context towards a History</i> Escola crítico-radical da contabilidade	O fenómeno contabilístico é considerado contingente. As escolhas contabilísticas são determinadas por variáveis externas: históricas, económicas e sociológicas.

Fonte: Apotec (2010)

4.4. ASCENSÃO DA TEORIA CONTÁBIL POSITIVA

Em meio a emersão de tantas correntes epistemológicas algumas acabaram controlando a harmonia entre os pesquisadores. Por um tempo a abordagem normativa (“como deve ser”) foi uma delas. Este paradigma foi dominante até meados de 1970, um período de grande propagação de discussões acerca da metodologia científica e uma época promissora para profusão de postulados e bases axiomáticas, o que levou até mesmo essa época de ser apelidada de “década do despertar” e “era de ouro” da pesquisa *a priori* em contabilidade. Logo após esse período houve uma abrupta queda ocasionada pela ascensão da abordagem positiva (“o que é”).

Esta grande alteração gerou também uma radical mudança na concepção do que viria a ser um fato científico nas ciências sociais. O avanço da tecnologia foi um fator crucial, pois os pesquisadores foram seduzidos pelo potencial do processamento de dados em grande escala. Surgia assim uma forte pressão do positivismo como “verdadeiro conhecimento científico”. O crescimento dessa corrente ceifou as tentativas de criar uma disciplina contábil independente (Gaffikin, 2000). Pesquisadores da contabilidade e de outras áreas foram largamente influenciados pelo processamento computadorizado e pelo financiamento privado que surgia de grandes empresas:

Watts (1995, p. 299) descreveu uma razão para a mudança para a investigação contabilística neo-empírica e positiva no final da década de 1960 e início da década de 1970. Isto deve-se ao fato de as escolas de gestão dos EUA terem sido encorajadas por grupos industriais e empresas a envolverem-se em investigação mais “orientada para os negócios” e a fazerem maior uso das “disciplinas subjacentes”. Este apelo foi apoiado por recursos de financiamento (Gaffikin, 2005) [traduzido do inglês]

A Teoria Contábil Positiva (TCP/PAT) é claramente uma expressão da teoria econômica neoclássica e sua crença no *homo oeconomicus*, aquele baseado no auto-interesse material. Existem, de acordo com Gaffikin (2005, p. 10), três hipóteses cruciais para esse pensamento: i) Teoria da Agência; ii) Titular da Dívida e Proprietário-gerente; iii) Custos Políticos. Baseando-se no empirismo e na hipótese do mercado eficiente, essa ascensão teve ícones como os também australianos Ray Ball e Phillip Brown, os quais contam com um vasto número de

citações acadêmicas. No domínio de finanças comportamentais Richard Thaler criou uma área de pesquisa inovadora, especialmente com o paper *Mental Accounting and Consumer Choice* (1985). Todos estes adotando a nova ortodoxia científica.

Segundo Mendonça Neto et al. (2009) a proporção de publicações de viés positivista, em congressos no Brasil, pode chegar até quatro para um em comparação aos de viés normativo, com menor desequilíbrio entre os dois vieses em centros de ensino que possuem mestrado e doutorado em contabilidade. Ainda na mesma pesquisa o número de autores exclusivamente positivistas foi de 480, com mais 40 que abordavam ambas perspectivas, num universo de 596. Outra pesquisa feita por Sousa Gomes (2013) constatou um fosso ainda maior, obtendo entre os periódicos pesquisados um resultado de 11 artigos com postura teórica normativa e 187 artigos com postura positiva. As fontes apresentadas corroboram com o trabalho realizado por Theóphilo & Iudícibus (2005), que possui uma proporção aproximada de três para um em favor da Teoria Contábil Positiva. O fato é que as fundações da contabilidade hoje são predominantemente positivistas – quando o conhecimento deriva da experiência sensorial e assimilação a posteriori – e que houve fortes incentivos para isso. Derivar a origem da expressão pode fornecer mais algum subsídio.

TCP deriva seu nome da economia, especificamente de dois economistas, John Neville Keynes (em 1891) e Milton Friedman, nenhum dos quais se referiu à teoria positiva, mas sim à ciência positiva [...] Friedman adotou a ideia de a ciência positiva estar preocupada com “o que é”, mas a sua teorização é melhor descrita como instrumentalismo, em que as teorias são úteis apenas como instrumentos para gerar previsões bem-sucedidas sobre fatos observáveis. (Gaffikin, 2003, p. 14) [traduzido do inglês]

A constatação de Gaffikin (2003) descreve que a Teoria Contábil Positiva surgiu como uma “instrumentalização” da pesquisa e que obteve grande respaldo do renomado economista Milton Friedman da Escola de Chicago, assim como em John Neville Keynes, pai do economista John Maynard Keynes. Além dessa origem histórica, é importante entender o duelo das diferentes formas de pensamento, principalmente do empirismo neoclássico em respostas à abordagem normativa da contabilidade. Por fim, outros pontos que ajudaram na derrocada do normativismo foram a suposta exaustão dos temas tratados, complexidade do método, repetição de assuntos, falta de demanda, novas linhas editoriais científicas e etc.

4.5. CRÍTICA DE CHAMBERS À TEORIA CONTÁBIL POSITIVA

Como era de se esperar, R. J. Chambers não moderou as críticas à TCP, chamou de “culto” o adorno de palavras como “científico”, “positivo” e “empírico” “baseado na economia”. Afirmou inclusive que “uma falsificação não se torna realidade, uma mentira, verdade, uma ficção, fato, apenas pela repetição” (Chambers, 1993, p. 5). Além da comparação a uma seita, acusou-a de ser usuária do duplipensar e da novilingua de George Orwell. Em indagações mais brandas, questionou-se a aversão da teoria positiva em prescrever, mas de implicitamente (e explicitamente) endossar a contabilidade tradicional baseada no custo

histórico (Chambers, 1993, p. 25). As réplicas foram, quando não tomadas pelo silêncio, feitas à altura. Bernard Colasse (2005), por exemplo, pontua:

Chambers é inegavelmente um dos maiores autores do século XX; no entanto, paradoxalmente, ele é talvez menos um investigador do final do século XX do que um pensador do século XIX [...] E a sua principal contribuição consiste em propor um arcabouço capaz de aperfeiçoar a prática contabilística, para a torná-la mais rigorosa e mais 'científica'. No entanto, ele dedica pouco esforço para validar este arcabouço, considerando implicitamente que a crítica profunda (inspirada na economia) da qual ele procede oferece uma justificação lógica. Nisso ele se aproxima de um missionário-especialista do século XIX cuja ambição é transformar a sociedade. (Colasse, 2005 apud Mattesich, 2008) [traduzido do inglês]

Ainda que existam outros nomes memoráveis, é quase certo que Chambers foi o primeiro escritor da literatura contábil a aplicar tamanho rigor científico e a empregá-lo no desenvolvimento de uma teoria (Gaffikin, 2000). O paradigma chamberiano parece aproximar a ciência contábil da matemática, enquanto o paradigma de Watts e Zimmerman a aproxima da flexibilidade de outras ciências sociais somada à estatística. Existe, inclusive, um mito de isolamento em torno da dicotomia normativo/positivo, algo que levou a acusações mútuas do uso de metodologias defeituosas. Gaffikin (2000) constata que o método chamberiano não rejeita completamente a avaliação empírica. Sobretudo a grande diferença entre as duas metodologias está basicamente nas prioridades. Em outras ocasiões ainda acrescenta-se que há muita imprecisão na definição dos dois termos.

Chambers aparentava estar ciente do auxílio do conhecimento *a posteriori* em suas formulações, portanto direcionava seus julgamentos mais ao lado prático da teoria positiva. Muito embora a TCP possa ser útil, para o autor ela não possui sustentação sólida, sendo comparável ao teorema do macaco infinito descrito pelo matemático Émile Borel. Neste teorema afirma-se que um macaco digitando de modo aleatório em uma máquina de escrever por um intervalo de tempo infinito certamente irá produzir em determinado momento qualquer texto previamente escolhido, como por exemplo a obra de William Shakespeare. Portanto, para Chambers, o rigor na Teoria Contábil Positiva sem o uso apriorístico da lógica está fadado ao improviso aleatório.

Vale lembrar que o aumento do rigor vai além da “matematização” da ciência contábil e a defesa feita por Ross Watts e Jerol Zimmerman também constitui uma forma de “matematização” de padrões contábeis sustentados pela base do positivismo científico. Os pais da Teoria Contábil Positiva, Watts and Zimmerman, seguiram com a instrumentalização da pesquisa e à luz do argumento popperiano, de que a “boa” pesquisa contábil precisa ser testada (e ter sua base de dados processada através de computadores). O centro de propagação do positivismo nas ciências sociais, inclusive na contabilidade, foi certamente a Escola de Chicago, uma referência à linha de pensamento de vários economistas com filiação na universidade localizada no estado norte-americano de Illinois. Dentre os estudiosos deste centro estão vários prêmios Nobel, tendo as ciências econômicas o maior número de laureados. Nomes como Gary Becker, Ronald Coase, Eugene Fama, Frank Knight, Robert E. Lucas, Milton Friedman e Richard Posner.

Nem sempre as áreas tiveram a harmonia devida, mas apesar disso Persson (2013) afirma que R. J. Chambers também buscou raízes econômicas e incorporou em sua teoria grande parte do legado de J. B. Canning e da Escola Austríaca:

Canning (1929) foi escolhido como modelo para os leitores que escolheram o caminho de Chambers para incorporar a teoria econômica na teoria contábil [...] Tanto Canning como Chambers estavam interessados na tomada de decisões econômicas individuais. Canning era um economista treinado que escreveu uma TCD baseada em ideias de sua área. Chambers parece ter sido consideravelmente influenciado por ele e por acadêmicos da escola austríaca de economia. Hayek (1941; 1945), Lachmann (1956) e von Mises (1934; 1949) são referenciados em AE&EB (1966a). (Gaffikin, 2013) [traduzido do inglês]

De qualquer modo, a TCP floresceu além da influência econômica. Ball & Brown (1968) e Beaver (1968) foram peças principais ao introduzir nas pesquisas de contabilidade financeira os métodos empíricos e nos anos seguintes se tornaram praxe. Para Chambers a maior preocupação foi o avanço de uma ciência supostamente “livre de valor”, mas carregada de apontamentos e indicações. Em suma, houve uma considerável preocupação com a suposta “neutralidade científica” trazida pelo empirismo.

Tabela 4 - Críticas de R. J. Chambers à TCP

Crítica	Observação
Falta de Rigor Científico	Sem bases sólidas e pouca aplicação do método dedutivo, as suposições ganharam espaço na ciência. Axiomas também perderam espaço para definições vagas.
Ausência de Abordagem Sistemática	A criação do CoCoA de forma sistêmica e coerente foi uma resposta de como o autor acreditava que a contabilidade deveria ser praticada.
Prescrições sem Justificação Adequada	Os órgãos reguladores impuseram muitas regras sem justificativa suficiente, desvirtuando o propósito e perdendo o foco no usuário da informação.
Impossibilidade de Neutralidade Absoluta	Afirmar que inexistem interesses pessoais e poder de influência na visão do autor é perpetuar o <i>status quo</i> e frear a evolução do conhecimento contabilístico.

Fonte: elaboração própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência de uma evolução, a ciência contábil transformou-se em uma tecnologia avançada da estrutura social e do controle organizacional. Após os esclarecimentos

levantados fica evidente que R. J. Chambers buscou uma forma de aprimorá-la, tendo como resultado concreto um sistema denominado CoCoA, com base nos preços de saída, equivalentes correntes de caixa, em detrimento do custo histórico e outros. A CoCoA propôs-se a ser o manual da bússola empresarial, isto é, o modo eficaz de produzir relatórios financeiros. Apesar de boa parte dos ensinamentos do autor serem deixados de lado por causa de sua dificuldade prática, ainda é preciso reconhecer sua importância na teoria contábil subsequente. Chambers lutou pela aceitação da comunidade contábil, além disso acreditou na supremacia da lógica e da racionalidade. Sua ambição não era portanto desmanchar o trabalho realizado durante séculos, mas criar um sistema que pudesse aproximar a ciência contábil do conceito de verdade.

Com um método pragmático e uma metodologia heterodoxa, conseguiu demonstrar toda a fragilidade do positivismo-empirismo. Não se contentando apenas com uma teoria rigorosa, partiu em busca de aceitação das instituições contábeis e principalmente dos usuários da informação. Mesmo com toda determinação, seu impacto ficou muito aquém da sua proposta inicial de “revolução copernicana”. A causa de seu insucesso possivelmente adveio da resistência natural à mudança e a uma potencial utilização ainda maior do que se conhece por *libro segreto*.

Preocupações com os rumos da pesquisa científica em contabilidade já foram expressas por diversos estudiosos (Iudicibus & Martins, 2023; Martins, 2005). Paralelamente, persiste a indiferença das práticas financeiras em relação às abordagens propostas pelas Teorias Contábeis Didáticas (Chambers, 1999b; Persson, 2013, Persson et al., 2018). Embora o positivismo tenha emergido como um novo paradigma, questiona-se agora sua capacidade de subsistir sem a contribuição da criatividade normativa. A questão central reside em como revitalizar o ciclo virtuoso entre essas duas correntes, promovendo uma colaboração eficaz. Reacender o pensamento daquele que dedicou sua vida à manutenção do conhecimento contábil não é apenas relevante, mas essencial em nossa atualidade.

6. REFERÊNCIAS

- Al-Hogai, A., & Previts, G. J. (2001). Raymond J. Chambers' Contribution to the Development of Accounting Thought. *Accounting Historians Journal*, 28(2).
- Apotec. (2010). VI Jornada de História da Contabilidade. Anais: Coimbra.
- Carqueja, H. O. (2003). O conceito de riqueza na análise económica – apontamentos. In Seminário GRUDIS (2003, Porto), Anais. Universidade do Porto.
- Costa, A. P. P. (2009). Contabilidade como teoria positiva: Uma nota sobre Chambers (1993) contra Watts, Zimmerman (1986). *Contabilidade Vista & Revista*, 9(4), 37-43.

- Ball, R., & Brown, P. (2013). An empirical evaluation of accounting income numbers. In *Financial Accounting and Equity Markets* (pp. 27-46).
- Bedford, N. M. (1982). The Impact of Chambers on the Scope of Accounting: An Analysis and Extension. *Abacus*, 18(2), 112-118.
- Beston, G. J. (1967). Accounting, Evaluation and Economic Behavior Review. *The American Economic Review*, 57(1), 297-299.
- Chambers, R. J. (1966). *Accounting, Evaluation and Economic Behavior*. Prentice Hall.
- Chambers, R. J. (1967). The Mathematics of Accounting and Estimating. *Abacus*, 3(2), 163-180.
- Chambers, R. J. (1970). Second Thoughts on Continuously Contemporary Accounting. *Abacus*, 6(1), 39-55.
- Chambers, R. J. (1974). Third Thoughts. *Abacus*, 10(2), 129-137.
- Chambers, R. J. (1976). Continuously Contemporary Accounting: Misunderstandings and Misrepresentations. *Abacus*, 12(2), 137-151.
- Chambers, R. J. (1979). Usefulness - The Vanishing Premise in Accounting Standard Setting. *Abacus*, 15(2), 71-92.
- Chambers, R. J. (1993). Positive Accounting Theory and the PA Cult. *Abacus*, 29(1), 1-26.
- Chambers, R. J. (1996a). Floccinaucinihilipilification In Accounting — Does It Matter?. *Australian Accounting Review*, 6(11), 16-22.
- Chambers, R. J. (1996b). Ends, Ways, Means and Conceptual Frameworks. *Abacus*, 32(2), 119-132.
- Chambers, R. J. (1998). Wanted: Foundations of Accounting Measurement. *Abacus*, 34(1), 36-47.
- Chambers, R. J. (1999a). The Case for Simplicity in Accounting. *Abacus*, 35(2), 121-137.
- Chambers, R. J. (1999b). The Poverty of Accounting Discourse. *Abacus*, 35(3), 241-251.
- Chambers, R. J. (2000). Early Beginnings: Introduction to Wisdom of Accounting. *Abacus*, 36(3), 313-320.
- Colasse, B. (2004). Raymond John Chambers: un précurseur de la comptabilité en juste valeur. In *EMS, Les grands auteurs en comptabilité*.
- Costa, A. P. da. (1998). Contabilidade como Teoria Positiva: Uma nota sobre Chambers (1993) contra Watts, Zimmerman (1986). *Contabilidade Vista & Revista*, 9(4), 37-43.
- Gaffikin, M. J. R. (1987). The Methodology of Early Accounting Theorists. *Abacus*, 23(1), 17-30.
- Gaffikin, M. J. R. (1992). Accounting Methodology and the Work of R. J. Chambers. *The Accounting Historians Journal*, 19(2), 182-185.
- Gaffikin, M. J. R. (2000). Chambers on Methods of Inquiry. *Abacus*, 36(3), 285-297.
- Gaffikin, M. J. R. (2003). The A Priori Wars: The Modernisation of Accounting Thought. *Accounting Forum*, 27, 291-311.

- Gaffikin, M. J. R. (2005). Accounting Research and Theory: the age of neo-empiricism. Accounting & Finance Working Paper, University of Wollongong, (05/07).
- Gaffikin, M. J. R. (2006). The Critique of Accounting Theory. Accounting & Finance Working Paper, University of Wollongong, (06/25).
- Iudícibus, S., & Martins, E. (2023). Algumas reflexões sobre pesquisa contábil e algumas (pesadas?) afirmações e conclusões. *Advances in Scientific and Applied Accounting - ASAA Journal*, 16(3), 001-004.
- Leftwich, R. W. (1969). A critical analysis of some behavioral assumptions underlying R.J. Chambers' "Accounting, evaluation and economic behavior". Queensland Papers.
- Martins, E. (2005). Normativismo e/ou positivismo em contabilidade: qual o futuro?. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16, 3-3.
- Mattessich, R. (2008). Two Hundred Years of Accounting Research: An International Survey of Personalities, Ideas and Publications (from the Beginning of the Nineteenth Century to the Beginning of the Twenty-first Century). Routledge, New York, 8.
- Mattessich, R. (2010). Critique of Accounting: Examination of the Foundations and Normative Structure of an Applied Discipline. Quorum Books.
- Mendonça Neto, O. R. de, Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2009). Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. *Rev. adm. empres.*, São Paulo , 49(1).
- Persson, Martin. E. (2013). The Rise and Fall of Comprehensive Accounting Theories: R. J. Chambers and Continuously Contemporary Accounting. SSRN 2329188.
- Persson, M. E., Clarke, F. L., & Dean, G. W. (2018a). Accounting Thought and Practice Reform: Ray Chambers' Odyssey. Routledge.
- Persson, M. E., Clarke, F. L., & Dean, G. W. (2018b). The history of the fair value term and its measurements. In *The Routledge Companion to Fair Value in Accounting* (pp. 181-198). Routledge.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas.
- Sousa Gomes, G. (2013). Análise Epistemológica em Contabilidade Publicada em Periódicos Nacionais. (UFU, Mestrado em Administração).
- Theóphilo, C. R., & Iudícibus, S. (2005). Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. *UnB Contábil*, 8(2), 47-175.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112-134.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156.

Solidez Fiscal nos Entes Subnacionais: Qualidade da informação como um critério da Capag

LUCAS MOURA NUTELS

Universidade Federal de Alagoas

MARÍLIA ALEXANDRE DE LIMA ALVES

FUCAPE BUSINESS SCHOOL

JEFFERSON TADEU PEREIRA

Universidade Federal de Pernambuco

TIAGO ALMEIDA SILVA

Universidade Federal de Alagoas

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS

Universidade Estadual de Alagoas

ERIVALDO OLIVEIRA DE MATOS

Estácio de Sá

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa exploratória acerca da evolução da classificação de solidez fiscal (*rating*) até a proposta de adoção do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) como um critério da Capacidade de Pagamento (Capag). Esta medida é oriunda do Novo Ciclo de Cooperação Federativa e pretende aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade fiscal através de incentivos no Sistema de Concessão de Garantias, pelo qual a União oferece aval nas operações de crédito em que os entes subnacionais apresentam baixo risco macroeconômico e sistêmico. Tendo em vista a adoção do ICF como critério da Capag, este estudo teve como objetivo avaliar o novo capítulo inaugurado nas finanças públicas, onde será necessário aos órgãos de contabilidade subnacionais demonstrar todo protagonismo na produção de informações contábeis e fiscais. Segundo o formulário da consulta pública divulgada em julho de 2023, uma das condições estabelecidas será a criação de indicadores de governança juntamente de prêmios e penalidades com impacto na nota final da Capag. Um dos pontos abordados determina que o ente subnacional, quando possuir nota máxima no ICF, ganhará o direito ao *fast track* nas análises do Pedido de Verificação de Limites (PVL) processadas no âmbito da operação de crédito. Por outro lado, na hipótese de uma baixa qualidade da informação contábil e fiscal, o ente subnacional sofrerá, segundo a consulta, o rebaixamento de dois níveis na nota final da Capag. Os resultados evidenciaram uma perceptível semelhança entre as notas atribuídas pelo ranking e os pareceres da auditoria contábil, onde as notas mais baixas são caracterizadas por algum erro significativo. Por fim, esta pesquisa ajuda a compreender melhor os estímulos aventados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na busca pelo aprimoramento da gestão fiscal, equilíbrio das contas públicas e uso eficiente dos recursos governamentais.

Palavras-chave: Finanças Públicas, Capag, Informação Contábil, Qualidade Contábil.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em Busca da Sustentabilidade Fiscal

No Brasil a história recente das finanças públicas remete aos discursos da Assembleia Constituinte, dos quais originou-se a Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988. Na sétima constituição brasileira ficou reservado, em um dos seus nove títulos, um espaço somente sobre “Tributação e Orçamento”. Nele é possível observar o funcionamento do Sistema Tributário Nacional, repartição das receitas e algumas regras do Direito Financeiro. Com a Constituição de 1988, foram criadas as figuras das peças orçamentárias, conhecidas também como Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA). Essas peças incorporaram de vez o planejamento na gestão pública, ainda que não possuam ainda todas as características da plurianualidade ideal proposta pelo Quadro das Despesas de Médio Prazo (*Medium-Term Framework*). Para evoluirmos no planejamento e atingir um padrão de MTEF precisaríamos ainda de prioridades melhor definidas, integração com os planos setoriais e mais tomada de decisão com base em evidências (Brumby *et al.*, 2013).

Vale frisar que a constituição também recepcionou a Lei nº 4.320/1964 com o status de lei complementar, a qual estatui normas gerais de direito financeiro e supre a necessidade de regulamentação do Art. 165, § 9º da constituição. Abrangendo União, Estados, Municípios e Distrito Federal, a referida lei dispõe sobre etapas da receita, etapas da despesa, proposta orçamentária, execução do orçamento, créditos adicionais, exercício financeiro, restos a pagar e balanço anual. Ressalte-se que a Lei nº 4.320/1964 manteve-se resistente à prova do tempo e passou quase inalterada pelas constituições de 1967, 1969 e 1988. Na década de 1990, com a evolução natural das contas públicas e das práticas internacionais, ficou evidente que era necessário mais um passo para manter as instituições em sintonia com a comunidade internacional (Peres *et al.*, 1999). Neste contexto houve também em meados de 1997 a eclosão de uma grave crise fiscal que vinha se aprofundando e assolou diversos estados brasileiros, algo que criou as condições favoráveis para aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida também como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dividindo a competência com a Lei nº 4.320/1964 na materialização do Art. 163, a LRF versa sobre limites, metas e controles em áreas importantes como despesa com pessoal,

resultado fiscal, endividamento, restos a pagar e disponibilidade de caixa. Ademais trouxe um avanço no relacionamento do Tesouro Nacional com o Banco Central do Brasil (BCB), melhorando a condução da política monetária e trazendo uma divisão mais clara de papéis. Todos aspectos voltados ao benefício do processo de continuidade da gestão pública. Se neste processo de amadurecimento a Constituição trouxe a figura do planejamento, a LRF trouxe a figura do controle social através da transparência.

No Art. 67 da LRF existe a previsão de um corpo técnico que ainda não foi formalmente criado, o Conselho de Gestão Fiscal (CGF). Composto por todos os Poderes e esferas de Governo, Ministério Público e entidades técnicas representativas da sociedade, cabe ao CGF, segundo o Art. 50, § 2º da LRF, normas gerais de escrituração e consolidação. Até a criação do CGF ficam essas tarefas sob responsabilidade do órgão central de contabilidade da União, no caso a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Atualmente a STN, criada pelo Decreto nº 92.452/1986, junto das Cortes de Contas, tem agido como principal curador das finanças públicas e das regras fiscais no país. Conciliar interesses políticos com interesse de Estado é por si só uma árdua tarefa, porém a dificuldade amplia quando a conjuntura posta é de completa imprevisibilidade. No laboratório “Brasil” os resultados esperados vieram após a sétima experiência de estabilização da inflação crônica, especificamente a partir de 1º de julho de 1994:

Após o Plano Real, não se pode dizer que os desequilíbrios fiscais tenham sido solucionados, mas tornaram-se com certeza mais transparentes [...] O fim do processo inflacionário deu transparência à falta de consistência do modelo macroeconômico, sinalizando a necessidade de fazer escolhas e prever suas conseqüências (Peres *et al.*, 1999)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) com o voto nº 162/1995 iniciou uma grande e complexa negociação que resultou na Lei nº 9.496/1997. Quase imediatamente foi possível observar uma melhora do resultado primário nos estados e queda abrupta da dívida mobiliária. Mendes (2020) aponta diversos motivos para a deterioração fiscal dos entes subnacionais, quais sejam: parlamento federal com viés localista, STF em prol dos estados, concentração de atribuições na STN, abordagem federativa top-down (unfunded mandates), autonomia orçamentária de poderes e órgãos, vinculação de receitas, guerra fiscal, restrição orçamentária fraca, custos difusos e “tragédia dos comuns” (common pool).

Embora a “operação resgate” e a LRF tenham demonstrado bons desfechos, ainda faltava muito trabalho a ser feito. Surgiam então “flexibilizações” conceituais. Mendes (2020) assevera que “gradativamente os estados e municípios foram encontrando brechas no conceito de despesa de pessoal” e que “passaram a usar o artifício de cancelar as ordens de empenho [para

respeitar a disponibilidade de caixa] sem cancelar a despesa propriamente dita”. O julgamento dessas infrações, com o passar do tempo, foi deixado a cargo do jogo democrático, o qual pouco poderia compreender, com profundidade, sobre essas regras e tampouco sobre os truques para burlá-las (cf. Ignorância Racional).

Tabela 1 - Programas e Regimes Fiscais da União, Estados, DF e Municípios

Plano/Regime Fiscal	Legislação	Descrição
PAF Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal	LC nº 9.496/1997	Assunção pela União e reestruturação da dívida dos estados com metas compreendidas no Termo de Entendimento Técnico (TET): 1. Dívida Consolidada/RCL (<i>Antes</i> Dívida Financeira/RL) 2. Resultado Primário 3. Despesas com Pessoal/RCL (<i>Antes</i> desp. funcionalismo púb.) 4. Receitas de Arrecadação Própria 5. Gestão Pública 6. Disponibilidade de Caixa (<i>Antes</i> Taxa de Investimento/RLR)
RRF Regime de Recuperação Fiscal	LC nº 159/2017	Regime especial para estados em grave desequilíbrio fiscal com o benefício de suspensão temporária da dívida e metas estabelecidas no Plano de Recuperação Fiscal: redução de isenções, revisão do regime jurídico único, teto de gastos, leilão RAP, gestão financeira centralizada, previdência complementar e etc.
PEF Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal	LC nº 178/2021	Regime especial para que entes subnacionais com Capag “C” ou “D” possam obter empréstimos com garantia da União.
PATF Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal		Programa voltado aos entes subnacionais para melhoria da situação fiscal. Requisito prévio do PEF, RRF e PAF (Art. 1º, §6º).
NRF Novo Regime Fiscal	EC nº 95/2016	Limitou para a União, por vinte exercícios financeiros (2037), o crescimento da despesa primária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
RFS Regime Fiscal Sustentável	LC nº 200/2023	Conhecido como Novo Arcabouço Fiscal, o Regime Fiscal Sustentável (RFS) substitui o Teto de Gastos da União por uma nova âncora fiscal focada no endividamento.

Fonte: Elaboração própria.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Classificação de Risco de Crédito

A literatura sobre o tema do risco de crédito é vasta e envolve muitas variáveis. Podem ser objeto de classificação títulos governamentais ou corporativos, créditos hipotecários, dívida soberana e fundos. As classificações de risco podem ainda ser subdivididas em curto e longo

prazo, assim como em moeda estrangeira e nacional. As notas atribuídas geralmente são acompanhadas de um viés, sendo eles melhora, piora ou neutralidade (Banco Mundial, 2022).

O risco financeiro geralmente é agrupado nos eixos mercado, operacional, liquidez e crédito, sendo que este último envolve questões de inadimplência, degradação da garantia e risco soberano. Boa parte desse saber-fazer vem das Agências Avaliadoras de Crédito (Credit Rating Agency), as quais fazem parte de um mercado extremamente concentrado. São conhecidas como “big three” as companhias Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings. Essas três agências de rating ficaram bem conhecidas com a crise do subprime em 2008 pelo default de títulos triple A (AAA), porém houve apenas uma ínfima deterioração na imagem dessas empresas nos anos posteriores.

Gordy (2000) compara os modelos CreditMetrics, do RiskMetrics Group, e CreditRisk+, do Credit Suisse. No artigo é apresentada a influência desses métodos na comunidade e como eles se tornaram referências. Gordy (2000) estabelece que as taxas de inadimplência devem ter correlação com a estrutura das notas de avaliação de crédito e que ambos modelos estatísticos estudados possuem muita similaridade, corroborando para o fato de que existem vários caminhos para chegar a uma boa previsão da probabilidade de descumprimento financeiro.

Existem também modelos mais simples para avaliação de crédito como o 5 Cs (leia “cinco cês”): caráter, capacidade, capital, colateral e condições. É importante frisar que alguns desses modelos possuem foco no histórico de crédito do indivíduo (cf. Registrato do BCB) para formação de uma pontuação. Os indivíduos, diferente das companhias que são avaliadas por uma agência, recebem escores de crédito aferidos por um Serviço de Proteção ao Crédito (Credit Bureau) como Quod, SPC Brasil, Boa Vista Serviços e Serasa Experian. Essas relações microeconômicas buscam refletir, considerando a assimetria de informação, uma premiação adequada ao risco. Por exemplo, bons pagadores tendem a ter mais benefícios.

O Banco Mundial (2022), através do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem dentre seus objetivos desenvolver as nações e fomentar o gerenciamento do risco de crédito, dessarte vem preconizando que as notas de longo prazo devem, na medida do possível, incorporar também os impactos dos ciclos econômicos e ser baseadas em extensas séries temporais. Salienta-se que em 2017 o Banco Mundial integrou a comissão técnica responsável pela reestruturação da Capag com a Consulta Pública STN nº 01/2017. Como resultado foi editada a Portaria MF nº 501/2017, a qual possui o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento dos entes subnacionais brasileiros.

2.2. Arcabouço da Avaliação de Solidez Fiscal

Etimologicamente o conceito de “solidez” diz respeito simplesmente à propriedade física do que é sólido ou de consistência dura, ou seja, de grande resistência a deformações provocadas por determinada força. No tema de finanças públicas a propriedade da solidez incorporou em si a atribuição identificar os bons e os maus pagadores, sendo estes últimos carentes da dita característica. A depender do contexto, são sinônimas as denominações risco de crédito, grau de exposição, condição financeira, sustentabilidade financeira, classificação de risco, capacidade de pagamento e solidez. Em comum entre todas elas, independente da ótica, está a avaliação do cumprimento bem-sucedido das obrigações futuras.

Ceron (2021) reitera que no setor público a solidez fiscal possui uma importância tão grande quanto a econômica e financeira, pois os compromissos quando atingem um nível de colapso comprometem a continuidade dos serviços mais essenciais à sociedade. Uma vez que perdura a falsa dicotomia de que existe uma responsabilidade fiscal separada da responsabilidade social, pode não ser demais rememorar os alertas de Frédéric Bastiat e as lições deixadas pelos ciclos político-econômicos desde a redemocratização.

No cenário brasileiro algumas instituições se especializaram na avaliação da solidez fiscal dos entes subnacionais, sobretudo criando diagnósticos amplos acerca da saúde financeira dos governos municipais e estaduais. Embora existam alguns entes que contratem diretamente os serviços de agências de rating como os das “big three” no âmbito da América Latina, esses casos continuam sendo uma exceção e de necessidades bem específicas.

Tabela 2 - Avaliação de Solidez Fiscal nos Entes Subnacionais Brasileiros

Instituição	Índice	Macro Objetivo	Classificação
Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF	1. Autonomia 2. Gastos com Pessoal 3. Liquidez 4. Investimentos	Qualidade da Gestão	Gestão de Excelência Boa Gestão Gestão em Dificuldade Gestão Crítica
Ranking de Competitividade (CLP)	1. Sucesso do Planejamento Orçamentário 2. Resultado Primário 3. Poupança Corrente 4. Dependência Fiscal 5. Solvência Fiscal 6. Gasto com Pessoal 7. Índice de Liquidez 8. Regra de Ouro 9. Taxa de Investimentos	Competitividade	Indicadores mensurados de 0 a 100

Capag (STN) Portaria nº 5.623/2022	1. Liquidez (Estoque) 2. Poupança Corrente (Fluxo) 3. Endividamento (Estoque)	Risco de Crédito (<i>Default</i>)	Nota A
			Nota B
			Nota C
			Nota D

Fonte: Elaboração própria.

Das instituições que avaliam a solidez fiscal no Brasil é possível inferir que apenas a STN, gerenciadora oficial das informações contábeis do setor público, possui como macro objetivo o risco de crédito. Publicada no mesmo ano da aprovação da lei nº 9.496/1997 (Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal), a primeira portaria da Capag trouxe consigo as condições em que a União poderia atuar como avalista de um contrato de empréstimo, diminuindo o custo (ou risco) da operação e assumindo as parcelas em caso de inadimplência do ente público mutuário.

Ceron (2021) afirma que na literatura o significado de solidez fiscal está estritamente relacionado aos conceitos de solvência financeira (quitar obrigações) e resiliência financeira (suportar crises). Solvência é a capacidade de honrar os credores no curto, médio e longo prazo. Resiliência é a capacidade de absorver choques sem comprometer a solvência. Barbera et al. (2014) dividem a resiliência em uma escala de consciência e capacidade antecipatória, sendo os níveis de resiliência: complacente, passivo, adaptativo e proativo. Segundo os autores, a resiliência pode ser influenciada também pela robustez (estabilidade ao longo do tempo), flexibilidade (rápida reação ao choque) e recuperação (voltar ao estado anterior).

Para avaliação da solidez fiscal, Ceron (2021) propõe um framework próprio similar à atual Capag: Liquidez Geral, Liquidez Essencial, Poupança Corrente, Equilíbrio Orçamentário e Endividamento. Em tese, os cinco indicadores representam três grupos de avaliação: solvência de curto prazo, resiliência e solvência de longo prazo. Pretende-se, portanto, chegar a um índice ordinal em que os entes possam ser avaliados como sólido, regular, frágil e insolvente. Vale destacar que a principal diferença entre os indicadores Equilíbrio Orçamentário e Poupança Corrente é o papel do orçamento de capital na formação da resiliência da instituição, a qual deve ter em vista suas metas de superávit e déficit.

Com a publicação da Portaria MF nº 501/2017 houve um verdadeiro marco nas análises de capacidade de pagamento. A construção da nova metodologia passou pela condução de um processo de consulta pública, da qual surgiram valiosas contribuições e reforçaram a

participação de estados e municípios. Sobre tudo ocorreu um direcionamento de esforços para a transparência e para a simplicidade. Segundo Pellegrini (2017) os únicos três novos indicadores da Capag, que ficaram daí por diante com o mesmo peso, demonstraram entre si uma espécie de hierarquia, na ordem: 1º) Liquidez, 2º) Poupança Corrente e 3º) Endividamento. O autor afirma também que foi acertada a opção por apenas um indicador entre Resultado Primário e Poupança Corrente, pois diminuiu-se a distorção da correlação entre elementos similares.

Tabela 3 - Histórico de Portarias da Capag

Legislação	Indicadores	Observações	Classificação Fiscal
Portaria nº 89/1997	1. Resultado Primário Médio Ponderado Subcategorias 2. Crescimento anual relativo da Receita Tributária Real 3. Resultado corrente 4. Despesas de Pessoal/Receita Corrente Líquida Anual 5. Estoque Anual da Dívida/Receita Líquida Real Anual	• Falta de objetividade no cálculo de resultado • Ausência de realismo • Ausência de padronização • Dificuldade em obter dados atualizados • Falta de “verificabilidade”	Categoria A (aval) Categoria B (aval) Categoria C (aval*) Categoria D Subcategorias (Priorização) 1, 2 e 3
Portaria nº 306/2012	1. Endividamento (Peso 10) 2. Serviço da Dívida na RCL (Peso 9) 3. Resultado Primário Servindo a Dívida (Peso 8) 4. Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na RCL (Peso 7) 5. Capacidade de Geração de Poupança Própria (Peso 4) 6. Participação dos Investimentos na Despesa Total (Peso 3) 7. Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias (Peso 2) 8. Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio (Peso 1)	• Conceitos da LRF • Aumentou a complexidade • “Culto à carga” • Desconsidera liquidez	A+⇒Excelente A/A-⇒Muito Forte B+/B⇒Forte B⇒Boa C+⇒Frac C/C-⇒Muito Frac D+/D/D-⇒Desequil.
Portaria nº 501/2017	1. Endividamento 2. Poupança Corrente 3. Índice de Liquidez	• Foco na simplicidade • Objetivo, transparente e robusto • Cálculo automático Siconfi	Nota A (aval)
Portaria nº 5.623/2022			Nota B (aval) Nota C Nota D

Fonte: Elaboração própria.

Um dos motivos da atual Capag ter mirado na compreensibilidade de seus cálculos, deu-se também devido ao volume de outras análises feitas concomitantemente a um processo de operação de crédito. Com o intuito de otimizar o fluxo, desde 2015 as operações são realizadas

através do sistema denominado SADIPEM através da abertura de um Pedido de Verificação de Limites (PVL). No caso de operações externas, o processo inicia-se com uma carta-consulta na Comissão de Financiamentos Externos (Cofix). Sobretudo, a amplitude de possibilidades está devidamente registrada no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), o qual é editado pela STN de acordo com a LRF, resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.995/2022, resoluções do Senado Federal nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007, assim como demais legislações pertinentes.

Guimarães (2022) realizou levantamento sobre os fatores explicativos nos municípios tendo como proxy o indicador da Capag. Dentre os achados está o fato de que entes próximos dos limites legais tendem a notas mais baixas. Por outro lado, notas mais altas são geralmente acompanhadas de maior experiência política e de um gestor com idade mais avançada. Influenciam a nota também: PIB per capita, localização geográfica e, principalmente, maiores notas no ranking ICF, objeto de estudo do presente trabalho.

Souza (2020 apud Guimarães, 2022) verificou a influência da Capag no investimento público entre 2010 e 2018, apontando uma relação estatística entre a Poupança Corrente e Investimento Público. Filho et al. (2020 apud Guimarães, 2022) demonstraram uma relação entre o classificador de governança do Conselho Federal de Administração (CFA) e a avaliação de solidez fiscal dos municípios. As conclusões apontam para uma influência significativa e positiva, colocando mais uma vez as boas práticas de gestão como uma variável benéfica para a solidez fiscal.

Tabela 4 - Indicadores e Classificação Parcial da Portaria ME nº 5.623/2022

Indicador	Fórmula	Fonte	Faixa de Valor	Nota Parcial
Endividamento	$DC = \frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	RGF 3º Quad.	DC < 60%	A
			60% ≤ DC < 100%	B
			DC ≥ 100%	C
Poupança Corrente	$PC_{ano} = \frac{\text{Despesa Corrente}}{\text{Receita Corrente Ajustada}}$ $PC_{final} = \sum_{t=1}^n \frac{DCt}{RCAt} \times P_t$	Balanço Anual t-1 = 0,5 t-2 = 0,3 t-3 = 0,2	PC < 85%	A
			85% ≤ PC < 95%	B
			PC ≥ 95%	C
Índice de		RGF 3º Quad.	IL < 1	A

Liquidez	$IL = \frac{Obrigações Financeiras}{Disponibilidade de Caixa Bruta}$		$IL \geq 1$	C
----------	--	--	-------------	---

Fonte: Portaria ME nº 5.623/2022.

Embora a Portaria MF nº 501/2017 tenha sido substituída pela Portaria ME nº 5.623/2022, mantiveram-se os mesmos indicadores e a mesma estrutura: análise da capacidade de pagamento, análise da suficiência das contragarantias, análise do custo das operações de crédito e concessão de garantias da União. As principais modificações surgiram principalmente com a observância do “Novo PAF” previsto pela LC nº 178/2021, por mais clareza no custo efetivo máximo das operações e pela imposição de alguns novos limites.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo exploratória por efetuar uma revisão uma sistemática da literatura sobre a Capag e sobre a qualidade da informação contábil e fiscal. O trabalho almeja inclusive discutir as principais métricas e indicadores utilizados na avaliação de risco de crédito dos entes subnacionais, conciliando a análise qualitativa do assunto em comento com os resultados descritivos da consulta pública realizada pela STN. Uma das motivações do estudo é a novidade do tema, dado que é a primeira vez que a qualidade da informação contábil e fiscal é oficialmente ranqueada no setor público brasileiro e ainda por cima cogitando-se sua utilização como critério de políticas públicas.

A revisão sistemática de literatura tem como objetivos gerais mapear os trabalhos que abordaram o risco de crédito nos entes subnacionais, contemplando principais teorias, conceitos e variáveis. Utilizou-se como método a busca de alguns termos como “risco de crédito” e “qualidade da informação” em repositórios nacionais e internacionais combinando diferentes operadores booleanos. Priorizaram-se estudos empíricos dando prosseguimento a uma triagem para daí então avaliar quesitos de relevância, fator de impacto e qualidade metodológica. Desta forma foi possível observar lacunas e tendências na literatura estudada.

A coleta de dados da consulta pública foi realizada pela equipe da Secretaria do Tesouro Nacional com um formulário projetado sobre algumas das propostas do Novo Ciclo de Cooperação Federativa e disponibilizado durante 30 dias, entre 27 de julho de 2023 e 27 de

agosto de 2023. Apresentaram-se o resultados no dia 19 de outubro de 2023. Houve contribuições de administrações estaduais e municipais, órgãos públicos, acadêmicos e demais interessados no aprimoramento da metodologia de análise da Capacidade de Pagamento e no arcabouço normativo das operações de crédito.

Com o intuito de mensurar a receptividade das propostas, foi realizada manualmente em cima das manifestações uma análise de sentimento e uma análise do escopo da sugestão, sobretudo para investigar a existência de algum padrão nas respostas fornecidas. A captura de percepções avaliou a polaridade emocional do texto, sendo classificado como “favorável”, “neutro” e “desfavorável”. Por outro lado, o escopo de sugestão foi dividido em “ampliar”, “manter” e “amenizar” o cerne da proposta contida no formulário. Os autores consideram que as duas classificações, embora possam parecer redundantes, são complementares e necessárias para a compreensão do fenômeno (Gonçalves et al., 2013).

As respostas do formulário, portanto, notabilizam o comportamento verbal e as experiências dos participantes em relação às propostas de mudança na Capag. O objetivo específico do trabalho é, conseqüentemente, promover reflexões acerca do ranking ICF como um critério essencial de políticas públicas, destacando os incentivos propostos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O ranking é possivelmente um fator para a melhoria da gestão fiscal, equilíbrio das contas públicas e eficiente utilização dos recursos governamentais. Neste contexto, apresenta-se a seguinte problemática do estudo: Qual a relevância da adoção do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF) como um critério de governança da Capag?

5. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)

Após a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a resolução CFC nº 1.055/05, foi dado um grande passo no processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões mundiais, principalmente em relação às Normas Internacionais de Relatórios

Financeiros (IFRS). No setor público foi a partir de 2008 que houve um enorme avanço em direção às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) produzidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Após uma série de audiências públicas, que contaram com a participação massiva dos profissionais contábeis, estreavam as primeiras NBCASP, com vigência no início de 2010 (cf. Decreto nº 6.976/2009).

Diferente dos pronunciamentos técnicos do CPC, que visam orientar a produção de normas, as NBCs representam em si a força normativa do órgão que as edita. Na administração pública grande parte do mérito da convergência deve-se a STN, em razão de portarias que estabeleceram diretrizes para todos os entes subnacionais e principalmente pela implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Vale enfatizar também a importância do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do recente Manual de Análise Fiscal (MAF).

Piccoli e Klan (2015) avaliaram a percepção do contador público sobre as NBCASP, ou NBCs-TSP, em relação aos sistemas de informação, atualização profissional e cultura operacional. Os achados revelam que, embora os contadores públicos reconheçam a importância das demonstrações contábeis na transmissão de informações e transparência, a maioria dos pesquisados carece de entendimento correto sobre as normas. Este diagnóstico aponta que há espaço para capacitação técnica e que uma eventual negligência pode impactar negativamente a qualidade das informações divulgadas em relação às entidades públicas.

Atualmente existe um conjunto de trinta e seis NBCASP em vigor com o propósito de harmonização e padronização da contabilidade, tendo em vista principalmente a correta evidenciação patrimonial e a consolidação das contas. Muitos dos trabalhos desenvolvidos em prol desses princípios foram realizados nas reuniões dos grupos técnicos GTCON, GTSIS e GTREL. Atualmente o principal conselho deliberativo das normas contábeis dentro da STN é a Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF). Criada pelo Decreto nº 10.265/2020, a CTCONF hoje é responsável por formular propostas sobre os manuais, instruções, interpretações, plano de contas e demais legislações previstas no § 2º do art. 50 da LRF.

A Estrutura Conceitual (conceptual framework) das NBCASP traz em seu bojo as características qualitativas dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs): relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade,

comparabilidade e verificabilidade. Logo na sequência apresentam-se as restrições acerca da informação, a qual deve considerar materialidade, custo-benefício e equilíbrio entre as características qualitativas. Do ponto de vista teórico, o ICF persegue todas essas qualidades e pode servir também como um bom parâmetro de aderência, fortalecendo os demonstrativos contábeis do governo geral e as estatísticas de finanças públicas.

5.1. Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF)

Foram instituídos pela Portaria STN/MF Nº 807, de 25 de julho de 2023, o Ranking e o Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF). Ambas iniciativas reluzem a qualidade da ICF produzida pelos demonstrativos enviados à STN: Declaração de Contas Anuais (DCA), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Matriz de Saldos Contábeis (MSC). A coleta desses dados é realizada pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) desde 2015, quando ocorreu a descontinuidade do antigo SISTN.

É genuíno afirmar que o Siconfi representa para a contabilidade pública nacional a maior ferramenta já implementada e somente a partir dela foi possível dar a escala necessária para padronizar e consolidar as contas públicas de 5.569 municípios, 26 estados, 1 distrito federal e 1 governo central. Em outubro de 2023 constaram no painel “Siconfi em Números” a quantidade de 629.307 declarações recebidas e 95% de envio total, o que representa o real sucesso da tecnologia. Sem a adoção maciça do Siconfi, o ranking do ICF provavelmente seria bem menos relevante e muito mais difícil de ser executado com primazia.

O ranking ICF tem a mesma data de corte que o Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), conforme art. 51 da LRF, e visa avaliar a qualidade e a consistência dos dados, tal como fomentar a transparência e incentivar a melhoria. O ranqueamento é segmentado nos eixos estados, municípios de capitais e municípios. No quesito pontuação, existem cinco notas determinadas de acordo com o percentual de acerto de verificações agrupadas em quatro dimensões: Dimensão I (Gestão da Informação) analisa o comportamento no envio e manutenção das informações no Siconfi; Dimensão II (Informações Contábeis) verifica a

consistência da DCA e da MSC, assim como aderência ao MCASP; Dimensão III (Informações Fiscais) verifica a consistência do RREO e do RGF, assim como aderência ao MDF; Dimensão IV (Informações Contábeis x Informações Fiscais) verifica a consistência entre os dados contábeis e fiscais.

Tabela 5 - Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF)

Nota	Descrição	Municípios em 2023	%
Aicf	Desempenho superior ou igual a 95% do total	317	5,69%
Bicf	Desempenho superior ou igual a 85% e inferior a 95% do total	1.963	35,25%
Cicf	Desempenho superior ou igual a 75% e inferior a 85% do total	1.461	26,23%
Dicf	Desempenho superior ou igual a 65% e inferior a 75% do total	945	16,97%
Eicf	Desempenho inferior a 65% do total.	883	15,86%

Fonte: Portaria STN/MF N° 807/2023.

Apesar do ranking ser oficialmente criado com a Portaria STN/MF N° 807/2023, as verificações são feitas desde a Portaria STN n° 642/2019, sendo elas aumentadas ano após ano consoante o termômetro de comportamento dos entes da federação. Cabe mencionar que na premiação anual a titularidade é dos gestores e dos profissionais contábeis, podendo ser estabelecidas premiação adicionais através de parceiros, como o Conselho Federal de Contabilidade e outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Tabela 6 - Evolução das Dimensões do ICF (Estados e Municípios)

n.	Dimensão	Quantidade de Verificações			
		2019	2020	2021	2022
I	Gestão da Informação	15	20	24	33
II	Informações Contábeis	29	44	44	59
III	Informações Fiscais	12	15	15	15
IV	Inf. Contábeis x Inf. Fiscais	16	25	25	34
-	Total	72	104	108	141

Desempenho Geral	69,68%	73,54%	77,85%	76,72%
------------------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Elaboração própria com base no Ranking ICF.

Pellegrini e Barros (2017) destacam que a versão atual Capag foca exclusivamente em indicadores de desempenho financeiro, enquanto as metodologias das agências de rating balanceiam critérios quantitativos e critérios qualitativos. Neste sentido o ICF vem preencher minimamente a lacuna de um critério de governança. Na metodologia da S&P o peso do fator “Estrutura Institucional” é de 20%, enquanto na metodologia Moodys o critério de “Governança e Gestão” tem peso de 30%:

[Os subfatores do critério Governança e Gestão] contemplam a qualidade da gestão financeira do estado, o que inclui a elaboração de orçamento realista, com precisão na projeção de receitas, especialmente as mais voláteis [...] a qualidade, transparência, detalhamento e pontualidade das informações disponibilizadas, auditadas independentemente, a exemplo de relatórios financeiros e atuariais periódicos (Pellegrini e Barros, 2017, p. 40)

Nuances à parte, as agências de rating focam em uma análise prospectiva e diversificada, enquanto a STN, com a Capag, analisa o desempenho financeiro do passado. Palazuelos et al. (2018) afirmam que para pequenas e médias empresas a qualidade da informação contábil influencia positivamente na concessão de crédito quando os demonstrativos financeiros possuem auditoria externa. Em outras palavras, auditoria externa ajuda a diminuir a assimetria da informação. Outro achado é de que o fornecedor de crédito somente se preocupa com a honestidade das informações prestadas quando inexistente uma agente verificador fazendo isso por ele. Nos casos estudados percebeu-se que é imprescindível a transmissão de honestidade e competência, sendo a certificação externa uma das vias.

Gomes e Silva (2022) estudaram os fatores explicativos do ICF através de um Modelo Linear Generalizado (MLG) com distribuição Gama (função de ligação identidade). Os resultados revelaram variáveis com significância estatística, das quais o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M/IRB) influenciaram positivamente na nota do ranking. O achado é mais um reforço no sentido de que gestão, risco de crédito e qualidade das informações possuem bastante semelhança e que transitam dentro da mesma seara.

5.2. Consulta Pública da Capag (2023)

Com a boa experiência obtida em 2017, a STN repetiu em 2023 o procedimento de realizar consulta pública antes da edição de uma nova portaria da Capag. A proposta atende

também ao texto positivado no Art. 1º, § 8º da LC nº 178/2021 e a um novo conjunto de medidas. O Novo Ciclo de Cooperação Federativa, lançado em meio às discussões de reforma tributária, tem como uma das premissa diminuir os danos causados por unfunded mandates e outros assuntos provocadores de tensão: LC nº 201/2023 (compensação de perdas ICMS), EC nº 127/2022 (piso da enfermagem) e diversas decisões no âmbito do STF (ACOs 3587, 648, 660, 669, 700, ADO 25, ADI 7191 e ADPF 984). Dentre as medidas do programa divulgado em julho de 2023 encontra-se também apoiar “boas práticas contábeis”.

Segundo a Portaria ME nº 5.623/2022, Art. 13, são necessários cinco pré-requisitos para obtenção do aval da União: i) Capag “A” ou “B”; ii) suficiência de contragarantias; iii) enquadramento do custo efetivo da operação; iv) operação com valor mínimo de R\$ 30 milhões; e, a partir de 2024, v) teto de operações de 3%, 2% e 1% da RCL para notas A, B, C, respectivamente. As notas “A” ou “B” pressupõem uma solidez fiscal e são baseadas exclusivamente nos demonstrativos do Siconfi, porém não passam por nenhum tipo de auditoria externa. É temido pela União que o excesso de confiança nos dados sem avaliar inconsistências contábeis possa estar gerando “falsas” notas (STN, 2023).

Outra das preocupações em relação a atual portaria são os limites dos empréstimos (piso e teto), os quais prejudicam pequenos municípios e investimentos de grande porte. Embora exista um estreitamento das parcerias com os Tribunais de Contas, Ministério da saúde (cf. SIOPS, Art. 198) e Ministério da Educação (cf. SIOPE, Art. 212) para evitar duplicidade de envios, ainda existe um logo caminho a ser percorrido. Por fim, busca-se também evitar taxas abusivas nos contratos firmados com as instituições financeiras, que em alguns casos chegou a mais de 200% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (STN, 2023).

Tabela 7 - Questões da Consulta Pública da Capag (2023)

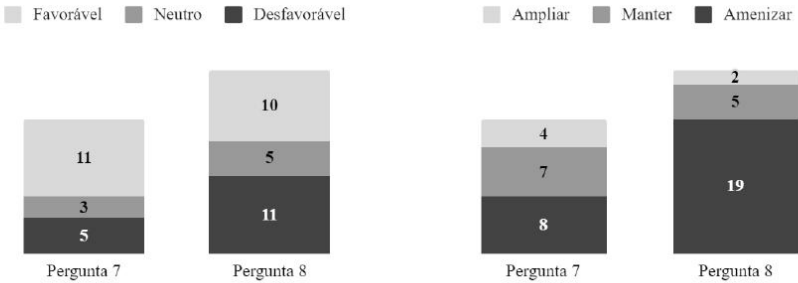
n.	Proposta	ICF
7	Introdução de notas de Capag A+ e B+ (<i>Fast Track</i>) para notas Aicf	✓
8	Rebaixamento de 2 níveis Capag de Ente Federativo que obtenha nota Dicf ou Eicf	✓
9	Estabelecimento de critério de resiliência fiscal na Capag	-
10	Diferenciação do percentual de garantia da União com base na nota de Capag	-
11	Alteração de limite anual para a contratação de operações de crédito com garantia da União	-

12	Isenção do limite CMN para entes com Capag “A”	-
13	Estipulação de custo máximo para operações de crédito concedidas	-
14	Mudança na habilitação para adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF)	-

Fonte: STN (2023).

A STN (2023) nos resultados da consulta pública obteve 42 manifestações, sendo 29 respostas para a “pergunta 7” e 31 respostas para a “pergunta 8”. Após higienização e retirada de respostas consideradas em duplicidade, o número de manifestações restou um pouco menor. Participaram da consulta através de formulário e ofício representantes de 18 estados e do Distrito Federal, divididos entre estado (40%), município (26%), instituição financeira (17%), particular (10%), associação (5%) e universidade (2%). Verificou-se que 66%, mais da metade, dos respondentes são provenientes de entes subnacionais.

Figura 1 - Análise de Sentimento e Escopo de Sugestão



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados demonstraram que a introdução de notas “A+” e “B+” (pergunta 7) tiveram um sentimento mais favorável e sugestões cautelosas, no entanto a possibilidade de rebaixamento com notas “D” e “E” no ICF (pergunta 8) apresentou forte rejeição. Na pergunta 8, embora as manifestações possuam um sentimento ligeiramente mais desfavorável, a grande maioria das respostas concedeu sugestões voltadas para amenizar a medida de rebaixamento da Capag com base no ICF. Com base no perfil do respondente, é possível afirmar que a proposta tenha ativado um modo defensivo, porém o destaque vem para algumas respostas que mencionaram não haver correlação entre a Capag (desempenho financeiro) e o ranking ICF (consistência contábil).

Destacam-se nas observações endereçadas pela STN (2023) que o ranking ICF visa de certo modo suprir a lacuna de uma auditoria externa, dado que “não possuem capacidade de

auditar” todos os entes da federação rotineiramente. Outrossim é que a introdução da Capag Governança objetiva impedir notas de solidez fiscal com base em “informações de baixa qualidade e principalmente que não reflitam com fidedignidade sua situação econômico-financeira”. Quanto ao fast track foi reiterado que a celeridade será em apenas uma das etapas, não alcançando por ora os procedimentos da Casa Civil da Presidência da República, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) e Senado Federal.

Com os comentários realizados pela STN, a Capag fica consolidada, portanto, como um “instrumento de proteção da União” avaliando o risco de crédito com base no uso de dados contábeis e fiscais consistentes, sendo totalmente necessário aferir a real capacidade de pagamento. Frise-se que tanto a Capacidade de Pagamento (Capag) como o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) utilizam exatamente a mesma base de dados, sendo todas provenientes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Por derradeiro, resumam-se as seguintes hipóteses levantadas pelas contribuições às perguntas relacionadas ao ranking ICF: H1: Considera o ICF desvinculado da análise financeira; H2: Preocupação com a qualidade do nível técnico; H3: Rebaixamento de apenas uma nota após aplicação do Indicador de Governança; H4: Conflito com Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 23, inciso I; H5: Problemas na consolidação de contas entre Poderes; H6: Diferenciação entre ranking anual e ranking diário. Satisfeitos os protocolos e com a maior parte das manifestações devidamente esclarecidas, é aguardado até o final do exercício de 2023 os dispositivos que estarão presentes no texto da nova portaria da Capag.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um bom processo de amadurecimento, a qualidade da informação contábil e fiscal ganha agora vida própria na cena pública. Logo a princípio é notável a semelhança das notas atribuídas com alguma espécie de parecer, sendo as notas mais baixas do ranking caracterizadas por alguma “distorção relevante”. Ainda que o ranking possa se diferenciar em muitos pontos e da própria profundidade de uma auditoria contábil (cf. NBC TA - Trabalhos de Asseguração), fica inegável a investida de recriar um simulacro de parecer em larga escala (limpo, com ressalvas, adverso ou abstenção).

Com a aliança entre a “auditoria contábil” e a “avaliação de risco crédito” nos entes subnacionais, mais um mecanismo de incentivos é criado. Talvez até figure no rol dos conhecidos “bloqueio do FPM” (Art. 160, § 1º, Constituição Federal) e da inscrição no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC). Importante é compreender que por trás da concessão do gênero garantia (fidejussória), espécie aval (Art. 897, CC), em empréstimos para entes públicos, existe uma camada técnica e uma camada conceitual dando sustentabilidade a todos esses avanços.

A Capag Governança com base no ICF é portanto um voto de qualidade no que há de melhor na avaliação de risco de crédito segundo a doutrina e segundo as próprias agências de rating, afinal de que serve um dado contábil e fiscal sem consistência? Ao lado de toda essa evolução vale observar que o Decreto Federal nº 10.540/2020, o qual dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), avança com um novo calendário. Inclusive é prudente afirmar que a qualidade da informação depende diretamente da qualidade do Siafic, previsto pela LRF e representado por um software único utilizado por todos os poderes do ente subnacional.

Com sua primeira edição em 2023, o ranking ICF pode ser considerado um motivo de mudança cultural, ainda que exista muito espaço para melhoria das verificações. Sobretudo um olhar foi lançado para outros ângulos como as deficiências no fluxo de caixa, reduzida aderência ao PIPCP, fundo garantidor (FMI, 2019 apud Mendes, 2020), prêmio de risco, tempo médio de vencimento, prazo e duration. Pontos que podem alicerçar ainda mais o processo decisório dos gestores e aperfeiçoar o investimento público no médio e longo prazo. A adoção do ranking ICF na Capag é a verdadeira união entre dois universos que até então tinham a mesma fonte, porém pouco se comunicavam entre si.

Com as questões apontadas, percebe-se que estamos diante não só de um avanço técnico, mas de uma enorme economia de recursos. Melhorar o ambiente contábil pode finalmente dar às instituições brasileiras a qualidade que elas merecem, aumentando o nível de divulgação (disclosure), prestação de contas e responsabilização (accountability), qualidade, transparência, governança e eficiência. Os desafios do federalismo passam pela melhoria das instituições e dos incentivos corretos, cabendo nesta exata conjuntura aos órgãos de contabilidade estaduais e municipais tomar as rédeas da novidade cujo tempo chegou.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. Credit Rating Tool to Assess and Quantify Credit Risk from Public Corporations: Guidance Note. **World Bank**, Washington, D.C., 2022.
- BARBERA, Carmela *et al.* **European local authorities' financial resilience in the face of austerity: a comparison across Austria, Italy and England**. 2014.
- BRUMBY, J. *et al.* Medium-Term Expenditure Frameworks. **The International Handbook of Public Financial Management**, Palgrave Macmillan, London, p. 219-236, 2013.
- CERON, Rogério. **Regras fiscais, resiliência financeira e fatores políticos no enfrentamento de crises econômicas: o caso dos estados na recente crise econômica e fiscal (2014-2018)**. Tese (Doutorado em Administração Pública) - FGV, São Paulo, 2021.
- GOMES, N.; SILVA, M. Análise dos Fatores Explicativos do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. **Journal of Globalization, Competitiveness and Governability**, Washington, D.C., v. 16, n. 3, p. 101-116, 2022. ISSN: 1988-7116.
- GONÇALVES, Pollyanna *et al.* Comparing and combining sentiment analysis methods. **COSN° 13**, New York, p. 27-38, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1145/2512938.2512951>.
- GORDY, Michael. A comparative anatomy of credit risk models. **Journal of Banking & Finance**, Washington, D.C., v. 24, n. 1-2, p. 119-149, 2000.
- GUIMARÃES, C. **Fatores explicativos da capacidade de pagamento dos municípios brasileiros, tendo como indicador a CAPAG/STN**. 2022. 76f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN, Natal, 2022.
- PELLEGRINI, Josué Alfredo. A nova metodologia de cálculo da capacidade de pagamento dos estados e municípios. **IFI**, Brasília, Nota Técnica nº 13, 2017.
- PELLEGRINI, Josué Alfredo; BARROS, Gabriel Leal de. Metodologias para a avaliação da capacidade de pagamento dos estados. **IFI**, Brasília, Estudo Especial nº 2, 2017.
- MENDES, Marcos. Crise Fiscal dos Estados: 40 Anos de Socorros Financeiros e Suas Causas. **Insper**, São Paulo, 2020.
- PERES, Selene *et al.* Princípios e Regras em Finanças Públicas: a Proposta da Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil. **Seminário CEPAL**, Brasília, 1999.
- PICCOLI, M.; KLANN, R. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público - RSP**, Brasília, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015..
- PALAZUELOS, E. *et al.* Accounting information quality and trust as determinants of credit granting to SMEs. **Small Business Economics**, v. 51, p. 861-877, 2018.
- STN. **Consulta Pública**: Medidas para aperfeiçoamento da Capag e de normas sobre operações de crédito e respostas às manifestações recebidas. Brasília, DF: 2023.

Setor de seguros: um estudo sobre a regulação da contabilidade atuarial

Jackson dos Santos Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Vera Lúcia Cruz

Universidade Federal da Paraíba

Vitória Cássia Oliveira Gomes da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Hugo Vieira Sa Ferreira Gomes

Universidade Federal da Paraíba

Jackson dos Santos Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba

ANDERSON DE ALMEIRA BARROS

Universidade Estadual de Alagoas

RESUMO

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar a compatibilidade das demonstrações financeiras das seguradoras com a regulação contábil da Susep. A metodologia empregada foi classificada como documental, abordando os dados de forma qualitativa e com o objetivo de descrever os resultados que foram encontrados através dos dados pelo estudo. Ficou evidenciado que as empresas de seguro de grande porte, tendem a apresentar um comportamento financeiro mais saudável, buscando ao máximo uma transparência, no entanto, foi identificado nos resultados que só duas empresas atingiram a nota máxima de conformidade. Foi evidenciado também, pontos de compatibilidade das demonstrações financeiras das seguradoras em relação à regulação como: constituição de provisões técnica, definição do seu capital de risco e capital mínimo requerido, mostrando que, independentemente do tamanho, as seguradoras estão seguindo as diretrizes estabelecidas pelas autoridades reguladoras. Por outro lado, identificam-se pontos de inconformidade, tais como a ausência dos demonstrativos em seus sites e a falta de demonstrativos intermediários ou consolidados. Além disso, a falta de clareza nos critérios estabelecidos para o ajuste do patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil é observada, juntamente com informações que carecem de especificidade e clareza, dificultando a compreensão dos prêmios a receber. Com base nos resultados o estudo concluiu que, apesar das seguradoras apresentarem compatibilidade das suas demonstrações financeiras com os pontos da regulação da Susep, evidencia-se a necessidade de melhorias, já que, apesar da conformidade com diversas práticas regulatórias, ainda há espaço para melhorar no que se refere a transparência, gestão de provisões técnicas e estabelecimento de critérios para determinados aspectos contábeis e operacionais.

Palavras-chave: Empresas seguradoras; Regulação contábil; Seguro; Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Através da regulação, é possível entender como se submeter a normas, seguir as diretrizes legais, estabelecer regulamentos e criar regras para padronizar, adaptar, controlar, confrontar e comparar, além de diversas outras ações (Pietrobon; Prado; Caetano, 2008). Segundo Lima, Oliveira e Coelho (2014), a regulação envolve o ato do cumprimento e da conformidade com a legislação vigente e regulamentos estabelecidos. Assim, a regulação desempenha uma função de normatização, garantindo a conformidade com a legislação, com o propósito de assegurar a efetiva implementação das normas estabelecidas.

No campo da contabilidade, a regulação abrange o desenvolvimento de padrões contábeis pelos normalizadores estatais ou privados. Estas normas estabelecem os componentes da prática contábil, bem como as regras e princípios a serem seguidos nos relatórios financeiros das organizações (Lima; Oliveira; Coelho 2014).

Nessa perspectiva, a regulamentação na contabilidade surgiu em decorrência de questões objetivas, tendo a necessidade de disciplinar a divulgação financeira, principalmente em decorrência de casos de fraudes. Assim, são definidos os elementos da prática contábil, determinando as regras e princípios pelos quais se tem o desejo de garantir a segurança e a objetividade da informação contábil (Niyama, 2014). No Brasil, um novo modelo de regulamentação contábil foi iniciado com alterações, promovido pela Lei n.º 11.638/07, que estabeleceu novas práticas contábeis, bem como a aplicação de um novo modelo de regulação contábil que resultou na emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme os novos padrões internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Oliveira; Silva; Costa Júnior, 2013).

No âmbito do setor de seguros, em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 73/66, datado de 21 de novembro, o qual passou a regular todas as operações no setor de seguros e resseguros, estabelecendo, assim, o Sistema Nacional de Seguros Privados. Esse sistema é composto por diversas entidades, sendo o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a mais alta autoridade dentro desse sistema. Além disso, integram o sistema a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), resseguradoras, empresas autorizadas a atuar no setor de seguros privados, e os corretores de seguros devidamente habilitados (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

De acordo com Malacrida (2018), a partir de 2010, os órgãos reguladores do Brasil, incluindo a SUSEP, passaram a exigir que as empresas brasileiras realizassem a internacionalização de suas demonstrações contábeis. A Resolução n.º 432/21 estabelece que a SUSEP, de acordo com o artigo 96, tem a responsabilidade de assegurar que as entidades supervisionadas pela autarquia sigam as normas contábeis, conforme regulamentação emitida pela própria SUSEP. Essas normas são aplicáveis a diversos segmentos, como o mercado de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro no Brasil.

De acordo com Garcia (2014), a SUSEP aponta alguns problemas clássicos relacionados aos seguros no Brasil. A maioria dos problemas apresentados se refere à imperícia ou imprudência por parte dos profissionais que estão por trás da atividade atuarial e evidencia a necessidade de o profissional estar sempre atualizado no que se refere às normas e legislações emitidas a todo o mundo. Além das normas gerais aplicáveis a todas as sociedades anônimas, as seguradoras devem obedecer a regulamentações impostas pelo órgão de fiscalização e controle. Assim, com a publicação do Balanço, Demonstrações e Notas Explicativas, devem

publicar, também, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, se houver (Figueiredo, 2012).

Por esta razão, este trabalho objetiva analisar a conformidade das demonstrações financeiras com a regulação contábil aplicada às operadoras de seguros que permite discutir a transparência e as conformidades nesse setor para, ao final, verificar que as demonstrações financeiras das operadoras de seguros reflitam conforme a realidade de suas operações, proporcionando informações confiáveis para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SEGUROS

Conforme Luccas Filho (2011), a palavra seguro carrega consigo o sentido de proteção, prevenção e previdência. O seguro representa a proteção que se almeja para se prevenir contra eventos imprevisíveis e fortuitos.

Do ponto de vista jurídico, Parizatto (2010) estabelece seguro como uma modalidade de contrato com disposições previstas nos artigos 757 a 802 do Código Civil, tendo por finalidade garantir interesse alheio, inerente a um eventual prejuízo futuro que venha ocorrer ao segurado. Segundo Souza (2007), seguros são uma operação que assume uma forma jurídica por meio de um contrato, no qual uma das partes assume o compromisso de, mediante o pagamento de uma quantia previamente estabelecida, compensar a outra parte por eventuais perdas decorrentes de um evento futuro, conforme especificado no contrato.

Nesse sentido, a atividade securitária é entendida como uma operação de transferência de risco que gera direitos e responsabilidades entre os contratantes do negócio e detém alta relevância social e econômica derivada das funções que possui (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

Os seguros disponíveis no mercado internacional recebem classificações distintas. Podem ser categorizados de acordo com a natureza da indústria (sociais ou privados), o método de contratação (obrigatórios ou facultativos), o tipo de risco coberto (se são relacionados a pessoas, propriedades, responsabilidades ou uma combinação deles) e a classificação específica do risco (com base nas características individuais de cada categoria de risco) (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

No Brasil, com a promulgação do Código Civil, na Lei n.º 10.406 de 2002, conforme os artigos 778 e 789, teve-se a classificação dos seguros, sendo seguro de danos, que se subdivide em seguros de coisas e de responsabilidade civil, e seguro de pessoas, que se subdivide em seguro de vida e de acidentes pessoais. De acordo com Parizatto (2010), seguros de danos visam cobrir riscos em bens patrimoniais pertencentes ao segurado. Para o mesmo autor, o seguro de pessoa é aquele ajustado para o caso de morte do segurado, beneficiando terceiros. Além disso, existem outras modalidades onde o segurado pode contratar um seguro para ele próprio receber o prêmio depois de determinado tempo de pagamento.

Devido à diversidade de riscos envolvidos, esses dois amplos grupos são subdivididos em categorias que dão origem aos segmentos de seguros, tais como automóveis, vida, transporte, acidentes pessoais e outros. Isso permite uma compreensão mais detalhada do setor de seguros.

2.2 ÓRGÃOS REGULAMENTARES

De acordo com Azevedo (2018), o governo instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, criando o CNSP e a SUSEP, responsável pelo controle e pela fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

Conforme a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, alterado pela Lei n.º 9.656/98 e Lei n.º 10.190/2001, que rege as operações de seguro, instituiu o Sistema Nacional, integrado pelo CNSP, SUSEP e sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização, entidades abertas de previdência complementar e corretores de seguros habilitados.

O CNSP é o órgão máximo do setor de seguros, responsável pela fixação de diretrizes e normas da política de seguros e resseguros, regulando e fiscalizando a orientação básica e o funcionamento dos componentes do sistema (Souza, 2007). O Artigo 32 do Decreto-Lei n.º 73/66 estabelece as principais atribuições do CNSP. De acordo com Souza (2007, p. 40), ao fixar as diretrizes e normas das políticas de seguros, o CNSP tem como objetivos: (a) Promover a expansão do mercado em conformidade com o crescimento do país; (b) Buscar reciprocidade nas operações, condicionamento e autorização para o funcionamento das empresas estrangeiras à igualdade de condições no país de origem; (c) Coordenar a política de seguros com a política de investimentos do governo federal; (d) Preservar a liquidez e a solvência das sociedades seguradoras.

Outras atribuições do CNSP apresentadas por Figueiredo (2012) também incluem a regulamentação da constituição, organização, funcionamento, fiscalização e aplicação das penalidades previstas das empresas, organizações e pessoas envolvidas no Sistema Nacional de Seguros Privados, a fixação das características gerais dos contratos de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, a fiscalização da corretagem do mercado e da profissão de corretor.

De acordo com Figueiredo (2012), a Superintendência de Seguros Privados é uma entidade autárquica, subordinada ao Ministério da Fazenda e responsável pela execução da política de seguros traçada pelo CNSP, sendo, também, o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência aberta e capitalização.

O artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73/66, estabelece as competências da SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras. Esse conjunto de atribuições faz com que o supervisor do mercado tenha três funções: executiva, pois deve dar cumprimento às decisões do CNSP; reguladora, tendo em vista que as diretrizes fixadas pelo CNSP carecem de especificação e complementação; e fiscalizadora, uma vez que tem o dever de fiscalizar o cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis ao mercado que supervisiona (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

2.2.1 Sociedade Seguradoras

As sociedades seguradoras são sociedades anônimas, com a finalidade econômica de fornecer aos segurados cobertura de riscos, recebendo, em contrapartida por essa cobertura, o prêmio pago pelo segurado (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016). De acordo com Souza (2007), as seguradoras não podem ultrapassar os limites técnicos fixados pela SUSEP. Elas têm de fazer resseguro das responsabilidades excedentes em cada ramo de operações.

Conforme Figueiredo (2012), limitações impostas às seguradoras têm como finalidade garantir as responsabilidades assumidas e tornar o seguro uma atividade econômica das pessoas que nele investem seus capitais em busca de tranquilidade e segurança. Sendo assim, as seguradoras exercem um papel muito importante, administrando riscos de pessoas e empresas, submetem-se a exigências legais para garantir seu funcionamento e são investidoras institucionais, pois aplicam seus diversos tipos de provisões no mercado financeiro, seguido de regras estabelecidas pelos órgãos oficiais reguladores da atividade de seguros (Luccas Filho, 2011).

2.3 CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Figueiredo (2012) define contabilidade como o sistema de identificação, mensuração e comunicação de informações econômico-financeiras para auxiliar os seus usuários no processo de tomada de decisão. Para o mesmo autor, a contabilidade é regida por certos princípios que servem para uniformizar a prática contábil e fazê-la inteligível de uma maneira geral.

Em 2001, surgiu o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão independente responsável pelo estudo e elaboração de normas contábeis internacionais, os chamados *International Financial Reporting Standards* (IFRS), com o objetivo de estabelecer um conjunto de normas contábeis globais, promover seu uso e aplicação no maior número de países e promover a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de contabilidade (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

Para Figueiredo (2012), o objetivo do IFRS-4 é especificar o relatório financeiro para contratos de seguro por parte de uma entidade que emita esses contratos. Dessa forma, as normas do IFRS são um conjunto de pronunciamentos internacionais de contabilidade, os quais se tornaram de aplicação obrigatória para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas na União Europeia, a partir de 2005, e no Brasil, em 2010 (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

No mercado segurador brasileiro, esse processo de convergência às normas internacionais de contabilidade teve início com o CPC, órgão criado em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que emitiu os primeiros pronunciamentos técnicos, mas que iniciou a harmonização dos padrões emitidos pelo IASB ao contexto normativo brasileiro apenas em 2008, com a entrada em vigor da Lei n.º 11.638/07, marco legal da convergência (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

2.4 NORMAS VIGENTES

O Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406, de janeiro de 2002, deu atenção à atividade seguradora e ao contrato de seguros, especialmente. O capítulo XV do referido código trata, exclusivamente do tema “Seguro” em suas seções (I) Disposições Gerais (artigos 757 - 777), (II) Do Seguro de Dano (Artigos 778 – 788) e (III) Do Seguro de Pessoas (Artigos 789 – 802).

A Seção I, Disposições Gerais, no artigo 757, trata do contrato de seguros, do segurador e de suas responsabilidades no pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo à pessoa ou à coisa, contra riscos predeterminados. Na seção II, Do Seguro de Dano, de acordo com Gravina (2022), o segurado busca o ressarcimento do dano patrimonial sofrido, sendo seguro para a conservação da riqueza econômica e pode cobrir a destruição ou deterioração de um bem (seguro de danos das coisas), a frustração de expectativas (lucro cessante) ou perdas patrimoniais de modo geral (seguro de patrimônio). A terceira e última seção contém as disposições especiais dos seguros de pessoas, categoria que abarca desde os seguros de vida até os seguros de invalidez por doença ou acidente pessoal, e caracteriza-se pela garantia de interesse legítimo que recai sobre a pessoa, sobre a sua vida, integridade física ou outro atributo da personalidade (Miragem; Petersen, 2022).

Já o Decreto-Lei n.º 73/66 estabelece elementos essenciais que devem ser considerados pelas empresas de seguros, tais como: legislação aplicável, autorização para o funcionamento, operações das sociedades seguradoras, regime especial de fiscalização, liquidação das sociedades seguradoras e o regime repressivo.

A SUSEP é a responsável por aplicar as regulamentações e adotar os pronunciamentos, interpretações e revisões emitidos pelo CPC, e a forma como as operações são reconhecidas, mensuradas e apresentadas nas entidades e sociedades supervisionadas pela SUSEP, que está atualmente estabelecida na Circular SUSEP n.º 648/21 (Caldas; Curvelho; Rodrigues, 2016).

O Quadro 1 apresenta os normativos contábeis aplicáveis atualmente ao mercado supervisionado pela SUSEP.

Quadro 1 – Normas e Orientações Contábeis Aplicadas ao Mercado Segurador

Normas	Descrição
Resolução CNSP n.º 432/21.	As supervisionadas deverão observar as Normas Contábeis, segundo regulamentação específica editada pela SUSEP (Art. 96).
Circular SUSEP n.º 648/21 – As normas básicas, o elenco de contas, o modelo de publicação e as normas recepcionadas.	Hierarquizados pela ordem de apresentação. conforme (Art. 99).
Circular SUSEP n.º 648/21 – CPC.	Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e recepcionados atualmente pela SUSEP (arts. 137 a 141).
Circular SUSEP n.º 648/21 – Das Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.	Interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e recepcionadas atualmente pela SUSEP (arts. 142 a 145).

Circular SUSEP n.º 648/21 – Procedimentos para o Registro Contábil dos Prêmios de Resseguro.	Regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas seguradoras, EAPCs e resseguradores locais para registro contábil dos prêmios de resseguro (arts. 146 a 152).
--	--

Fonte: Caldas; Curvelho e Rodrigues (2016).

O Quadro 1 apresenta informações sobre a Circular SUSEP n.º 648/21, que é um documento normativo que regula questões relacionadas à contabilidade e operações no setor de seguros no Brasil. No geral, fornece uma visão das áreas importantes regulamentadas pela Circular SUSEP n.º 648/21, oferecendo um panorama das normas e procedimentos contábeis relevantes no mercado de seguros brasileiro, bem como da relação com os Pronunciamentos Técnicos do CPC.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos, para Martins e Theóphilo (2009), a estratégia de pesquisa documental apresenta-se como uma característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, assim como informações e evidências. Dessa forma, a pesquisa foi classificada como documental, tendo em vista que foram levantados os documentos referentes às regulações das seguradoras, assim como as demonstrações contábeis divulgadas pela SUSEP.

Diante da abordagem do problema da pesquisa, este estudo assume um perfil qualitativo, tendo em vista que o primeiro passo está no reconhecimento do objeto (Pereira, 2004). Essa abordagem trabalha com dados que são predominantemente qualitativos e que não são, necessariamente, expressos em números (Silva, 2006). O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Assim, os documentos utilizados para estudo foram as regulações direcionadas às seguradoras e os respectivos demonstrativos das empresas objeto do estudo.

Quanto aos objetivos, na percepção de Andrade (2002), esse tipo de objetivo tende a se preocupar em observar os fatos, busca registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los. No entanto, não existe a interferência do pesquisador nos dados obtidos. Dessa forma, a caracterização desta pesquisa quanto ao objetivo foi definida como descritiva, tendo a necessidade de descrever os resultados que foram encontrados através dos dados coletados por meio do site da SUSEP. Além disso, foram registrados, classificados e analisados sem terem sofrido interferência do pesquisador.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA, COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

No que se refere à população e à amostra do estudo, de acordo com informações disponibilizadas no site da SUSEP, a relação de empresas licenciadas por esta entidade, no

momento deste levantamento, foi composta por um total de 312 empresas. Essa relação inclui apenas seguradoras, sociedade de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, resseguradores locais e estrangeiros, corretores de resseguro e autorreguladoras que operam no Brasil. Dentro desse conjunto de empresas licenciadas, 131 delas operam como seguradoras, contudo, as empresas precisam seguir a mesma regulação, o estudo optou por selecionar, de acordo com o valor do prêmio, as dez maiores e as dez menores empresas, para que fosse possível analisar o comportamento das mesmas, no cumprimento das regulações da SUSEP. Sendo analisadas 20 seguradoras, representando uma amostra de 15,27% em relação à população.

No que se refere à técnica de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como dados secundários. A pesquisa pretende obter como dados secundários, os demonstrativos financeiros e as regulações direcionadas às operadoras de seguro. Tendo em vista a necessidade de levantamento dos documentos, utilizou-se o endereço eletrônico <https://www2.SUSEP.gov.br/DemosFinanc>, onde encontram-se disponibilizados os demonstrativos financeiros das companhias de seguros e onde pode-se consultar as empresas licenciadas pela SUSEP.

Após a coleta, os dados foram agrupados, de modo a isolar só as informações pertinentes à pesquisa. Na sequência, foi elaborado um quadro contendo os dados das empresas em atividade e autorizadas pela SUSEP no ano de realização da pesquisa. Foi apresentada uma lista da quantidade de empresas que possuem autorização para operar no mercado de seguros brasileiro separada por estado. Os critérios utilizados para seleção desta amostra foram:

- Inclusão das empresas classificadas como seguradoras pela SUSEP. Esse critério foi empregado em função de ter como foco a regulação das companhias atualmente classificadas como seguradoras;
- Seguradoras que estão ativas e cadastradas. Esse critério foi selecionado para analisar a regulação contábil aplicada nos relatórios financeiros dessas empresas em operação;
- Estabeleceu-se o ano de 2022 como o ano de análise, considerando que as seguradoras já publicaram seus demonstrativos financeiros, possibilitando, assim, uma análise em conformidade com a regulamentação em vigor (a circular SUSEP n.º 648/21 e a resolução CNSP n.º 432/2021). Esse critério foi selecionado para analisar se as seguradoras estão em conformidade com a regulação em vigor, onde é especificado como deve ser apresentado nos seus demonstrativos financeiros;
- As seguradoras que registraram os prêmios mais altos e mais baixos. Esse critério foi selecionado para identificar as dez maiores e as dez menores seguradoras que obtiveram o maior prêmio durante o ano de 2022, utilizando-se do sistema de estatísticas da SUSEP (SES/SUSEP/Versão 4.0) para extrair a relação das companhias no período de análise. O prêmio foi selecionado como critério, pois é o valor pago pelo segurado à seguradora em troca da cobertura do risco. Em outras palavras, é o valor a ser recebido para cobrir indenizações, despesas administrativas, comissões e lucro da seguradora.

Após a aplicação desses critérios, foram obtidas vinte observações de companhias classificadas como seguradoras. As primeiras dez seguradoras que registraram os maiores prêmios em 2022 e as dez seguintes que registraram os menores prêmios estão no Quadro 2.

Quadro 2 – As Seguradoras Seleccionada da Amostra

N.º	NOME DA COMPANHIA	PRÊMIO (R\$)	N.º	NOME DA COMPANHIA	PRÊMIO (R\$)
1	Brasilseg Companhia de Seguros (06785)	14.293.582.067,34	11	Oxxy Seguradora S.A. (01805)	8.320.566,32
2	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (05886)	13.596.167.537,58	12	Bs2 Seguros S.A. (03794)	3.986.591,79
3	Bradesco Vida e Previdência S.A. (06866)	10.666.980.480,46	13	Eq Seguros S.A. (01554)	3.541.111,55
4	Tokio Marine Seguradora S.A. (06190)	10.471.360.029,61	14	Angelus Seguros S.A. (03387)	2.660.477,36
5	Mapfre Seguros Gerais S.A. (06238)	9.324.003.788,67	15	Xp Vida e Previdência S.A. (04031)	968.662,74
6	Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros (05312)	8.485.630.705,68	16	Suíça Seguradora S.A. (01091)	577.145,93
7	Allianz Seguros S.A. (05177)	8.266.188.989,79	17	Previmil Vida e Previdência S.A. (03140)	454.943,34
8	Liberty Seguros S.A. (05185)	5.929.190.155,43	18	Companhia de Seguros Aliança da Bahia (05045)	230.517,99
9	Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (05495)	5.635.784.305,46	19	Fairway Seguros S.A. (03727)	18.936,73
10	Itaú Seguros S.A. (05321)	5.436.214.909,09	20	Comprev Vida e Previdência S.A. (01937)	-36.173,33

Fonte: Adaptado de SUSEP (2023).

O Quadro 2 apresenta uma lista das seguradoras selecionadas na amostra e organizadas de acordo com os prêmios registrados em 2022 no sistema de estatísticas da SUSEP (SES/SUSEP/Versão 4.0). Nele, as empresas são divididas em dois grupos: as dez primeiras seguradoras registraram os maiores prêmios e as dez seguintes registraram os menores prêmios. Essa classificação proporciona uma visão comparativa da distribuição dos prêmios entre as empresas da amostra, que pode servir de base para tomadas de decisão estratégica por parte dos gestores e investidores.

3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para servir de base nos procedimentos foi utilizado o estudo desenvolvido por Gabriel (2011), que construiu um índice para mensurar a qualidade das informações de empresas ativas listadas na BMFBovespa. No estudo, o autor pode realizar a mensuração através de um conjunto de perguntas buscando analisar as informações fornecidas pelas companhias abertas no Brasil. Após a análise dos dados e a apuração da pontuação total das empresas objeto do estudo, verificou-se que, quanto maior o valor obtido, melhor seria a qualidade das informações das companhias.

No estudo de Gabriel (2011), a seleção de cada pergunta foi fundamentada em conceitos teóricos, evidências empíricas e na regulamentação. Assim, no estudo, o autor elaborou perguntas que pudessem capturar a qualidade das informações contidas no conjunto das demonstrações contábeis anuais publicadas pelas companhias abertas.

Com base no que foi exposto, o presente estudo adaptou o método de análise do estudo de Gabriel (2011) através das perguntas objetivas que foram utilizadas na pesquisa do autor para, assim, poder analisar a gestão, a transparência e a conformidade das seguradoras com a regulamentação juntamente com suas justificativas teóricas, empíricas e normativas. Além disso, também foram utilizados os critérios de pontuação de cada pergunta, conforme pode ser evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 - Questionário para Analisar as Qualidades das Informações Apresentada Pelas Seguradoras

Variáveis	Justificativa	Critério de Pontuação
1. As supervisionadas elaboram demonstrações contábeis individuais, sejam anuais ou intermediárias e consolidadas?	A circular SUSEP n.º 648/21 obriga as supervisionadas a elaborar demonstrações contábeis individuais, sejam anuais ou intermediárias e consolidadas contendo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrativos Contábeis e Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis.	1,0 – Seguradoras que apresentam os Demonstrativos Individuais Anuais, Individuais Intermediárias e Consolidadas. 0,5 – Seguradoras que apresentam as Demonstrações Contábeis Intermediárias ou Consolidadas. 0,0 – Demais casos.
2. Os demonstrativos são apresentados no site da seguradora?	As demonstrações financeiras objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.	1,0 – Seguradoras que divulgam suas demonstrações no seu próprio site. 0,5 – Seguradora que divulgam apenas as demonstrações exigidas pela SUSEP no seu site. 0,0 – Demais casos.
3. As seguradoras constituem provisões técnicas para garantia de suas operações?	De acordo com a resolução CNSP n.º 432/2021, as sociedades seguradoras deverão constituir provisões técnicas quando necessárias.	1,0 – Todas as provisões técnicas listadas são abordadas de forma relevante, mostrando requisitos necessários para garantir as operações das sociedades seguradoras. 0,5 – Provisões técnicas estão ausentes. 0,0 – Demais casos.
4. As seguradoras podem oferecer como redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, por ativos garantidores?	A resolução CNSP n.º 432/2021 estabelece ativos redutores das necessidades de cobertura das provisões técnicas, segundo regulamentação específica editada pela SUSEP: direitos creditórios, ativos de resseguro redutores e ativos de retrocessão redutores, depósitos judiciais redutores, custos de aquisição diferidos redutores e ativos depositados no exterior redutores.	1,0 – As seguradoras constituem todos os ativos redutores estabelecidos pela SUSEP para cobertura das provisões técnicas. 0,5 – As seguradoras constituem algum ativo redutor estabelecido pela SUSEP para cobertura das provisões técnicas. 0,0 – Demais casos.
5. As seguradoras definem seu Capital de Risco (CR) e Capital Mínimo Requerido (CMR)?	A resolução CNSP n.º 432/2021 estabelece capital de risco como o montante variável de capital que a supervisionada deverá manter a qualquer tempo para garantir os riscos inerentes à operação e o CMR como o	1,0 – Os demonstrativos refletem as disposições da resolução e estabelecem o CR e o CMR.

	capital total que a supervisionada deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base.	0,5 – O demonstrativo não apresenta o detalhamento do CR e o CMR. 0,0 – Demais casos.
6. Os critérios utilizados pela seguradora para ajustar o patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil são estabelecidos?	Na resolução CNSP n.º 432/2021, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) será calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, sendo ajustado por adições, exclusões e limites.	1,0 – As seguradoras estão em conformidade com as disposições da resolução, refletindo os critérios utilizados para ajustar o patrimônio líquido. 0,5 – As seguradoras não apresentam clareza nos critérios utilizados para ajustar o patrimônio líquido. 0,0 – Demais casos.
7. As seguradoras seguem critérios utilizados para os prêmios a receber?	De acordo com a circular SUSEP n.º 648/2021, todas as informações referentes às demonstrações individuais deverão ser divulgadas em notas explicativas e devem conter, nos prêmios a receber, o período médio de parcelamento e o detalhamento dos saldos, considerando os prazos de vencimento e a redução ao valor recuperável.	1,0 – As seguradoras fornecem as informações necessárias sobre os prêmios a receber, incluindo o período médio de parcelamento e detalhamento dos saldos. 0,5 – As informações apresentadas carecem de especificidade e clareza, o que dificulta a compreensão dos prêmios a receber 0,0 – Demais casos.
8. As seguradoras seguem os critérios estabelecidos para o Teste de Adequação do Passivo (TAP)?	Segundo a circular SUSEP n.º 648/2021, todas as informações referentes às demonstrações individuais deverão ser divulgadas em notas explicativas e devem conter, no TAP, a taxa de juros contratada para ativos e passivos, taxa de juros esperada para os ativos, tábuas, sinistralidade e resseguro.	1,0 – As seguradoras fornecem todas as informações necessárias para o TAP, incluindo taxa de juros contratada para ativos e passivos, taxa de juros esperada para os ativos, tábuas, sinistralidade e resseguro. 0,5 – As seguradoras não refletem corretamente as exigências da circular SUSEP n.º 648/21 em relação ao TAP. 0,0 – Demais casos.
9. As seguradoras seguem os critérios estabelecidos em relação à gestão de riscos?	Conforme a circular SUSEP n.º 648/2021, as supervisionadas devem apresentar a informação sobre gestão de riscos de seguro, concentração de riscos de seguros, discriminação dos resseguradores, informação sobre risco de liquidez, risco de mercado e risco de crédito e análise de sensibilidade, considerando as seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação.	1,0 – As seguradoras apresentam informações que abrangem os aspectos da gestão de risco, incluindo a concentração de riscos, discriminação dos resseguradores e detalhes sobre os diferentes tipos de riscos, como liquidez, mercado e crédito, além da análise de sensibilidade com diversas variáveis. 0,5 – As informações fornecidas não refletem as exigências da Circular SUSEP n.º 648/2021 em relação à gestão de riscos. 0,0 – Demais casos.
10. As seguradoras estabelecem as demonstrações sobre a adequação de capital?	A circular SUSEP n.º 648/2021 estabelece que as supervisionadas informem a demonstração do cálculo do PLA, capital base e CR, CMR, suficiência/insuficiência de capital e demonstração de cálculo dos níveis de PLA.	1,0 – As informações estão em conformidade com as exigências da circular SUSEP n.º 648/2021, fornecendo a demonstração do cálculo do PLA, capital base, CR, CMR, suficiência/insuficiência de capital e demonstração de cálculo dos níveis de PLA.

		0,5 – As informações fornecidas não apresentam as demonstrações dos cálculos em relação à adequação de capital. 0,0 – Demais casos.
--	--	--

Fonte: Adaptada de Gabriel, 2011.

O Quadro 3 fornece uma visão detalhada dos critérios de pontuação utilizados para cada pergunta do questionário, desenvolvido para avaliar as informações fornecidas pelas seguradoras. Assim, para cada resposta positiva é atribuída 1 ponto, ou 0,5 ponto em casos de ocorrências que indicam um nível intermediário de qualidade, enquanto a ausência da característica de interesse recebe pontuação 0. Cada pergunta é acompanhada por sua respectiva justificativa e pelo critério de pontuação associado. Esses critérios são fundamentados em regulamentações específicas, como a circular SUSEP n.º 648/2021 e a resolução CNSP n.º 432/2021, que estabelecem padrões e exigências para as demonstrações no setor de seguros.

Os critérios presentes no Quadro 3 permitem uma avaliação das seguradoras em conformidade com as regulamentações vigentes. Isso facilita a identificação de áreas de conformidade ou inconformidade, bem como a comparação entre os grupos de seguradoras analisados. Além disso, o Quadro 3 promove a transparência no setor de seguros, contribuindo para a integridade do mercado. Portanto, essa avaliação busca analisar a compatibilidade das informações divulgadas pelas seguradoras e no cumprimento das regulamentações contábeis e atuariais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 RESULTADOS DAS PERGUNTAS PROPOSTAS

Para análise inicial, o Quadro 4 apresenta o percentual da pontuação máxima das empresas seguradoras licenciadas pela SUSEP no ano de 2022.

Quadro 4 – Resultado da Conformidade das Seguradoras em Relação as Normas da SUSEP

Perguntas	% obtida das dez maiores empresas	% obtida das dez menores empresas
1. As supervisionadas elaboram demonstrações contábeis individuais, seja anual ou intermediária, e consolidadas?	100%	10%
2. Os demonstrativos são apresentados no site da seguradora?	50%	20%
3. As seguradoras constituem provisões técnicas para garantia de suas operações?	100%	100%

4. As seguradoras podem oferecer como redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, por ativos garantidores?	60%	30%
5. As seguradoras definem seu Capital de Risco (CR) e Capital Mínimo Requerido (CMR)?	100%	100%
6. São estabelecidos os critérios utilizados pela seguradora para ajustar o patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil?	90%	70%
7. As seguradoras seguem critérios utilizados para os prêmios a receber?	100%	60%
8. As seguradoras seguem os critérios estabelecidos para o Teste de Adequação do Passivo (TAP)?	100%	100%
9. As seguradoras seguem os critérios estabelecidos em relação à gestão de riscos?	100%	100%
10. As seguradoras estabelecem as demonstrações sobre a adequação de capital?	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 4 apresenta uma comparação entre as respostas obtidas de dois grupos de seguradoras (as dez maiores e as dez menores) em relação a uma série de perguntas relacionadas à transparência e conformidade com a regulação.

A primeira pergunta visou saber com qual frequência as empresas realizam demonstrações contábeis (anual, intermediária, etc.). Nesta pergunta, verificou-se que todas as empresas de maior porte apresentaram tanto seus demonstrativos intermediários quanto os consolidados, enquanto 90% das empresas de menor porte apresentaram apenas um tipo de relatório financeiro. Quando ausentes, estas informações podem refletir na administração empresarial, sobretudo porque elas impactam diretamente no processo de tomada de decisão.

Em relação aos demonstrativos divulgados nos próprios sites, 50% das maiores seguradoras analisadas possuem seus demonstrativos divulgados nos seus sites, enquanto apenas 20% das menores apresentam seus demonstrativos em suas páginas na internet. Embora esta divulgação não seja obrigatória, ela ainda possui reflexos e impactos empresariais. As divulgações são importantes para a manutenção da transparência da empresa. A transparência, por sua vez, é importante para os acionistas, grupos e indivíduos de interesse da empresa, pois a publicação destas informações também os ajuda na tomada de decisões e no modo como ele vai se relacionar com a empresa.

Na sequência, analisou-se se as seguradoras constituem provisões técnicas. Todas as empresas analisadas obtiveram pontuação máxima, o que reflete na quarta pergunta. Cerca de 60% das empresas de maior porte constituem todos os ativos redutores estabelecidos pela SUSEP, enquanto 70% das empresas de menor porte constituem pelo menos algum ativo redutor estabelecido pela SUSEP. Entretanto, para se comentar acerca dos reflexos, é necessário levar em consideração algumas características intrínsecas da seguradora, como escala de operações (o quão grande é a seguradora) e critérios de risco adotados em suas operações, já que uma seguradora que se expõe a mais riscos tem uma necessidade maior de ativos garantidores, dentre outras características.

Sobre a sexta pergunta, 10% das maiores seguradoras não apresentaram clareza nos critérios utilizados para ajustar o patrimônio líquido, enquanto, nas menores, 30% também não

o fizeram. Embora poucas empresas não tenham critérios claros, a ausência de critérios para a realização do ajuste do patrimônio líquido contábil e/ou patrimônio social contábil pode, a longo prazo, levar a seguradora a alguma espécie de colapso contábil.

Em relação aos critérios utilizados para os prêmios a receber (sétima pergunta), 40% das empresas de menor porte apresentaram informações que carecem de especificidade e clareza, dificultando o entendimento do período médio de parcelamento e detalhamento dos saldos.

Em suma, a análise comparativa realizada no Quadro 4 revela importantes disparidades entre os grupos de seguradoras de maior e menor porte. Enquanto as empresas de maior porte demonstram um maior compromisso com a divulgação de informações contábeis, tanto em termos de amplitude quanto de transparência, as empresas menores parecem enfrentar desafios significativos nesse aspecto. Embora todas as empresas analisadas tenham demonstrado competência na constituição de provisões técnicas, a falta de divulgação dos critérios para ajuste do patrimônio líquido por parte de algumas seguradoras, especialmente as de menor porte, é um ponto a ser verificado, já que a ausência destes critérios pode refletir não somente na segurança financeira da seguradora, como também na segurança dos seguradores que confiam nela para o socorro indenizatório de eventuais infortúnios.

4.2 RESULTADO GERAL DA AMOSTRA

Os Quadros 6 e 7 apresentam a pontuação total obtida pelas empresas. O valor máximo de pontos possíveis de cada empresa de acordo com a pontuação validada de cada pergunta é de dez pontos.

Quadro 5 – Pontuação Total Obtidas das Dez Maiores Seguradoras

Seguradoras	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10	Pontuação
Brasilseg Companhia de Seguros (06785)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10,00
Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (05495)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10,00
Bradesco Vida e Previdência S.A. (06866)	1	1	1	0,5	1	1	1	1	1	1	9,50
Mapfre Seguros Gerais S.A. (06238)	1	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	9,50
Itaú Seguros S.A. (05321)	1	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	9,50
Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros (05312)	1	1	1	0,5	1	1	1	1	1	1	9,50
Allianz Seguros S.A. (05177)	1	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	9,50
Liberty Seguros S.A. (05185)	1	1	1	0,5	1	1	1	1	1	1	9,50

Tokio Marine Seguradora S.A. (06190)	1	0,5	1	0,5	1	1	1	1	1	1	9,00
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (05886)	1	0,5	1	1	1	0,5	1	1	1	1	9,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 5, foram analisadas as pontuações totais das dez maiores seguradoras, destacando-se que todas elas forneceram respostas positivas das questões avaliadas. No entanto, apenas duas alcançaram pontuação máxima, enquanto a menor pontuação atribuída foi de 9,0, registrada em apenas duas das seguradoras avaliadas. As perguntas que demonstraram maior variabilidade de respostas foram a segunda e a quarta.

A segunda pergunta visava investigar se as seguradoras disponibilizam seus demonstrativos em seus próprios sites, sendo que cinco delas obtiveram pontuação intermediária, optando por divulgar seus demonstrativos apenas no site da SUSEP. Por outro lado, a quarta questão analisou se as seguradoras constituíram ativos garantidores, e seis delas estabeleceram todos os ativos garantidores exigidos pela SUSEP, incluindo direitos creditórios, ativos de resseguro e retrocessão redutores, depósitos judiciais redutores, custos de aquisição diferidos redutores e ativos depositados no exterior redutores. Na sequência, está disposto o Quadro 6, que esboça a pontuação total obtida pelas menores empresas.

Quadro 6 - Pontuação Total Obtida das Dez Menores Seguradoras

Seguradoras	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	Pontuação
Bs2 Seguros S.A. (03794)	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9,50
Companhia de Seguros Aliança da Bahia (05045)	0,5	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	9,00
Eq Seguros S.A. (01554)	0,5	0,5	1	0,5	1	1	1	1	1	1	8,50
Xp Vida e Previdência S.A. (04031)	1	0,5	1	0,5	1	1	0,5	1	1	1	8,50
Suíça Seguradora S.A. (01091)	0,5	0,5	1	0,5	1	1	1	1	1	1	8,50
Previmil Vida e Previdência S.A. (03140)	0,5	0,5	1	1	1	1	0,5	1	1	1	8,50
Comprev Vida e Previdência S.A. (01937)	0,5	1	1	0,5	1	1	0,5	1	1	1	8,50
Angelus Seguros S.A. (03387)	0,5	0,5	1	0,5	1	0,5	1	1	1	1	8,00
Fairway Seguros S.A. (03727)	0,5	0,5	1	0,5	1	0,5	1	1	1	1	8,00
Oxxy Seguradora S/A (01805)	0,5	0,5	1	0,5	1	0,5	0,5	1	1	1	7,50

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

De acordo com os resultados apresentados no Quadro 6, todas as seguradoras avaliadas apresentaram respostas positivas. No entanto, a maior pontuação obtida foi de 9,5, enquanto a

menor pontuação atribuída foi de 7,5, registrada em apenas uma das seguradoras. Em comparação com as maiores empresas, este grupo de seguradoras demonstrou maior variabilidade nas pontuações.

Analisando-se as perguntas com maior variabilidade, verifica-se que, na primeira questão, apenas uma seguradora apresentou tanto o demonstrativo consolidado quanto o intermediário no ano de 2022. Além disso, apenas duas seguradoras deste grupo divulgam seus demonstrativos financeiros em seus próprios sites. Já a quarta questão, que analisava se as seguradoras constituem ativos garantidores, apenas três seguradoras constituíram todos os ativos estabelecidos pela SUSEP, enquanto as restantes constituíram pelo menos um ativo garantidor, conforme a Resolução CNSP n.º 432/2021, que especifica os ativos que podem ser oferecidos como garantia para cobertura das provisões técnicas.

4.3 TRANSPARÊNCIA DAS SEGURADORAS

A análise dos dados extraídos do questionário sobre as seguradoras revela significativa compreensão sobre a transparência das seguradoras. Ficou evidenciado que todas as empresas avaliadas apresentaram respostas positivas. Porém, surgiram disparidades entre os dois grupos.

Analisando-se as duas primeiras perguntas dos dados do Quadro 4, observa-se que as maiores seguradoras demonstraram um compromisso mais robusto com a transparência e gestão adequada. Foi possível identificar que todas as empresas de maior porte elaboraram demonstrações contábeis intermediárias e consolidadas, enquanto apenas 10% das menores apresentaram os dois demonstrativos financeiros. Além disso, a divulgação dos demonstrativos nos sites das seguradoras foi mais comum entre as maiores empresas, com 50% delas disponibilizando essas informações no seu site, em comparação com apenas 20% das menores.

Além disso, a disponibilização dos demonstrativos nos próprios sites das seguradoras é um reflexo direto do compromisso com a transparência, facilitando o acesso às informações para os interessados. No entanto, os dados também evidenciam que há espaço para melhorias, especialmente entre as seguradoras de menor porte, que demonstraram uma menor aderência a esses padrões de transparência.

De acordo com Feitosa *et al.* (2019), por conta da própria natureza dos seguros, este tipo de negócio exige uma transparência maior do que outros negócios que trabalham com produtos de natureza menos complexa e mais comuns, já que as atividades das seguradoras envolvem o amparo financeiro em casos de emergências existenciais.

4.4 CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO

Com a análise detalhada das perguntas propostas no Quadro 4 é importante notar que todas as empresas, independentemente do porte, cumpriram com a constituição de provisões técnicas, refletindo um grau de conformidade com a regulação. Entretanto, quando se trata de constituir ativos garantidores, houve uma diferença entre os grupos. Enquanto a maioria das maiores seguradoras apresentaram os ativos estabelecidos pela SUSEP, apenas algumas das menores conseguiram o mesmo feito.

Além disso, a análise das perguntas relacionadas à conformidade com a regulação destaca a importância crítica de seguir as diretrizes estabelecidas pela SUSEP. É essencial que todas as seguradoras, independentemente do porte, estejam em conformidade com os padrões regulatórios para garantir a proteção dos interesses dos segurados, promover a estabilidade do mercado e fortalecer a confiança do público nos serviços oferecidos pelo setor de seguros.

Segundo Ramos (2023), quando não há conformidade com as regulamentações estabelecidas pela lei pátria, seja ela constitucional ou infraconstitucional, a seguradora abre brechas para possíveis procedimentos administrativos sancionadores, que podem, no pior dos casos, resultar em multas e penalidades pecuniárias, dentre outras sanções.

Dentre as punições previstas, a SUSEP também pode impor medidas corretivas, tais como a suspensão temporária ou mesmo a revogação da autorização para operar, o que pode acarretar sérios prejuízos à continuidade das atividades da seguradora.

Por conseguinte, a não observância das normativas estabelecidas pela SUSEP pode implicar em danos reputacionais consideráveis para as seguradoras, comprometendo sua credibilidade perante os consumidores, investidores e demais partes interessadas. A divulgação pública de sanções e penalidades impostas pela autarquia pode abalar a confiança do mercado nas seguradoras infratoras, afetando negativamente sua imagem e sua capacidade de atrair novos clientes e investidores, bem como de reter os já existentes (Ramos, 2023).

5 CONCLUSÃO

O estudo objetivou analisar a compatibilidade das demonstrações financeiras das seguradoras com a regulação contábil da SUSEP. Para atender o objetivo proposto pela pesquisa, a metodologia empregada foi classificada como documental, abordando os dados de forma qualitativa, com o objetivo de descrever os resultados que foram encontrados através dos dados coletados no site da SUSEP.

A partir da presente análise, foi possível destacar alguns pontos. Ficou evidenciado que as empresas de seguro de grande porte, dado o seu tamanho, tendem a apresentar um comportamento financeiro mais saudável, buscando, ao máximo, uma transparência que deixem os segurados mais confortáveis e confiantes na contratação de seus serviços, fato que foi verificado através do questionário. No entanto, os resultados evidenciaram que apenas duas empresas atingiram a nota máxima de conformidade, demonstrando a necessidade de melhoria das outras seguradoras para atender, de forma mais efetiva, a regulação da SUSEP, já que as demandas realizadas pela SUSEP são condições essenciais e indispensáveis para que as seguradoras possam funcionar, oferecendo aos seus clientes o mínimo de segurança necessário para que, em casos de eventuais sinistros, o cliente possa ser financeiramente socorrido pela seguradora.

Ao analisar os resultados do questionário, foi evidenciada a identificação de pontos de compatibilidade das demonstrações financeiras das seguradoras em relação à regulação. Sendo assim, verifica-se que todas as empresas constituem provisões técnicas para garantir suas operações, além de definirem seu capital de risco e capital mínimo requerido, independentemente do tamanho, indicando que as seguradoras estão seguindo as diretrizes estabelecidas pelas autoridades reguladoras, o que é essencial para garantir a estabilidade e a

solidez do setor. As seguradoras também seguem critérios estabelecidos para diversos aspectos, como o ajuste do patrimônio líquido, o teste de adequação do passivo e a gestão de riscos, estabelecendo demonstrações sobre a adequação de capital de acordo com os critérios exigidos pela SUSEP.

Por outro lado, identificam-se pontos de inconformidade, tais como a ausência dos demonstrativos em seus sites e a falta de demonstrativos intermediários ou consolidados. Além disso, observa-se a falta de clareza nos critérios estabelecidos para o ajuste do patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, juntamente com informações que carecem de especificidade e clareza, dificultando a compreensão dos prêmios a receber. Portanto, apesar da conformidade com diversas práticas regulatórias, ainda há espaço para melhorias em termos de transparência, gestão de provisões técnicas e estabelecimento de critérios para determinados aspectos contábeis e operacionais.

Por fim, concluiu-se que, apesar de as seguradoras apresentarem compatibilidade das suas demonstrações financeiras com os pontos da regulação da SUSEP, evidencia-se a necessidade de melhorias. Esses ajustes por parte das seguradoras se fazem necessários para que os usuários das informações consigam obter mais informações das entidades onde depositam seus recursos por diversos motivos, sejam como clientes ou investidores. Esses ajustes dependem da anuência e obediência das seguradoras à legislação vigente. Portanto, o impacto não ocorre de maneira direta, mas através da vontade dos administradores e de sua consequente adequação às leis contábeis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEVEDO, Gustavo Henrique Wanderley de. **Seguros, matemática atuarial e financeira - 2ED**. Editora Saraiva, 2018. *E-book*. ISBN 9788547233068.

BRASIL, **Conselho Nacional de Seguros Privados**. Resolução n.º 393/2020. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/26474#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20san%C3%A7%C3%B5es%20administrativas%20no,conduta%20e%20o%20processo%20administrativo>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Conselho Nacional de Seguros Privados**. Resolução n.º 423/2021. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/bnportal/internet/pt-BR/search/50473?exp=321%2Fnumero%20%22RESOLUCAO%20CNSP%22%2Fdis>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Presidência da República**. Decreto n.º 73/1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0073.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Presidência da República**. Decreto n.º 4.986/2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d4986.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.986%2C%20DE%2012,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Presidência da República**. Lei n.º 10.406/2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20o%20C%3%B3digo%20Civil.&text=Art,e%20deveres%20na%20ordem%20civil>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Presidência da República**. Lei n.º 11.638/2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL, **Superintendência de Seguros Privados**. Circular SUSEP n.º 648/2021. Disponível em: <https://www2.Susep.gov.br/safe/bnportal/internet/pt-BR/search/50474>. Acesso em: 14 out. 2023.

CALDAS, Gabriel; CURVELHO, Rodrigo; RODRIGUES, Adriano. **Contabilidade dos contratos de seguro**. Rio de Janeiro: ENS, 2016.

FEITOSA, ICARO BLUE DE ASSIS; COSTA, THIAGO DE ABREU; SZUSTER, NATAN. CUE165-CONTABILIDADE PARA CONTRATO DE SEGUROS: avaliação dos impactos nas demonstrações contábeis na adoção do ifrs 17 pelo mercado segurador brasileiro. In: **XIII Congresso Anpcont. São Paulo: Anpcont**. 2019. p. 1-14.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de seguros**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAVINA, Maurício S. **Direito dos Seguros**. Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556275871.

GABRIEL, Fabiano. **Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LUCCAS FILHO, Olívio. **Seguros: fundamentos, formação de preço, provisões e funções biométricas**. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, S. H. D. O.; OLIVEIRA, Francisco Durval; COELHO, Antonio Carlos Dias. **Regulação e regulamentação na perspectiva da contabilidade**. In: Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil. 2014.

MALACRIDA, Mara Jane C. **Contabilidade de Seguros - Fundamentos e Contabilização das Operações**. Grupo GEN, 2018. *E-book*. ISBN 9788597016185.

MARTINS, G. A. THEÓFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRAGEM, Bruno; PETERSEN, Luiza. **Direito dos Seguros**. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645435.

NIYAMA, Jorge K. **Teoria Avançada da Contabilidade**. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522489190.

OLIVEIRA, N. A. L. ; SILVA, A. H. C. ; COSTA JUNIOR, J. V. **Regulação Contábil no Brasil: uma Análise dos Processos de Audiência Pública do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nos anos de 2007 a 2011**. Advances in Scientific and Applied Accounting. v. 6, p. 49-65, issn: 1983-8611, 2013.

PARIZATTO, João Roberto. **Seguro: Teoria e Prática**. 2.ed. São Paulo: Edipa, 2010.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos – Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. Editora: Universidade de São Paulo - Edusp, São Paulo, 2004.

PIETROBON, Louise; PRADO, Martha Lenise do; CAETANO, João Carlos. **Saúde suplementar no Brasil: o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar na regulação do setor**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 18, p. 767-783, 2008.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes. **O contrato de seguro entre a liberdade contratual e o tipo**. Leya, 2023.

SUSEP, Superintendência de Seguros Privados. **11º RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS**. coordenação de gestão e inteligência de dados (CGITI/COGID). Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, C. R. da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Silney de. **Seguros: Contabilidade, atuária e auditoria**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Contabilidade em uma Entidade Religiosa de Rondon do Pará à Luz da ITG 2002.

Josafá Neto Paixão dos Santos

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Jardson Edson Guedes da Silva Almeida

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Anderson de Almeida Barros

Universidade Estadual de Alagoas

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi identificar se uma entidade religiosa de Rondon do Pará está em aderência com a ITG 2002. Foi construído um *checklist* a partir do que está disciplinado pelas normas da Instrução Técnica Geral para identificar a aderência de cada um dos documentos contábeis elaborados pela Entidade em relação a cada um dos itens. O estudo foi realizado por meio de consulta aos demonstrativos contábeis elaborados na Diocese de Bragança-PA, tais como Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, além das Notas Explicativas. Quanto ao nível de aderência, foi possível evidenciar através dos dados coletados, que a Entidade atende aos requisitos exigidos na referida norma para a elaboração das suas demonstrações contábeis. O estudo é relevante porque permite que se conheçam as práticas contábeis adotadas por esta entidade religiosa e se está de acordo com a Instrução Técnica Geral 2002 que é específica para entidades sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Contabilidade. Entidades Religiosas. Aderência.

1. Introdução

Atualmente a economia brasileira é dividida em três setores. O primeiro setor é representado pelo Estado, responsável pelo suprimento das necessidades básicas da população, o segundo setor é o mercado que engloba várias empresas privadas, cuja finalidade é atender seus próprios interesses e são marcadas pela obtenção de lucros através de prestação de serviços, vendas de mercadorias e afins, e o terceiro setor são organizações sem fins lucrativos cuja finalidade é prestar serviços de forma pública, filantrópica, beneficente, religiosa, cultural, educacional entre outros. (EDILANE, 2013)

Através dessa conceituação do terceiro Setor que estão incluídos as organizações religiosas, especificamente a Igreja Católica, objeto deste estudo, em que seu papel principal são as obras sociais e a participação voluntária.

Segundo Altoé (2011), a Igreja tem um papel importante na formação da cidadania pois ela tem papel fundamental frente à política de se ter a garantia de uma administração aberta, transparente e participativa diante da sociedade.

A importância de se discutir sobre o Terceiro Setor, é que cada vez mais cresce o número de entidades religiosas no país (SILVA, 2009). E com esse crescimento surge o debate sobre o papel da contabilidade no processo de se administrar e de cumprir com as obrigações legais, embora que estas tenham conseguido obter imunidades e isenções de tributos.

Embora munidas de uma função social, as igrejas necessitam de administração contábil e principalmente econômica, a fim de que se garanta uma maior eficiência e eficácia na gestão da entidade, possibilitando, assim, uma maximização do benefício social. Diante desse cenário, a contabilidade exerce um papel fundamental, por meio da transparência de suas prestações de contas e garante que a legislação e o fisco sejam atendidos a contento. (VANESSA, 2012).

São aplicadas a estas entidades as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a que se abordará neste assunto, a ITG 2002.

Referido trabalho tem como objetivo verificar a aderência de uma entidade religiosa de Rondon do Pará à ITG 2002.

Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância, atualidade e, principalmente dar um esclarecimento sobre possíveis questionamentos a respeito da qualidade e transparência das informações contábeis dessa organização religiosa perante as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Diante do exposto, o estudo buscou responder a seguinte questão-problema: Existe aderência por parte de uma entidade religiosa de Rondon do Pará à ITG 2002?

A metodologia aplicada a este trabalho tem como objetivo o estudo de caso que, com uma análise qualitativa, tem como foco a coleta de dados num campo determinado, no meio social. O estudo de caso tem como abordagem principal o estudo individual de determinado assunto (caso). Como base para a pesquisa, foram utilizados livros e artigos relacionados ao assunto em estudo. Dando continuidade à pesquisa, é feito o uso da coleta direta das informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho e sua posterior conclusão. O método de coleta das informações se deu por meio de uma coleta de documentos que servirá como base e exemplos no desenrolar da pesquisa.

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados às Entidades sem Finalidade de Lucros e à Contabilidade de Entidades Religiosas, além de Estudos Anteriores sobre o assunto. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Entidades sem Finalidade de Lucros

O termo entidades sem fins lucrativos, usado para atribuir às entidades que não se enquadram no contexto do Estado e do mercado (que agrupa as entidades de fins econômicos), por si só, não reflete o seu desempenho dentro do contexto social, econômico e político. (OLAK; NASCIMENTO, 2009)

Apenas a utilização da expressão “sem finalidade de lucros”, não implica necessariamente em dizer que uma instituição tenha o objetivo de atuar em prol de benefícios sociais, sendo necessário entender o propósito do surgimento de cada entidade que se classifica como do terceiro setor.

Para Mendonça e Machado Filho (2004), o terceiro setor é um conjunto de atividades privadas que têm finalidade pública, cuja atuação ocorre sem o intuito de lucro, e pode ser composto por instituições civis de qualquer origem. Adicionalmente, este setor se diferencia da lógica estrita de governo e de mercado, que são o primeiro e segundo setor, sendo este privado com fins lucrativos e àquele público com finalidade de prestar serviços públicos em atendimento às necessidades comuns da população. (CAMARGO, 2001)

O terceiro setor é um tipo empresarial que tem a possibilidade de atuar em diversos setores sociais, com o intuito principal de não auferir renda e promover ajuda aos seus associados e aos que se utilizam dos serviços que são prestados por essas entidades. Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004) o Terceiro Setor apresenta as seguintes características básicas:

- a) promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) manutenção de finalidades não-lucrativas;
- c) adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina; f) desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Para mantimento dessas entidades, inclusive as de fins não lucrativos são recebidas doações, contribuições e muitas vezes subvenções do estado.

As entidades sem Finalidade de Lucros, como bem o próprio nome diz, têm a característica principal a não obtenção de Lucros. Elas têm a obrigação de cumprir com as disposições da lei que as rege e seguir os requisitos a que se dispõem cumprir, quando do momento de sua constituição. (EZEQUIAS, 2013)

Segundo disposto no Artigo 44 do Novo Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado, as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos (BRASIL, 2002).

Olak e Nascimento (2008) afirmam que as entidades sem finalidade de lucros existem com o objetivo de instigar alterações nos indivíduos e, ao mesmo tempo, na sociedade, porém é dever de cada entidade definir sua filosofia, seu projeto de trabalho.

Essas entidades têm por finalidade primária a ajuda à sociedade por meio dos serviços que desenvolvem. Igrejas, associações de caridade, ONG's, entre outras, são vistas pela sociedade como órgãos de auxílio à comunidade de modo geral.

Para caracterizar as entidades sem fins lucrativos, Freeman e Shoulders (1993), apontaram quatro particularidades, dentre as quais estão:

- a) Em relação ao lucro: a razão pela qual tais entidades existem, não é a obtenção de lucro, e sim, atender lacunas sociais;
- b) Em relação à propriedade: elas são de domínio da comunidade, por conta disso, não se apresentam como as propriedades privadas, cujo capital pode ser dividido em partes proporcionais;
- c) Em relação à fonte de recursos: a captação de recursos ocorre por meio de doações, e aqueles se tornam patrocinadores, não adquirem o direito de participar de forma compensatória nos serviços ou bens da entidade;
- d) Em relação às principais decisões políticas: as principais tomadas de decisões ocorrem em reunião, através do consenso do grupo e maior concentração de votos.

Conforme já explanado anteriormente, entre as Entidades sem Finalidade Lucrativa estão as Entidades religiosas, objeto de estudo deste trabalho de pesquisa.

2.1.1 Organizações Religiosas

Uma das entidades que fazem parte do terceiro setor são as organizações religiosas. Sérgio (2012), traz uma definição clara e objetiva de uma Organização Religiosa:

A organização religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência do culto divino, de um carisma, de uma ideologia, de uma filosofia de vida que lhes forneça o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras. Elas são resultado da confissão e vivência da fé de seus membros ou integrantes. Na perspectiva religiosa, a fé deve ser vista como um dom, uma dádiva da bondade de Deus concedida ao homem. As organizações religiosas são constituídas sob o manto confessional. São portadoras de um direito próprio que regula e disciplina sua vida, organização e atividades. Como exemplos deste tipo de organização podem ser citados: Igrejas, Dioceses, Prelazias, Mítas, Ordens, Congregações, Institutos de Vida Consagrada, Institutos de Vida Apostólica e outras.

No Brasil, a criação destas organizações, bem como o seu funcionamento, é regulados por lei. O art. 44 do código civil em seu § 1º expressa o seguinte:

Art. 44 § 1º: São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

De acordo com a referida Lei, fica demonstrado que essas organizações têm total autonomia para determinar sua organização, estrutura interna e funcionamento. Isso as confere um poder de regerem a si mesmas, ficando a critério delas as escolhas de como irão se organizar, estruturar e funcionar, não sofrendo assim com a rigidez do recente Código Civil (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

As organizações religiosas se diferem das demais instituições do terceiro setor, pois não se atentam somente o lado assistencial e material. Elas buscam atingir o âmago de seus fiéis com o propósito de tornar suas vidas melhores e por consequência a das pessoas que com elas se relacionam.

Da mesma forma que tais Entidades possuem particularidades em relação à sua constituição, organização e funcionamento, também assim as possuem em relação aos

procedimentos contábeis a serem por elas adotados.

2.2 Contabilidade de Entidades Religiosas de acordo com a ITG 2002

A contabilidade desenvolvida por entidades do terceiro setor é diferente daquelas que compreende os outros setores da economia, por vários motivos: seu foco não é o lucro e nem a distribuição de dividendos; suas receitas são provenientes, em sua maioria, de doações e não das vendas de produtos ou serviços, por isso há uma maior rigorosidade com o orçamento. Ocorre também de suas despesas serem específicas e podem acontecer casos de imunidades e isenções de tributos pelo governo, assim como subvenções; entre outros aspectos que lhes são peculiares.

Em se tratando de templos religiosos, existe uma norma contábil específica que é aplicada às entidades sem fins lucrativos: a Instrução Técnica Geral - ITG 2002,

A ITG 2002 foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12 de 21 de setembro de 2012, com aplicabilidade nos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2012. A mesma tem como objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de uma entidade sem finalidade de lucros.

Esta Instrução Técnica apresenta itens específicos que devem ser observados pelos templos religiosos. Os tópicos tratados na referida norma são sobre: reconhecimento, registros contábeis, demonstrações contábeis, contas de compensação e divulgação. A estas entidades se aplica além desta interpretação, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e demais normas contábeis vigentes nos aspectos não abordados por esta interpretação. (CRC 2012).

As demonstrações contábeis que são exigidas para as entidades através desta interpretação são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado -DR, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL e a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC conforme previsto na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis ou na seção 3 da NBC TG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável. Essas demonstrações têm o objetivo de auxiliar na divulgação das informações contábeis e financeiras destas entidades. Porém há diferenças em algumas dessas demonstrações no que diz respeito a nomenclaturas devido à finalidade não lucrativa das entidades religiosas. No BP, na DR, DMPL e DFC as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período (CRC, 2012).

Em relação ao reconhecimento contábil destas entidades, a ITG 2002, nos itens 8 ao 21, estabelece os seguintes critérios e procedimentos apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Critérios e procedimentos do reconhecimento contábil nas Entidades sem fins lucrativos

Eventos	Critérios e procedimentos
Regime	As receitas e despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.
Doações e Subvenções	As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

	A dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.
Segregação	As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.
Gratuidades	Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades. O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado.
Provisões	A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.
Superávit ou déficit	O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.
Trabalho voluntário	O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.
Redução ao valor recuperável	Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.
Adoção ITG 2002 e NBC TG 1000	Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS completas), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (<i>deemed cost</i>) de que trata a ITG 10.

Fonte: MURARO, M.; ROTA, D.; ROMANSSINI, R.; (2015). Baseado no ITG 2002.

Em relação às informações de gratuidades concedidas e os serviços voluntários obtidos pela instituição, deverá ser destacada na Demonstração do Resultado e divulgada nas Notas Explicativas. As doações recebidas devem ser registradas na Demonstração do Fluxo de Caixa como atividades operacionais. E para melhor evidênciação contábil, as entidades podem usar contas de compensação para controlar

transações referentes a isenções, imunidade e gratuidades, sem prejuízo das informações divulgadas nas demonstrações contábeis. (ITG 2002, 2012).

2.3 Estudos Anteriores sobre Contabilidade de Entidades Religiosas

Silva (2009), realizou um trabalho que teve como objetivo mostrar quais prestações de contas as entidades religiosas devem realizar, bem como a quais órgãos cabe a obrigação de fiscalizá-las. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica exploratória de abordagem dedutiva. Assim sendo, além de evidenciar com clareza sobre a necessidade, a exigência e a importância da contabilidade nas entidades religiosas em prol da confiança e respaldo de seus administradores, evidenciou-se que as organizações religiosas não são instituições à margem da fiscalização e chegou ao resultado de que as entidades religiosas são livres quanto a seus fins, mas devem observar obrigações e princípios contábeis. Podendo seus administradores responder com seus próprios bens, caso cometam desvios de finalidade na gestão eclesial.

A pesquisa de Edilane (2013), trouxe a importância da informação contábil no processo de gestão e controle nas Organizações Religiosas do Terceiro Setor, com o objetivo de identificar os controles de gestão utilizados em uma Paróquia da Mitra da Arquidiocese de Curitiba. Para o alcance desse objetivo, realizou-se um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa. Através das informações coletadas, obteve-se os seguintes controles de gestão: Controle de Recebimento de Dízimo, doações e coletas; Controle de contas a Pagar e a Receber, Relatório de Caixa e Bancos e Demonstrativo Financeiro; Controle de repasses entre Paróquia (Matriz) e suas Capelas. Verificou-se também que a contabilidade é a ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões pelo gestor eclesial da entidade pesquisada.

Em se tratando de tomada de decisão, Alves et al (2017) realizaram uma pesquisa científica com o objetivo de apresentar a contabilidade dentro do terceiro setor, a devida gestão do fluxo de caixa, além de apontar a necessidade da mesma na tomada de decisão dentro de uma entidade religiosa. Usaram como metodologia, estudo de caso por meio de pesquisa e análise de um caso específico no meio social e concluíram que a contabilidade é uma ciência de extrema importância dentro do terceiro setor, e que o fluxo de caixa é uma ferramenta que deve ser respeitada pela administração, devendo ser feita uma correta alimentação de cada conta para que seja possível uma futura análise desse relatório por meio dos gestores e com isso o planejamento da instituição seja realizado de forma clara e correta, afim de sanar as necessidades existentes.

Mediante ao estudo sobre a contabilidade em uma entidade religiosa, o artigo de Pereira et al, (2017) tem como objetivo geral verificar se as paróquias da Arquidiocese de Natal/RN atendem ao *accountability* necessário, analisando se suas prestações de contas apresentadas estão estruturadas de acordo com a Interpretação Técnica Geral –

ITG 2000 (R1) –Escrituração contábil, buscando dar destaque à base que alicerça o tema de potencial relevância no contexto acadêmico, organizacional e social, a escrituração contábil, especificadamente, das entidades sem fins lucrativos. Metodologicamente, este estudo utilizou a forma de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e quantitativa e a análise dos dados da pesquisa foi realizada com o auxílio da estatística descritiva. Foi utilizado o site da Arquidiocese de Natal/RN e realizou-se visita in loco ao departamento de contabilidade da Cúria Metropolitana para obter as informações das organizações religiosas que nortearam os resultados deste estudo. Os dados coletados foram tabulados utilizando o software Excel. Os resultados apontam que a forma como a escrituração foi realizada no período analisado demonstra que os responsáveis pela escrituração auxiliar não seguem as exigências estabelecidas na ITG 2000 (R1) – escrituração contábil, e os registros foram lançados sem atender a maioria dos critérios e procedimentos estabelecidos para a escrituração contábil.

Por fim, o trabalho de Silva et al (2017) desenvolveram um estudo com o objetivo de verificar o grau de aderência das entidades religiosas, quanto à ITG 2002, em suas práticas contábeis. Foram estudadas as demonstrações contábeis de quinze templos religiosos do Estado de Pernambuco, sendo a escolha realizada por critério de conveniência. A coleta de dados se deu através da técnica de *survey*, com aplicação de um questionário semiestruturado, visando observar se as práticas contábeis adotadas pelas entidades estavam em conformidade com a norma ITG 2002 Para analisar os dados adotou-se o procedimento de análise de conteúdo. Obtiveram como resultados que as práticas contábeis adotadas pelas entidades religiosas do Estado de Pernambuco não estão totalmente em conformidade com a Interpretação Técnica pertinente (ITG 2002). Há, portanto, oportunidade para os templos religiosos adotarem boas práticas no âmbito contábil e gerencial. Embora a aplicação deste normativo não seja obrigatório por lei, sua utilização pode contribuir para aumentar a transparência e a *accountability* dessas entidades, já que elas são mantidas por meio de doações.

3 Metodologia

3.1 Delimitação do Estudo

Esta pesquisa visou verificar a aderência de uma entidade religiosa de Rondon do Pará à NBC ITG 2002. Para se atingir o objetivo do trabalho foi feita uma coleta de dados na Cúria da Diocese de Bragança – Pará onde é responsável pela contabilidade de todas as paróquias que lhe fazem parte, inclusive a paróquia de Rondon do Pará. E desta coleta, foi elaborado um *checklist* a partir da própria norma, destacando os pontos disciplinados na mesma para identificar a aderência da respectiva entidade em relação à ITG 2002.

Foram utilizados no referido trabalho de pesquisa o Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e as Notas Explicativas.

A pesquisa em questão é uma análise qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, utilizando de pesquisa documental para a consecução dos objetivos nela propostos. Após a coleta de dados, as informações são apresentadas por meio da descrição que será confrontada pela *checklist* criada, afim de verificar se a Igreja preenche a maioria dos requisitos solicitados pela Instrução Técnica Geral.

3.2 Coleta de dados

Para melhor tabulação dos dados da pesquisa criou-se um *checklist* no qual estão relacionados as normas disciplinadas na NBC ITG 2002 em relação ao tratamento e a forma de elaboração das demonstrações contábeis de entidades religiosas, bem como de suas divulgações.

Quadro 2: *checklist* da Pesquisa

	Itens da ITG 2002	SIM	Não	Não Aplicável
Elaboração das Demonstrações Contábeis:				
I1	Elabora o Balanço Patrimonial?			
I2	Elabora a Demonstração do Superávit ou Déficit?			
I3	Elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa?			
I4	Elabora a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social?			
Levantamento em relação ao Reconhecimento das informações contábeis:				
I5	As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência?			
I6	As doações e Subvenções para custeio e investimento são reconhecidas como Receita no resultado? (NBC TG 07)			
Levantamento em relação aos registros contábeis:				
I7	Registram-se receitas e despesas (com ou sem gratuidade) segregadas por atividade?			
I8	Registra-se a subvenção, contribuição para custeio e investimento, isenção, incentivo fiscal em conta do passivo até o reconhecimento no resultado?			

I9	Receitas e despesas para aplicação específica (doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos) são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade?			
I10	Registram-se de forma segregada os benefícios concedidos a título de gratuidade, colocando em destaque os que serão utilizados para prestação de contas ao governo?			
I11	Constitui provisão para perdas esperadas?			
I12	Incorpora o superávit ou déficit ao Patrimônio Social da entidade?			
I13	Reconhece a gratuidade por meio da prestação de serviços pelo valor efetivamente praticado?			
I14	Segrega os registros contábeis de forma que se permita obter a apuração das informações para prestação de contas aos órgãos governamentais e usuários externos?			
I15	Registra a dotação inicial de recursos pelo instituidor/fundador em ativos monetários como doação patrimonial, com reconhecimento em conta do Patrimônio social?			
I16	Reconhece e registra o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos de administração, no exercício de suas funções pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo não havendo desembolso financeiro?			
I17	Aplica aos ativos não monetários, Seção 27 da NBC TG 1000 e a NBC TG 01, quando aplicável?			
I18	Em caso de adoção inicial da ITG 2002 e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS full), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (deemed cost) de que trata a ITG 10. É feito este reconhecimento?			
Levantamento em relação a nomenclatura nas demonstrações contábeis:				
I19	No Balanço Patrimonial são usadas as seguintes nomenclaturas: a) Patrimônio social; b) Superávit ou déficit acumulado; C) São substituídos os termos lucro e prejuízo por superávit/déficit na DSD, DMPL e DFC?			
I20	Destacam-se no resultado as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos e divulgar em notas explicativas por tipo de atividade?			
I21	Classificam-se as doações na DFC no fluxo de caixa operacional?			
Levantamento em relação à divulgação:				

I22	As demonstrações contábeis são complementadas por meio de notas explicativas?			
-----	---	--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A coleta realizou-se-á no mês de abril de 2018 e os dados foram tratados por meio da pesquisa exploratória e descritiva.

4 Análise dos Resultados

Nesta seção serão apresentadas as análises dos dados coletados por meio de *checklist* aplicado em confronto com os documentos contábeis da entidade religiosa especificamente no ano de 2016, conforme descrito na metodologia deste trabalho de pesquisa. A seguir, são evidenciados os resultados no que se refere aos vários tópicos da ITG 2002, sendo destacado da seguinte forma: Levantamento em relação à Elaboração das demonstrações contábeis, em relação à Reconhecimento das informações contábeis, em relação aos registros contábeis, em relação à nomenclatura nas demonstrações contábeis e em relação à divulgação.

4.1 Quanto à elaboração das Demonstrações Contábeis

Quadro 3: *checklist* da Pesquisa

	Elaboração das Demonstrações Contábeis:	SIM	NÃO	Não Aplicável
I1	Elabora o Balanço Patrimonial?	X		
I2	Elabora a Demonstração do Superávit ou Déficit?	X		
I3	Elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	X		
I4	Elabora a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social?	X		

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

De acordo com o quadro cima, verificou-se que a Igreja elabora todas as demonstrações contábeis que são exigidas pela Instrução Técnica, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

4.2 Levantamento em relação ao Reconhecimento das informações contábeis

Quadro 4: *checklist* da Pesquisa

	Levantamento em relação ao Reconhecimento das informações contábeis:	SIM	NÃO	Não Aplicável
15	As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente pelo regime de competência?	X		
16	As doações e Subvenções para custeio e investimento são reconhecidas como Receita no resultado? (NBC TG 07)	X		

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Com relação ao reconhecimento das informações contábeis, a Entidade reconhece as suas despesas e receitas mensalmente pelo regime de competência, conforme trata a norma. Já as doações e subvenções para custeio e investimento, são registradas e reconhecidas como receita na Demonstração do Resultado do Período como as doações de pessoas físicas, jurídicas, e os convênios públicos para o custeio e investimentos.

4.3 Levantamento em relação aos registros contábeis

Quadro 5: *checklist* da Pesquisa

	Levantamento em relação aos registros contábeis	SIM	NÃO	Não Aplicável
17	Registram-se receitas e despesas (com ou sem gratuidade) segregadas por atividade?	X		
18	Registra-se a subvenção, contribuição para custeio e investimento, isenção, incentivo fiscal em conta do passivo até o reconhecimento no resultado?	X		
19	Receitas e despesas para aplicação específica (doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos) são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da entidade?	X		
110	Registram-se de forma segregada os benefícios concedidos a título de gratuidade, colocando em destaque os que serão utilizados para prestação de contas ao governo?	X		

I11	Constitui provisão para perdas esperadas?	X		
I12	Incorpora o superávit ou déficit ao Patrimônio Social da entidade?	X		
I13	Reconhece a gratuidade por meio da prestação de serviços pelo valor efetivamente praticado?	X		
I14	Segrega os registros contábeis de forma que se permita obter a apuração das informações para prestação de contas aos órgãos governamentais e usuários externos?	X		
I15	Registra a dotação inicial de recursos pelo instituidor/fundador em ativos monetários como doação patrimonial, com reconhecimento em conta do Patrimônio social?			X
I16	Reconhece e registra o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos de administração, no exercício de suas funções pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo não havendo desembolso financeiro?	X		
I17	Aplica aos ativos não monetários, Seção 27 da NBC TG 1000 e a NBC TG 01, quando aplicável?	X		
I18	Em caso de adoção inicial da ITG 2002 e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS full), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (deemed cost) de que trata a ITG 10. É feito este reconhecimento?		X	

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

No levantamento em relação aos registros contábeis, verificou-se que a Igreja registra as receitas e despesas (com ou sem gratuidade) segregadas por atividade social a que designa. Ela também faz o registro da subvenção a pagar em conta do passivo até o reconhecimento no resultado.

Por sua vez, as receitas e despesas para aplicação específica como as doações e contribuições são registradas em contas próprias, tendo a sua segregação das demais contas da entidade, conforme avaliado. A entidade também faz o registro de forma segregada de todos os benefícios a que lhe são concedidos a título de gratuidade, colocando em destaque os que serão utilizados para prestação de contas ao governo.

Constitui-se provisão para perdas esperadas, incorpora o superávit ou déficit ao Patrimônio Social da entidade e faz o reconhecimento da gratuidade por meio da prestação de serviços pelo valor efetivamente praticado.

Conforme pode-se perceber pelo Quadro 5, em relação ao item 15 do mesmo, não é aplicada neste caso, pois deve acontecer tal registro, apenas quando se tratar de fundações. Já no item 16, a entidade reconhece e registra o trabalho voluntário por meio de atividades profissionais pelo valor justo da prestação do serviço mesmo não havendo desembolso financeiro. No caso do item 17 é feito a aplicação nos ativos não monetários, a Seção 27 da NBC TG 1000 e a NBC TG 01 que trata da redução ao valor recuperável de

ativos. E no item 18, a entidade não adota os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) do que trata a ITG 10.

4.4 Levantamento em relação a nomenclatura nas demonstrações contábeis

Quadro 6: *checklist* da Pesquisa

	Levantamento em relação a nomenclatura nas demonstrações contábeis:	SIM	NÃO	Não Aplicável
I19	No Balanço Patrimonial são usadas as seguintes nomenclaturas: a) Patrimônio social; b) Superávit ou déficit acumulado; C) São substituídos os termos lucro e prejuízo por superávit/déficit na DSD, DMPL e DFC?	X		
I20	Destacam-se no resultado as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos e divulgar em notas explicativas por tipo de atividade?	X		
I21	Classificam-se as doações na DFC no fluxo de caixa operacional?	X		

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

No levantamento em relação a nomenclatura nas demonstrações contábeis, verificou-se que a igreja utiliza as nomenclaturas Patrimônio Social, Superávit ou déficit acumulado, e os termos lucro e prejuízo são substituídos por superávit ou déficit nas demonstrações contábeis.

No item 20 do *checklist*, foram encontrados em destaque no resultado, as informações de gratuidade concedidas e os serviços voluntários que são feitos e nas notas explicativas são divulgados todos as informações por tipos de atividades. E em relação ao item 21, a Igreja classifica todas as doações na Demonstração do fluxo de caixa, no item Fluxo de Caixa Operacional.

4.5 Levantamento em relação à divulgação

Quadro 7: *checklist* da Pesquisa

	Levantamento em relação aos registros contábeis	SIM	NÃO	Não Aplicável
I22	As demonstrações contábeis são complementadas por meio de notas explicativas?	X		

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

No levantamento em relação aos registros contábeis, foi verificado que as demonstrações contábeis são todas complementadas corretamente por meio de notas explicativas.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi identificar se a entidade religiosa de Rondon do Pará, atende parcial ou totalmente aos requisitos exigidos pela NBC ITG 2002 na elaboração de suas demonstrações contábeis,

Conforme resultado encontrado, foi verificado que a Igreja adota a Instrução Técnica Geral 2002 em suas demonstrações contábeis. Quanto ao nível de aderência, foi possível evidenciar através do *checklist* criado, que a Entidade atende a maioria dos itens que são exigidas pela norma quando da elaboração das suas demonstrações contábeis. Portanto conclui-se que a Igreja de Rondon do Pará tem a aderência necessária à ITG 2002, com base nos dados apresentados.

Como limitações da pesquisa, destacamos a dificuldade de encontrar de forma fácil as demonstrações contábeis devido a distância do local aonde é feita a contabilidade e a falta de tempo do contador por conta do excesso de tarefas que são a ele designados. E como sugestões para trabalhos futuros, é recomendável uma continuidade do estudo em outras entidades sem fins lucrativos para acompanhar a Contabilidade destas.

Referências

ALTOÉ, Adailton. **Construção da Cidadania e Gestão Eclesial**. São Paulo: Paulus, 2011.

ALVES, E. et al. **A contabilidade financeira como ferramenta de gestão em uma entidade sem fins lucrativos: um estudo de caso em uma instituição religiosa no sul maranhense**. Revista científica Faculdade de Balsas. V. 8, n. 1, p. 32-43, Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.unibalsas.edu.br/revista>. Acesso em 05/12/2017

BRASIL. Diário Oficial da União, **Lei 10.406/2002, Novo Código Civil Brasileiro**.

BRASIL. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Conselho Federal de Contabilidade. 2ª ed. Brasília: Disponível em: http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf. Acesso em 05/12/2017.

CFC. 2012. **Interpretação Técnica ITG 2002**. Recuperado em 12 junho, 2014, de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409. Acesso em 05/01/2018.

CFC. 2012. **Obrigatoriedade da escrituração contábil**. Recuperado em 12 de Junho, 2014, de http://portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/faq/faq.php?Id=1879. Acesso em 05/01/2018.

DOMINGOS, S. **A contabilidade de instituições religiosas: um estudo de caso na Arquidiocese de Natal**. 2013. Natal, Rio Grande do Norte, .

FREEMAN, R. J., & Shoulders, C. D. (1993) **Governmental and nonprofit accounting: theory and practice**. 4ª ed. Ed. New Jersey: Prentice Hall.

IUDÍCIBUS, S., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A.. **Manual de Contabilidade Societária**. 2010. 1ª ed.. São Paulo: Atlas.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, L. R., & Machado Filho, C. A. P. (2004) **Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, 39(4), 302-308.

MONELLO, Sérgio. **As Organizações Religiosas E O Código Civil Brasileiro**. Disponível em: http://www.advocaciasergiomonello.com.br/SitesTerceiros/Adv_Sergio_monello2/index.php/component/content/article/10-noticias-artigos/16-as-organizacoes-religiosas-e-o-codigo-civil-brasileiro acesso em 05/12/2017.

MURARO, Mina; ROTA, Diogo; ROMANSSINI, Renê. **Análise da aplicação da ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos nas demonstrações contábeis de Entidades do Terceiro Setor de Passo Fundo-RS**. 2015. Disponível em http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/analise_aplicacao_itg_2002_entidades_sem_fins_lucrativos790.pdf. Acesso em: 18/01/2018.

OLAK, P. A., & Nascimento, D. T. (2010). **Contabilidade para entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)** (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diego Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A, de; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: Trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, T, R, L; FREIRE, A, M; CAMARA, R, P, de B. **Escrituração contábil no processo de accountability: um estudo nas igrejas católicas da arquidiocese de Natal/RN.** Revista de estudos e pesquisas avançadas do Terceiro Setor. REPATS, Brasília, V. 4, nº 2, p.352-373, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8490/pdf>

SILVA, J, B, da. **Prestação de contas e contabilidade nas Entidades Religiosas.** Universidade Federal de Rondônia, Cacoau, 2009. Disponível em: <http://ri.unir.br:8080/xmlui/handle/123456789/899>. Acesso em: 05/01/2018.

SILVA, E, B. **A contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor.** 2013. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39926/R%20-%20E%20-%20EDILAINE%20BERNARDES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1>. Acesso em 15/12/2017.

SILVA, Priscila Karla Ferreira. **Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da ITG 2002.** 2017. Universidade Federal da Paraíba. Revista Evidenciação Contábil & Finanças. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32430> Acesso em 02/01/2018.

Vergara, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.

Celebração de Convênios e Contratos de Repasse com o Governo Federal: Estudo da Regularidade dos Municípios da Região Sudeste Paraense.

Niuelia Oliveira Cardoso

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Jardson Edson Guedes da Silva Almeida

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Anderson de Almeida Barros

Universidade Estadual de Alagoas

Resumo

Este trabalho teve por objetivo verificar a adimplência dos municípios do sudeste paraense para a celebração de convênios e contratos de repasse com a União, por meio de sua regularidade fiscal comprovada através do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, uma vez que muitos municípios brasileiros dependem exclusivamente de transferências constitucionais e legais (obrigatórias). Para a consecução deste objetivo, foram analisados os relatórios disponíveis no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para cada um dos 39 municípios da região objeto de estudo. A metodologia para a realização desta pesquisa caracterizou-se como descritiva, exploratória e documental, com abordagem qualitativa. A mesma foi realizada por meio de dados secundários, utilizando fonte documental para coleta, além de uma revisão na literatura visando formar a base conceitual e legal para a abordagem do problema. Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados no intuito de identificar os municípios adimplentes e as principais causas para a inadimplência dos demais. Tendo por base a análise do trabalho, verificou-se que apenas 10,26% dos municípios do sudeste do Pará estavam adimplentes em relação a todos os quatorze itens do CAUC, podendo, normalmente, receber transferências voluntárias da União. A maior dificuldade dos municípios pesquisados para se enquadrar nos requisitos fiscais exigidos pelo CAUC reside na questão da Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União. Vinte e cinco municípios de todos os pesquisados, não comprova a sua adimplência em relação a este aspecto. Os demais (89,74%) não fazem jus ao recebimento destas últimas, tendo que administrar apenas os recursos de sua arrecadação própria e as transferências recebidas por outros entes da federação, tais como FPM, ITR, entre outros.

Palavras-chave: Prefeituras Municipais. Transferências Voluntárias. CAUC.

1. Introdução

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou por grandes transformações no que tange à sua organização político-administrativa, o que impacta em todos os entes federativos. Apesar de soberanos administrativamente e financeiramente, os mesmos possuem relação de interdependência entre si.

É bastante comum operações entre os entes da Federação, quais sejam União, Estados e Municípios. Entre estas, destacam-se as Transferências Voluntárias entre a União e Municípios. Estes últimos são responsáveis pela implantação de políticas públicas essenciais ao bem-estar da população. As transferências da União para muitos destes municípios é essencial, haja vista, a maioria deles, serem de pequeno porte, nos quais a arrecadação própria é bastante reduzida.

Por estarem mais próximos do cidadão, os municípios assumem a responsabilidade de aplicação destas políticas objetivando promover o desenvolvimento nas mais diversas regiões do país, especificamente, possibilitando amenizar as desigualdades socioeconômicas existentes.

Para concretização destas parcerias e, como forma de viabilização de recursos, para implantação de políticas sociais, o Governo Federal tem-se utilizado das transferências de recursos a Estados e Municípios, de modo voluntário, além das transferências constitucionais e legais as quais são de caráter obrigatório (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Chaves (2012) afirma que as transferências de recursos, de caráter voluntário, na administração pública Federal aos Estados, Municípios ou às entidades do Terceiro Setor ocorrem visando a execução de projetos. Essas transferências se dão mediante a celebração de convênios, contratos de repasses ou termos de parcerias.

Corroborando com este pensamento, Ignarra (2014) define que as Transferências Voluntárias objetivam a realização de serviços e obras de interesse similar às três esferas de Governo. Além disso, essas transferências são montantes transferidos pela União e/ou demais Unidades Federativas aos municípios em decorrência de celebração de convênios, acordos, ajustes e outros mecanismos similares.

Para se ter acesso a este tipo de transferências, os municípios necessitam estar regulares junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), antigo Cadastro Único de Convênios, (STN, 2017). Trata-se do sistema informatizado do Governo Federal nos quais estão registradas as regularidades, ou não, de cada um dos entes federativos em relação às suas obrigações principais e acessórias junto a diversos órgãos/entidades.

Como se pode perceber, o tema, além de atual, possui grande relevância, haja vista tratar-se de informações úteis à sociedade. Para profissionais da área, o referido trabalho possibilitará a análise de informações correspondentes aos municípios objeto de estudo, bem como proporcionará aos acadêmicos da região a evidência da situação dos municípios do sudeste paraense em relação à obrigatoriedade imposta a alguns órgãos/entidades governamentais. O referido trabalho subsidiará novas pesquisas, bem como contribuirá com acadêmicos e profissionais da área contábil.

O referido trabalho tem como objetivo identificar os municípios da região sudeste do Pará aptos à celebração de convênios e contratos de repasse.

Com base em todo o exposto, emerge a motivação para a realização desta pesquisa a qual busca responder a seguinte questão-problema: Estão os municípios da região sudeste do Pará aptos à celebração de convênios e contratos de repasse?

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados às Transferências de Recursos Entre Entes Federativos Brasileiros, Modalidades de Transferências e Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são

apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Transferências de Recursos Entre Entes Federativos Brasileiros

Em se tratando de forma político-administrativa, o Brasil apresenta-se como República Federativa, a qual se constitui pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, os quais possuem autonomia político-constitucional. (BRASIL, 1988).

Trata-se de um modelo denominado tripartite, no qual cada ente federativo tem sua autonomia para arrecadação e aplicação dos recursos públicos, entre outros aspectos. Além disso, como já falado anteriormente, é muito comum transferências de recursos entre tais entes.

O Governo Federal utiliza-se da descentralização financeira, ou seja, das Transferências Legais, Constitucionais e Voluntárias para manter a autonomia financeira de seus entes.

Se por um lado esta ação facilita a implementação de políticas públicas por parte dos municípios, exige, também, coordenação, monitoramento e controle para evitar o desvio dos recursos transferidos. Vários são os critérios limitadores para que municípios recebam tais transferências. Apenas aqueles que cumprem todos os requisitos legais para cada um dos tipos de transferências, têm acesso aos recursos financeiros disponíveis.

O sistema federativo ordena uma divisão de competências e responsabilidades entre as esferas de governo dele pertencentes. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 determina, evidentemente, as atribuições de cada ente federativo no sistema tributário, estabelecendo, também, os mecanismos de distribuição das receitas.

Fica clara a preocupação do legislador no sentido de não apenas disciplinar a arrecadação de cada ente, mas também de proporcionar a distribuição de uma forma hierarquicamente organizada onde a União transfere recursos aos Estados e Municípios, assim como os Estados proporcionam também a distribuição aos Municípios, de parte do produto de suas arrecadações (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Soares (2012), discorre que a Constituição de 1988 tinha como objetivo reorganizar o Estado brasileiro em bases democráticas, federativas e redistributivas, beneficiando, assim, os municípios. Tais mudanças acarretaram a edificação do município à condição de terceiro ente federativo, algo raro nas experiências federativas mundiais, e a retomada da autonomia política de estados e municípios para estabelecerem seus próprios governos.

No que concerne a concepção fiscal, a reforma tributária constitucional aumentou a participação dos municípios nas receitas públicas, fazendo com que estes conquistassem uma condição de ineditismo na história pública brasileira.

Cataia (2011) disserta que a partir da Constituição de 1988 o Brasil torna-se uma das federações mais descentralizadas do mundo, tendo inclusive adotado um terceiro ente federativo, o município. Este, portanto, tem autonomia administrativa, política e tributária próprias. Em se tratando de arrecadação de receitas, pode fazê-la por meio de sua competência tributária, bem como por meio dos diversos repasses a ele realizados por Estados e Municípios, por exemplo.

Levando-se em consideração os recursos recebidos pelos municípios, os mesmos possuem dois grandes grupos de receitas: 1) as provenientes de arrecadação própria; e 2) as provenientes de transferências intergovernamentais.

2.2 Modalidades de Transferências

Como nem sempre os recursos provenientes de receitas próprias dos municípios são suficientes para custear serviços básicos essenciais à população, ficam os mesmos dependentes financeiramente de transferências da União e dos Estados.

Conforme preconiza D' Abadia (2015), no Brasil são elencados dois tipos de transferências de recursos públicos: as obrigatórias e as voluntárias. As primeiras consistem naquelas que não envolvem a discricionariedade do órgão ou Poder transferidor, sendo que estas podem ser constitucionais ou legais, conforme a norma jurídica que estabeleceu esta obrigatoriedade. As mesmas se constituem de Transferências Constitucionais e Legais.

No que tange às transferências Constitucionais, Prado (2001) disserta que as mesmas são valores repassados de um ente federativo a outro de forma compulsória. Em se tratando da atual conjuntura brasileira, prevalecem as transferências da União com caráter redistributivo, objetivando minimizar as desigualdades regionais existentes no país. Estão previstas na própria Carta Magna de 1988, destacando-se o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Por outro lado, as Legais são aquelas disciplinadas em lei específica, as quais determinam as formas de habilitação, transferência, a aplicação dos recursos e a respectiva prestação de contas. Como exemplos, pode-se citar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola, Fundo Nacional de Saúde (FNS), entre outras.

Por sua vez, as transferências voluntárias, de acordo com Cataia (2011), são constituídas pelos recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em virtude da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos análogos com intuito de realização de obras e serviços de interesse conjunto que coincide com as três esferas de governo. O que as diferem das Transferências Constitucionais e Legais é que, nesta modalidade, exigem contrapartida e não são de uso incondicional.

No Brasil, as transferências voluntárias são uma das formas de captação de recursos mais utilizada, porém, vale ressaltar que, para tanto, necessitam de decisão da autoridade pública para sua concessão e normalmente tem finalidade específica, conforme explicitada no documento que formaliza a transferência.

Segundo a CGU (2005), os recursos de transferências voluntárias são repassados aos municípios, predominantemente, por meio de convênios e contratos de repasse. O convênio é um instrumento jurídico celebrado entre as partes, concedente e conveniente, e disciplina a transferência de recursos públicos da União aos municípios para a execução de uma política pública de interesse mútuo, com duração definida e em regime de recíproca cooperação, o que envolve complemento financeiro do município e corresponsabilidade na aplicação e fiscalização dos recursos.

No tocante ao contrato de repasse é instrumento semelhante ao convênio, diferenciado, apenas, pelo o envolvimento de intermediação de instituições ou agências financeiras oficiais federais nas transferências dos recursos da União.

Como exemplos de convênios firmados entre a União e Municípios pode-se citar: Programa Mais Cultura, Programa Segundo Tempo, Programa Praça da Juventude, Infraestrutura Turística – Prointur, Revitalização de Sítios Históricos, Resíduos Sólidos Urbanos, Restaurantes Populares Públicos, etc.

Para se ter acesso a estes recursos financeiros por meio de Transferências Voluntárias, os municípios brasileiros precisam estar adimplentes com todos os itens do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC. Qualquer item que esteja sendo descumprido, impossibilita o recebimento dos mesmos.

2.3 Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC

Em substituição ao então Cadastro Único de Convênios, foi criado, por meio da Instrução Normativa nº 2 de 02 de fevereiro de 2012, o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, o qual enumera alguns itens de regularidade necessários à celebração de convênios (MURILLO, 2014).

O CAUC está disponível no sítio eletrônico mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo este meramente de caráter facultativo e consultivo, logo, denota-se registros de informações disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistema de informações financeiras, contábeis e fiscais, administrado pelo Governo Federal.

Esta ferramenta é usada pela União para consulta em relação à adimplência dos Estados, Distrito federal e Municípios em relação aos itens ali expostos, evidenciando, assim, a regularidade dos entes públicos no que tange às exigências previstas na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações atinentes (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Murillo (2014) enfatiza também que de acordo com a legislação, a comprovação poderá ocorrer, também, mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente, em caso de entes com regularidade não comprovada junto ao CAUC.

Portanto, o CAUC tem se transformado em uma importante ferramenta de controle da gestão fiscal, sendo atualizado diariamente, a seguir o sistema viabiliza uma varredura nos sistemas federais relacionados.

3 Metodologia

3.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia para a realização desta pesquisa caracterizou-se como descritiva, exploratória e documental, com abordagem qualitativa. A mesma foi realizada por meio de dados secundários, utilizando fonte documental para coleta, além de uma revisão na literatura visando formar a base conceitual e legal para a abordagem do problema.

A população do estudo compreendeu os 39 municípios da região Sudeste do Pará. A utilização desta região, justifica-se pelo fato de que alguns dos referidos municípios contribuem substancialmente com a economia do estado, sendo que, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (2016), dos 20 municípios com maior PIB do estado, 9 estão localizados na região Sudeste do Pará, o que demonstra a importância econômica da região para o estado.

Desse modo, apresenta-se os municípios selecionados, classificados de maneira decrescente pela quantidade populacional de acordo com o censo IBGE do ano 2010, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Municípios da amostra

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
MARABÁ	233.669
PARAUPEBAS	153.908
PARAGOMINAS	97.819
TUCURUI	97.128
SÃO FÉLIX DO XINGU	91.340
REDEÇÃO	75.556
NOVO REPARTIMENTO	62.050
SANTANA DO ARAGUAIA	56.153
BREU BRANCO	52.493
JACUNDÁ	51.360
DOM ELISEU	51.319
ITUPIRANGA	51.220
RONDON DO PARÁ	46.964
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	45.557
ULIANÓPOLIS	43.341
XINGUARA	40.573
TUCUMÃ	33.690
ELDORADO DOS CARAJÁS	31.786
GOIANÉSIA DO PARÁ	30.436
OURILÂNDIA DO NORTE	27.359
CANAÃ DOS CARAJÁS	26.716
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	25.587
ÁGUA AZUL DO NORTE	25.057
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	23.130
CURIANÓPOLIS	18.288
FLORESTA DO ARAGUAIA	17.768
RIO MARIA	17.697
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	17.206
BOM JESUS DO TOCANTINS	15.298
NOVA IPIXUNA	14.645
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	13.155
PIÇARRA	12.697
CUMARU DO NORTE	10.466
PALESTINA DO PARÁ	7.475
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	7.317
ABEL FIGUEIREDO	6.780
PAU D' ARCO	6.033
SAPUCAIA	5.047
BANNACH	3.431

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

3.2 Coleta dos dados

A coleta dos dados correspondentes às informações referentes à adimplência dos municípios perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC foi realizada por meio de pesquisa *on line* no site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. O trabalho se deu por meio de pesquisa ao relatório de cada município constando os treze itens disponíveis, segundo os quais o município deveria estar regular perante os diversos órgãos da administração pública da União.

Considerando os relatórios de cada município da amostra, e, visando a identificação do nível de adimplência dos mesmos, foi elaborado um *checklist* composto por quatro seções as quais se subdividem em 14 itens de divulgação do CAUC, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Itens de informações a serem divulgados de acordo com o CAUC

I – Obrigações de Adimplência Financeira
1.1 Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União;
1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS;
1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União;
1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal.
II – Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios
2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente.
2.1.1 SIAFI/Subsistema Transferências
2.1.2 SICONV
III – Obrigações de Transparência
3.1 Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF;
3.2 Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO;
3.3 Encaminhamento das Contas Anuais.
IV – Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais
4.1 Exercício da Plena Competência Tributária;
4.2 Aplicação Mínima de recursos em Educação;
4.3 Aplicação Mínima de recursos em Saúde;

Fonte: Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC (STN)

Apresentados os itens a serem divulgados de acordo com o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), foi verificado os municípios que divulgaram cada um dos itens de informação do quadro 2, sendo consideradas informações dicotômicas em que, foi considerado “1” para quando o município apresentou divulgação do item analisado, e “0” para quando o município não apresentou divulgação do item analisado.

A coleta de dados ocorreu, para todos os municípios da amostra, durante o dia 04 de maio do ano de 2018. Por se tratar de relatórios com itens de atualização diária, preferiu-se priorizar a coleta em uma única data.

De posse de todos os relatórios correspondentes aos municípios objeto de estudo, fez-se uso de tabela do Microsoft Excel para tabulação dos dados. A partir da mesma, pode-se levantar o número de pendências para cada município e o número de municípios pendentes para cada item do CAUC.

4 Análise dos Resultados

Para consecução do objetivo deste trabalho, foram estudados os relatórios disponibilizados no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, dos 39 (trinta e nove) municípios do Sudeste Paraense, com o intuito de identificar a adimplência dos mesmos para a celebração de convênios e contratos de repasses com a União. Mediante a utilização de uma tabela dinâmica, após o preenchimento das informações coletadas, constatou-se o número de municípios inadimplentes, as principais pendências em relação aos requisitos do CAUC e o número de municípios irregulares para cada um destes requisitos. Em seguida, apresenta-se a análise dos mesmos:

a) Municípios com Pendências em relação a cada item do CAUC

Conforme descrito na Tabela 1, observa-se que a maior dificuldade dos municípios do Sudeste do Pará em termos de regularidade perante o CAUC está relacionada à Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União. Do total de municípios pesquisados, 25 (64,10%) não possuem regularidade comprovada perante à Secretaria do Tesouro Nacional. Percebe-se, também, que na mesma dimensão, encontra-se a situação dos mesmos em relação à Regularidade quanto ao Encaminhamento das Contas Anuais, constatando-se que 20 municípios (51,28%) entre aqueles objeto de estudo estão em situação irregular. Tais pendências correspondem a não comprovação do recolhimento dos tributos e não

preenchimento dos campos respectivos correspondentes aos demonstrativos contábeis no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro).

Por outro lado, no que diz respeito à Regularidade Perante o Poder Público Federal, constatou-se que 12 municípios (30,77%) estão inadimplentes perante à Secretaria do Tesouro Nacional. Nessa mesma perspectiva verifica-se também que no que tange ao Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, totalizou-se 11 municípios (28,21%) em situação irregular.

Por intermédio da exploração dos dados abaixo, foi possível desempenhar uma análise mais precisa em relação a cada um dos itens do CAUC e a quantidade de municípios inadimplentes em relação aos mesmos.

Tabela 1: Quantidade de Municípios Inadimplentes em relação a cada item do CAUC e possíveis causas

Requisito Fiscal	Adimplentes	Inadimplentes	Possíveis Pendências
1.1 Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	14	25	Não comprovação do recolhimento dos tributos e contribuições federais e pagamento de débitos inscritos em Dívida Ativa da União.
1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	38	01	Não comprovação da regularidade do empregador quanto aos depósitos das parcelas devidas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	39	00	Não comprovação da regularidade em relação à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União, e administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "a" da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, comprovada mediante consulta ao sistema próprio da STN.
1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal	27	12	Débitos perante os órgãos e entidades do Poder Público Federal. Devedores inscritos no CADIN.
2.1.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente – SIAFI/Subsistema Transferências	33	06	Falhas ou omissão de prestação de contas de recursos federais recebidos.

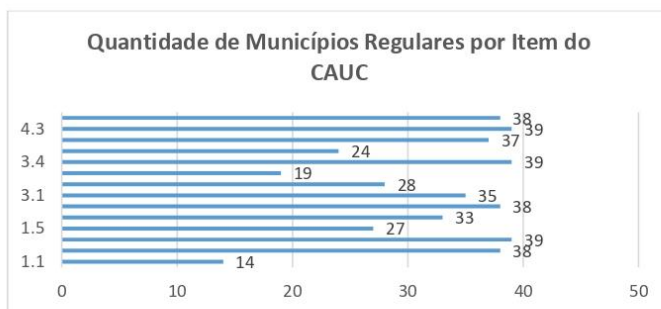
2.1.2 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente – SICONV	38	01	Falhas ou omissão de prestação de contas de recursos federais recebidos.
3.1 Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF	35	04	Não encaminhamento do relatório em até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre (municípios com mais de 50 mil habitantes) ou de cada semestre (municípios com menos de 50 mil habitantes).
3.2 Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO	28	11	Não encaminhamento do relatório em até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
3.3 Encaminhamento das Contas Anuais	19	20	Não preenchimento dos campos respectivos correspondente aos demonstrativos contábeis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, até o dia 30 de abril do ano subsequente ao exercício financeiro.
3.4 Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis	39	00	Não encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 156, de 2016, ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), mensalmente, até o último dia do mês seguinte ao de referência, sendo exigíveis todas as matrizes do exercício em curso e dos 4 imediatamente anteriores, com série histórica iniciando-se em 2018.
4.1 Exercício da Plena Competência Tributária	24	15	Não comprovação de instituição, previsão e arrecadação de impostos de sua competência. Tal comprovação se dá por meio de declaração do Chefe do Executivo juntamente com o comprovante de remessa da declaração para o respectivo Tribunal de Contas do Estado.

4.2 Aplicação Mínima de recursos em Educação	37	02	Não comprovação da aplicação anual do percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, incluindo aquela proveniente de transferências federais, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE.
4.3 Aplicação Mínima de recursos em Saúde	39	00	Não comprovação da aplicação anual do percentual mínimo de 15% da receita resultante de impostos, incluindo aquela proveniente de transferências federais, por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS.
4.4 Regularidade Previdenciária	38	01	Não comprovação da Regularidade Previdenciária em relação aos critérios e regras gerais de organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social. Tal comprovação se dá por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Pelo exposto no Gráfico 1, percebe-se a quantidade de municípios regulares em relação à cada item do CAUC.

Gráfico 1: Quantidade de Municípios regulares em relação à cada item do CAUC



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

De acordo com o gráfico 1, no que tange a quantidade de Municípios regulares em relação a cada item do CAUC, pode-se analisar que nos Itens 1.4 (Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União), 3.4 (Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis) e 4.3 (Aplicação Mínima de

recursos em Saúde) todos os municípios pesquisados estão regular. Além disso, observa-se também que nessa mesma concepção os Itens 1.3 (Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS), 2.1.2 (Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente – SICONV) e 4.4 (Regularidade Previdenciária) quase todos os municípios (38) estão adimplentes.

b) Municípios Regulares Perante o CAUC

De acordo com o exposto na Tabela 2, apenas 04 municípios apresentam-se aptos a receberem Transferências Voluntárias da União, o que representa 10,26% dos municípios pesquisados. Estes, segundo o relatório, estavam com a situação regular em todos os quatorze itens do CAUC. Portanto, 35 municípios dos pesquisados possuíam algum tipo de pendência, o que os impedem de receber transferências voluntárias por meio de convênios ou contratos de repasse.

Tabela 2: Municípios Regulares

Pau D'Arco	Rondon do Pará	Tucumã	Xinguara
------------	----------------	--------	----------

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

c) Número de Municípios por Quantidade de Pendências

A Tabela 3 apresenta o número de municípios por quantidade de pendências. É possível verificar que 11 municípios (28,21%) possuem apenas uma pendência dentre os quatorze itens do CAUC. Caso a mesma seja solucionada, o município passa a ter situação regular perante a STN.

Tabela 3: Número de Municípios por Quantidade de Pendências

Número de Pendências	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
Quant. Municípios	4	11	6	10	3	2	0	1	2	0	0	0	0	0	0	39
Percentual	10,26	28,21	15,38	25,64	7,69	5,13	0,00	2,56	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Pode-se constatar, ainda, que 10 municípios do sudeste paraense, possuem três pendências junto ao CAUC, o que representa 25,64% daqueles objeto de estudo. Os municípios com duas pendências, totalizam 15,38% (6).

Nenhum dos municípios pesquisados possuem entre 9 e 14 pendências junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC.

5 Considerações Finais

Este artigo procurou verificar a adimplência dos municípios do sudeste paraense para a celebração de convênios e contratos de repasse com a União, por meio de sua regularidade fiscal comprovada através do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, uma vez que muitos municípios brasileiros dependem exclusivamente de transferências constitucionais e legais (obrigatórias), como principais fontes de arrecadação.

Tendo por base a análise do trabalho, verificou-se que apenas 10,26% dos municípios objeto de estudo estavam adimplentes em relação a todos os quatorze itens do CAUC, podendo, normalmente, receber transferências voluntárias da União. Pode-se, também, perceber que a maior dificuldade dos municípios pesquisados para se enquadrar nos requisitos fiscais exigidos pelo CAUC reside na questão da Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União. Mais da metade dos municípios, mais precisamente 25 deles, o que representa 64,10% de todos os pesquisados, não comprova a sua adimplência em relação a este aspecto.

Diante do exposto, conclui-se que os municípios do sudeste do Pará necessitam promover ajustes em sua forma de gestão administrativa, principalmente no que diz respeito à promoção da regularidade do respectivo ente em relação ao CAUC, o que possibilitará o recebimento de recursos que viabilizem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Com base nos achados deste trabalho de pesquisa, fica evidente que apenas 10,26% dos municípios tem condições de receber todos os tipos de recursos disponibilizados pelo Governo Federal, seja por meio de transferências constitucionais, legais ou voluntárias. Os demais (89,74%) não fazem jus ao recebimento destas últimas, tendo que administrar apenas os recursos de sua arrecadação própria e as transferências recebidas por outros entes da federação, tais como FPM, ITR, etc.

Referências

ALMEIDA, Jardson Edson Guedes da Silva; MIRANDA, Luiz Carlos; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro; NASCIMENTO, João Marcelo Batista do. Transferências

voluntárias da união e a adimplência dos municípios para a celebração de convênios e contratos de repasse: um estudo da regularidade fiscal dos municípios alagoanos. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2014., Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL.. CONACIC, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15>. Acesso em: 15 fev.2018.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/cauc-sistema-auxiliar-de-informacoes-para-transferencias-voluntarias?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tesouro.fazenda.gov.br%2Fhome%3Fp_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcauc%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F>. Acesso em: 11 dez.2017.

CATAIA, Márcio. Federalismo Brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (União/Municípios). **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, jul-dez 2011.

CHAVES, Gustavo Henrique Pessoa. **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV como instrumento de gerenciamento e controle de projetos de interesse público**. 2012. 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. (2005), Secretaria Federal de Controle Interno. **Gestão de Recursos Federais: Manual para os Agentes Municipais**. Brasília

D'ABADIA, Bruno Magalhães. **A Problemática das Transferências Voluntárias**, 1ª Edição, Brasília, Câmara dos Deputados, 2015.

IGNARRA, Renata. **Monitoramento de recursos de transferências voluntárias na esfera**

Municipal. 2014. 51 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2014.

MURILLO, Lílian Roberto. **CAUC:** Orientações preventivas e corretivas acerca da regularidade dos municípios. 2014. 53 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Adelino Fernandes de. **Convênios e contratos de repasse:** análise da prestação de contas pelo controle interno. 2009. 73 f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.

PRADO, Sergio. Transferências Fiscais e Financiamento Municipal no Brasil. São Paulo EBAP/ Konrad Adenauer (2001).

SOARES, Márcia Miranda. Repasses Financeiros e Voluntários da União aos Municípios Brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos. In: 8º Encontro da ABCP, 8., 2012., Gramado, RS. **Anais...** Gramado, RS. ABCP, 2012.

Contabilidade Digital: Um estudo da aplicabilidade de ferramentas para a otimização de rotinas em escritórios contábeis do sertão alagoano.

Júlio Teotônio Soares

Universidade Federal de Alagoas

Luana Tavares Silva

Universidade Federal de Alagoas

Jardson Edson Guedes da Silva Almeida

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

Com o avanço da tecnologia e as transformações no mercado de trabalho, a contabilidade digital tem ganhado destaque como uma ferramenta estratégica na era da informação. Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da aplicação de ferramentas digitais na otimização das rotinas de escritórios contábeis situados no sertão alagoano. A pesquisa parte de uma contextualização histórica da contabilidade, desde seus registros iniciais até sua inserção no cenário tecnológico atual, marcado pela adoção de softwares especializados, computação em nuvem e inteligência artificial. A escolha do tema se justifica pela sua relevância e atualidade, sobretudo em regiões onde a implementação dessas tecnologias ainda é incipiente. Adotou-se uma abordagem exploratória, descritiva e quantitativa, com a aplicação de questionários estruturados a profissionais da contabilidade atuantes na região, especialmente por sua vinculação ao Campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Os resultados apontam que, embora a maioria dos profissionais já utilize ferramentas consolidadas, como softwares contábeis e armazenamento em nuvem, tecnologias emergentes como blockchain e inteligência artificial ainda apresentam baixa adesão, principalmente devido à falta de capacitação, resistência à mudança e limitações técnicas. Entre os principais benefícios percebidos destacam-se o aumento da produtividade e a redução de erros. Conclui-se que a transição para a contabilidade digital está em curso, mas ainda enfrenta desafios que exigem investimentos em qualificação profissional e modernização estrutural. Este estudo contribui para a compreensão do cenário atual da contabilidade digital no sertão de Alagoas e serve como base para futuras investigações em outras regiões.

Palavras chave: Contabilidade Digital; Escritórios Contábeis; Tecnologia; Sertão Alagoano; Inovação.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu de uma necessidade prática, com os homens primitivos precisando registrar o patrimônio que possuíam. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), os primeiros registros contábeis eram rudimentares e serviam para controlar a posse de bens essenciais, como alimentos e animais.

De início, foi a curiosidade humana que levou ao desenvolvimento dos conhecimentos contábeis básicos. Nos registros antigos, é possível observar que a contabilidade era usada para controlar rebanhos, estoques de alimentos e outras necessidades diárias (FACCHINI FILHO, 2007).

Após o surgimento da contabilidade como uma prática simples de controle, foram desenvolvidos os primeiros sistemas contábeis na Antiguidade. Essa contabilidade formal era utilizada para controlar bens e o pagamento de tributos.

Durante a Idade Média, as práticas contábeis se tornaram mais complexas, uma vez que os registros passaram a ser feitos em livros (IUDÍCIBUS; MARION, 2009).

Um dos marcos mais significativos desse processo ocorreu no Renascimento, com a obra de Luca Pacioli. O autor descreveu, pela primeira vez, o sistema de partidas dobradas, que se constitui na base da contabilidade moderna (SCHMIDT; SANTOS, 2010).

Com toda essa evolução, é possível compreender que a contabilidade continuou a se especializar e expandir, originando novos ramos, como a contabilidade gerencial, a contabilidade de custos e a auditoria. Ela continua sendo fundamental para a economia global e para a gestão empresarial, por meio do fornecimento de informações essenciais (FRANCO, 2007).

Com o tempo, a contabilidade passou por diversos aprimoramentos, adaptando-se às novas demandas e evoluindo conforme as necessidades da sociedade. Essa evolução demonstra como a contabilidade se ajusta às circunstâncias, passando de um simples controle de rebanhos para se tornar uma ferramenta essencial na gestão e no planejamento das empresas, impactando diretamente suas operações e perspectivas futuras (SÁ, 2008).

Desse modo, é possível entender que a contabilidade avança de acordo com as transformações sociais, tecnológicas e econômicas. Ela se desenvolve em paralelo ao crescimento da sociedade e das atividades comerciais, reforçando a importância dos registros e análises para a tomada de decisão (SANTOS, 2012).

A contabilidade passou por um intenso processo de modernização ao longo das últimas décadas, migrando de processos manuais para o uso de tecnologias especializadas. No passado, o trabalho contábil era realizado de forma totalmente manual, com registros em livros físicos, elaboração de relatórios estruturados e uso de documentos próprios para cada transação financeira. Esse modelo exigia um grande esforço dos profissionais, além de apresentar riscos de erros e inconsistências nos registros (IUDÍCIBUS; MARION, 2009).

Com os avanços tecnológicos, surgiram softwares contábeis que revolucionaram a maneira como as informações são registradas, processadas e analisadas. Ferramentas como ERP (Enterprise Resource Planning), sistemas de automação contábil e plataformas integradas permitem a rápida inserção de informações, a geração automática de relatórios e o cruzamento de dados em tempo real, proporcionando maior agilidade, precisão e segurança na gestão contábil (SCHMIDT; SANTOS, 2015).

Atualmente, a contabilidade se insere na era digital, com o uso de tecnologias avançadas, como computação em nuvem, inteligência artificial (IA) e blockchain. Softwares como Domínio Contábil, Alterdata, Questor e Sage são amplamente utilizados nos escritórios contábeis, permitindo integração com sistemas fiscais, trabalhistas e financeiros, além de garantir conformidade com normas regulatórias (SANTOS; ALMEIDA, 2020).

A implementação dessas ferramentas não apenas reduz a possibilidade de erros humanos, mas também permite que os contadores assumam um papel mais estratégico dentro das empresas. Ao invés de se concentrarem apenas na escrituração contábil, esses profissionais agora podem atuar como consultores financeiros, auxiliando na tomada de decisões e no planejamento tributário das organizações (OLIVEIRA, 2018).

Dessa forma, a contabilidade se transforma constantemente para atender às novas demandas do mercado e às exigências da digitalização. A tecnologia não apenas aprimora os processos internos dos escritórios contábeis, mas também reforça a segurança e a confiabilidade das informações financeiras, tornando a profissão cada vez mais dinâmica e essencial para a gestão empresarial.

Referido trabalho teve como Objetivo Geral analisar o impacto da aplicação de ferramentas de contabilidade digital para a otimização de rotinas em escritórios contábeis do sertão alagoano.

Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância, atualidade e, principalmente, pelo número ainda reduzido de pesquisas relacionadas ao assunto na região pesquisada. Para a academia, o mesmo torna-se uma fonte de pesquisa e, até mesmo, uma sugestão para trabalhos futuros em outras regiões

do estado. Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão-problema: Qual o impacto da aplicação de ferramentas de contabilidade digital para a otimização de rotinas em escritórios contábeis do sertão alagoano?

O presente trabalho é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados à Contabilidade Digital, Automação de Rotinas em Escritórios Contábeis e Ferramentas de Automação para Escritórios Contábeis. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE DIGITAL

Com tantos avanços e descobertas tecnológicas, além de uma sociedade cada vez mais adaptada à rapidez e à facilidade, surge a necessidade de ajustes na contabilidade. Esse ponto é abordado por Santos, Paes e Lima (2021), que afirmam:

Diante do avanço tecnológico ocorrido ao longo das últimas décadas, a busca por informações confiáveis e tempestivas por parte das empresas elevou-se, influenciada principalmente pelo fato das organizações necessitarem se destacar em um ambiente cada vez mais competitivo. Nesse sentido, a contabilidade digital surge com a promessa de ser um grande diferencial na geração de informações rápidas e fidedignas para os usuários.

O processo de transformação digital representa um desafio significativo para a contabilidade, pois envolve a reestruturação das práticas profissionais e a implementação de modelos de negócios mais ágeis e eficazes.

Neste sentido, Andrade e Mehlecke (2019) destacam que surge a necessidade de aprimoramento dos serviços contábeis, buscando maneiras de melhorar a produtividade, a qualidade dos serviços e de facilitar as rotinas dos profissionais das áreas fiscal e contábil, por meio de novos modelos de negócios.

Por sua vez, Bellini e Sápiras (2015), dissertam que, com o avanço da tecnologia, o profissional contábil passou a incorporar softwares de gestão com maior qualidade. Esses softwares permitem gerenciar suas atribuições, melhorando a performance e a gestão das atividades. A evolução tecnológica tem um impacto direto na eficiência das tarefas diárias, acelerando a tomada de decisões e tornando-as mais assertivas.

Ainda segundo Bellini e Sápiras (2015), esses softwares de apoio, como os utilizados para a geração de livros fiscais, escrituração contábil e folha de pagamento, exigem controle legal quanto ao processamento e ao cumprimento de prazos.

No entanto, como observa Cavazzola (2019), o contador precisa buscar constantemente alternativas para agregar valor às suas atividades, garantindo a qualidade no atendimento e se adequando aos novos processos.

O autor enfatiza que o mercado exige um profissional que vá além das burocracias e obrigações tradicionais. A tecnologia entra como uma ferramenta que melhora a eficiência, reduz os erros e diminui o trabalho manual. Ela também auxilia na tomada de decisões estratégicas, permitindo que os contadores se concentrem em áreas mais analíticas, como a análise de dados e o aconselhamento gerencial. Isso contribui para o crescimento das empresas no mercado atual.

A constante atualização tecnológica é fundamental para o sucesso e a relevância do profissional contábil no cenário contemporâneo. Além disso, essa atualização é crucial para que os profissionais se adaptem a um ambiente de negócios em constante transformação.

O uso de tecnologias avançadas permite que os contadores se destaquem, não apenas pela execução das tarefas tradicionais, mas também pelo papel estratégico que desempenham no desenvolvimento e crescimento das organizações.

Vasarhelyi et al. (2015) afirmam que, "a constante evolução tecnológica não apenas redefine as ferramentas e os processos utilizados pelos contadores, como transforma o papel desses profissionais, permitindo-lhes atuar de forma mais estratégica, essencial para o sucesso dos negócios dinâmico e em constante transformação."

Assim, a atualização tecnológica contínua permite aos contadores não apenas otimizar suas funções técnicas, mas também agregar valor estratégico às decisões empresariais, posicionando-os como parceiros cruciais no crescimento das empresas.

2.2 AUTOMAÇÃO DE ROTINAS EM ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

A automação de rotinas contábeis se tornou essencial em todos os escritórios contábeis, pois envolve o uso da tecnologia para realizar tarefas que antes eram feitas manualmente, como conciliações bancárias, lançamentos contábeis, cálculos tributários e emissão de notas fiscais.

A busca pela automação é fundamental para melhorar a produtividade, reduzir custos, diminuir erros humanos e liberar tempo para que os profissionais de contabilidade possam se concentrar em atividades mais estratégicas.

De acordo com Chiavenato (2014), a automação de processos empresariais contribui significativamente para a melhoria da produtividade, redução de custos e minimização de erros, ao mesmo tempo que libera recursos humanos para tarefas mais estratégicas. Quando implementada de forma eficaz, a tecnologia pode aumentar a eficiência dos processos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Com as crescentes demandas de conformidade tributária e fiscal, a automação dos processos contábeis tem se mostrado uma grande aliada, já que essa atividade exige dos profissionais agilidade para cumprir prazos e precisão nas informações, evitando que a empresa seja penalizada no futuro devido a dados incorretos.

Segundo Smith (2018), a conformidade tributária e fiscal exige uma gestão ágil e precisa das informações, e a automação de processos se apresenta como uma ferramenta essencial para garantir que os prazos sejam cumpridos e que as informações estejam sempre corretas, evitando penalidades para as empresas.

Além disso, é possível identificar outras vantagens que a automação traz para os escritórios contábeis, como o aumento da eficiência operacional, pois os processos são realizados de maneira mais rápida e com menos erros; a melhoria na qualidade da informação, pois os lançamentos permanecem em conformidade com as normas de maneira mais eficaz; e a redução de custos operacionais, uma vez que diminui a necessidade de contratação de profissionais para funções repetitivas.

Segundo Freitas (2019), a automação de processos não só aumenta a eficiência operacional, mas também garante uma maior conformidade com as normas contábeis e fiscais, permitindo uma gestão mais eficaz das informações e uma redução substancial nos custos operacionais. Além disso, ao liberar os profissionais de tarefas repetitivas, a automação permite a alocação de recursos humanos em áreas de maior valor estratégico. Essa automação pode ocorrer através da implantação de diversas ferramentas.

2.3 FERRAMENTAS DE AUTOMAÇÃO PARA ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

Nos tempos atuais, o que mais encontramos no mercado são ferramentas que auxiliam o contador na automação de seus trabalhos, como softwares de gestão

contábil, ERPs, inteligência artificial (IA), machine learning, além de soluções para compliance fiscal, contábil e tributário.

Como afirmam Peppé e Alencar (2019), "as tecnologias emergentes, como softwares de gestão contábil e ERPs, estão revolucionando a maneira como os contadores executam suas funções, proporcionando agilidade, precisão e integração." Essas ferramentas proporcionam maior agilidade nas tarefas diárias e uma maior exatidão nas informações, que, por sua vez, se tornam essenciais no dia a dia dos escritórios contábeis.

Neste sentido, Medeiros (2017) complementa ao afirmar que "as ferramentas de automação, incluindo sistemas de gestão e compliance fiscal, têm se tornado indispensáveis nos escritórios contábeis modernos, permitindo uma maior precisão, conformidade e eficiência nas operações diárias."

A inteligência artificial (IA), ou *AI*, como também é conhecida, e o machine learning estão progredindo rapidamente na contabilidade. De acordo com Vasarhelyi, Kogan e Tuttle (2015), "inteligência artificial e machine learning estão proporcionando um avanço significativo no campo da contabilidade, permitindo análises preditivas e a automação de tarefas complexas, como auditorias e detecção de fraudes."

Esses sistemas permitem que as análises sejam preditivas e que processos mais complexos sejam automatizados, como o processo de auditorias. Eles permitem detectar inconsistências e até mesmo fraudes, que, sem o seu auxílio e com o processo manual, seriam impossíveis de identificar.

Conforme destaca Hirt e Kros (2020), "com a aplicação de IA, os contadores agora têm a capacidade de identificar padrões e inconsistências nos dados que seriam extremamente difíceis de detectar manualmente, melhorando a precisão das auditorias e prevenindo fraudes."

Peppé e Alencar (2019) destacam que "a implementação de ERPs pode proporcionar uma visão integrada da gestão empresarial e reduzir significativamente os erros operacionais." Ou seja, os Softwares de Gestão Contábil e ERPs são sistemas de extrema importância para otimização e automação de todos os processos contábeis e financeiros, pois, além de centralizar todas as informações em um único lugar, eles facilitam a comunicação entre os setores envolvidos, proporcionando o gerenciamento das entradas de dados, emitindo relatórios e registrando todas as transações.

Além disso, quando se trata de Compliance fiscal e contábil, pode-se destacar que essas ferramentas são especializadas em ajudar os escritórios contábeis a garantir a conformidade das informações, além de automatizar a geração de relatórios para o

envio do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital). Segundo Medeiros (2017), “a automação do compliance fiscal não só facilita a conformidade, mas também contribui para a redução de custos e riscos operacionais.”

Essas soluções não apenas otimizam o processo de conformidade com as obrigações fiscais, mas também garantem maior precisão nas informações enviadas aos órgãos reguladores, minimizando o risco de erros e penalidades.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização desta pesquisa se deu por meio de uma abordagem exploratória, descritiva e quantitativa.

A população do estudo compreendeu os profissionais vinculados aos escritórios localizados nas cidades do sertão de Alagoas.

A utilização desta região, justifica-se pelo fato de nela estar instalado o Campus da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ao qual os pesquisadores estão vinculados através de matrículas como estudantes do curso de Ciências Contábeis.

A metodologia empregada no presente trabalho foi a pesquisa de campo, realizada através de aplicação de questionários estruturados com questões predominantemente fechadas com os profissionais contábeis de escritórios localizados no sertão de Alagoas.

3.2 COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionário com os profissionais contábeis objeto deste estudo.

O formulário aplicado teve como objetivo compreender a aplicabilidade das ferramentas digitais na rotina dos escritórios contábeis localizados no sertão alagoano, investigando tanto o estágio de adoção dessas tecnologias quanto a percepção dos profissionais sobre seus impactos. Inicialmente, buscou-se traçar o perfil dos respondentes, considerando gênero, faixa etária, área de atuação e tempo de experiência na contabilidade.

Em seguida, as perguntas abordaram o nível de conhecimento sobre inovações tecnológicas, o grau de digitalização dos escritórios e o incentivo à capacitação tecnológica por parte das empresas. Também foram levantadas informações sobre as

ferramentas mais utilizadas, os benefícios percebidos (como aumento de produtividade e redução de erros) e as competências consideradas mais relevantes para o profissional contábil na era digital.

Outro ponto explorado foi a forma de envio de documentos pelos clientes, além dos principais desafios enfrentados na implementação e na manutenção da contabilidade digital, como alto custo, resistência da equipe e necessidade de atualizações constantes. Por fim, investigou-se se houve redução no tempo de execução das tarefas após a digitalização e se os softwares utilizados atendem plenamente às necessidades profissionais.

Essas perguntas permitiram uma análise ampla e prática sobre a aplicabilidade da contabilidade digital na realidade dos escritórios do sertão alagoano.

A coleta de dados ocorreu, durante os dias 16 e 20 do mês de maio do ano de 2025.

Após a fase da coleta de dados, as respostas foram agrupadas de forma sistematizada e os itens foram analisados de acordo com as categorias anteriormente criadas. A análise e discussão dos resultados obtidos são expostas na seção seguinte.

Ressalta-se que não houve acesso às ferramentas utilizadas pelos escritórios contábeis aos quais os profissionais estão vinculados, sendo tomado por base as informações obtidas por meio das respostas ao questionário aplicado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no questionário aplicado, de acordo com os aspectos abordados durante todo o trabalho, procurou-se explicar resultados obtidos através de gráficos, para uma explicação dos dados colhidos de forma mais dinâmica.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Diante da pesquisa realizada, tem-se os seguintes resultados.

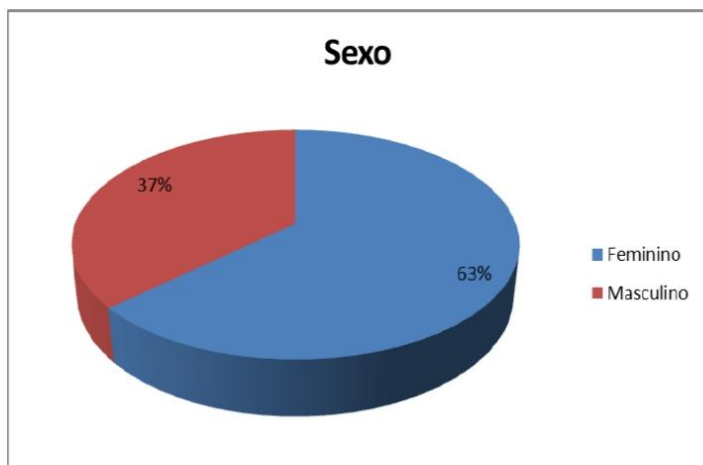


Gráfico 1: Sexo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

No Gráfico 1, revela-se que o número de mulheres que responderam ao questionário foi o dobro em relação ao de homens, o que contrasta com os dados disponíveis no site do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), que indicam, até 18/05/2025, uma maioria masculina com registro ativo (37% homens e 63% mulheres). Esse dado sugere que a presença feminina na contabilidade está crescendo e se consolidando, refletindo uma possível mudança no perfil demográfico da profissão.

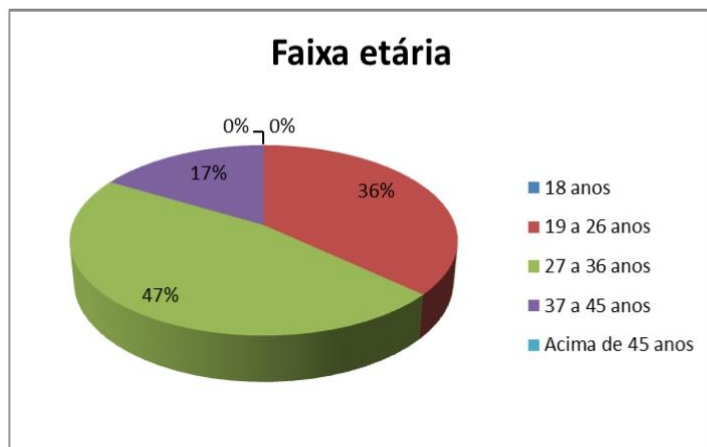


Gráfico 2: Faixa Etária

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A maioria dos respondentes se concentra entre 19 e 45 anos, sendo que o grupo de 27 a 36 anos representa 47% da amostra. Isso indica um público predominantemente jovem-adulto, que provavelmente está passando por um processo de adaptação ou transição entre práticas tradicionais e digitais na contabilidade.

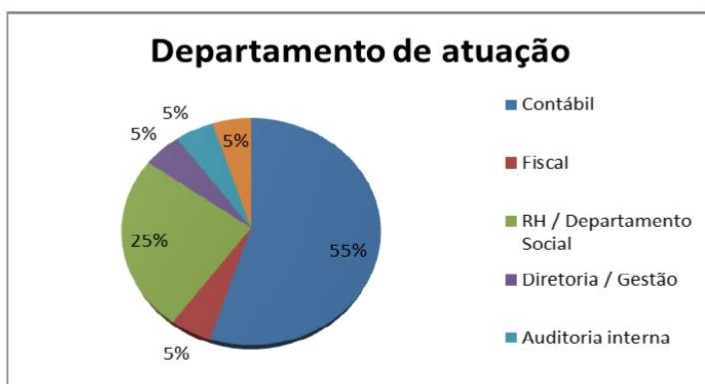


Gráfico 3: Departamento de atuação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Observa-se que os departamentos Fiscal e Contábil concentram a maior parte dos respondentes (ambos com 37%), seguidos pelo setor de RH/Departamento Pessoal (17%). Apesar disso, também participaram profissionais de áreas como Auditoria

Interna, Controladoria e Gestão, evidenciando a diversidade de atuação dos profissionais da contabilidade.



Gráfico 4: Tempo de atuação na área contábil

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Cerca de 47% dos profissionais têm entre 1 e 4 anos de experiência na área, caracterizando uma presença significativa de profissionais em início de carreira. Por outro lado, 17% já atuam há mais de 10 anos, revelando uma combinação de profissionais em formação e outros mais experientes, o que pode enriquecer o processo de transição tecnológica no setor.

4.2 NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE AS INOVAÇÕES E ADOÇÃO DA CONTABILIDADE DIGITAL



Gráfico 5: Nível de conhecimento sobre inovações tecnológicas aplicadas à Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A maior parte dos participantes (80%) avalia seu conhecimento como “bom”, o que demonstra uma percepção positiva em relação à familiaridade com inovações tecnológicas na área contábil. Apenas uma pequena parcela se considera com conhecimento “excelente” (3%) ou “insuficiente” (3%), o que indica uma distribuição relativamente homogênea no nível de preparação tecnológica entre os respondentes. No geral, os dados mostram que há uma disposição para acompanhar a transformação digital, mas também evidenciam espaço para crescimento, atualização contínua e investimento em formação tecnológica no setor contábil.



Gráfico 6: Utilização da contabilidade digital pelo escritório

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A maioria dos escritórios contábeis (64%) está parcialmente inserida no contexto da contabilidade digital, indicando que já adotaram algumas ferramentas e processos digitais, mas ainda não concluíram a transição total. Cerca de 30% dos respondentes afirmam que seus escritórios já estão totalmente inseridos na contabilidade digital, mostrando um estágio mais avançado de modernização. Apenas 6% (3% + 3%) ainda não iniciaram ou estão começando esse processo.

Isso mostra que a maior parte dos escritórios já se encontra em algum estágio de transformação digital, ainda que muitos estejam em fase de transição e que existe espaço para desenvolvimento.

4.2 TREINAMENTO E INCENTIVO AO USO DA TECNOLOGIA

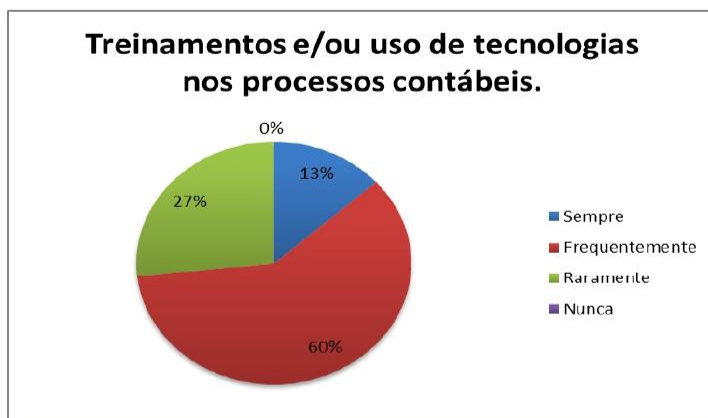


Gráfico 7: Treinamentos e/ou uso de tecnologias nos processos contábeis

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Os resultados mostram uma variação considerável quanto à frequência dos treinamentos: 60% dos respondentes afirmam que a empresa oferece treinamentos com frequência, enquanto 27% dizem que isso ocorre raramente. Isso sugere que, embora existam esforços por parte de algumas empresas para capacitar seus profissionais, esse apoio institucional ainda é irregular, levando muitos colaboradores a buscarem qualificação de forma autônoma.

4.3 FERRAMENTAS DIGITAIS UTILIZADAS E PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS

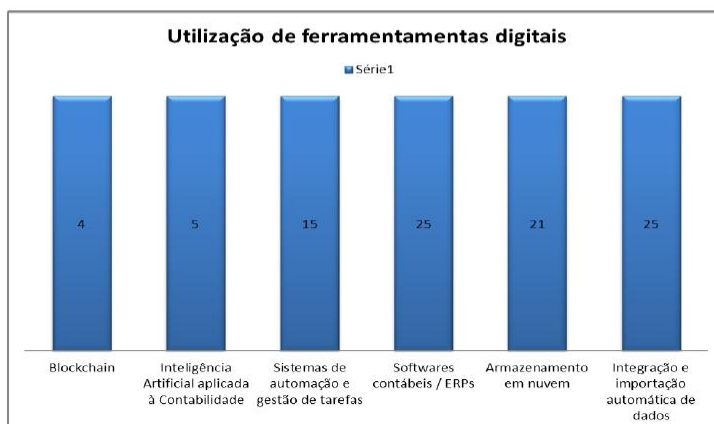


Gráfico 8: Utilização de ferramentas digitais

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

O gráfico referente ao uso e conhecimento de ferramentas digitais na contabilidade revela que os recursos mais utilizados pelos respondentes são os softwares contábeis, o armazenamento em nuvem e a integração/importação automática de dados. Essas ferramentas, já amplamente difundidas no setor, demonstram maior familiaridade entre os profissionais, sendo valorizadas por sua capacidade de otimizar o tempo, reduzir erros operacionais e fornecer subsídios para análises mais estratégicas. Em contrapartida, tecnologias mais avançadas, como o Blockchain e a Inteligência Artificial aplicada à contabilidade, apresentaram baixos índices de utilização. Essa menor adesão pode ser atribuída a fatores como o alto custo de implementação, a necessidade de capacitação técnica específica e o fato de tais inovações ainda estarem em fase inicial de inserção no cenário contábil brasileiro. Tal panorama evidencia a existência de uma lacuna entre o potencial tecnológico disponível e sua efetiva aplicação prática, apontando para a importância de iniciativas de formação e atualização profissional no setor.

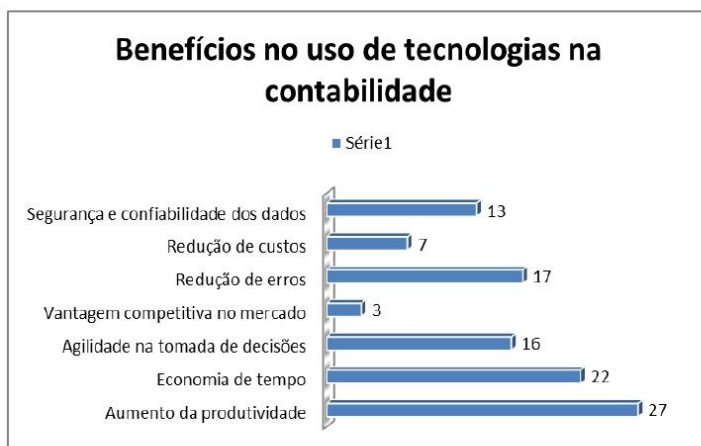


Gráfico 9: Benefícios no uso de tecnologias na contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

O aumento da produtividade foi o benefício mais citado, reforçando a percepção de que a digitalização permite maior foco em tarefas analíticas e estratégicas, reduzindo atividades operacionais repetitivas. Outros benefícios apontados incluem: Economia de tempo, redução de erros, agilidade na tomada de decisões e segurança e confiabilidade dos dados. Esses resultados refletem uma visão positiva dos profissionais em relação à tecnologia como um elemento-chave para melhorar o desempenho e agregar valor à contabilidade.

4.4 COMPETÊNCIAS MAIS IMPORTANTES DIANTE DAS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

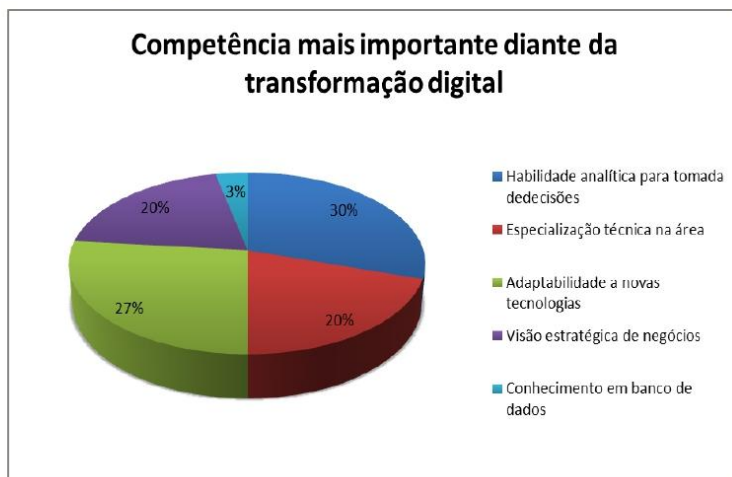


Gráfico 10: Competência mais importante diante da transformação digital

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Os dados revelam que a habilidade analítica para a tomada de decisões é considerada a competência mais importante pelos participantes (30%). Isso demonstra a valorização de profissionais capazes de interpretar dados e apoiar decisões estratégicas. A adaptabilidade a novas tecnologias aparece em segundo lugar (27%), refletindo a percepção de que o profissional contábil precisa estar pronto para lidar com inovações constantes, como automações, softwares especializados e inteligência artificial.

Especialização técnica na área e visão estratégica de negócios foram mencionadas por 20% dos respondentes cada, reforçando que a transformação digital exige tanto profundidade técnica quanto uma atuação mais estratégica.

Por fim, apenas 3% citaram conhecimento em banco de dados como principal competência. Isso pode indicar que essa habilidade ainda não é amplamente reconhecida como essencial, embora seja uma área crítica para o futuro da contabilidade digital, considerando o volume crescente de dados com os quais os contadores lidam.

4.5 FORMA DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO

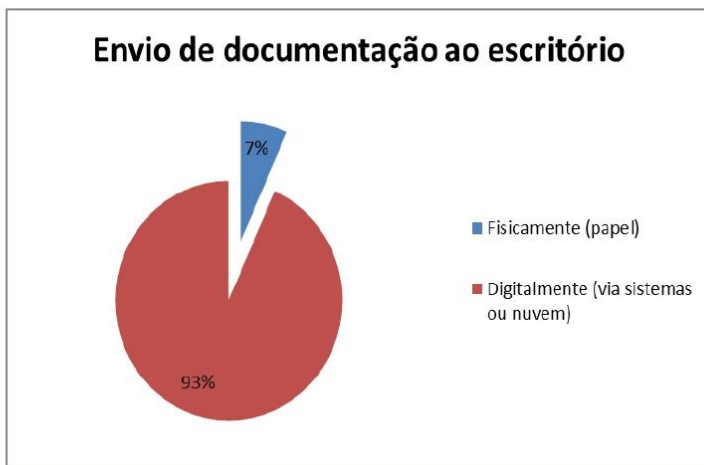


Gráfico 11: Envio de documentação ao escritório

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A análise dos dados revela uma tendência clara no comportamento dos clientes quanto ao envio de documentação, a grande maioria opta pelo formato digital. De acordo com o gráfico levantado, 93% dos clientes enviam seus documentos de forma digital, enquanto apenas 7% ainda utilizam o formato físico do papel.

Esse resultado reforça a crescente digitalização dos processos e a preferência por soluções mais ágeis, práticas e sustentáveis. O envio digital oferece maior comodidade tanto para o cliente quanto para o escritório, além de reduzir custos operacionais e agilizar o atendimento.

Por outro lado, embora em menor número, ainda existe uma parcela de clientes que utiliza o meio físico, o que indica a importância de manter alternativas acessíveis para todos os perfis.

4.6 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONTABILIDADE DIGITAL E IMPACTO NA ROTINA APÓS DIGITALIZAÇÃO

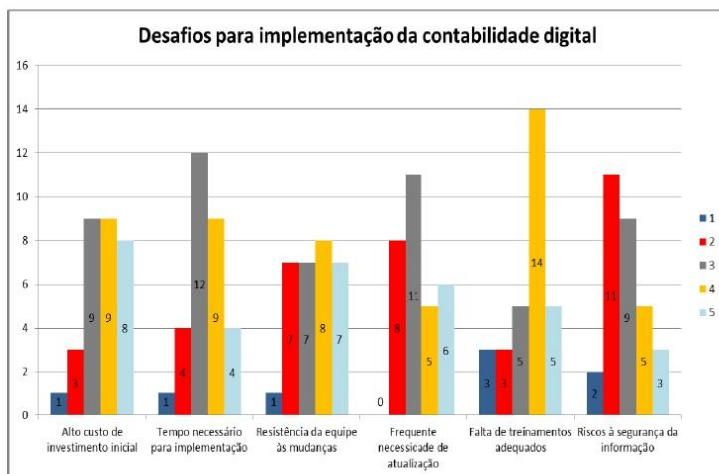


Gráfico 12: Desafios para implementação da contabilidade digital

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

O Gráfico apresenta os principais desafios enfrentados na implementação da contabilidade digital, a partir da percepção dos respondentes em uma escala de 1 a 5, em que:

- 1 (azul escuro) – Discordo totalmente
- 2 (vermelho) – Discordo parcialmente
- 3 (cinza) – Neutro
- 4 (laranja) – Concordo parcialmente
- 5 (azul claro) – Concordo totalmente

A partir da análise do gráfico, verifica-se que o alto custo de investimento inicial foi avaliado predominantemente nas escalas 3 (neutro) e 4 (concordo parcialmente), demonstrando que, embora esse fator seja relevante, não é percebido como o mais crítico entre os desafios levantados. Além disso, a escala 5 (concordo totalmente) apresentou uma quantidade de respostas muito próxima às escalas 3 e 4, o que reforça que, para uma parte significativa dos respondentes, o custo inicial ainda representa uma

barreira importante na adoção da contabilidade digital, mesmo que não seja unanimemente considerado o principal obstáculo.

No que se refere ao tempo necessário para implantação, a maioria dos respondentes classificou esse item na escala 3 (cinza), sinalizando uma percepção mais neutra ou moderada em relação ao impacto desse desafio. Apesar disso, também foram observadas respostas significativas nas escalas 4 e 5 (laranja e azul claro), o que revela que, para uma parcela expressiva dos profissionais, a exigência de tempo ainda representa uma barreira relevante, principalmente em contextos de estrutura operacional limitada.

No que diz respeito à resistência da equipe às mudanças, observa-se que a maioria das respostas concentrou-se no nível 4 (concordo parcialmente), indicando uma percepção moderada de resistência. Contudo, essa predominância ficou bastante próxima dos níveis 2 (discordo parcialmente), 3 (neutro) e 5 (concordo totalmente), que praticamente empataram em quantidade de respostas. Esse equilíbrio sugere que, embora haja uma tendência à aceitação gradual da digitalização por parte das equipes, a resistência ainda está presente de forma relevante e distribuída entre diferentes graus de concordância e discordância. Dessa forma, pode-se inferir que a resistência às mudanças é um desafio real, mas não unânime, refletindo a coexistência de pontos de vista variados entre os colaboradores sobre a transformação digital na contabilidade.

A frequente necessidade de atualização apresentou maior concentração de respostas na escala 3 (cinza), evidenciando uma posição intermediária em relação à percepção desse desafio. Em seguida, destaca-se a escala 2 (vermelho), indicando que uma parte dos respondentes discorda parcialmente de que essa seja uma dificuldade significativa. Importante observar que nenhum respondente marcou a escala 1 (azul escuro), ou seja, ninguém discordou totalmente da afirmação, o que reforça que, mesmo quando vista com menor intensidade, a necessidade constante de atualização é reconhecida como um aspecto inerente à contabilidade digital.

A falta de treinamentos adequados foi o item com maior concentração de respostas na escala 4 (laranja), seguido pela escala 5 (azul claro), indicando forte concordância quanto à ausência de capacitação como um dos maiores obstáculos à digitalização contábil. Essa percepção aponta para uma carência estrutural em processos de formação continuada e atualização dos profissionais da área.

Por fim, os riscos à segurança da informação apresentaram uma distribuição significativa entre as escalas 2 (discordo parcialmente), 3 (neutro) e 4 (concordo parcialmente), com destaque para a maior concentração de respostas no nível 2. Esse resultado evidencia uma percepção ainda dividida entre os respondentes quanto à relevância dos riscos associados à segurança da informação. Apesar de a maioria

demonstrar uma tendência a minimizar esses riscos, as respostas nos níveis 3 e 4 indicam que a preocupação com a proteção dos dados digitais permanece presente. Essa diversidade de percepções pode refletir diferentes níveis de maturidade e conscientização sobre os impactos da digitalização, especialmente diante da crescente exposição a riscos cibernéticos e às exigências legais no contexto da contabilidade digital.

Em síntese, os dados revelam que a implementação da contabilidade digital envolve desafios de ordem técnica, estrutural e humana. A predominância de respostas nas escalas 3, 4 e 5 para a maioria dos itens evidencia a complexidade desse processo de transição. Diante disso, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias que priorizem a capacitação profissional, o planejamento organizacional e a adoção segura de tecnologias, a fim de viabilizar uma digitalização eficiente, segura e sustentável dos serviços contábeis.

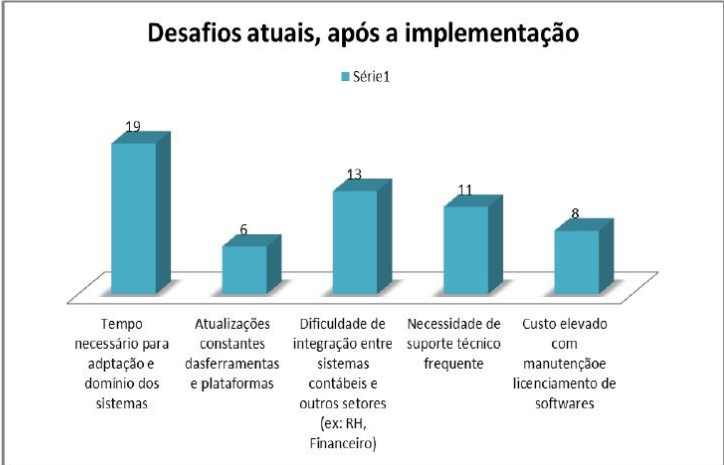


Gráfico 13: Desafios atuais, após a implementação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A análise das respostas demonstra que, mesmo após a implementação da contabilidade digital, diversos desafios operacionais e técnicos ainda persistem, comprometendo a plena eficiência dos sistemas. O desafio mais recorrente e crítico identificado é o tempo necessário para adaptação e domínio das ferramentas digitais. Esse fator reflete uma lacuna significativa na capacitação dos profissionais, o que pode atrasar os benefícios esperados da digitalização. A aprendizagem contínua, muitas vezes não acompanhada por suporte adequado, gera sobrecarga nas equipes e resistência à mudança.

Além disso, os profissionais enfrentam dificuldades na integração entre os sistemas contábeis e outros departamentos, como RH e financeiro. Isso evidencia a necessidade de soluções mais funcionais e conectadas. A necessidade frequente de suporte técnico também indica que muitas plataformas ainda carecem de estabilidade e suporte eficiente.

Por fim, atualizações constantes e o custo elevado de manutenção e licenciamento de softwares são desafios adicionais, embora menos mencionados, que ainda impactam a gestão contábil no ambiente digital.

4.7 SATISFAÇÃO COM O SOFTWARE

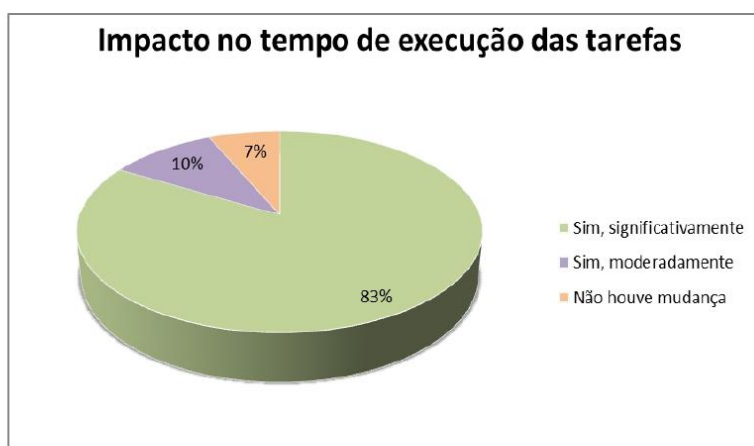


Gráfico 14: Impacto no tempo de execução das tarefas

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Os dados indicam que a implantação da contabilidade digital gerou uma redução significativa no tempo de execução das tarefas para a grande maioria dos respondentes. Cerca de 93% dos participantes perceberam uma melhora, sendo 83% apontando uma redução significativa e 10% uma redução moderada. Apenas 7% afirmaram que não houve mudança perceptível.

Esse resultado reforça a ideia de que a contabilidade digital traz ganhos concretos em eficiência operacional, sobretudo na automação de processos repetitivos, acesso mais rápido às informações e integração de dados em tempo real.



Gráfico 15: Uso do software contábil X Necessidades do escritório

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

A maioria dos profissionais (57%) indicou que o software contábil atende apenas parcialmente às suas necessidades, enquanto 43% afirmaram que os sistemas atendem totalmente. Nenhuma resposta apontou insatisfação total. Esse cenário mostra que, embora não haja rejeição ao uso dos softwares contábeis digitais, mais da metade dos profissionais ainda encontra limitações no uso, o que pode afetar a eficiência e a produtividade prevista com a digitalização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado evidenciou um panorama detalhado sobre o atual estágio de transição para a contabilidade digital, considerando o perfil dos profissionais, o nível de conhecimento tecnológico, a utilização de ferramentas digitais, os benefícios percebidos, as competências exigidas e os principais desafios enfrentados.

Os resultados indicam que, apesar do crescimento da presença feminina na profissão e da predominância de profissionais jovens e em início de carreira, ainda há uma convivência entre práticas tradicionais e inovações tecnológicas. A maior parte dos participantes demonstra bom conhecimento sobre as inovações aplicadas à contabilidade, e a maioria dos escritórios já se encontra em algum nível de adoção da contabilidade digital, embora muitos ainda estejam em fase de transição.

A pesquisa revelou que as ferramentas mais utilizadas são aquelas já consolidadas no mercado, como softwares contábeis, armazenamento em nuvem e integração automática de dados. Em contrapartida, tecnologias emergentes como

blockchain e inteligência artificial ainda enfrentam baixa adesão, devido a fatores como custo, complexidade técnica e falta de capacitação.

Entre os principais benefícios percebidos com o uso da tecnologia estão o aumento da produtividade, a economia de tempo e a redução de erros. No entanto, os desafios também são evidentes: falta de treinamentos adequados, tempo de adaptação, resistência da equipe e dificuldades com a integração de sistemas foram amplamente mencionados, tanto na fase de implementação quanto após a digitalização dos processos.

A conclusão geral é que a contabilidade digital vem avançando de forma consistente, mas ainda enfrenta obstáculos importantes, especialmente ligados à qualificação técnica, estrutura organizacional e resistência cultural. O sucesso desta transição depende de estratégias integradas que envolvam investimento em capacitação contínua, apoio institucional, escolha adequada de ferramentas e sensibilização das equipes quanto às vantagens da digitalização.

Dessa forma, o estudo reforça a importância de uma abordagem planejada e estruturada para a transformação digital no setor contábil, de modo a garantir não apenas a modernização dos processos, mas também a eficiência, a segurança da informação e a valorização do capital humano envolvido.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Consulta por Região. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 18 maio 2025.

FACCHINI FILHO, A. **História da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, H. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

FREITAS, André. **Gestão de Processos Contábeis: A Era da Automação e a Redução de Custos**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRT, M. E.; KROS, J. **Technological Advancements in Accounting: Transforming the Role of the Accountant**. Journal of Emerging Technologies in Accounting, v. 17, n. 3, p. 112-129, 2020.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, M. A. A Automação no Compliance Fiscal: Desafios e Benefícios para os Escritórios Contábeis. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 28, n. 4, p. 52-68, 2017.

OLIVEIRA, M. **Contabilidade 4.0: A transformação digital da profissão contábil**. São Paulo: Atlas, 2018.

PEPPÉ, F.; ALENCAR, T. **Automatizando Processos Contábeis: Soluções Tecnológicas para Escritórios de Contabilidade**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 38, n. 2, p. 110-125, 2019.

SÁ, A. L. **Evolução da Contabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SANTOS, R. **Contabilidade e Desenvolvimento Econômico**. Brasília: UNB, 2012.

SANTOS, R.; ALMEIDA, P. **Sistemas Contábeis e a Era Digital**. Brasília: UnB, 2020.

SCHMIDT, P.; SANTOS, A. **Automação e Tecnologia na Contabilidade Moderna**. Porto Alegre: Bookman, 2015

SCHMIDT, P.; SANTOS, A. **Luca Pacioli e a Contabilidade Moderna**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SMITH, John. **Contabilidade e Gestão Tributária: Desafios e Soluções no Ambiente Digital**. São Paulo: Atlas, 2018.

Vasarhelyi, M. A.; Kogan, A.; Tuttle, B. M.. **Auditing in the fourth industrial revolution**. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2015.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFAL – CAMPUS SANTANA DO IPANEMA, EM RELAÇÃO ÀS BARREIRAS DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

FELIPE SILVA ROCHA

Universidade Federal de Alagoas

LAURIANA DA SILVA

Universidade Federal de Alagoas

MAGNA MARTA DE MELO SILVA

Universidade Federal de Alagoas

JARDSON EDSON GUEDES DA SILVA ALMEIDA

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

As transformações na profissão contábil vêm gerando um descompasso entre a formação acadêmica e as novas exigências do mercado, criando um cenário de insegurança para os formandos. O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis da UFAL – Campus Santana do Ipanema sobre as barreiras de acesso ao mercado de trabalho. Para tal, realizou-se uma pesquisa de campo, descritiva e de abordagem mista, com a aplicação de um questionário online a 53 acadêmicos. Os principais resultados revelam um paradoxo: embora cientes de que o mercado valoriza a experiência prática, a maioria dos estudantes, mesmo em períodos finais, declarou não possuir vivência na área. As barreiras mais significativas apontadas foram a escassez de vagas na região, a exigência de experiência anterior e uma formação "muito teórica e pouco prática". Conclui-se que esta lacuna percebida, sobretudo no preparo prático e tecnológico, influencia diretamente as aspirações de carreira, levando os alunos a priorizarem o concurso público e a buscarem pós-graduações como forma de compensar as deficiências da graduação.

Palavras-chave: percepção discente; mercado de trabalho; Ciências Contábeis; barreiras profissionais; formação acadêmica.

1 INTRODUÇÃO

O cenário profissional da contabilidade no Brasil apresenta um paradoxo notável. Por um lado, a área caracteriza-se por elevada demanda e taxas de empregabilidade expressivas, o que torna a atuação do contador indispensável para a saúde financeira e a conformidade legal das organizações. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) corroboram essa percepção, indicando que a taxa de empregabilidade para graduados em Ciências Contábeis atinge cerca de 93,8%.

Esse panorama de necessidade reflete-se também no mercado de trabalho alagoano. Tanto na capital quanto no interior, observa-se uma oferta contínua de vagas que abrangem desde posições de estágio e auxiliar até cargos de analista e contador sênior, conforme apontam relatórios recentes do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRC-AL, 2024). Contudo, apesar da oferta abundante, a transição do ambiente acadêmico para o mercado de trabalho é frequentemente permeada por sentimentos de ansiedade e insegurança.

Tal fase do ciclo de vida acadêmico é marcada por vulnerabilidades, onde a pressão pelo sucesso e pela autonomia financeira gera angústia (Sparta; Gomes, 2022). Essa dimensão subjetiva, aqui denominada "medo", constitui um fenômeno complexo que transcende a simples dificuldade de encontrar uma vaga: ela está intrinsecamente ligada às profundas transformações estruturais que a própria profissão contábil atravessa.

Nesse contexto, o mercado atual já não busca apenas um executor de tarefas operacionais, mas um profissional com perfil consultivo e analítico. Conforme Marion (2023, p. 56), "o contador deixa de ser o 'guarda-livros' do passado para se tornar um autêntico parceiro de negócios, um analista de informações vitais para a tomada de decisão". Essa mudança é impulsionada pela ascensão de tecnologias disruptivas, como a Inteligência Artificial (IA) e a Automação Robótica de Processos (RPA).

Essas ferramentas, ao automatizarem atividades rotineiras, elevam a régua de exigência sobre os profissionais, demandando competências em interpretação de dados, planejamento tributário e assessoria gerencial. Entretanto, essa nova conjuntura expõe uma lacuna de conhecimento significativa. Enquanto as tendências nacionais (PricewaterhouseCoopers, 2024; Marion, 2023) desenham um perfil focado em tecnologia e soft skills, pouco se sabe sobre como essa transformação é percebida em contextos regionais específicos, como o do Sertão Alagoano, que possui particularidades socioeconômicas distintas dos grandes centros.

Diante dessa lacuna, emerge o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto as barreiras de acesso ao mercado de trabalho amplamente debatidas em âmbito nacional como a defasagem tecnológica e a exigência de soft skills são as mesmas percebidas pelos estudantes de Ciências Contábeis da UFAL – Campus Santana do Ipanema?

Para responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos discentes do referido curso sobre os entraves à sua inserção profissional, confrontando essas visões locais com as exigências do cenário nacional. Especificamente, busca-se: (1) identificar as principais barreiras percebidas pelos discentes, sejam tecnológicas, comportamentais ou de experiência; (2) verificar a existência de um desalinhamento entre a formação acadêmica recebida e as exigências atuais do mercado; e (3) mapear as expectativas de carreira desses estudantes frente à realidade regional.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta a revisão da literatura, abordando as transformações na profissão e os desafios da inserção laboral. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa, seguida pela quarta seção, que trata da análise e discussão dos dados. Por fim, na quinta seção, apresentam-se as conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROFISSÃO CONTÁBIL E O ENSINO SUPERIOR

A profissão contábil atravessa um período de transformação sem precedentes, impulsionado pela consolidação da era digital. A tecnologia, que antes era uma ferramenta de apoio, tornou-se o elemento central que redefine as competências, os processos e o próprio valor estratégico do contador. Nesse cenário, o estudo de Favarato, Weffort e Moraes (2022, p. 47) destaca uma "reconfiguração radical ao perfil do profissional contábil, que migra de uma posição de executor de tarefas repetitivas para um papel de analista de dados, consultor e parceiro estratégico nas decisões de negócio".

Essa nova realidade impõe uma pressão direta sobre a formação acadêmica. Questiona-se, cada vez mais, se o modelo de ensino tradicional ainda é capaz de preparar os profissionais para os desafios contemporâneos. A responsabilidade de modernizar tal formação recai diretamente sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), que materializam suas diretrizes principalmente por meio de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Contudo, a velocidade das mudanças no mercado parece superar a capacidade de adaptação da academia. Uma análise crítica realizada por Miranda, Souza e Lima (2021, p. 335) revela que "as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras apresentam baixa aderência às novas demandas da Contabilidade 4.0". O estudo aponta que, enquanto o mercado exige fluência digital, "as disciplinas de tecnologia da informação, quando existem, ainda são tratadas de forma introdutória e dissociada da prática contábil" (Miranda; Souza; Lima, 2021, p. 336), evidenciando uma lacuna curricular significativa.

Essa tensão entre a necessidade de modernização e a prática pedagógica foi intensificada pela pandemia de Covid-19, que forçou uma transição abrupta para o ensino remoto. A experiência revelou fragilidades importantes. Segundo Costa e Theóphilo (2022, p. 15), houve uma "percepção majoritária de que o desenvolvimento de habilidades práticas e aplicadas foi significativamente prejudicado no modelo remoto".

Por outro lado, a situação também deixou legados positivos ao impulsionar novas competências. Os discentes reconheceram "o desenvolvimento da autonomia, da autodisciplina e da fluência digital como competências fortalecidas durante o período" (Costa; Theóphilo, 2022, p. 17). Isso demonstrou que a qualidade do ensino no ambiente digital depende menos da tecnologia em si e mais da capacidade do professor em adaptar sua didática e engajar os alunos.

Ao final do ciclo acadêmico, o resultado desse processo complexo é o perfil do egresso que chega ao mercado de trabalho. Pesquisas recentes indicam que este perfil é apenas parcialmente adequado às novas exigências. Conforme Lima e Alberton (2023, p. 125), "enquanto a formação teórica e ética é considerada um ponto forte, há uma deficiência significativa no desenvolvimento de competências práticas, tecnológicas e interpessoais".

Diante dessa lacuna, o mercado passa a valorizar não o profissional "pronto", mas aquele com "capacidade de aprender a aprender (lifelong learning) e proatividade para buscar as competências que a graduação não aprofundou" (Lima; Alberton, 2023, p. 126). Transfere-se, assim, para o recém-formado a responsabilidade de completar a própria formação.

Em suma, o ensino superior em contabilidade enfrenta o desafio urgente de se alinhar à era digital. A defasagem nos currículos e os desafios pedagógicos moldam um perfil de egresso com base teórica sólida, mas com carências práticas que geram insegurança. Essa conjuntura torna imperativo analisar em profundidade o mercado de trabalho que aguarda esses novos profissionais, tema da próxima seção.

2.2 MERCADO DE TRABALHO E DESAFIOS NA PROFISSÃO CONTÁBIL

O mercado de trabalho contábil contemporâneo é caracterizado por uma transformação profunda e acelerada, impulsionada principalmente pelos avanços tecnológicos da Quarta Revolução Industrial. Este novo paradigma, conhecido como Contabilidade 4.0, está redefinindo as práticas, as ferramentas e, fundamentalmente, o perfil do profissional da área. Conforme definem Góis et al. (2020, p. 118), a Contabilidade 4.0 "pode ser entendida como a aplicação das tecnologias emergentes da Indústria 4.0, como Inteligência Artificial, Big Data e Internet das Coisas, nos processos contábeis". O impacto mais imediato dessa revolução é a crescente automação de tarefas que antes consumiam grande parte do tempo do contador.

A consequência direta dessa automação é que "atividades operacionais e repetitivas, como lançamentos, conciliações e apuração de tributos, tendem a ser cada vez mais automatizadas, liberando o profissional contábil para se dedicar a tarefas mais analíticas e estratégicas" (GÓIS et al., 2020, p. 121).

Essa mudança abre espaço para a ascensão de um novo papel: o de contador consultor. Este profissional, como descrevem Broietti, Farias e Farias (2018, p. 4), "é aquele que transcende a função de mero gerador de guias e relatórios fiscais, utilizando seu conhecimento técnico e sua visão do negócio para diagnosticar problemas e propor soluções que agreguem valor à gestão da empresa". A atuação deixa de focar no passado, no registro de fatos ocorridos, e volta-se para o futuro, priorizando o planejamento e a estratégia.

Tal transição de um papel técnico-operacional para um estratégico-consultivo impõe uma reavaliação das competências essenciais para o sucesso na profissão. O conhecimento técnico, embora continue sendo a base, já não é suficiente. Emerge com força a necessidade de habilidades comportamentais, as chamadas *soft skills*.

Como definem Souza e Junior (2021, p. 27), "enquanto as *hard skills* representam as competências técnicas e mensuráveis, [...] as *soft skills* são habilidades subjetivas, ligadas ao comportamento e à interação social". Curiosamente, a percepção dos próprios estudantes de contabilidade já reflete essa nova realidade. Em pesquisa realizada por Nogueira e Rolim (2021, p. 250), "a competência mais importante para o exercício da profissão contábil, na percepção dos discentes, é a 'Ética Profissional', seguida por 'Responsabilidade' e 'Comprometimento'", todas de natureza comportamental.

Contudo, essa reconfiguração do mercado não ocorre sem desafios. Um dos principais obstáculos para a consolidação do contador como consultor é de natureza cultural. Segundo Broietti, Farias e Farias (2018, p. 12), muitos empresários ainda percebem o contador apenas como um "mal necessário", responsável por cumprir obrigações fiscais, criando uma barreira para uma atuação mais estratégica.

Do ponto de vista dos futuros profissionais, a insegurança também se manifesta. Os mesmos estudantes que valorizam as *soft skills* apontam uma deficiência em sua formação, notando que a "Comunicação oral e escrita [...] é uma das competências menos desenvolvidas ao longo do curso" (Nogueira; Rolim, 2021, p. 251). Apesar dos desafios, a percepção geral dos profissionais já atuantes é de otimismo, vendo a tecnologia mais como uma oportunidade de valorização do que como uma ameaça (Góis et al., 2020).

Dessa forma, os desafios do mercado de trabalho contábil moderno são moldados pela tecnologia, que exige um profissional mais analítico, estratégico e com fortes habilidades interpessoais. A automação das tarefas rotineiras eleva a importância do pensamento crítico, da resolução de problemas e da comunicação. Diante desse cenário de novas exigências e da percepção de uma lacuna na formação acadêmica, a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior em preparar os alunos para esta nova realidade se torna um ponto central de debate.

2.3 PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Diante dos desafios impostos por um mercado de trabalho em constante transformação, o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na formação de profissionais de contabilidade torna-se um ponto nevrálgico. A capacidade da universidade de preparar seus alunos para além da teoria é constantemente questionada, e a literatura recente aponta para a existência de um persistente "gap" de competências.

Conforme um estudo de Pereira e Kreuz (2020, p. 17), "tanto discentes quanto docentes percebem que o nível de importância atribuído às competências pelo mercado é superior ao nível de desenvolvimento proporcionado pelo curso". É crucial notar que essa lacuna não reside na base técnica, mas sim em habilidades de natureza interpessoal, como liderança e comunicação, que são essenciais para a atuação estratégica do contador moderno (Pereira; Kreuz, 2020).

Para mitigar esse desalinhamento, as IES dispõem de ferramentas estratégicas, sendo o estágio supervisionado uma das mais importantes. O estágio funciona como o principal elo entre a formação acadêmica e o mundo corporativo. Segundo Silva e Almeida (2021, p. 4), "o estágio supervisionado é o momento em que o discente tem a oportunidade de vivenciar a prática profissional, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula".

A experiência adquirida neste ambiente é fundamental não apenas para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, mas também para diminuir a ansiedade e o receio do estudante, pois o "familiariza com a rotina, as responsabilidades e os desafios da profissão" (Silva; Almeida, 2021, p. 9), contribuindo diretamente para a redução das barreiras percebidas.

Além das experiências externas como o estágio, a IES tem a responsabilidade de inovar dentro de seu próprio ambiente pedagógico. Neste ponto, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem surgem como uma alternativa poderosa ao modelo tradicional. Essas estratégias, como definem Macêdo et al. (2022, p. 138), "deslocam o centro do processo educativo do professor para o aluno, exigindo deste uma postura proativa e protagonista".

A aplicação de estudos de caso e a aprendizagem baseada em problemas são percebidas pelos alunos como fundamentais para o desenvolvimento do raciocínio crítico e da capacidade de análise, habilidades essenciais para o novo perfil do contador (Macêdo et al., 2022). Ao adotar tais práticas, a universidade deixa de ser apenas uma transmissora de conteúdo e passa a ser um ambiente de desenvolvimento integral de competências.

Apesar da existência e da importância dessas estratégias, a percepção dos próprios estudantes indica que os desafios persistem. Em uma avaliação geral sobre a contribuição do curso, discentes consideram a formação satisfatória, valorizando a "sólida base teórica, a qualidade do corpo docente e o desenvolvimento do raciocínio crítico" (Silva; Lima Filho, 2021, p. 9).

Contudo, a principal fragilidade apontada por eles continua sendo a "dissociação entre a teoria ensinada e a prática exigida no mercado de trabalho" (Silva; Lima Filho, 2021, p. 11). Essa percepção evidencia que, embora as ferramentas para reduzir o gap existam, sua aplicação

ainda pode ser insuficiente para gerar nos alunos uma sensação de completo preparo para o mercado.

Conclui-se, portanto, que o papel da IES é proativo e multifacetado. A instituição deve atuar como uma ponte, conectando constantemente o ambiente acadêmico às demandas do mercado por meio de estágios, convênios e, fundamentalmente, da modernização de suas práticas pedagógicas. A percepção discente de que ainda há uma lacuna entre a teoria e a prática valida a relevância de estudos que se aprofundam neste tema, buscando compreender as barreiras que ainda dificultam essa transição. A análise de como outras pesquisas recentes abordaram essa mesma problemática será o foco da próxima seção.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

A análise da percepção de estudantes e egressos de Ciências Contábeis sobre os desafios da inserção profissional tem sido objeto de diversos estudos recentes no Brasil. A literatura acadêmica converge em vários pontos, pintando um quadro claro dos desafios, das lacunas na formação e das expectativas que permeiam a transição da universidade para o mercado de trabalho.

Uma pesquisa com egressos no cenário pós-pandemia, por exemplo, revelou que "o mercado de trabalho está mais exigente [...] e que a formação acadêmica precisa ser complementada com o desenvolvimento contínuo de novas competências, principalmente as tecnológicas" (Ferreira; Carmo, 2022, p. 167). Esta percepção é corroborada por estudos focados nos estudantes, que apontam que o maior descompasso entre o ensino e a prática "se refere às competências comportamentais e tecnológicas" (Sousa et al., 2021, p. 14).

Quando investigadas as barreiras de forma mais específica, a literatura recente aponta para um conjunto de obstáculos consistentemente percebidos pelos discentes. Em um estudo realizado por Silva et al. (2021, p. 60), as principais barreiras identificadas foram "a exigência de experiência profissional anterior, a elevada concorrência pelas vagas e a falta de preparo em relação às habilidades comportamentais (soft skills)".

O chamado paradoxo da primeira experiência é frequentemente citado como o desafio mais angustiante, criando um ciclo vicioso de difícil superação para quem busca a primeira oportunidade (Silva et al., 2021). Adicionalmente, os estudantes relatam grande insegurança em etapas do processo seletivo que avaliam competências interpessoais, sentindo que a graduação não os prepara adequadamente para essas situações.

Paralelamente à percepção das barreiras, às expectativas dos estudantes sobre o futuro profissional também moldam sua jornada. Uma pesquisa com discentes de uma universidade pública federal, contexto similar ao deste trabalho, mostrou que as aspirações de carreira se concentram em áreas que oferecem maior segurança, como "a atuação em escritórios de contabilidade e para a prestação de concurso público" (Rosa et al., 2020, p. 12).

Embora percebam o mercado como promissor, os estudantes o consideram altamente competitivo e demonstram consciência da necessidade de qualificação contínua. Contudo, o estudo também aponta para um possível choque de realidade, pois as "expectativas de remuneração inicial dos formandos são, em geral, otimistas e, por vezes, um pouco acima da média salarial praticada pelo mercado" (Rosa et al., 2020, p. 14), o que pode se tornar mais uma fonte de frustração.

Em síntese, os estudos anteriores, realizados em diferentes contextos regionais e institucionais do Brasil, demonstram um forte consenso: há um descompasso entre a formação contábil e as exigências do mercado, gerando nos estudantes a percepção de barreiras significativas para a inserção profissional, especialmente no que tange à experiência prática e às soft skills.

É neste ponto que o presente trabalho encontra sua relevância e originalidade. Enquanto os estudos citados oferecem um panorama nacional, justifica-se uma investigação focada na realidade específica dos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Santana do Ipanema. Compreender se essas tendências nacionais se confirmam ou se apresentam de maneira distinta na percepção de estudantes inseridos no contexto socioeconômico do Sertão alagoano é a lacuna que esta pesquisa se propõe a preencher, contribuindo com dados locais para um debate nacional.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi delineado como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva e com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com corte transversal. A escolha pela abordagem mista justifica-se pela complexidade do objeto de estudo a "percepção".

A etapa quantitativa foi necessária para mensurar a frequência e a intensidade das barreiras percebidas pelo grupo, permitindo uma análise estatística descritiva dos dados. Contudo, para compreender os "medos" e "ansiedades" citados na introdução, a etapa qualitativa mostrou-se indispensável, permitindo aprofundar as nuances, os sentimentos e as justificativas subjacentes às respostas numéricas, algo que um questionário puramente fechado não capturaria.

O universo da pesquisa foi composto pela totalidade de estudantes matriculados no referido curso de graduação. Deste universo, obteve-se uma amostra não probabilística por conveniência, formada por 53 acadêmicos que se dispuseram a participar do estudo de forma voluntária.

A captação dos respondentes ocorreu por meio da divulgação de um link para o instrumento de pesquisa nos canais de comunicação digitais utilizados pela comunidade discente, assegurando a participação de alunos de diferentes estágios da graduação e, consequentemente, com distintas experiências e expectativas.

A coleta de informações primárias foi efetuada por meio de um questionário online, desenvolvido na plataforma Google Forms e aplicado durante a primeira quinzena de outubro de 2025.

O instrumento foi estruturado em cinco blocos distintos para organizar a coleta de dados de maneira lógica: (1) Perfil Sociodemográfico e Acadêmico, para caracterização da amostra;

(2) Percepção sobre o Mercado de Trabalho Contábil, para aferir a visão geral dos alunos; (3) Barreiras para a Inserção Profissional, seção central do estudo; (4) Avaliação da Formação Acadêmica, para conectar as barreiras à experiência no curso; e (5) Expectativas Profissionais, para mapear as aspirações de carreira.

O tratamento dos dados seguiu a natureza mista da pesquisa. As informações quantitativas, provenientes das questões de múltipla escolha e de escala, foram tabuladas em planilhas eletrônicas e submetidas à análise estatística descritiva, com os resultados expressos em tabelas de frequência, percentuais e gráficos.

Para os dados qualitativos, extraídos da questão aberta do terceiro bloco, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, que consistiu na leitura atenta das respostas para identificar e categorizar os temas centrais e os padrões de justificativas apresentados pelos estudantes, permitindo uma interpretação aprofundada do fenômeno investigado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A profissão contábil atravessa uma transformação sem precedentes, impulsionada pela era digital e pela ascensão da Contabilidade 4.0. Este cenário redefine o perfil profissional, exigindo menos foco em tarefas operacionais e maior domínio de tecnologia, análise de dados e habilidades comportamentais soft skills. Essa rápida evolução impõe um desafio direto às Instituições de Ensino Superior, questionando sua capacidade de adaptar as estruturas curriculares tradicionais às novas demandas do mercado.

Diante desta conjuntura, os dados obtidos junto aos discentes da UFAL – Campus Santana do Ipanema ganham especial relevância. A presente análise detalha a percepção deste grupo sobre os obstáculos concretos à sua inserção profissional, o alinhamento que enxergam entre a formação recebida e as exigências do mercado, e como esses fatores moldam suas aspirações de carreira.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ACADÊMICO

A compreensão das barreiras de acesso ao mercado, objeto central deste estudo, exige uma caracterização pormenorizada do perfil dos 53 respondentes. As tabelas a seguir dissecam este perfil, revelando que a insegurança percebida pelos discentes não é meramente subjetiva, mas fundamenta-se em dados objetivos de sua trajetória acadêmica e profissional.

Conforme a Tabela 1, a amostra apresenta-se demograficamente equilibrada, com 52,83% de respondentes do sexo feminino e 47,17% do masculino.

Tabela 1 – Sexo

	Frequência	Percentual
Feminino	28	52,83
Masculino	25	47,17
Total	53	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Este equilíbrio é, por si só, relevante por afastar um viés de gênero na coleta de dados. Contudo, o achado torna-se mais significativo quando contextualizado com o perfil nacional da profissão.

Segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2021), as mulheres representavam cerca de 42,70% do total de profissionais com registro ativo no país em 2019/2020. O fato de a amostra discente (52,83%) apresentar um percentual feminino superior ao da classe profissional (42,70%) sugere que a tendência de feminização da contabilidade que saltou de apenas 1,30% em 1950 para o patamar atual continua a acelerar-se na base da formação, refletindo a consolidação da participação da mulher na área contábil.

A Tabela 2 revela um perfil etário heterogêneo, que é crucial para a compreensão das diferentes formas de pressão sentidas pelos discentes. A maioria absoluta (54,72%) concentra-se, como esperado, na faixa etária tradicionalmente universitária, de 21 a 25 anos.

Tabela 2 – Faixa etária

	Frequência	Percentual
Até 20 anos	7	13,21
21 a 25 anos	29	54,72
26 a 30 anos	12	22,64
31 a 35 anos	3	5,66
Acima de 35 anos	2	3,77
Total	53	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

É precisamente este o período que a literatura, como Sparta e Gomes (2022), identifica como a fase do ciclo de vida marcada por "vulnerabilidades" e "incerteza sobre o futuro". Para

este grupo, a pressão social pela autonomia financeira e pelo sucesso na transição para a vida adulta é imediata, o que intensifica a angústia diante de cada barreira percebida.

Contudo, uma análise mais atenta revela um segundo grupo demográfico de grande relevância: quase um terço da amostra (32,07%) é composto por alunos com 26 anos ou mais. Este dado é sociologicamente fundamental, pois sugere que o "medo" investigado por este TCC possui duas faces distintas.

De um lado, o jovem (21-25) que teme não conseguir entrar no mercado. De outro, o adulto (26+), que, como se verá na Tabela 4, muitas vezes já trabalha "fora da área" e busca no diploma uma requalificação ou transição de carreira. Para este segundo grupo, a pressão não é apenas a da inserção, mas a do risco de o investimento de tempo e esforço na graduação não se converter na mobilidade profissional desejada.

A Tabela 3 revela um dado metodológico crucial: a amostra não é homogênea, mas captura duas realidades distintas que coexistem no curso.

De um lado, 28,30% dos respondentes estão nos períodos iniciais, onde a percepção das barreiras de mercado é, presumivelmente, uma expectativa futura e mais abstrata. Do outro lado, encontra-se o grupo majoritário e mais relevante para este estudo: 62,26% dos discentes, que já estão no ciclo avançado ou concluinte (a partir do 7º período).

Tabela 3 - Período Atual

	Frequência	Percentual
1º ao 2º período	15	28,3
3º ao 4º período	5	9,4
7º ao 8º período	18	33,9
9º período ou mais	15	28,3
Total	53	100,0

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Esta iminência de estar academicamente próxima de concluir o curso confere um peso de urgência e validade às suas percepções. A avaliação que este grupo majoritário faz das barreiras não é uma especulação de calouro, mas um diagnóstico feito por quem vivencia a ansiedade imediata da transição.

É este grupo que enfrenta o "medo" (Sparta; Gomes, 2022) de forma concreta, pois o mercado de trabalho deixou de ser uma ideia distante e tornou-se o próximo passo obrigatório. A Tabela 4 expõe uma complexa e desafiadora realidade laboral que afeta a maioria dos discentes.

O achado mais significativo é a cisão (divisão) deste grupo: enquanto 30,19% já atuam "na área contábil" tendo, portanto, iniciado a superação das barreiras de entrada, o grupo mais numeroso (47,17% do total) trabalha em ocupações "fora da área".

Tabela 4 - Atividade Remunerada

	Frequência	Percentual
Sim, mas fora da área contábil	25	47,1%
Sim, na área contábil (CLT, estágio, etc.)	16	30,1%
Não	12	22,6%
Total	53	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Interpreta-se este dado como a evidência de um ciclo vicioso estrutural. A necessidade de subsistência, que leva quase metade dos alunos a aceitar empregos alheios à sua formação, compete diretamente com a necessidade de desenvolvimento profissional. Este aluno se vê num dilema: o trabalho que garante sua subsistência é o mesmo que consome o tempo que ele deveria dedicar a um estágio.

Embora o estágio seja definido por Silva e Almeida (2021, p. 4) como "o momento em que o discente tem a oportunidade de vivenciar a prática profissional, aplicando os conhecimentos teóricos", os dados da Tabela 4 sugerem que, para quase metade dos alunos, este "momento" pedagógico crucial é um luxo inacessível.

O tempo investido em um trabalho não relacionado é o tempo que não pode ser alocado para a aquisição da prática contábil. Esta realidade, enfrentada por 47,17% dos alunos, é a causa direta e a principal explicação para a alarmante lacuna de experiência que será confirmada na tabela seguinte.

A Tabela 5 apresenta o achado mais contundente deste estudo e o alicerce de todo o problema de pesquisa: 58,49% dos alunos afirmam não possuir nenhuma experiência profissional ou de estágio na área contábil.

Este número é a materialização do gap de competências. O dado torna-se um paradoxo alarmante quando cruzado com o da Tabela 3, que revelou que a maioria destes alunos (62,26%) já se encontra no ciclo avançado ou final do curso. Fica evidente que os discentes estão academicamente próximos do diploma, mas profissionalmente distantes da prática.

Tabela 5 - Experiência na Área Contábil

	Frequência	Percentual
Sim	22	41,51
Não	31	58,49
Total	53	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Este resultado corrobora frontalmente a literatura. É a quantificação exata da "deficiência significativa no desenvolvimento de competências práticas" que Lima e Alberton (2023, p. 125) apontaram em seu estudo com egressos.

A "ponte" que deveria conectar a teoria à realidade o estágio supervisionado, definido por Silva e Almeida (2021, p. 4) como "o momento em que o discente tem a oportunidade de vivenciar a prática profissional, aplicando os conhecimentos teóricos" mostra-se, para a maioria, frágil ou inacessível.

Este perfil, do concluinte academicamente apto, mas profissionalmente inexperiente, é o que justifica o "medo" e a "incerteza sobre o futuro" (Sparta; Gomes, 2022).

Mais do que isso, este dado é a causa direta da principal barreira que será analisada na Seção 4.3: o "paradoxo da primeira experiência", extensamente documentado por Silva et al. (2021), onde o mercado exige uma experiência que a academia, na percepção discente, falha em proporcionar.

4.2 PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO CONTÁBIL

Após a análise do perfil discente, que revelou uma significativa lacuna de experiência prática, esta seção investiga como os alunos percebem o mercado de trabalho regional. Os dados revelam uma visão profundamente cética e contraditória: os alunos enxergam um mercado que exige precisamente as competências (prática e tecnológica) que eles sentem não possuir.

A Tabela 6 apresenta a percepção geral dos discentes sobre o mercado de trabalho no Sertão Alagoano. A nota média atribuída 3,15 e a mediana 3,00 indicam uma percepção majoritariamente "Regular", confirmada pelos 43,40% que escolheram esta opção.

Tabela 6 - Classificação do mercado de trabalho na região

	Frequência	Percentual
Muito ruim	4	7,5
Ruim	7	13,2
Regular	23	43,4
Bom	15	28,3
Muito bom	4	7,5
Total	53	100,0

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Este resultado é fundamental, pois demonstra que a narrativa nacional de alta empregabilidade na área contábil (IPEA) não encontra eco na percepção dos alunos sobre a realidade socioeconômica do Sertão Alagoano.

A predominância da avaliação "Regular", somada aos 20,76% que a avaliam como "Ruim" ou "Muito Ruim", sugere um ceticismo acentuado. Esta ausência de otimismo pode estar ligada a fatores locais que, na visão discente, tornam o mercado regional estagnado ou de baixa atratividade, justificando a "incerteza sobre o futuro" (Sparta; Gomes, 2022) que motiva a ansiedade da inserção. As razões deste ceticismo serão dissecadas na tabela seguinte.

Tabela 7 - Percepção sobre o Mercado de Trabalho

	Concordo Totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo Totalmente	Percentual
Existem muitas oportunidades na área	11,32	33,96	35,85	11,32	7,55	100,00
A concorrência é muito alta	22,64	26,42	30,19	11,32	9,43	100,00
Os salários iniciais são atrativos	3,77	9,43	39,62	33,96	13,21	100,00
O mercado valoriza mais a experiência	32,08	37,74	24,53	1,88	3,77	100,00
A tecnologia (IA) é uma ameaça	5,77	9,62	40,38	30,77	13,46	100,00
A tecnologia (IA) é uma oportunidade	29,41	33,33	31,38	3,92	1,96	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A Tabela 7 aprofunda e explica o "porquê" da avaliação "Regular" (Tabela 6), dissecando as percepções específicas dos alunos sobre as regras do mercado.

A primeira justificativa para o ceticismo é a remuneração. Há um forte consenso negativo: 47,17% dos discentes discordam que os salários iniciais sejam atrativos, contra apenas 13,20% que concordam. O cenário percebido é, portanto, o de um mercado de alta competição (49,06% concordam) por uma recompensa financeira considerada baixa.

Este choque entre a expectativa e a realidade do mercado é uma fonte significativa de frustração, alinhando-se aos estudos de Rosa et al. (2020), que investigaram as expectativas salariais dos formandos.

O achado mais contundente da Tabela 7, no entanto, é o consenso inequívoco sobre a valorização da experiência: 69,8 dos respondentes concordam que "O mercado valoriza mais a experiência do que o diploma". Este dado materializa o gap de competências e é o ponto nevrálgico da pesquisa.

Ele valida empiricamente o que Pereira e Kreuz (2020) identificaram: os alunos percebem que o nível de importância atribuído pelo mercado a uma competência (a prática) é vastamente superior ao nível de desenvolvimento proporcionado pelo curso. O conflito central do TCC é estabelecido aqui: os alunos sabem exatamente o que o mercado quer (experiência, Tabela 7) e sabem que não a possuem (Tabela 5).

Finalmente, a Tabela 7 desmistifica a percepção sobre a tecnologia. Os alunos não temem a automação (44,2% discordam que a IA seja uma ameaça). Pelo contrário, 62,7% veem a tecnologia como uma "oportunidade de valorização". Este alinhamento direto com a literatura (Góis et al., 2020), que define a Contabilidade 4.0 como uma evolução para um papel analítico e estratégico, é crucial.

Fica claro que a insegurança do aluno não reside na existência da tecnologia, mas, como será comprovado na Seção 4.4, na percepção de que a Universidade falha em prepará-lo para esta nova realidade.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL

Após se constatar que os discentes não possuem experiência e que percebem o mercado como um ambiente que valoriza majoritariamente esta competência, esta seção identifica quais são, na opinião dos alunos, os obstáculos mais significativos para a inserção profissional.

Para esta questão, foi permitido que os respondentes selecionassem até três barreiras que considerassem as maiores. Desta forma, os percentuais apresentados na Tabela 8 não somam 100%, pois refletem a frequência que cada item foi mencionado pelo total de participantes.

Tabela 8 - Maiores barreiras percebidas pelos discentes

	Frequência	Percentual
Poucas vagas de emprego na região	22	41,5%
Exigência de experiência profissional anterior	21	39,6%
Formação acadêmica muito teórica e pouco prática	19	35,8%
Salários iniciais muito baixos	14	26,4%
Falta de domínio de tecnologias e softwares contábeis	6	11,3%
Falta de preparo em habilidades comportamentais (<i>soft skills</i>)	3	5,6%
Falta de uma rede de contatos (<i>networking</i>)	3	5,6%
Processos seletivos muito exigentes	2	3,7%
Elevada concorrência por vagas	2	3,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A análise dos dados da Tabela 8 revela uma tríade de obstáculos que, em conjunto, formam o cerne da insegurança discente. A barreira mais votada, "Poucas vagas de emprego na região" (41,51%), é um fator socioeconômico.

Ela confirma que a percepção "Regular" do mercado (Tabela 6) está ancorada na crença de uma escassez de oportunidades locais, tornando o desafio da inserção ainda mais acirrado no contexto do Sertão Alagoano.

Em segundo lugar, surge a barreira que materializa o paradoxo central desta pesquisa: a "Exigência de experiência profissional anterior" (39,62%). Este achado é a contrapartida direta dos dados anteriores: os 58,5% de alunos que não possuem experiência (Tabela 5) são precisamente aqueles que temem a exigência deste ativo, que 69,8% sabem ser o mais valorizado pelo mercado (Tabela 7).

Trata-se da quantificação do "paradoxo da primeira experiência", extensamente documentado por Silva et al. (2021), que o identificam como um dos principais obstáculos para recém-formados.

A terceira barreira mais votada aponta a origem da segunda: a "Formação acadêmica muito teórica e pouco prática" (35,8%). Este dado é um veredito dos alunos sobre o papel da universidade no problema.

Na percepção discente, a responsabilidade pela falta de experiência não é apenas do mercado que a exige, mas também da academia que não a proporciona. Este resultado corrobora a "dissociação entre a teoria ensinada e a prática exigida" que Silva; Lima Filho (2021)

encontraram em seu estudo, e a "deficiência significativa no desenvolvimento de competências práticas" apontada por Lima e Alberton (2023).

Por fim, a quarta barreira, "Salários iniciais muito baixos" (26,4%), reforça o ceticismo financeiro já visto na Tabela 7 (47,2% discordavam que salários são atrativos). Este dado consolida a percepção de um mercado regional que exige muito (experiência), oferece pouco (vagas) e remunera mal (salários), validando a "incerteza sobre o futuro" (Sparta; Gomes, 2022) que motiva a ansiedade discente.

4.4 AVALIAÇÃO DISCENTE DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Se as seções anteriores identificaram quais são as barreiras e como o mercado é percebido, esta seção investiga a origem do problema: a percepção discente sobre a qualidade da formação oferecida. A Tabela 9 detalha a avaliação dos alunos sobre o curso de Ciências Contábeis da UFAL – Campus Santana do Ipanema.

Tabela 9 - Avaliação da formação acadêmica

	Concordo Totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo Totalmente	Percentual
Oferece base teórica sólida	13,21	37,74	32,08	9,43	9,43	100,00
Prepara para desafios práticos	1,89	16,98	33,96	33,96	13,21	100,00
Desenvolve habilidades tecnológicas	3,77	13,21	28,30	30,19	24,53	100,00
Estimula <i>soft skills</i>	3,77	30,19	41,51	18,87	5,66	100,00
Docentes têm conexão com o mercado	0,00	26,42	47,17	22,64	3,77	100,00
Oportunidades de estágio são suficientes	5,66	20,75	35,85	22,64	15,09	100,00
Sinto-me preparado (Geral)	1,89	20,7	37,74	22,64	16,98	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A análise da Tabela 9 expõe um profundo descompasso entre a teoria ensinada e a prática exigida. O ponto de partida é positivo: 50,95% dos alunos concordam que o curso "Oferece uma base teórica sólida". Este dado é crucial, pois demonstra que a crítica discente não se dirige à qualidade intelectual ou ao conteúdo fundamental, mas sim à sua aplicabilidade.

Esta percepção positiva, contudo, contrasta fortemente com a avaliação do preparo prático. Quase metade dos alunos (47,17%) discorda que o curso "Prepara para desafios

práticos", enquanto apenas 18,87% concordam. Este é o epicentro do gap de competências (Pereira; Kreuz, 2020).

O achado valida empiricamente a barreira "Formação teórica e pouco prática" (vista na Tabela 8) e corrobora a "dissociação entre a teoria ensinada e a prática exigida" que Silva; Lima Filho (2021) identificaram como a principal fragilidade dos cursos de contabilidade.

O maior paradoxo da formação, no entanto, é revelado na questão tecnológica. Embora os discentes (conforme Seção 4.2) demonstrem uma visão alinhada à literatura (Góis et al., 2020), enxergando a tecnologia como uma "oportunidade" de valorização, a Tabela 9 mostra que uma maioria absoluta de 54,72% discorda que o curso "Desenvolve habilidades tecnológicas".

Esta dissonância é o ponto mais crítico da avaliação: os alunos identificam a competência-chave da Contabilidade 4.0, mas atestam a incapacidade da instituição em fornecê-la. O achado é uma evidência empírica do descompasso já apontado por Miranda, Souza e Lima (2021) sobre a "baixa aderência" dos currículos federais às novas demandas digitais.

A causa desta falha prática é, em parte, atribuída à ineficácia da principal ferramenta de inserção: o estágio. A Tabela 9 mostra uma avaliação negativa 37,73% discordam sobre a suficiência das "Oportunidades de estágio", superando a positiva 26,41%. Se o estágio é a "ponte" (Silva; Almeida, 2021) que conecta teoria e prática, na percepção discente esta ponte é frágil ou insuficiente.

O veredicto final dos alunos é dado na última linha da tabela. Questionados se, "De modo geral, sinto-me preparado", os alunos demonstram sua insegurança: o percentual de discordância 39,62% supera largamente o de concordância 22,64%, com a maioria relativa 37,74% optando pela neutralidade. Este resultado sintetiza a percepção de despreparo e confirma que as barreiras de mercado são vistas, em grande parte, como uma consequência direta das lacunas da formação.

4.5 EXPECTATIVAS DE CARREIRA E FORMAÇÃO CONTINUADA

Esta última seção de análise investiga as consequências das percepções e barreiras detalhadas anteriormente. Os dados revelam como o perfil inexperiente, a visão de um mercado regional restrito, as barreiras de entrada e a avaliação de uma formação deficitária impactam diretamente as aspirações de carreira e os planos de formação continuada dos discentes.

A Tabela 10 apresenta o achado mais revelador sobre as expectativas de carreira: a principal área de atuação almejada é o "Concurso Público", com 45,3% da preferência. Esta opção supera com larga vantagem as carreiras tradicionais do setor privado, como escritórios (11,3%) e departamentos financeiros de empresas (7,5%), que somadas não chegam à metade da preferência pelo setor público.

Tabela 10 - Área de atuação almejada

	Frequência	Percentual
Concurso público (auditor fiscal, analista, etc.)	24	41,5%
Ainda não decidi	13	24,5%
Escritório de contabilidade (próprio ou de terceiros)	6	11,3%
Perícia Contábil	4	7,5%
Departamento contábil/financeiro de uma empresa privada	4	7,5%
Carreira acadêmica (mestrado, doutorado)	2	3,7%
Total	53	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Este resultado é uma réplica exata dos achados de Rosa et al. (2020), que também identificaram a prestação de concurso como a principal aspiração de discentes de Ciências Contábeis em outra universidade pública. A interpretação desta escolha não deve ser vista como puramente vocacional, mas sim como uma estratégia de fuga das barreiras identificadas neste estudo.

O concurso público é percebido como uma via que neutraliza os principais "medos" (Sparta; Gomes, 2022) do mercado privado regional: ele bypassa a "exigência de experiência anterior", oferece estabilidade (neutralizando as "poucas vagas" locais e promete uma remuneração superior aos "salários iniciais baixos".

A Tabela 11 complementa o cenário, revelando a percepção dos alunos sobre a suficiência da graduação. Uma maioria relativa de 41,51% pretende cursar uma pós-graduação/especialização, somando-se a 9,4% que almejam o mestrado/doutorado. Mais da metade dos alunos (50,9%) planeja continuar os estudos, enquanto um terço (32,1%) permanece indeciso.

Tabela 11 - Pretensão de continuidade dos estudos

	Frequência	Percentual
Sim, pretendo fazer uma pós-graduação/especialização	22	41,5%
Ainda não sei	17	32,0%
Não, pretendo focar apenas no mercado de trabalho	9	16,9%
Sim, pretendo fazer mestrado/doutorado	5	9,4%
Total	53	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Este dado é a consequência direta da avaliação realizada na Seção 4.4. Os 39,62% de alunos que discordaram de sentir "preparados" pela graduação (Tabela 9) são, presumivelmente,

os mesmos que agora buscam na pós-graduação uma forma de compensar as lacunas percebidas.

Este achado está em plena consonância com Lima e Alberton (2023, p. 126), que destacam a necessidade de "proatividade para buscar as competências que a graduação não aprofundou". Os dados da Tabela 11 demonstram que os discentes estão cientes de que a graduação, por si só, não os tornou aptos, forçando-os a buscar formação continuada para suprir as deficiências práticas e tecnológicas (Tabela 9) que o curso deixou.

Em síntese, a análise dos dados apresentada neste capítulo confirma a hipótese central da pesquisa: existe um profundo descompasso entre a formação acadêmica e as demandas percebidas do mercado de trabalho. A trajetória analítica, iniciada na seção 4.1, estabeleceu o perfil do discente como academicamente avançado, mas profissionalmente inexperiente (Tabela 5).

A seção 4.2 demonstrou que este aluno está ciente de que o mercado valoriza precisamente o que lhe falta: a experiência prática (Tabela 7). As barreiras identificadas (Tabela 8) e a avaliação crítica da formação (Tabela 9) especialmente no âmbito prático e tecnológico são a consequência direta deste paradoxo.

Por fim, a análise das expectativas seção 4.5 revelou as estratégias de reação dos discentes: a evasão do mercado privado regional em direção aos concursos públicos (Tabela 10) e a busca por formação continuada para compensar as lacunas da graduação (Tabela 11). Os resultados deste capítulo formam, assim, um diagnóstico coeso da insegurança discente, cujas implicações serão discutidas nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão contábil atravessa uma transformação profunda, impulsionada por tecnologias emergentes e novas demandas do mercado. Este cenário, conhecido como Contabilidade 4.0, redefine o perfil profissional e impõe às Instituições de Ensino Superior o desafio de modernizar suas abordagens pedagógicas.

Foi neste contexto de mudança que o presente trabalho se propôs a investigar como os estudantes de Ciências Contábeis da UFAL – Campus Santana do Ipanema percebem as barreiras que se colocam entre sua formação acadêmica e o acesso ao mercado de trabalho.

Os resultados alcançados permitem afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi atingido. A insegurança e a ansiedade relatadas pelos discentes não são meramente subjetivas; elas estão ancoradas em um paradoxo concreto e multifacetado. A primeira barreira identificada é socioeconômica, ligada à percepção de um mercado regional com poucas oportunidades de emprego. A segunda é o "paradoxo da primeira experiência": o mercado exige uma prática que a maioria dos alunos, muitos já em fim de curso, declara não possuir.

O epicentro deste paradoxo, segundo os dados, reside na avaliação que os alunos fazem da própria formação. Há um reconhecimento da sólida base teórica oferecida pelo curso. Contudo, essa força contrasta agudamente com a percepção de uma falha significativa no desenvolvimento de competências práticas e tecnológicas.

Os discentes enxergam a tecnologia como uma oportunidade, alinhados à literatura, mas sentem que a universidade não lhes fornece as ferramentas para navegar nesta nova realidade, confirmando a "dissociação entre a teoria ensinada e a prática exigida".

Este descompasso entre a formação recebida e a exigência percebida do mercado molda diretamente as aspirações de carreira. As escolhas futuras dos alunos revelam-se estratégias de reação às barreiras. A expressiva preferência pelo concurso público é interpretada como uma rota de fuga que neutraliza a exigência de experiência e a percepção de baixos salários.

Paralelamente, a busca majoritária pela continuidade dos estudos em pós-graduações sugere uma tentativa de compensar, no futuro, as lacunas práticas e tecnológicas que sentem ter no presente.

Este trabalho contribui, assim, ao preencher uma lacuna de dados locais sobre um fenômeno nacional, oferecendo um diagnóstico específico da realidade do Sertão Alagoano.

A principal implicação é a de que a excelência teórica, embora fundamental, precisa ser complementada por "pontes" eficazes para a prática seja pela modernização curricular ou pela ampliação de oportunidades de estágio para que a formação gere não apenas o diploma, mas a confiança profissional.

Reconhece-se que o estudo se limita à percepção discente. Sugere-se, para pesquisas futuras, a triangulação destes dados com a perspectiva dos empregadores da região, a fim de verificar se as barreiras sentidas pelos alunos são as mesmas identificadas por quem contrata, bem como um estudo de acompanhamento de egressos para confirmar se as expectativas de carreira se concretizaram.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Essência Feminina Contábil: garra, dedicação e competência. Brasília, DF: CFC, 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/essencia-feminina-contabil-garra-dedicacao-e-competencia/>. Acesso em: 23 out. 2025.

COSTA, F. M.; THEÓPHILO, C. R. A percepção discente sobre a qualidade do ensino remoto emergencial nos cursos de Ciências Contábeis. Revista Contabilidade & Finanças – USP, v. 33, n. 88, p. 1-18, 2022.

FAVARATO, C. A.; WEFFORT, E. F. J.; MORAES, M. B. C. A profissão contábil na era digital e seus reflexos na formação acadêmica. *Revista de Contabilidade do Nordeste*, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2022.

FERREIRA, Amanda S. F.; CARMO, Elisângela M. do. Percepção dos Egressos de Ciências Contábeis sobre a Formação Acadêmica e os Desafios do Mercado de Trabalho Pós-Pandemia. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Bahia*, v. 12, n. 2, p. 153-171, 2022.

GÓIS, Alan Diógenes et al. Contabilidade 4.0: Um Estudo sobre a Percepção dos Profissionais Contábeis sobre os Impactos da Quarta Revolução Industrial. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Bahia*, v. 10, n. 2, p. 116-134, maio/ago. 2020.

LIMA, V. S.; ALBERTON, L. Perfil do egresso de Ciências Contábeis: competências demandadas versus formação acadêmica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 18, n. 1, p. 110-129, 2023.

MACÊDO, Janaina W. M. et al. Metodologias Ativas no Ensino de Contabilidade: Percepções de Discentes de uma Universidade Federal. *Conhecimento & Diversidade, Niterói*, v. 14, n. 35, p. 136-153, 2022.

MIRANDA, G. J.; DE SOUZA, J. V.; LIMA, J. P. R. Análise das matrizes curriculares de ciências contábeis das universidades federais brasileiras frente às demandas da contabilidade 4.0. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 15, n. 3, p. 321-340, 2021.

NOGUEIRA, Cássia R. B. de M.; ROLIM, Didimo de A. As Competências Essenciais ao Profissional Contábil na Percepção de Discentes. *Revista Ambiente Contábil, Natal*, v. 13, n. 2, p. 235-256, jul./dez. 2021.

PEREIRA, Rúbia A.; KREUZ, Cláudio L. P. O “GAP” de Competências na Formação do Profissional Contábil: Um Estudo da Percepção de Discentes e Docentes. *Revista Eletrônica de Contabilidade, Santa Maria*, v. 17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2020.

ROSA, Jéssica da S. et al. Expectativas Profissionais de Discentes do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Pública. *Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto*, v. 14, e174962, 2020.

SILVA, Ana Carolina de Souza e; ALMEIDA, Kátia C. de. A Importância do Estágio Supervisionado para a Formação do Profissional Contábil na Percepção de Discentes. *Revista Científica da FASEC*, v. 12, n. 1, 2021.

SILVA, Daniele A. da; LIMA FILHO, João D. de. A Percepção dos Discentes sobre a Contribuição do Curso de Ciências Contábeis para a sua Formação Profissional. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, e538101019131, 2021.

SILVA, Tarciana M. G. de L. e et al. Barreiras para a Inserção Profissional: Um Estudo com os Discentes do Curso de Ciências Contábeis. *Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte*, v. 22, n. 1, p. 49-65, 2021.

SOLVÊNCIA DAS SEGURADORAS: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DA COVID-19

Maryana Hellen dos Santos Carneiro

Universidade Federal da Paraíba

Vera Lúcia Cruz

Universidade Federal da Paraíba

Anderson de Almeida Barros

Universidade Estadual de Alagoas

Mayara dos Santos Silva

Universidade Potiguar

Anderson Gois Marques da Cunha

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este estudo analisou o reflexo da pandemia de covid-19 nos índices de solvência das seguradoras brasileiras entre 2019 e 2023. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de caráter descritivo e comparativo, utilizando indicadores de liquidez, solvência, sinistralidade, índice combinado e o índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), das seguradoras objeto do estudo. A pesquisa comparou os períodos pré-pandemia, a pandemia e a fase final da pandemia. Os resultados indicam que a maioria das seguradoras demonstrou resiliência financeira, mantendo ou aprimorando seus índices de liquidez e solvência. Contudo, a pandemia gerou impactos heterogêneos na sinistralidade e eficiência operacional, com algumas empresas enfrentando aumentos significativos de sinistros e desequilíbrios no índice combinado. A rentabilidade (ROE) foi o indicador mais afetado, embora uma recuperação gradual tenha sido observada na fase final da pandemia. Em síntese, conclui-se que, apesar da resistência predominante do setor, observam-se fragilidades pontuais que evidenciam vulnerabilidade em cenários de crise. O estudo ressalta a importância da gestão de riscos e da supervisão prudencial para a sustentabilidade do setor e a segurança econômica em contextos de incerteza.

Palavras-chave: Solvência, Seguradoras, Covid-19, Índices Financeiros.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de solvência está relacionado à capacidade de a seguradora cumprir suas obrigações futuras (Luccas Filho, 2011). Desse modo, o autor explica que, se uma seguradora conseguir atender seus compromissos com segurados, fornecedores, empregados, acionistas ou credores ao encerrar suas atividades, ela será considerada solvente.

Ainda de acordo com Luccas Filho (2011, p. 93), ao relacionar solvência e liquidez, ele define a liquidez como “a capacidade de uma seguradora gerar caixa suficiente para o pagamento dos sinistros”. Nesse sentido, Rodrigues *et al.* (2021) apontam que a solvabilidade de uma empresa pode ser avaliada por meio de índices de liquidez. Os dados necessários para o cálculo desses índices são extraídos dos balanços patrimoniais. Por isso, devem estar sempre atualizados para assegurar a precisão dos resultados. O autor ainda afirma que um dos principais fatores que pode levar uma empresa à insolvência é a falta de atenção ao ciclo econômico-financeiro, que representa o intervalo entre as entradas e saídas de recursos, especialmente no que diz respeito ao fluxo de caixa.

Assim sendo, Matarazzo (2010) explica que a insolvência de uma empresa ocorre quando ela não consegue cumprir suas obrigações financeiras, o que significa dizer que ela não possui recursos suficientes quando suas dívidas vencem. O autor acrescenta que a insolvência se caracteriza por uma falta crônica de dinheiro e pela previsão de agravamento dessa situação a longo prazo, quando as entradas de caixa são insuficientes em relação às saídas já comprometidas. Nesse cenário, as únicas soluções possíveis são a concordata ou a falência.

Essas situações podem ocorrer por causa da oscilação do mercado e de gestão, entre outros. No entanto, outra situação não prevista, a pandemia, ocorreu mundialmente e acabou provocando vários acontecimentos, atingindo todos os segmentos. A covid-19 foi classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde por apresentar alto grau de letalidade e contágio. Por conta disso, algumas seguradoras vêm se isentando quanto à realização dos pagamentos de seguros de vida, viagem e seguro de danos, visto que a ocorrência de catástrofes naturais e pandemias globais geralmente são coberturas excluídas das apólices de seguro sob a orientação da Susep (Navarro, 2020).

A exclusão de epidemias e pandemias globais no pagamento de seguros de vida ocorre devido ao fato de que esse tipo de seguro visa cobrir riscos previsíveis, pois as apólices são precificadas e os prêmios são recolhidos baseados nessa previsibilidade (Beledeli, 2020). O mesmo autor destaca que a crise causada pelo surto de coronavírus transformou a política de muitas seguradoras, que passaram a incluir a cobertura de mortes pelo vírus em seus contratos de seguro e deixaram de aplicar a regra de que pandemias são excluídas de apólices.

As medidas e políticas públicas adotadas para conter a disseminação da covid-19 provocam profundas distorções operacionais e financeiras em muitas empresas. A quarentena da população, incluindo de funcionários, as quebras na cadeia de suprimentos, estoques parados ou indisponíveis e a queda abrupta na demanda geram desafios significativos para organizações em quase todos os setores econômicos (Deloitte, 2020).

Segundo Babuna *et al.* (2020), as seguradoras foram impactadas de diferentes formas, dependendo de fatores como liquidez, risco de suas carteiras, dependência de resseguradoras, quantidade de ativos livres e o nível de proteção oferecido pelos resseguradores. Nesse sentido, a análise de solvência permite avaliar a capacidade de a empresa lidar com os riscos típicos de um negócio e cumprir suas obrigações com todos que investiram nela, especialmente com aqueles cujos investimentos são exigíveis, ou seja, basicamente todos, exceto os sócios (Matias, 2017).

A pandemia de covid-19 gerou diversas repercussões de ordem biomédica e

epidemiológica em escala mundial, o que causou vários impactos sociais, econômicos e políticos sem precedentes na história geral das epidemias (Fiocruz, 2020). Ainda de acordo com a Fiocruz (2020), é considerado que a estimativa de infectados e mortos concorreu diretamente com os efeitos sobre os sistemas de saúde, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas no período de quarentena e o acesso a bens essenciais, como alimentação, medicamentos e transporte.

Quanto aos impactos da covid-19 nas economias emergentes, as perdas de renda causadas pela pandemia revelaram e intensificaram vulnerabilidades econômicas já existentes. A crise mostrou consequências notáveis na pobreza e na desigualdade mundial, uma vez que as perdas desproporcionais de renda entre as populações mais desfavorecidas levaram a um crescimento radical da desigualdade entre os países (The World Bank, 2022).

De acordo com Bittencourt, Tobler e Junior (2021), desde o primeiro impacto da crise, as empresas deram início à sua fase de recuperação, que ocorreu de forma heterogênea e de acordo com seu porte ou setor de atuação. Os autores afirmam que os desafios operacionais enfrentados por essas empresas durante o período pandêmico foram diversos, pois, além das dificuldades de demanda e oferta de matérias primas, muitos negócios enfrentaram o afastamento de funcionários contaminados por covid-19 e tiveram que se adaptar às novas regras de funcionamento.

Ainda no que se refere aos desafios gerados, a pandemia também acelerou transformações relacionadas ao comportamento das pessoas, especialmente em relação ao consumo. Por conta das medidas de isolamento social, as compras realizadas por aplicativos, de forma online, aumentaram significativamente. Consequentemente, as empresas precisaram se adaptar ao novo cenário e foram levadas a entrar no mundo digital (Lima; Freitas, 2020).

O setor de seguros apresentou uma guinada digital durante o período de covid-19, visto que colocou quase 100% de seu quadro funcional em regime de *home office* para protegê-lo da epidemia e, mesmo assim, demonstrou alta eficiência em sua gestão, mantendo o padrão de seus serviços remotamente prestados a segurados e corretores de seguros. Apesar dessa adaptação do setor, deve-se considerar que, pelo lado do sinistro, uma pandemia global deve comprometer as carteiras de saúde suplementar e o seguro de vida em relação ao segmento de benefícios, gerando alguma alteração nos resultados das carteiras de Danos e Responsabilidades (CNseg, 2020).

Diante do contexto apresentado, este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: Qual o reflexo da pandemia de covid-19 sobre os índices de solvência das seguradoras brasileiras no período de 2019 a 2023? Para responder à pergunta da pesquisa, delineou-se o objetivo do estudo, que foi o de analisar o reflexo da pandemia de covid-19 sobre os índices de solvência das seguradoras brasileiras no período de 2019 a 2023.

As seguradoras têm como função principal oferecer proteção contra eventos futuros que possam causar qualquer tipo de perdas. Porém, essas companhias também atuam como grandes investidoras institucionais, desempenhando um papel significativo na economia e na sociedade (Lages, 2010). Por isso, espera-se que essas empresas sejam bem supervisionadas para garantir que tenham capital suficiente para cobrir perdas em diferentes cenários e para cumprirem suas obrigações com os segurados.

No contexto da pandemia, o mercado de seguros foi um dos mais afetados pela crise econômica. Além da redução no recebimento de prêmios, o setor também enfrentou a volatilidade nos mercados financeiros, o que diminuiu suas receitas financeiras, especialmente com a redução das taxas de juros (Babuna *et al.*, 2020). Essa combinação de fatores pode ter um impacto significativo nos resultados das seguradoras, dificultando sua capacidade de manter

a lucratividade (Candido; Salotti, 2022).

Com base nesse mesmo pensamento, Deloitte (2020) aponta que, durante períodos de incerteza, como o provocado pela pandemia, as empresas precisam se preparar para enfrentar longos períodos de condições adversas. Para muitas organizações, a perda de receita nesse cenário pode causar danos irreversíveis, colocando pressão sobre sua liquidez e fontes de capital de giro, tornando necessário um planejamento rigoroso para mitigar esses impactos inesperados (Deloitte, 2020).

Diante disso, os resultados do estudo buscaram retratar como as empresas do setor segurador reagiram e se adaptaram a um cenário de incerteza e instabilidade financeira. Além disso, os resultados poderão servir de base para futuras pesquisas, ajudando acadêmicos a desenvolverem novas abordagens metodológicas e teóricas sobre gestão de riscos e resiliência financeira em tempos de crise.

No âmbito econômico e social, por serem seguradoras e cuidarem da proteção dos indivíduos e empresas contra riscos, essa pesquisa pode ser útil, visto que a solvência das seguradoras está diretamente relacionada à estabilidade financeira. Com a análise dos impactos da pandemia, serão fornecidas informações que contribuam para avaliação da eficácia das políticas regulatórias e das estratégias empresariais adotadas durante o período, buscando ajudar como estímulo para o desenvolvimento de políticas públicas e regulatórias mais robustas, o que pode ajudar a fortalecer o setor segurador e, por consequência, proporcionar maior segurança econômica para a sociedade, especialmente em contextos de crises futuras que possam afetar a sustentabilidade das instituições financeiras.

Dito isso, a principal diferença entre esse estudo e os realizados anteriormente é que este se concentra em analisar a solvência das companhias de seguros no período da pandemia por meio do cálculo dos índices específicos para as seguradoras, além dos indicadores econômico-financeiros de liquidez e rentabilidade. Além disso, esse trabalho buscou direcionar essa análise para as dez seguradoras com maior participação no mercado segurador, de modo a selecionar as empresas que mais podem gerar impacto econômico e social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Regulamentação de solvência

O Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, estabelece diretrizes para o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, e determina outras providências relacionadas. De acordo com o Art. 7.º, é de competência exclusiva do Governo Federal formular a política de seguros privados, legislar sobre as normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional, sendo instituído, no Art. 8.º, o Sistema Nacional de Seguros Privados, integrado pelo CNSP, pela Susep, pelos resseguradores, pelas sociedades autorizadas a operar em seguros privados e pelos corretores de seguros habilitados.

Segundo Guerreiro (2004), os seguros são regulados, principalmente, por disposições do Código Civil, pelo Decreto-Lei n.º 73/1996 (recepcionado pelo Art. 192 da Constituição Federal, sob a forma de lei complementar), pelo Decreto n.º 60.459/1967 e por diversas resoluções do CNSP e circulares da Susep.

Figueiredo (2012) apresenta a CNSP como o Conselho Nacional de Seguros Privados, o órgão encarregado de estabelecer diretrizes e normas para a política de Seguros Privados, Capitalização e Previdência Privada, no que se refere às entidades abertas. Por outro lado, Souza (2007, p. 41) apresenta a Susep como a Superintendência de Seguros Privados, o “órgão

governamental de atuação colegiada e competência normativa, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, capitalização, previdência privada aberta e resseguros”.

No Brasil, a Susep adota a Regulação Prudencial, que estabelece diretrizes voltadas à proteção da solvência das sociedades e entidades sob sua supervisão, garantindo que elas mantenham capacidade financeira para honrar os compromissos assumidos com segurados e beneficiários, mesmo diante de eventos adversos. O objetivo é reduzir o risco de insolvência e, caso ela ocorra, minimizar seus impactos sobre os segurados, o mercado de seguros e o sistema financeiro em geral (Susep, 2022). Entre os principais tópicos abordados por essa regulação estão Provisões Técnicas, Ativos, Requerimentos de Capital, Governança, Gestão de Riscos, Controles Internos e Contabilidade.

O monitoramento da situação econômico-financeira e da solvência das entidades supervisionadas pela Susep é realizado por meio de diversas atividades que incluem (i) acompanhamento de relatórios contábil-financeiros, regulatórios e de auditoria, (ii) monitoramento dos passivos, exceto provisões técnicas, geridas por outra coordenação, (iii) análise periódica da situação econômico-financeira e de solvência, considerando, também, os impactos de grupos e conglomerados econômicos, (iv) desenvolvimento e atualização de protocolos de classificação e sinalização antecipada, visando definir a prioridade e o escopo da fiscalização prudencial, (v) solicitação e acompanhamento de ações regulatórias relacionadas ao capital exigido e (vi) proposição e instrução para aplicação de regimes repressivos (Susep, 2022).

2.2 Indicadores de solvência

Para Cornett et. al. (2013, p. 48), a análise de índices se refere ao “processo de calcular e analisar os índices financeiros para avaliar o desempenho da empresa e identificar as ações necessárias para melhorá-lo”.

Mayo (2012) destaca que os índices podem ser agrupados em cinco categorias: os de liquidez, que verificam se a empresa consegue pagar suas obrigações atuais; os de atividade, que mostram a rapidez com que os ativos se movem na empresa; os de lucratividade, que avaliam o desempenho financeiro; os de alavancagem, que analisam o uso de dívida para financiar as operações; e os de cobertura, que medem a capacidade de cumprir certos pagamentos.

De acordo com Marion (2019), os índices de liquidez são usados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, indicam se ela consegue honrar seus compromissos financeiros. Essa avaliação pode ser feita considerando o longo prazo, o curto prazo ou o prazo imediato. Para Silva (2018), a liquidez depende da lucratividade da empresa, da gestão do seu ciclo financeiro e das suas decisões estratégicas de investimento e financiamento. Portanto, seu indicador visa indicar o grau de solvência de uma empresa, isto é, a capacidade de a empresa quitar suas dívidas, por meio da comparação entre os direitos realizáveis e as obrigações.

Malacrida (2018) afirma que os indicadores de liquidez são muito importantes para o mercado segurador, visto que proporcionam segurança aos segurados ao garantir que receberão os seus direitos (sinistros, resgates, benefícios, etc.).

No que se refere aos indicadores de solvência, Matias (2017) explica que estes mostram o quanto uma empresa consegue cumprir com suas obrigações financeiras, uma vez que, no curto prazo, as empresas não vão à falência por terem prejuízo ou produtos ruins, mas, sim, por falta de dinheiro para pagar fornecedores, funcionários ou dívidas. Dito isso, Sande (2020) aponta que o indicador de solvência geral é importante para credores, pois indica se a empresa

conseguiria pagar todas as suas dívidas vendendo seus ativos.

Acerca dos indicadores de sinistros, Malacrida (2018) esclarece que a mensuração do índice de sinistralidade é diretamente voltada para o quanto de riscos ocorridos a empresa está enfrentando em relação aos prêmios recebidos. Desse modo, quanto menor for este índice, melhor para a situação da seguradora.

Quanto ao índice combinado, Souza (2007) destaca que este indicador é uma das melhores formas de avaliar o desempenho operacional das seguradoras antes de considerar o resultado financeiro, pois, se o percentual obtido for superior a 100%, isso indica que a empresa está operando com prejuízo. Caso contrário, a empresa está obtendo lucro operacional.

Em relação ao retorno sobre o patrimônio líquido, Saporito (2015) aponta que o ROE é um índice que possibilita a comparação entre empresas de um mesmo setor, permitindo avaliar em que medida foi vantajoso para os acionistas investir seus recursos na empresa durante determinado período, em vez de alocá-los em outras alternativas do mercado financeiro.

2.3 Estudos anteriores

Este subtópico tem como finalidade apresentar estudos que utilizaram a análise de indicadores para medir a solvência de diferentes empresas em diferentes cenários, além das companhias de seguros no contexto da pandemia de covid-19. Serão destacados, também, os estudos que analisaram os impactos causados pela covid-19 no mercado e na sociedade.

Os autores Nobre e Lima (2014) realizaram uma pesquisa que tinha o objetivo de avaliar a capacidade de diferentes modelos de insolvência em prever a solvência ou insolvência de empresas calçadistas, considerando o período de 2003 a 2012. O estudo utilizou dados extraídos das demonstrações contábeis de quatro empresas (Alpargatas, Cambuci, Grendene e Vulcabras), aplicando cinco modelos de previsão de insolvência: Kanitz, Altman, Elizabetzky, Matias e Pereira. Os resultados indicaram que os modelos não apresentaram comportamentos uniformes, com o modelo de Altman, revelando mais resultados insatisfatórios, enquanto os modelos de Kanitz e Pereira forneceram os melhores índices de solvência. A Alpargatas foi a empresa com melhor desempenho, permanecendo solvente na maioria dos modelos, enquanto a Cambuci apresentou maior vulnerabilidade. Em sua conclusão, foi constatada a necessidade de combinar outras técnicas de análise, além de indicadores econômicos e financeiros adicionais para apoiar decisões mais assertivas.

O trabalho de Kaveski, Politelo, Krespi e Hein (2016) analisou o fator de solvência de empresas do setor de tecnologia da informação, aplicando o modelo de insolvência de Kanitz. A pesquisa utilizou dados contábeis de oito empresas entre 2009 e 2011, extraídos das demonstrações financeiras disponíveis na BM&FBovespa. Foram calculados os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, além do fator de insolvência. Os resultados mostraram que as empresas apresentaram boa liquidez, com oscilações significativas no endividamento e baixa rentabilidade. Nenhuma empresa apresentou risco de insolvência no curto prazo caso o cenário econômico do período se mantivesse.

O estudo de Avelar, Ferreira, Silva e Ferreira (2020) buscou analisar os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira das empresas brasileiras de capital aberto. A metodologia utilizada incluiu a coleta de dados financeiros dessas empresas por meio da plataforma Economática e da B3, aplicando técnicas de análise estatística, como correlação de Spearman, testes de Kolmogorov-Smirnov e Wilcoxon e análise de regressão múltipla. Os resultados revelam que a pandemia impactou fortemente o valor de mercado e a rentabilidade das empresas, além de aumentar seus níveis de endividamento. As empresas adotaram diversas medidas de mitigação, como a renegociação com fornecedores e a obtenção

de empréstimos. O estudo conclui que empresas maiores e com mais ativos tangíveis conseguiram captar recursos com maior facilidade.

Rodrigues *et al.* (2021) aplicaram o Termômetro de Kanitz, um método de análise financeira, para avaliar a solvência de uma empresa do ramo alimentício. A metodologia utilizada foi baseada na análise de indicadores financeiros, como rentabilidade, liquidez e grau de endividamento, extraídos das demonstrações financeiras de 2018 e 2019 da empresa. Os resultados mostraram que, nos dois anos, a empresa se encontrou na faixa de solvência, com melhora significativa de 2018 para 2019, indicando uma posição financeira saudável e capacidade de honrar suas obrigações a longo prazo.

Os autores Sales e Macêdo (2021) elaboraram um artigo que buscou compreender o impacto da pandemia de covid-19 nas micro e pequenas empresas, com destaque para as que operam nos setores de comércio e serviços, que foram as mais afetadas pelas medidas de isolamento social. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados indicam que essas empresas enfrentaram dificuldades significativas devido à redução do faturamento, à dificuldade de acesso a crédito e à falta de reservas financeiras. A pesquisa concluiu que a recuperação econômica seria lenta e destacou a necessidade de políticas de apoio governamental para ajudar os empresários a manterem suas atividades e superarem a crise.

O estudo realizado por Berwanger, Gomes e Braum (2022) teve como objetivo analisar os impactos da pandemia de covid-19 na (in)solvência das empresas do setor de transporte no Brasil entre 2019 e 2021. Utilizando a análise horizontal e vertical, indicadores econômico-financeiros e o modelo de Kanitz, a metodologia envolveu a análise de 12 empresas dos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo. Os resultados mostraram que as empresas rodoviárias apresentaram o melhor desempenho financeiro durante a pandemia, enquanto as do modal aéreo, já com dificuldades antes de 2019, foram as mais impactadas. No entanto, nenhuma empresa mostrou sinais claros de insolvência.

Por fim, a pesquisa elaborada pelos autores Alvez, Silva, Alves e Costa (2023) teve como objetivo verificar os impactos econômicos e sociais da pandemia de covid-19 nas empresas do município de Areal, Paraíba. A metodologia utilizada foi a realização de questionários aplicados a 42 empresas, predominantemente MEIs. Os resultados mostram que nenhuma das empresas apresentou aumento no faturamento – 78% delas sofreram redução de vendas e 26% precisaram demitir funcionários. Além disso, 11,9% das empresas estavam em risco de fechar permanentemente. Dito isso, conclui-se que os setores mais afetados foram vestuário, calçados, restaurantes, bares e lanchonetes.

Os trabalhos citados nessa seção analisaram a solvência de empresas que atuam em diferentes ramos (calçadista, TI, alimentício, transporte e comércio e serviços) no contexto da pandemia, de modo a identificar os efeitos da covid-19 sobre a situação financeira de cada uma delas por meio da aplicação de técnicas estatísticas e/ou indicadores econômico-financeiros.

3. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2019), as pesquisas quantitativas são caracterizadas pelo uso de dados numéricos e medidas mensuráveis que permitem descrever populações e fenômenos, além de examinar a existência de relações entre variáveis. Walliman (2015) complementa esse conceito ao afirmar que a análise quantitativa trabalha com dados numéricos, aplicando operações matemáticas para explorar suas características. A abordagem quantitativa do estudo se concretiza através da análise da solvência das seguradoras selecionadas a partir do cálculo e

da interpretação de seus indicadores nos anos de 2019 a 2023.

Quanto ao objetivo da pesquisa, Sampieri, Collado e Lucio (2013) explicam que a pesquisa descritiva pretende especificar as propriedades, características e traços importantes de qualquer fenômeno analisado, descrevendo as tendências e perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou populações. Segundo Michel (2015), a pesquisa descritiva se concentra em identificar as características de uma população, fenômeno ou fato, além de analisar as relações entre variáveis controladas. Ela parte da ideia de que problemas sociais podem ser mais bem compreendidos e resolvidos com uma descrição detalhada de suas características, causas e consequências, permitindo também a identificação de padrões em contextos semelhantes. Diante disso, quanto ao objetivo, esse estudo é classificado como descritivo, visto que busca descrever os resultados obtidos pelos indicadores de solvência das seguradoras no contexto da pandemia.

Em relação ao procedimento técnico utilizado, Fachin (2017) afirma que a pesquisa documental envolve a coleta de informações em diferentes formatos, como textos, imagens e sons, e pode ser feita a partir de documentos escritos, visuais ou orais. Ela abrange a busca, seleção e organização de diversos tipos de dados, incluindo documentos oficiais, como leis, relatórios e atas. Severino (2017) explica que, na pesquisa documental, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico. Em outras palavras, são ainda matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. Sendo assim, quanto aos procedimentos, esse trabalho se enquadra como documental, pois utiliza os demonstrativos financeiros das empresas de seguros como base para calcular os índices de solvência e os relatórios financeiros para auxiliar na análise de quaisquer informações relacionadas às contas desses demonstrativos.

De acordo com Michel (2015), o universo refere-se ao conjunto total de elementos que se deseja estudar, incluindo seres vivos, objetos, valores, entidades e locais. Como é geralmente impossível analisar toda a população, opta-se por investigar uma parte dela, escolhida com critérios que garantam sua representatividade. Essa parte é conhecida como amostra. Lakatos (2021) explica que a amostra é uma seleção cuidadosa de elementos do universo, visto que ela não abrange a totalidade, mas representa uma fração significativa nas principais áreas de interesse da pesquisa.

Diante disso, no que se refere ao universo desse estudo, estão as seguradoras licenciadas pela Susep. Em sua relação de empresas licenciadas, a entidade possui um total de 326 empresas, divididas em oito categorias que operam em 13 estados do Brasil. Dentro das categorias de empresas estão as autorreguladoras, as sociedades de capitalização, os corretores de seguros, as entidades de previdência complementar aberta, os resseguradores locais e estrangeiros e as seguradoras, que atuam nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Distrito Federal, Ceará e Bahia.

Ainda em relação às empresas licenciadas da Susep, dentro das 326 empresas licenciadas pela entidade, 140 delas atuam como seguradoras. Contudo, visto que foram calculados e analisados os indicadores de solvência das seguradoras nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, esta pesquisa optou por selecionar as 10 maiores companhias presentes no mercado segurador como amostra. Dito isso, a amostra selecionada representa 7,14% do universo estudado nesse trabalho, além de compor 70,7% do mercado segurador do Brasil. A Tabela 1 contém a relação das seguradoras escolhidas, bem como suas respectivas participações de mercado.

Tabela 1 - Participação no Mercado das Seguradoras

Seguradoras	% Participação no Mercado
Bradesco	20,1%
SulAmérica	10,76%
Porto Seguro	9,73%
Banco do Brasil	6,58%
Zurich-Santander	5,12%
Tokio Marine	4,66%
Mapfre	3,96%
Caixa Seguridade	3,55%
Allianz	3,52%
HDI	2,72%
Total	70,7%

Fonte: *Ranking das Seguradoras em 2023 - Sincor SP (2024).*

Em relação à escolha da amostra, foram selecionadas as seguradoras com base no *ranking* das seguradoras brasileiras em 2023, divulgado pela Sincor SP em 2024. As seguradoras foram classificadas conforme o seu percentual de participação no mercado de seguros, considerando como indicativos de receita os Prêmios Emitidos, em seguros, e as Receitas de Contraprestação, em saúde.

A amostra foi definida considerando as dez maiores seguradoras do Brasil, que, juntas, respondem por 70,7% do mercado. Essas empresas foram selecionadas por atuarem de forma ampla no setor e por terem dados financeiros auditados e disponíveis, o que tende a ajudar na análise dos efeitos da pandemia sobre a solvência. Além disso, essa seleção permite comparar as diferentes estratégias adotadas entre 2019 e 2023, o que ajudou na compreensão de como o setor enfrentou a crise.

Esse período da pesquisa, foi utilizado para a análise dos indicadores e foram divididos em três períodos: pré-pandemia (2019), pandemia (2020–2021) e fase final da pandemia (2022–2023). Essa segmentação segue a abordagem de Silva e Silva (2020) e Vaca-Cartagena *et al.* (2023), que delimitam intervalos a partir das transformações ocasionadas pela covid-19 em suas respectivas áreas de investigação. Dessa forma, a divisão apontou a situação das seguradoras anterior à crise, no período das restrições impostas durante o período pandêmico e pela retomada das atividades nos anos subsequentes.

As seguradoras de porte menor não foram incluídas na amostra por dois motivos. O primeiro refere-se à possibilidade de possuírem características financeiras e operacionais diferentes das empresas de grande porte. O segundo trata-se de sua participação no mercado ser menor. Além dos motivos expostos, uma análise prévia identificou que muitas não divulgam dados financeiros detalhados com a mesma frequência, o que dificultaria a análise da solvência.

De acordo com Martins e Theóphilo (2016), as fontes primárias são materiais originais reunidos pelo próprio autor, que ainda não foram analisados ou que podem ser reformulados conforme os objetivos da pesquisa. Já a fonte secundária é baseada em fontes primárias, elaborada por alguém que não teve contato direto com o fato ou com a ideia, mas que apenas reproduz, comenta ou interpreta o material original (Sordi, 2017). São exemplos de fontes primárias os documentos de arquivos públicos, dados estatísticos, relatórios publicados pelo governo ou por entidades privadas, autobiografias, diários e relatos de viagens, entre outros (Andrade, 2012).

Assim, no que se refere à coleta de dados, foram utilizadas fontes secundárias, visto que essa pesquisa buscou gerar as informações a partir dos demonstrativos e relatórios financeiros das companhias de seguros selecionadas nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Em relação ao levantamento dos dados, foi utilizado o endereço eletrônico de cada

empresa selecionada para a coleta das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros necessários ao cálculo dos indicadores, onde as informações financeiras das seguradoras estão disponibilizadas para consulta.

Para a realização do levantamento dos dados, foram utilizados os relatórios contábeis obrigatórios, especificamente o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das dez seguradoras selecionadas para a amostra. Esses documentos foram escolhidos por fornecerem as informações financeiras utilizadas para realizar o cálculo dos indicadores analisados, permitindo, assim, avaliar a capacidade de solvência das empresas ao longo do período de 2019 a 2023.

A partir desses relatórios, foram extraídas as informações dos valores resultantes dos ativos, passivos, patrimônio líquido, lucro líquido, prêmios ganhos, sinistros retidos e custos operacionais das empresas objeto de estudo e dos respectivos períodos, as quais compõem as fórmulas dos indicadores apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores de Solvência das Seguradoras

Indicadores	Fórmula	Descrição
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Mede a quantidade de recursos de curto prazo disponíveis para cobrir as dívidas de curto prazo da empresa.
Liquidez Seca (LS)	$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Reduz ainda mais a capacidade de pagamento da empresa para avaliar, em cenários de maior risco financeiro, sua habilidade de liquidar passivos de curto prazo.
Liquidez Geral (LG)	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{RLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{ELP}}$	Reflete a quantidade de recursos que uma empresa dispõe, tanto no curto quanto no longo prazo, em relação ao total de suas obrigações de curto e longo prazos.
Solvência Geral (SG)	$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{PNC}}$	Compara todos os recursos disponíveis que a empresa possui com todas as suas obrigações.
Sinistralidade (S)	$S = \frac{\text{Sinistros Retidos}}{\text{Prêmios Ganhos}}$	Avalia a relação entre sinistros retidos e prêmios ganhos.
Índice Combinado (IC)	$IC = \frac{SR + CAq + DA + DT + ORDO}{\text{Prêmios Ganhos}}$	Sinaliza o total de gastos operacionais consumidos do total de prêmios ganhos. Ou, de outra forma, o resultado operacional do período.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Evidencia o quanto de retorno em lucros os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos no negócio.

Fonte: Silva (2018), Malacrida (2018), Sande (2020), Martins (2020), Luccas Filho (2011), Souza (2007), Martins, Miranda, Diniz (2024), Bruni (2014).

A Tabela 3 apresenta os indicadores que auxiliam na compreensão da condição financeira e da eficiência operacional das empresas, que foram utilizados no estudo, com atenção especial às que atuam no setor de seguros. As métricas de liquidez — como Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Geral — permitem estimar a capacidade de uma empresa

de cumprir seus compromissos em prazos distintos, enquanto o indicador de solvência relaciona o total de recursos disponíveis ao volume de obrigações existentes. Também são destacados índices voltados à análise da atividade principal, como a Sinistralidade e o Índice Combinado, que revelam o peso dos sinistros e despesas sobre os prêmios ganhos. Complementando o conjunto, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) mostra a rentabilidade gerada aos acionistas em comparação ao capital investido.

Durante a realização dos cálculos do trabalho, foi observado que, uma vez que essas empresas não possuem valores de estoques em suas operações, o índice de liquidez seca não pode ser calculado para as seguradoras analisadas. O indicador de liquidez seca é utilizado para

avaliar a capacidade de uma empresa honrar suas obrigações de curto prazo, excluindo os estoques dos ativos circulantes, uma vez que estes podem não ser facilmente convertidos em caixa (Bruni, 2014). No entanto, no setor de seguros, os ativos circulantes são compostos, principalmente, por disponibilidades, investimentos de curto prazo e contas a receber, não havendo estoques que justifiquem a aplicação desse índice. Dessa forma, a ausência desse componente torna o cálculo do índice de liquidez seca inviável, sendo mais apropriado focar em indicadores como liquidez corrente e liquidez geral, que refletem, de forma adequada, a capacidade de as seguradoras atenderem suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

No que se refere ao tratamento dos dados, optou-se pelo uso do Microsoft Excel®, devido à sua praticidade para organizar as informações. O programa foi utilizado tanto para estruturar as informações extraídas dos relatórios financeiros quanto para aplicar as fórmulas necessárias à obtenção dos índices dispostos no tópico 4. Além disso, seus recursos ajudaram na organização visual dos resultados, contribuindo para realizar a comparação entre os anos de 2019 e 2023, além de ter contribuído para uma interpretação dos dados referentes às seguradoras incluídas no estudo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir do cálculo dos indicadores descritos na Metodologia. Os indicadores foram analisados em três períodos: pré-pandemia (2019), pandemia (2020–2021) e fase final da pandemia (2022–2023), classificação apontada no item 3.2 deste estudo. Dessa forma, o desempenho das seguradoras foi comparado em contextos distintos, marcados pela normalidade anterior à crise, pelas restrições impostas durante o período pandêmico e pela retomada das atividades nos anos subsequentes.

4.1 Liquidez corrente

Este índice compara os bens e direitos que são convertíveis em dinheiro no curto prazo com as obrigações que devem ser pagas no curto prazo. Nesse sentido, um índice acima de 1,0 é geralmente considerado bom, uma vez que indica quanto a empresa tem em ativos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de suas dívidas de curto prazo. Um valor abaixo de 1,0 pode indicar que a empresa pode ter dificuldades de pagar suas dívidas no curto prazo. Assim, conforme a Tabela 3, a análise dos índices de liquidez corrente das seguradoras revela comportamentos distintos ao longo do período que compreende a fase pré-pandemia (2019), os anos de pandemia (2020 e 2021) e a fase final da pandemia (2022-2023).

Tabela 3 - Liquidez Corrente (2019 – 2023)

Empresa / Período	Pré-Pandemia	Pandemia		Final da Pandemia	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	0,77	1,15	1,51	1,75	1,77
SulAmérica	1,15	2,13	2,89	1,92	2,49
Porto Seguro	0,88	0,80	0,85	0,93	0,94
Banco do Brasil	0,96	1,34	1,06	1,02	1,23
Zurich-Santander	1,00	0,99	0,98	0,99	1,00
Tokio Marine	0,87	1,01	0,90	1,00	0,94
Mapfre	1,13	0,87	0,90	0,89	0,90
Caixa Seguridade	2,81	2,18	34,90	1,96	1,80
Allianz	0,92	0,83	0,90	0,96	0,93
HDI	1,14	1,03	1,00	1,01	1,08

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a maioria das seguradoras apresentava índices próximos ou ligeiramente acima de 1, indicando equilíbrio entre ativos e passivos de curto prazo. Destacaram-se Caixa Seguridade (2,81) e SulAmérica (1,15), enquanto Bradesco (0,77) e Porto Seguro (0,88) apresentaram liquidez mais reduzida, sinalizando menor folga financeira imediata.

Durante a pandemia (2020–2021), houve oscilações significativas. Algumas seguradoras ampliaram sua liquidez de forma expressiva, como SulAmérica, que subiu de 2,13 em 2020 para 2,89 em 2021, e Bradesco, que evoluiu de 1,15 para 1,51. A Caixa Seguridade apresentou comportamento atípico em 2021, atingindo 34,90, um valor elevado, que se explica pelo modelo de negócio da companhia, que atua como holding de participações, recebendo receitas de equivalência patrimonial, corretagem e uso da rede da Caixa, sem assumir grandes passivos operacionais. Empresas como Mapfre (0,87 em 2020 e 0,90 em 2021) e Allianz (0,83 e 0,90) mantiveram-se em patamares mais conservadores, próximos à unidade.

Na fase final da pandemia (2022–2023), observa-se tendência de normalização e consolidação da liquidez. O Bradesco alcançou 1,75 em 2022 e 1,77 em 2023; SulAmérica registrou 1,92 em 2022 e 2,49 em 2023. Enquanto isso, o Banco do Brasil apresentou recuperação significativa, passando de 1,02 para 1,23. A Caixa Seguridade estabilizou seu índice, com 1,96 em 2022 e 1,80 em 2023. Empresas como Porto Seguro (0,93 e 0,94), Zurich-Santander (0,99 e 1,00), Tokio Marine (1,00 e 0,94) e HDI (1,01 e 1,08) mantiveram níveis próximos ao equilíbrio, demonstrando estabilidade.

De forma geral, os resultados encontrados, especialmente a ampliação da liquidez em seguradoras como Bradesco e SulAmérica, corroboram o que apontam Babuna *et al.* (2020), ao destacarem que empresas com maior disponibilidade de ativos líquidos enfrentaram a pandemia com maior solidez. De modo semelhante, Candido e Salotti (2022) observaram que, apesar da

redução nos prêmios recebidos, as seguradoras brasileiras conseguiram preservar índices de liquidez satisfatórios, em linha com a recuperação observada neste estudo.

4.2 Liquidez geral

Este índice considera os bens e direitos que serão convertidos em dinheiro no longo prazo em relação às obrigações que devem ser pagas no longo prazo. Por isso, assim como a liquidez corrente, um valor acima de 1,0 é considerado satisfatório, pois mostra que a empresa tem ativos totais suficientes para cobrir todas as suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo. Com base nos dados, foi montada a Tabela 4, que apresenta a análise dos índices de liquidez geral das seguradoras ao longo do período que compreende a fase pré-pandemia, os anos de pandemia e a fase final da pandemia – 2019 a 2023.

Tabela 4- Liquidez Geral (2019 – 2023)

Empresa / Período	<i>Pré-Pandemia</i>	<i>Pandemia</i>		<i>Final da Pandemia</i>	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	1,08	1,55	2,06	2,06	2,26
SulAmérica	1,54	3,86	4,73	4,19	5,19
Porto Seguro	1,16	1,14	1,13	1,15	1,13
Banco do Brasil	-	-	-	-	-
Zurich-Santander	1,05	1,04	1,03	1,02	1,02
Tokio Marine	1,22	1,38	1,17	1,17	1,22
Mapfre	1,22	1,23	1,15	1,14	1,17
Caixa Seguridade	-	-	-	-	-
Allianz	1,20	1,21	1,19	1,20	1,21
HDI	1,29	1,26	1,18	1,24	1,25

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a maioria das seguradoras apresentava índices próximos ou ligeiramente acima de 1, indicando boa capacidade para saldar suas obrigações de curto e longo prazo. Destacam-se SulAmérica (1,54) e HDI (1,29), que mostraram maior folga financeira, enquanto Bradesco (1,08) e Porto Seguro (1,16) apresentaram índices equilibrados, sugerindo solidez, mas com margem de segurança mais limitada.

Durante a pandemia (2020–2021), verificam-se aumentos expressivos em algumas empresas. A SulAmérica teve salto significativo de 3,86 em 2020 para 4,73 em 2021, evidenciando grande ampliação da liquidez geral, possivelmente reflexo de reforço patrimonial ou aumento de ativos líquidos. Bradesco apresentou crescimento consistente de 1,55 para 2,06, enquanto empresas como Porto Seguro (1,14 e 1,13), Zurich-Santander (1,04 e 1,03), Tokio Marine (1,38 e 1,17) e Mapfre (1,23 e 1,15) mantiveram estabilidade relativa, com leves oscilações, indicando capacidade de honrar obrigações mesmo diante da crise.

Na fase final da pandemia (2022–2023), observa-se consolidação da liquidez geral em níveis robustos. Bradesco manteve índice de 2,06 em 2022 e subiu para 2,26 em 2023. SulAmérica apresentou leve recuperação, passando de 4,19 em 2022 para 5,19 em 2023, mantendo-se como a seguradora com maior folga financeira do setor. Porto Seguro (1,15 e

1,13), Zurich- Santander (1,02 em ambos os anos), Tokio Marine (1,17 e 1,22), Mapfre (1,14 e 1,17), Allianz (1,20 e 1,21) e HDI (1,24 e 1,25) mantiveram estabilidade, indicando consistência operacional e financeira na fase final da crise.

Devido à falta de valores no grupo do ativo realizável a longo prazo, a ausência de dados da Caixa Seguridade e do Banco do Brasil para o cálculo do índice de liquidez geral limita a comparabilidade completa do setor, mas os valores observados nas demais empresas sugerem que, de forma geral, as seguradoras conseguiram não apenas manter, mas, em muitos casos, ampliar a liquidez geral na fase final da pandemia, garantindo maior capacidade de solvência para enfrentar obrigações futuras e eventos inesperados.

De modo geral, a evolução da liquidez geral em seguradoras de grande porte, como SulAmérica e Bradesco, reforça o que foi discutido por Babuna *et al.* (2020), segundo os quais a liquidez elevada representa um importante fator de resiliência diante de choques econômicos. Em contrapartida, os resultados estáveis de empresas como Zurich-Santander e Porto Seguro mostram que, mesmo sem expansão significativa, elas mantiveram a consistência operacional, aspecto que dialoga com a visão de Candido e Salotti (2022), de que o setor segurador foi capaz de absorver os impactos da crise sem comprometer sua liquidez estrutural.

4.3 Solvência geral

Este índice calcula a relação entre os ativos totais e os passivos totais. Dito isso, um valor superior a 1,0 indica que o total de ativos da empresa é maior que o total de suas obrigações, demonstrando sua capacidade de honrar todos os seus compromissos. Dessa forma, foi montada a Tabela 5, que mostra os índices de solvência geral das seguradoras no período de 2019 a 2023.

Tabela 5 - Solvência Geral (2019 – 2023)

Empresa / Período	Pré-Pandemia	Pandemia		Final da Pandemia	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	6,79	6,51	7,94	10,56	12,68
SulAmérica	2,74	9,80	11,68	10,90	14,65
Porto Seguro	1,50	1,48	1,48	1,45	1,45
Banco do Brasil	1,81	7,67	4,95	3,06	4,97
Zurich-Santander	1,07	1,06	1,04	1,04	1,04
Tokio Marine	1,23	1,39	1,32	1,30	1,33
Mapfre	1,24	1,27	1,20	1,20	1,22
Caixa Seguridade	19,96	25,58	607,34	16,18	12,43
Allianz	1,25	1,88	1,48	1,42	1,40
HDI	1,38	1,38	1,29	1,34	3,00

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a maioria das seguradoras apresentava índices de solvência superiores a 1, indicando capacidade de honrar obrigações totais com seus ativos. Bradesco (6,79) e Caixa Seguridade (19,96) destacaram-se com ampla folga patrimonial, enquanto seguradoras como Zurich-Santander (1,07), Tokio Marine (1,23) e Porto Seguro (1,50) apresentaram níveis mais moderados, suficientes para garantir solvência.

Durante a pandemia (2020–2021), observa-se variação significativa entre as seguradoras. SulAmérica apresentou grande aumento, de 9,80 em 2020 para 11,68 em 2021, evidenciando forte incremento de ativos líquidos ou reforço patrimonial. Bradesco manteve níveis elevados (6,51 e 7,94), enquanto Banco do Brasil apresentou oscilação, chegando a 7,67 em 2020 e caindo para 4,95 em 2021. Porto Seguro, Zurich-Santander, Tokio Marine e Mapfre permaneceram relativamente estáveis. A Caixa Seguridade apresentou valor elevado em 2021 (607,34), decorrente do fortalecimento de suas parcerias e do seu modelo de negócios, que aumentou os ativos da companhia sem elevar significativamente seus passivos.

Na fase final da pandemia (2022–2023), observa-se consolidação e recuperação da solvência para a maioria das seguradoras. Bradesco aumentou de 10,56 em 2022 para 12,68 em 2023, SulAmérica alcançou 10,90 e 14,65, e Banco do Brasil apresentou recuperação para 3,06 em 2022 e 4,97 em 2023. Porto Seguro (1,45 em ambos os anos), Zurich-Santander (1,04), Tokio Marine (1,30 e 1,33), Mapfre (1,20 e 1,22) e Allianz (1,42 e 1,40) mantiveram estabilidade, indicando consistência patrimonial. A Caixa Seguridade normalizou seu índice para 16,18 em 2022 e 12,43 em 2023 após o pico de 607,34. HDI também apresentou recuperação expressiva em 2023 (3,00), após leve queda em anos anteriores.

De forma geral, a análise da solvência geral indica que, em sua maioria, as seguradoras mantiveram índices superiores a 1, evidenciando a capacidade de cobrir todas as obrigações. O fortalecimento patrimonial observado em seguradoras como Bradesco e SulAmérica confirma os apontamentos de Babuna *et al.* (2020), de que empresas com maior capitalização teriam melhores condições de enfrentar os efeitos da pandemia. Além disso, Rodrigues *et al.* (2021) também identificaram, em outros setores, manutenção da solvência durante a pandemia, mostrando que, mesmo em contextos de crise, muitas empresas conseguiram preservar a estabilidade financeira.

4.4 Sinistralidade

Este índice mede a relação entre os sinistros pagos e as despesas com sinistros (prêmios ganhos) em um determinado período. O valor ideal desse indicador varia bastante, mas geralmente um índice de 0,7 a 0,8 é considerado aceitável, visto que um índice baixo indica que a seguradora está tendo um bom desempenho na gestão de sinistros. Um índice alto, acima de 1,0, significa que a seguradora está gastando mais com sinistros do que ganhando com os prêmios, o que é insustentável a longo prazo. Com base nesse entendimento, foi montada a Tabela 6, que apresenta a análise dos índices de sinistralidade e revela que o comportamento das seguradoras não foi uniforme ao longo do período de 2019 a 2023.

Tabela 6 - Sinistralidade (2019 – 2023)

Empresa / Período	Pré-Pandemia	Pandemia		Final da Pandemia	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	0,27	0,20	0,68	-0,28	-1,69
SulAmérica	0,60	0,69	-	-	-
Porto Seguro	0,47	0,43	0,47	0,55	0,50
Banco do Brasil	-	-	-	-	-
Zurich-Santander	0,16	0,19	0,25	0,17	0,16
Tokio Marine	0,61	0,50	0,63	0,61	0,49

Mapfre	0,64	0,49	0,69	0,56	0,52
Caixa Seguridade	-	-	-	-	-
Allianz	0,69	0,60	0,75	0,80	0,63
HDI	0,65	0,66	0,72	0,73	0,59

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a sinistralidade da maior parte das seguradoras manteve-se em níveis controlados. Destacam-se Zurich-Santander (0,16) e Bradesco (0,27), com os menores índices, indicando menor proporção de sinistros sobre os prêmios ganhos. Por outro lado, Allianz (0,69), HDI (0,65) e Mapfre (0,64) apresentaram níveis mais elevados, refletindo maior incidência de sinistros em seus portfólios.

Durante a pandemia (2020–2021), algumas seguradoras apresentaram variações significativas. Bradesco reduziu seu índice em 2020 (0,20), mas teve forte aumento em 2021, chegando a 0,68, indicando crescimento expressivo de sinistros. Tokio Marine (0,50 e 0,63) e Mapfre (0,49 e 0,69) também mostraram aumento da sinistralidade, refletindo o impacto da pandemia em ramos como saúde e vida. Empresas como Porto Seguro (0,43 e 0,47) e Zurich-Santander (0,19 e 0,25) mantiveram níveis relativamente estáveis, evidenciando resiliência.

Na fase final da pandemia (2022–2023), observam-se ajustes e algumas reversões nos índices. Bradesco apresentou valores negativos em 2022 (-0,28) e 2023 (-1,69), reflexo da recuperação de sinistros que permitiu compensar pagamentos anteriores, impactando positivamente a redução do índice de sinistralidade. Porto Seguro apresentou leve aumento em 2022 (0,55) e redução em 2023 (0,50), demonstrando maior estabilidade operacional. Tokio Marine reduziu de 0,61 para 0,49; Mapfre, de 0,56 para 0,52; e Allianz, de 0,80 para 0,63, indicando que essas seguradoras conseguiram controlar o aumento de sinistros e recuperar margens técnicas. Zurich-Santander manteve estabilidade (0,17 e 0,16), refletindo consistência na gestão de riscos.

Vale ressaltar que, para as empresas SulAmérica, Banco do Brasil e Caixa Seguridade, não foi possível calcular o índice de sinistralidade, devido à falta de valores nas contas de prêmios ganhos (nos últimos anos da SulAmérica e em todo período para a Caixa e Banco do Brasil) e sinistros ocorridos (para Caixa e Banco do Brasil).

De forma geral, a análise mostra que a pandemia elevou a sinistralidade em várias seguradoras. O aumento da sinistralidade em 2020 e 2021, especialmente em seguradoras como Bradesco, Mapfre e Tokio Marine, confirma a análise de CNseg (2020), que previu que a pandemia elevaria os custos de sinistros nos ramos de saúde suplementar e vida. Os resultados aqui obtidos reforçam esse entendimento e indicam que, apesar do controle exercido por algumas companhias, houve impacto significativo no indicador, confirmando o que Malacrida (2018) também já ressaltava, que esse índice reflete diretamente a pressão dos riscos sobre os prêmios, sendo esperado que crises elevem seus valores.

4.5 Índice combinado

Este é um dos índices mais importantes para seguradoras, pois combina a sinistralidade com as despesas administrativas, medindo a saúde financeira da operação de seguros. O ideal é que o valor seja inferior a 1,0, pois um valor superior a este indica que a seguradora está perdendo dinheiro com suas operações. Com base nos dados, foi montada a Tabela 7, que permite observar o comportamento do índice combinado das principais seguradoras em diferentes períodos, considerando os anos de 2019 a 2023.

Tabela 7 - Índice Combinado (2019 – 2023)

Empresa / Período	Pré-Pandemia	Pandemia		Final da Pandemia	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	1,81	1,92	25,57	61,86	141,00
SulAmérica	1,02	1,74	-	-	-
Porto Seguro	0,93	0,91	0,94	0,97	0,90
Banco do Brasil	-	-	-	-	-
Zurich-Santander	0,76	0,85	0,88	0,81	0,82
Tokio Marine	0,93	0,89	0,97	0,95	0,88
Mapfre	1,02	0,99	1,00	1,05	1,00
Caixa Seguridade	-	-	-	-	-
Allianz	1,03	0,95	1,17	1,14	0,95
HDI	1,00	1,02	1,09	1,09	0,93

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a maioria das seguradoras apresentava índices próximos à unidade, indicando equilíbrio operacional. Destacam-se Zurich-Santander (0,76) e Porto Seguro (0,93), que apresentaram maior eficiência técnica, enquanto Bradesco (1,81) já mostrava fragilidade relativa em comparação às demais.

Durante a pandemia (2020–2021), alguns indicadores revelaram oscilações significativas. Bradesco apresentou aumento abrupto do índice, de 1,92 em 2020 para 25,57 em 2021, evidenciando forte desequilíbrio operacional, possivelmente devido ao aumento de sinistros em saúde. Porto Seguro (0,91 e 0,94), Tokio Marine (0,89 e 0,97) e Zurich-Santander (0,85 e 0,88) mantiveram estabilidade relativa, mostrando resiliência frente ao cenário de crise. SulAmérica não apresentou dados em 2021, limitando a análise de continuidade.

Nas fase final da pandemia (2022–2023), observa-se tendência de elevação significativa em algumas seguradoras, especialmente Bradesco, que atingiu 61,86 em 2022 e disparou para 141,00 em 2023, consolidando forte desequilíbrio operacional. Allianz apresentou leve redução em 2023 (0,95) após 1,14 em 2022, enquanto Porto Seguro (0,97 e 0,90), Zurich-Santander (0,81 e 0,82), Tokio Marine (0,95 e 0,88), Mapfre (1,05 e 1,00) e HDI (1,09 e 0,93) mantiveram índices equilibrados ou em ligeira melhora, indicando controle operacional eficiente.

Devido à falta de valores nas contas de prêmios ganhos (nos últimos anos da SulAmérica e em todo período para a Caixa e Banco do Brasil) e sinistros ocorridos (para Caixa e Banco do Brasil), a ausência de dados de SulAmérica, Caixa Seguridade e Banco do Brasil limita a comparação completa entre as seguradoras, mas os valores observados nas demais empresas mostram que o impacto da pandemia foi desigual. Enquanto algumas seguradoras conseguiram manter ou melhorar o equilíbrio técnico, Bradesco apresentou uma deterioração extremamente acentuada, evidenciando maior exposição a riscos operacionais e à necessidade de ajustes estratégicos.

De forma geral, as oscilações do índice combinado, com destaque para o desequilíbrio apresentado pelo Bradesco, dialogam com o estudo de Avelar *et al.* (2020), que identificaram deterioração das margens operacionais de empresas brasileiras de capital aberto durante a pandemia. Já seguradoras que mantiveram resultados estáveis, como Porto Seguro e Zurich-Santander, confirmam a análise de Berwanger, Gomes e Braun (2022), que observaram que os

impactos da pandemia não comprometeram todos os setores uniformemente, variando conforme a estrutura e a gestão adotada por cada companhia.

4.6 Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)

O índice de rentabilidade mede a capacidade de a empresa gerar lucro em relação aos investimentos realizados, ou seja, o retorno do capital investido pelos acionistas. Um ROE em torno de 0,15 é considerado bom em muitos setores, pois indica que gerou um lucro de R\$ 0,15 para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido. Quanto maior o ROE, mais eficiente é a empresa em gerar lucro para seus acionistas.

Na Tabela 8, pode-se observar os índices de retorno sobre o patrimônio líquido das seguradoras no período de 2019 a 2023.

Tabela 8 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido (2019 – 2023)

Empresa / Período	Pré-Pandemia	Pandemia		Final da Pandemia	
	2019	2020	2021	2022	2023
Bradesco	0,31	0,27	0,22	0,34	0,44
SulAmérica	0,15	0,06	0,03	0,01	0,05
Porto Seguro	0,20	0,25	0,19	0,12	0,26
Banco do Brasil	1,27	0,60	0,54	0,80	0,81
Zurich-Santander	0,31	0,23	0,29	0,41	0,39
Tokio Marine	0,22	0,16	0,12	0,15	0,27
Mapfre	0,02	0,08	0,06	0,00	0,07
Caixa Seguridade	0,30	0,19	0,18	0,27	0,29
Allianz	0,27	-0,00	-0,09	-0,11	0,03
HDI	0,11	0,06	-0,07	-0,02	0,04

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período pré-pandemia (2019), a maioria das seguradoras apresentava retorno positivo sobre o patrimônio líquido, indicando capacidade de gerar lucros atrativos para os acionistas. Destacam-se Bradesco (0,31), Zurich-Santander (0,31) e Banco do Brasil (1,27) com os melhores resultados, enquanto Mapfre (0,02) e HDI (0,11) registraram ROE mais baixo, indicando menor rentabilidade.

Durante a pandemia (2020–2021), observa-se impacto negativo em diversos resultados. SulAmérica caiu de 0,15 em 2019 para 0,06 em 2020 e 0,03 em 2021, refletindo redução de lucros diante do aumento de sinistros. Allianz apresentou ROE negativo em 2021 (-0,09) após leve queda em 2020 (-0,00), enquanto HDI também registrou ROE negativo em 2021 (-0,07). Algumas seguradoras, como Porto Seguro (0,25 em 2020), mantiveram retorno positivo, mas com oscilações, evidenciando resiliência parcial.

Na fase final da pandemia (2022–2023), nota-se a recuperação gradual de alguns resultados. Bradesco aumentou seu ROE de 0,34 em 2022 para 0,44 em 2023, Zurich-Santander manteve desempenho elevado (0,41 em 2022 e 0,39 em 2023), enquanto Banco do Brasil estabilizou-se em 0,80 e 0,81. SulAmérica apresentou leve recuperação, atingindo 0,05 em 2023, embora ainda abaixo do patamar pré-pandemia. Porto Seguro recuperou parte da

rentabilidade em 2023 (0,26), e Tokio Marine aumentou de 0,15 para 0,27. Empresas que registraram ROE negativo em 2022, como Allianz (-0,11) e HDI (-0,02), obtiveram resultados positivos em 2023 (0,03 e 0,04), demonstrando recomposição gradual da rentabilidade. Mapfre apresentou leve aumento, atingindo 0,07.

De forma geral, a queda da rentabilidade em seguradoras como SulAmérica, Allianz e HDI, inclusive com resultados negativos em alguns anos, está alinhado com os achados de Avelar *et al.* (2020), que mostraram retração da rentabilidade em empresas brasileiras durante a pandemia em razão do aumento de custos e da volatilidade financeira. Entretanto, a recuperação observada em 2022 e 2023 em companhias como Bradesco e Porto Seguro evidencia que parte do setor conseguiu recompor sua lucratividade, ainda que em níveis inferiores ao período pré-pandemia.

4.7 Panorama geral de desempenho

A análise dos índices de liquidez, solvência, sinistralidade, índice combinado e ROE das seguradoras brasileiras no período de 2019 a 2023 revela um cenário de impactos variados da pandemia de covid-19 e diferentes níveis de resiliência entre as empresas.

O **Bradesco** demonstrou uma melhora significativa em sua liquidez corrente e geral, bem como um fortalecimento de sua solvência geral, indicando maior capacidade de cobrir obrigações de curto e longo prazo. Contudo, sua sinistralidade apresentou variações expressivas, incluindo valores negativos, devido à recuperação de sinistros, que permitiu reaver valores pagos anteriormente e, assim, reduzir o índice de sinistralidade. Seu índice combinado disparou, evidenciando um forte desequilíbrio operacional e maior exposição a riscos. Tal elevação resultou da significativa redução de prêmios ganhos, que, ao não ser acompanhada por diminuição proporcional de sinistros e despesas, comprometeu a eficiência operacional e ampliou a assimetria entre receitas e custos. Apesar disso, o ROE da empresa se recuperou na fase final da pandemia.

A **SulAmérica** se destacou pela ampliação de sua liquidez corrente e geral, mantendo-se como a seguradora com maior folga financeira no setor. Sua solvência geral também cresceu significativamente. Embora a sinistralidade e o índice combinado tenham aumentado durante a pandemia, a ausência de dados completos para os anos mais recentes limita uma análise aprofundada. O ROE da empresa caiu durante a pandemia e, apesar de uma leve recuperação, ainda não atingiu os níveis pré-pandemia.

A **Porto Seguro** demonstrou estabilidade em seus indicadores. Seus índices de liquidez (corrente e geral) e solvência geral, mantiveram-se em patamares equilibrados. A sinistralidade e o índice combinado permaneceram controlados e eficientes, com o índice combinado consistentemente abaixo de 1,0, indicando resiliência operacional. Seu ROE manteve-se positivo, com oscilações, e recuperou parte da rentabilidade na fase final da pandemia.

O **Banco do Brasil** apresentou uma recuperação significativa na liquidez corrente na fase final da pandemia. Sua solvência geral oscilou durante a pandemia, mas mostrou recuperação subsequente. No entanto, a ausência de dados para liquidez geral, sinistralidade e índice combinado impede uma avaliação completa. O ROE da empresa caiu durante a pandemia, mas estabilizou-se em níveis elevados na fase final da pandemia.

A **Zurich-Santander** exibiu grande consistência em todos os indicadores. Sua liquidez corrente e geral e sua solvência geral mantiveram-se estáveis e próximas aos níveis ideais. A sinistralidade foi a menor entre as empresas analisadas, refletindo uma gestão de riscos eficiente. O índice combinado e o ROE também se mantiveram em patamares saudáveis, demonstrando resiliência e desempenho elevado.

A **Tokio Marine** manteve seus níveis de liquidez e solvência estáveis durante os períodos analisados. Sua sinistralidade aumentou durante a pandemia, mas foi controlada na fase final da pandemia. O índice combinado permaneceu eficiente, indicando bom controle operacional. Seu ROE caiu durante a pandemia, mas se recuperou no período subsequente.

A **Mapfre** apresentou liquidez corrente em patamares mais conservadores, mas sua liquidez geral e solvência geral mantiveram-se estáveis. A sinistralidade aumentou durante a pandemia, mas foi reduzida na fase final. O índice combinado manteve-se equilibrado durante todo período, ainda que com índices em torno de 1,0. Durante os períodos analisados, seu ROE foi comparativamente mais baixo, mas mostrou um leve aumento na fase final da pandemia.

A **Caixa Seguridade** exibiu um comportamento atípico na liquidez corrente e solvência geral em 2021, com valores elevados devido ao seu modelo de negócio como holding, que posteriormente se normalizaram. Como a companhia não assume riscos técnicos de forma direta, seus indicadores se apresentam em níveis muito acima do padrão do setor. Isso mostra que a interpretação desses números deve considerar o caráter de holding de participações da empresa, que garante alta robustez financeira, mas em condições distintas das seguradoras tradicionais. A ausência de dados para liquidez geral, sinistralidade e índice combinado limitou a análise e a comparação entre as seguradoras. Seu ROE caiu durante a pandemia, mas se recuperou na fase final.

A **Allianz** manteve sua liquidez e solvência em níveis estáveis. Sua sinistralidade foi mais elevada e aumentou durante a pandemia, mas o índice combinado mostrou melhora no controle operacional na fase final. Apesar de seu ROE ter sido negativo durante a pandemia, a empresa obteve resultados positivos em 2023, indicando uma recomposição gradual da lucratividade.

A **HDI** manteve seus níveis de liquidez e solvência estáveis, com uma recuperação expressiva na solvência geral na fase final da pandemia. A sinistralidade foi mais elevada e aumentou durante a pandemia, mas o índice combinado mostrou melhora no controle operacional. O ROE da HDI também foi negativo durante a pandemia, mas obteve resultados positivos em 2023, demonstrando uma melhora progressiva da sua rentabilidade.

Em resumo, o setor segurador brasileiro demonstrou uma capacidade geral de absorver os choques da pandemia, embora com impactos desiguais. Empresas com maior capitalização e gestão de riscos eficiente, como SulAmérica, Porto Seguro e Zurich-Santander, mostraram maior resiliência. Por outro lado, algumas seguradoras, como Bradesco, enfrentaram desafios operacionais significativos, refletidos em seus índices combinados. A rentabilidade foi afetada em diversas empresas, mas a maioria conseguiu iniciar um processo de recuperação na fase final da pandemia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o reflexo da pandemia de covid-19 nos índices de solvência das seguradoras brasileiras entre 2019 e 2023. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa de caráter descritivo e comparativo, com base em dados secundários extraídos dos demonstrativos financeiros das seguradoras e tratados por meio de cálculos e representações em tabelas. Para tanto, foram utilizados indicadores de liquidez, solvência, sinistralidade, índice combinado e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), aplicados às dez maiores companhias do setor.

Abrangendo as fases pré-pandemia, pandemia e final da pandemia, os resultados do período analisado evidenciaram tanto resiliência quanto desafios para as seguradoras. De modo

geral, a maioria das companhias demonstrou resiliência financeira, mantendo ou aprimorando seus índices de liquidez e solvência, com destaque para SulAmérica e Bradesco. Mesmo aquelas com índices mais moderados, como Porto Seguro e Zurich-Santander, conseguiram manter a consistência operacional e financeira, honrando seus compromissos. Este fortalecimento, especialmente em empresas com maior disponibilidade de ativos líquidos, corrobora os apontamentos de Babuna *et al.* (2020) sobre a importância da liquidez como fator de resiliência em choques econômicos.

Contudo, a pandemia de covid-19 gerou impactos heterogêneos na sinistralidade e no índice combinado, que reflete a eficiência operacional. Enquanto algumas seguradoras, como Zurich-Santander, mantiveram um controle rigoroso sobre seus sinistros, outras, como Bradesco, Mapfre e Tokio Marine, experimentaram aumentos significativos, especialmente nos ramos de saúde e vida, o que está alinhado às previsões da CNseg (2020), que já antecipava o impacto nos custos de sinistros nesses segmentos. Embora algumas seguradoras tenham mantido a eficiência, como Porto Seguro e Zurich-Santander, que mantiveram seu índice combinado abaixo de 1,0, o desequilíbrio operacional observado em outras, como o Bradesco, dialoga com os achados de Avelar *et al.* (2020), que identificaram deterioração das margens operacionais em empresas brasileiras durante a pandemia.

Já a rentabilidade (ROE) foi um dos indicadores mais sensíveis aos efeitos da pandemia, com quedas significativas em diversas seguradoras, e algumas até registrando resultados negativos. No entanto, a fase final da pandemia (2022-2023) evidenciou uma recuperação gradual para a maioria das companhias, como Bradesco e Porto Seguro, embora nem todas tenham retornado aos patamares pré-crise. Isso sugere que o setor conseguiu recompor parte de sua lucratividade, um movimento que, embora não uniforme, reflete a capacidade de adaptação mencionada por Berwanger, Gomes e Braum (2022) ao analisarem outros setores.

Vale ressaltar que, casos como o da Caixa Seguridade, com picos atípicos em seus índices de liquidez e solvência, destacam a influência do modelo de negócio (holding de participações) na interpretação dos indicadores, e a ausência de dados completos para algumas seguradoras em certos indicadores (como Banco do Brasil e Caixa Seguridade em sinistralidade e índice combinado) representa uma limitação para uma análise comparativa exaustiva, mas não invalida as tendências observadas.

O estudo concluiu que, embora a maior parte das seguradoras tenha demonstrado resiliência e capacidade de adaptação, alguns resultados revelaram fragilidades que merecem atenção. Destacam-se o aumento da sinistralidade em determinadas companhias, a instabilidade no índice combinado e a queda do ROE, que evidenciam pressões operacionais e dificuldades na manutenção da rentabilidade durante a crise. Ainda assim, apesar de não imune aos efeitos da pandemia, o setor segurador brasileiro demonstrou resistência. Nesse contexto, este estudo reforça a importância da gestão de riscos e da supervisão prudencial para a sustentabilidade do setor, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de políticas que garantam a segurança econômica em cenários de incerteza.

5.1 Limitações da pesquisa

Embora os resultados obtidos permitam uma compreensão dos impactos da pandemia de covid-19 sobre a solvência das seguradoras brasileiras, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas.

Primeiramente, a amostra analisada foi composta apenas pelas dez maiores seguradoras em participação de mercado. Essa escolha garante representatividade, mas exclui empresas de menor porte, que poderiam apresentar comportamentos distintos, possivelmente mais

vulneráveis às oscilações financeiras causadas pela pandemia.

Outra limitação refere-se à disponibilidade e padronização dos dados. As análises foram baseadas em demonstrativos financeiros individuais anuais publicados pelas seguradoras, visto que os demonstrativos consolidados de 70% das seguradoras analisadas não foram encontrados. Além disso, alguns indicadores não puderam ser calculados para todas as seguradoras devido à ausência de variáveis específicas, como na sinistralidade, em que não havia informação detalhada sobre sinistros retidos em todos os relatórios financeiros. Isso reduziu a completude da análise e limitou a comparação entre companhias.

Por fim, cabe destacar que o período analisado (2019–2023) captura, de forma satisfatória, os efeitos imediatos da pandemia, mas não permite avaliar integralmente as repercussões de longo prazo, uma vez que a adaptação das seguradoras a choques econômicos e regulatórios pode se estender por vários anos após o evento crítico.

5.2 Sugestões para pesquisas futuras

Considerando as limitações apresentadas, algumas possibilidades de aprofundamento podem ser apontadas para trabalhos futuros.

Primeiramente, recomenda-se a ampliação da amostra para incluir seguradoras de médio e pequeno porte, de modo a verificar se os impactos da pandemia de covid-19 sobre a solvência foram homogêneos ou se empresas com menor participação de mercado apresentaram maior vulnerabilidade financeira.

Além disso, futuras pesquisas podem se beneficiar da comparação entre o setor segurador brasileiro e seguradoras de outros países, especialmente em mercados emergentes, a fim de verificar semelhanças e diferenças no comportamento do setor diante de crises globais. Por fim, destaca-se a importância de estudos de longo prazo, que acompanhem os indicadores de solvência e rentabilidade em períodos posteriores a 2023, para avaliar, de maneira mais ampla, os efeitos estruturais da pandemia e identificar se as medidas adotadas geraram resultados sustentáveis para a estabilidade financeira do setor.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. J. B. R.; SILVA, N. R; ALVES, P. G. C; COSTA, C. N. **Impactos Econômicos e Sociais da Covid-19 nas Empresas Estabelecidas em um Município do Estado da Paraíba**. Revista Controladoria e Gestão, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 790–806, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rcg/article/view/17554>. Acesso em: 15 out. 2024.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522478392. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/>. Acesso em: 26 set. 2024.

ANS. **Margem de Solvência: introdução à discussão**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/arquivos/acesso-a-informacao/participacao-da-sociedade/comites-e-comissoes/comissao-permanente-de-solvencia/material_de_apoio_introducao_margem_solvencia.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

AVELAR, E. A.; FERREIRA, P. O.; SILVA, B. N. E. R.; FERREIRA, C. O. EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE

EMPRESAS BRASILEIRAS. **Revista Gestão Organizacional**, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5724>. Acesso em: 15 out. 2024.

BABUNA, Pius *et al.* The impact of Covid-19 on the insurance industry. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 16, p. 5766, 2020.

BELEDELI, M. Seguros passam a incluir coronavírus em contratos. **Jornal do Comércio**, 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2020/04/733017-seguros-passam-a-incluir-coronavirus-em-contratos.html. Acesso em: 08 jun. 2023.

BERWANGER, J. K.; GOMES, A. M.; BRAUM, L. M. S. Impactos da Pandemia do COVID-19: Uma Análise da (IN)solvência das Empresas do Setor de Transporte. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 62727–62758, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n9-151. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52182>. Acesso em: 14 out. 2024.

BITTENCOURT, V. S.; TOBLER, R.; JUNIOR, A. C. Impacto da pandemia em empresas e consumidores – Parte 2. **FGV IBRE**, 2021. Disponível em: [https://blogdoibre.fgv.br/posts/impacto-da-pandemia-em-empresas-e-consumidores-parte-2#:~:text=Al%C3%A9m%20das%20dificuldades%20de%20demanda,33%2C2%25\)%2C%20principalmente%20nos](https://blogdoibre.fgv.br/posts/impacto-da-pandemia-em-empresas-e-consumidores-parte-2#:~:text=Al%C3%A9m%20das%20dificuldades%20de%20demanda,33%2C2%25)%2C%20principalmente%20nos). Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL, **Presidência da República**. Decreto n.º 73/1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0073.htm#:~:text=Del0073&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%2073%2C%20DE%2021%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20Sistema%20Nacional,dessegu%C3%A9ncias%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Art%20

201%C2%BA%20T%C3%B4das%20as%20opera%C3%A7%C3%B5es,disposi%C3%A7%C3%B5es%20do%20presente%20Decreto%2Dlei. Acesso em: 14 out. 2024.

CNseg. **As consequências da pandemia no mercado de seguros em debate**, 2020. Disponível em: <https://cnseg.org.br/noticias/as-consequencias-da-pandemia-no-mercado-de-seguros-em-debate.html>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CORNETT, Marcia M.; JR, Troy A A.; NOFSINGER, John. **Finanças**. Porto Alegre: AMGH, 2013. E-book. p.57. ISBN 9788580552157. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580552157/>. Acesso em: 17 out. 2024.

DELOITTE. **Impactos financeiros da Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/finance/Deloitte-Capital-de-Giro-Covid-19.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788502636552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552/>. Acesso em: 28 set. 2024.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de seguros**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia#:~:text=A%20estimativa%20de%20infectados%20e,adoecimento%20e%20morte%2C%20acesso%20a>. Acesso em: 08 jun. 2023.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 27 set. 2024.

GUERREIRO, Marcelo da Fonseca. **Seguros Privados: doutrina legislação e jurisprudência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

KAVESKI, I. D. S.; POLITELO, L.; KRESPI, N. T.; HEIN, N. **ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DAS EMPRESAS DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA**

BM&FBOVESPA. Revista Eletrônica de Administração, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unifacf.com.br/rea/article/view/1073/940>. Acesso em: 12 out. 2024.

LAGES, V. F. V. (2010). **Solvência II: Aplicação a uma companhia de seguros Não Vida** [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte.

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4467/1/master_vania_vieira_lages.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

LAKATOS, Eva M. Metodologia do Trabalho Científico. 9th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.123. ISBN 9788597026559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/>. Acesso em: 15 out. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. Metodologia científica. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 26 set. 2024.

LUCCAS FILHO, Olívio. Seguros: fundamentos, formação de preço, provisões e funções biométricas. São Paulo: Atlas, 2011.

MALACRIDA, M. J. C. Contabilidade de Seguros - Fundamentos e Contabilização das Operações. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016185. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016185/>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021264. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>. Acesso em: 22 set. 2024.

MARTINS, Eliseu. Análise Didática das Demonstrações Contábeis. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. E-book. ISBN 9788597025439. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>. Acesso em: 03 out. 2024.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto J.; DINIZ, Josedilton A. Análise Didática das Demonstrações Contábeis. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. ISBN 9786559776405. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776405/>. Acesso em: 03 out. 2024.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. ISBN 9788597009088. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 28 set. 2024.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, A. B. Análise financeira de empresas. Barueri: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9786555762143. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762143/>. Acesso em: 21 set. 2024.

MAYO, Herbert B. Finanças Básicas. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. p.138. ISBN 9788522109883. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522109883/>. Acesso em: 18 out. 2024.

MICHEL, Maria H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-970-0359-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>. Acesso em: 26 set. 2024.

NAVARRO, M. M. O impacto da pandemia nos contratos de seguro, 2020. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11682/O-impacto-da-pandemia-nos-contratos-de-seguro>. Acesso em: 09 jun. 2023.

NOBRE, F. C.; LIMA, E. M. C. ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DE EMPRESAS DO SEGMENTO

CALÇADISTA LISTADAS NO BM&F BOVESPA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1002/1285>. Acesso em: 12 out. 2024.

REIS, Arnaldo Carlos de R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise.** Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2009. E-book. ISBN 9788502109575. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109575/>. Acesso em: 03 out. 2024.

RODRIGUES; M. V.; ROCHA, B. M. G.; NETO, E. D. S.; SAMPAIO, R. P. H. **Estudo de Solvência**

Empresarial: Aplicação do Método de Análise Financeira ‘Termômetro de Kanitz’ em uma Empresa do Ramo Alimentício. In: XLI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Disponível em: https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_360_1860_42049.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

SALES, I. K. B.; MACÊDO, M. E. C. O Impacto da Pandemia da COVID-19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Psicologia**, 2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3193/5026>. Acesso em: 14 out. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 28 set. 2024.

SANDE, Sílvio. **Contabilidade Geral e Avançada**. Rio de Janeiro: Método, 2020. E-book. ISBN 9788530982300. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530982300/>. Acesso em: 03 out. 2024.

SAPORITO, Antonio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597012897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/>. Acesso em: 03 out. 2024.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522125784. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125784/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. **ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ, DURANTE E PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: IMPACTOS E REFLEXÕES**. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

SINCOR SP. **Ranking das Melhores Seguradoras**. Disponível em: https://www.sincor.org.br/wp-content/uploads/2024/05/ranking_das_seguradoras_2023.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa, 1ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788547214975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOUZA, Silney de. **Seguros: Contabilidade, atuária e auditoria**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SUSEP. **Regulação Prudencial**. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/informacoes-ao-mercado/solvencia-regulacao-prudencial-1>. Acesso em: 10 out. 2024.

SUSEP. Resolução CNSP nº 388/2020. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/23525>. Acesso em: 20 out. 2024.

SUSEP. Resolução CNSP nº 391/2020. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/23756>. Acesso em: 20 out. 2024.

SUSEP. Resolução CNSP nº 416/2021. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/25061>. Acesso em: 20 out. 2024.

SUSEP. Resolução CNSP nº 432/2021. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/25971>. Acesso em: 20 out. 2024.

SUSEP. **Solvência e Contabilidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/informacoes-ao-mercado/solvencia-supervisao-prudencial/monitoramento-prudencial/solvencia-e-contabilidade>. Acesso em: 10 out. 2024.

THE WORLD BANK. **Capítulo 1 - Os impactos econômicos da crise da Covid-19**, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis#:~:text=A%20crise%20gerou%20impactos%20dram%C3%A1ticos,os%20pa%C3%ADses%20e%20dentro%20deles>. Acesso em: 08 jun. 2023.

VACA-CARTAGENA, B.F., QUISHPE-NARVÁEZ, E., ULLOA, H. C., ESTÉVEZ-CHÁVEZ, J.

P. **Differences in medical education before, during, and in the post-peak period of the COVID-19 pandemic—exploring senior medical students’ attitudes**. *BMC Med Educ* 23, 506 (2023). Disponível em: <https://bmcmmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-023-04489-6#citeas>. Acesso em: 09 set. 2024.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. *E-book*. ISBN 9788502629857. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502629857/>. Acesso em: 28 set. 2024.

Contabilidade Gerencial e Sustentabilidade: Evidências sobre a Produção Científica Brasileira

Elen Jenifer Costa Fernandes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Maria Eduarda Soares Lima Chaves

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Iane Rodrigues de Carvalho

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Anderson de Almeida Barros

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente entre 2020 e 2024, a sustentabilidade consolidou-se como elemento essencial nas estratégias organizacionais. As transformações econômicas, ambientais e sociais desse período ampliaram a adoção de práticas corporativas responsáveis e transparentes, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e às diretrizes ESG (Environmental, Social and Governance). Nesse contexto, a contabilidade gerencial tem se destacado como aliada fundamental na gestão estratégica, fornecendo informações que possibilitam o equilíbrio entre desempenho econômico, responsabilidade social e preservação ambiental (Innocenti & Gasparetto, 2021; Frare, Colombo, & Beuren, 2022).

A contabilidade gerencial, ao incorporar a dimensão da sustentabilidade, amplia sua função tradicional de controle financeiro e passa a atuar como suporte à tomada de decisão e à accountability organizacional (Costa & Lucena, 2021; Soares, Lima, & Coelho, 2024). Pesquisas recentes evidenciam que práticas gerenciais sustentáveis fortalecem a transparência

e a competitividade empresarial (Mazzioni, Ascari, Rodolfo, & Dal Magro, 2023), permitindo que as organizações integrem o desempenho econômico às dimensões social e ambiental. Assim, compreender como as produções científicas brasileiras têm abordado essa interface é essencial para identificar avanços, lacunas e tendências da área.

Considerando o cenário apresentado, o artigo tem como pergunta de pesquisa: Quais são as principais publicações científicas brasileiras que relacionam a contabilidade gerencial às práticas de sustentabilidade entre os anos de 2020 e 2024? O objetivo geral é analisar a produção científica brasileira sobre contabilidade gerencial e sustentabilidade, identificando como a contabilidade gerencial tem sido aplicada para apoiar práticas sustentáveis em organizações públicas e privadas no período de 2020 a 2024. Neste sentido, o estudo utiliza artigos disponíveis nas bases de dados SPELL e SciELO, que reúnem publicações científicas relevantes e de acesso aberto no campo da contabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Gerencial: Fundamentos, evolução e instrumentos de apoio à gestão

A contabilidade gerencial é uma área da contabilidade voltada para o fornecimento de informações úteis ao processo decisório interno das organizações, visando orientar o planejamento estratégico, o controle de desempenho e a alocação de recursos. Segundo Atkinson et al. (2020), a contabilidade gerencial tem como objetivo auxiliar gestores na tomada de decisões fundamentadas, por meio da análise e interpretação de dados financeiros e não financeiros. Essa função analítica transforma a contabilidade em um instrumento de gestão, aproximando-a das decisões estratégicas que influenciam o futuro das organizações.

Historicamente, essa área evoluiu à medida que as organizações enfrentaram cenários competitivos mais complexos, passando de um enfoque apenas financeiro para um modelo que integra múltiplas dimensões de desempenho. Frezatti (2016) destaca que a contabilidade gerencial deixa de ser apenas um conjunto de relatórios operacionais para se tornar um sistema de suporte à estratégia, contribuindo para a construção de vantagem competitiva. Santos, Beuren, Theiss e Gomes (2021) complementam que a modernização dessa área está relacionada

à crescente necessidade de informações úteis para planejar e controlar atividades, tornando o contador um agente estratégico dentro das empresas.

Nesse contexto, as ferramentas gerenciais têm papel essencial. Entre as mais utilizadas, destacam-se o orçamento empresarial, o custeio por atividades (*Activity-Based Costing*), a análise de custos e margens de contribuição, o custeio-alvo (*target costing*) e o *Balanced Scorecard* (BSC). Kaplan e Norton (1992) afirmam que o BSC representa uma evolução no controle gerencial ao integrar indicadores financeiros e não financeiros, alinhando a estratégia organizacional com as ações operacionais por meio de quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. Essa visão multidimensional amplia o alcance da contabilidade gerencial, pois permite que as empresas monitorem resultados de forma sistêmica.

Com o avanço das tecnologias digitais, os sistemas de contabilidade gerencial tornaram-se ainda mais dinâmicos e integrados. Araújo e Cornacchione (2024) apontam que ferramentas de automação de relatórios possibilitam análises em tempo real, favorecendo a agilidade na tomada de decisões. Essa digitalização amplia a capacidade da contabilidade de gerar conhecimento estratégico, permitindo o cruzamento de dados financeiros e operacionais com indicadores de sustentabilidade, eficiência e inovação.

Segundo Fernandes, Câmara e Silva (2023), a contabilidade gerencial deve adaptar seus sistemas de controle conforme as particularidades de cada organização, considerando fatores contingenciais como estrutura, porte e ambiente de atuação. Essa flexibilidade garante que as informações contábeis sejam relevantes e alinhadas ao contexto operacional. A aplicação de métricas personalizadas contribui para o desenvolvimento de modelos de gestão que favorecem a transparência e a responsabilidade corporativa.

Além de orientar decisões, a contabilidade gerencial também é essencial para a inovação organizacional. Atkinson *et al.* (2020) argumentam que os controles gerenciais modernos devem estimular o aprendizado contínuo e o aperfeiçoamento de processos, deixando de ser instrumentos de fiscalização para se tornarem mecanismos de desenvolvimento. Essa perspectiva reforça o papel da contabilidade como promotora de mudanças e criadora de valor dentro das empresas.

De acordo com Atkinson *et al.* (2020), a contabilidade gerencial tem como essência a mensuração e a comunicação de informações que permitam aos gestores planejar, controlar e

avaliar o desempenho organizacional. A utilidade da informação depende de sua capacidade de transformar dados em suporte estratégico para decisões. Nesse mesmo sentido, Frezatti (2016) afirma que os sistemas de controle gerencial devem gerar conhecimento que oriente metas, acompanhe resultados e estimule o aprimoramento contínuo. Assim, o contador gerencial atua como mediador entre informações e decisões, contribuindo para processos mais eficientes, coerentes e alinhados à estratégia corporativa.

Portanto, a contabilidade gerencial desempenha papel fundamental na gestão moderna, sendo indispensável para o planejamento estratégico, a avaliação de desempenho e o suporte a decisões que orientam as organizações em direção à competitividade e à sustentabilidade no longo prazo. Sua capacidade de integrar métricas financeiras e não financeiras fortalece o papel da contabilidade como base para modelos de gestão mais responsáveis e adaptados às demandas econômicas e sociais contemporâneas.

2.2 Contabilidade Gerencial, Sustentabilidade e ESG

A sustentabilidade nas empresas é compreendida como a capacidade de realizar suas atividades de forma responsável sob os aspectos econômico, social e ambiental, garantindo a continuidade dos negócios sem comprometer as gerações futuras. O conceito foi popularizado por Elkington (1998), por meio do modelo *Triple Bottom Line* (TBL), que integra as dimensões do lucro, das pessoas e do planeta, propondo um equilíbrio entre rentabilidade, justiça social e preservação ambiental.

No cenário atual, caracterizado por crescentes exigências legais, sociais e de mercado, as práticas sustentáveis passaram a ser componentes centrais das estratégias corporativas. De acordo com Mazzioni *et al.* (2023), a adoção dos princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*) reflete a busca por transparência, ética e compromisso ambiental, ao mesmo tempo em que fortalece a reputação e o valor das organizações. Empresas que incorporam políticas de sustentabilidade em sua gestão tendem a apresentar melhor desempenho econômico e institucional, uma vez que a responsabilidade socioambiental é vista como fator de vantagem competitiva.

A contabilidade gerencial tem papel estratégico nesse contexto, pois fornece dados e indicadores que possibilitam mensurar e avaliar o desempenho sustentável das empresas. Costa

e Lucena (2021) destacam que companhias que integram métricas de sustentabilidade em seus sistemas gerenciais apresentam resultados mais consistentes, tanto financeiramente quanto em termos de imagem corporativa. Essa integração permite relacionar indicadores econômicos e não econômicos, possibilitando análises mais amplas sobre o impacto das operações organizacionais.

De acordo com Frare, Colombo e Beuren (2022), os sistemas de mensuração de desempenho e controle gerencial têm evoluído para incluir dimensões sociais e ambientais, refletindo a importância de alinhar os objetivos corporativos aos princípios da sustentabilidade. Ferramentas como o *Balanced Scorecard Sustentável* (BSC) e os relatórios integrados auxiliam os gestores na visualização de resultados a partir de uma perspectiva holística, que conecta as metas financeiras à responsabilidade socioambiental.

Além de mensurar impactos, o contador tem papel essencial na elaboração e validação das informações sustentáveis. Gray, Bebbington e Walters (2010) ressaltam que a contabilidade deve servir como instrumento de *accountability*, garantindo que os relatórios socioambientais sejam fidedignos, comparáveis e relevantes. Nesse sentido, o uso de padrões internacionais como as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e as práticas de relato integrado reforçam a credibilidade e a utilidade das informações divulgadas.

O papel do profissional contábil também se expande para a mediação entre a gestão empresarial e a sociedade. Segundo Soares, Lima e Coelho (2024), o contador contemporâneo atua como agente de transformação, assegurando que os relatórios sustentáveis sejam utilizados não apenas para prestação de contas, mas também como instrumentos educativos e de conscientização sobre o desenvolvimento sustentável. Essa atuação fortalece a confiança dos stakeholders e amplia o impacto social da contabilidade.

Assim, a integração entre contabilidade gerencial, sustentabilidade e ESG representa uma nova fronteira para a contabilidade moderna. Ao oferecer informações confiáveis e multidimensionais, a contabilidade contribui para decisões mais éticas, transparentes e voltadas ao equilíbrio entre o crescimento econômico e o bem-estar social e ambiental. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2024), o profissional contábil é peça-chave para validar, comunicar e fortalecer as práticas empresariais responsáveis, consolidando a sustentabilidade como eixo estratégico das organizações.

3. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Este estudo é classificado como uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, voltada à análise da produção científica nacional sobre a interface entre contabilidade gerencial e sustentabilidade no período de 2020 a 2024. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação de fenômenos complexos a partir de dados não numéricos, o que se mostra adequado a temas em consolidação teórica (Gil, 2019). Segundo o mesmo autor, a pesquisa descritiva busca caracterizar e compreender as propriedades de um fenômeno, enquanto a bibliográfica fornece a base conceitual necessária para sua análise, utilizando obras já publicadas em meios científicos reconhecidos.

A coleta de dados foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, metodologia apropriada para reunir, selecionar e interpretar estudos de um tema específico sob critérios de inclusão rigorosos, assegurando a transparência e a confiabilidade dos resultados (Galvão & Pereira, 2014). As bases de dados utilizadas foram SPELL (Scientific Periodicals Electronic Library) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), escolhidas por concentrarem publicações acadêmicas relevantes na área contábil e de gestão no Brasil.

As buscas foram realizadas entre setembro e outubro de 2024, empregando os seguintes descritores e palavras-chave: “contabilidade gerencial”, “sustentabilidade”, “ESG”, “gestão estratégica”, “Triple Bottom Line”, “relato integrado” e “custos ambientais”. Foram incluídos artigos revisados por pares, publicados entre janeiro de 2020 e dezembro de 2024, em língua portuguesa, disponíveis integralmente e relacionados diretamente à interface entre contabilidade gerencial e sustentabilidade. Foram excluídos trabalhos que não tratavam da temática central, bem como teses, dissertações, relatórios técnicos e resumos de eventos.

Após a seleção, procedeu-se à leitura integral dos textos, seguida pela extração sistemática das informações principais, como autores, ano de publicação, periódico, objetivos, metodologia e principais resultados. A análise do conteúdo dos artigos foi realizada por meio da análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011), que consiste em identificar, categorizar e interpretar temas recorrentes em um corpus textual, de modo a evidenciar padrões e lacunas de pesquisa.

As publicações foram agrupadas em quatro categorias teóricas: (1) contabilidade gerencial; (2) sustentabilidade corporativa; (3) práticas ESG; e (4) sistemas de controle e

mensuração de desempenho. Essa categorização permitiu identificar convergências entre as abordagens teóricas, bem como a evolução das discussões sobre o papel estratégico da contabilidade gerencial no apoio à sustentabilidade.

Os resultados obtidos foram organizados em quadros e tabelas, contendo dados sobre autoria, ano, metodologia, temas abordados e principais conclusões. Essa estruturação favoreceu a comparação entre os estudos e a identificação de tendências, lacunas e autores recorrentes na literatura brasileira. Assim, a metodologia utilizada mostrou-se adequada para responder à questão central desta pesquisa e contribuiu para a análise crítica e integrada do estado atual da produção acadêmica sobre o tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 – Quantitativo de artigos conforme área de atuação em Contabilidade

Área Temática	Quantidade de Artigos
Contabilidade Gerencial	3
Sustentabilidade, ESG e Governança	4
Sistemas de Controle Gerencial e Mensuração de Desempenho	3
Sustentabilidade e Vantagem Competitiva (VBR)	1
Transformação Digital aplicada à Contabilidade Gerencial	1
Total Geral	12

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

O quadro 1 evidencia a distribuição dos artigos conforme suas áreas temáticas, revelando um panorama diversificado da produção científica entre 2020 e 2024. Observa-se

que as áreas de Contabilidade Gerencial e Sistemas de Controle Gerencial e Mensuração de Desempenho, ambas com 3 artigos, continuam ocupando posição central na pesquisa contábil brasileira, refletindo sua importância histórica para o desenvolvimento de modelos de gestão e suporte ao processo decisório.

Além dos temas já consolidados, o quadro também evidencia áreas emergentes, como Sustentabilidade e Vantagem Competitiva sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (VBR) e Transformação Digital aplicada à Contabilidade Gerencial, cada uma representada por 1 artigo. A pesquisa de Almada, Borges e Ferreira (2022) ressalta que a adoção de práticas sustentáveis, quando associada à VBR, pode gerar vantagem competitiva ao transformar aspectos ambientais em indicadores de desempenho econômico e operacional. Essas categorias apontam para novas frentes de investigação voltadas à inovação, à competitividade e à integração tecnológica nos processos contábeis.

A categoria com maior número de publicações é a de Sustentabilidade, ESG e Governança, que reúne 4 artigos. Esse destaque evidencia o fortalecimento das discussões sobre responsabilidade socioambiental, transparência e governança corporativa no campo contábil. Esse destaque acompanha o avanço das regulamentações nacionais e internacionais relacionadas às práticas de ESG e à necessidade de relatórios mais completos e fidedignos.

De forma geral, a distribuição temática apresentada no quadro evidencia o caráter interdisciplinar e dinâmico da contabilidade contemporânea, que vem ampliando seu escopo para dialogar com áreas como governança, estratégia, sustentabilidade e transformação digital. Essa diversidade indica que a contabilidade gerencial, antes concentrada sobretudo no controle financeiro e no custeio, passou a incorporar dimensões sociais, ambientais e éticas em seus modelos de mensuração e controle, refletindo a própria evolução da área e a diversidade temática dos artigos classificados neste quadro.

Quadro 2 – Descrição dos artigos analisados

Títulos	Autorias	Revistas	Fontes
As estratégias da visão baseada em recursos naturais são lucrativas? Um estudo longitudinal do Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasileiro	Almada, L., Borges, R. S. G., & Ferreira, B. P.	<i>Revista Brasileira de Gestão de Negócios</i>	v.24, n. 3, p. 533–555, 2022.

Reflexões sobre o uso de inteligência artificial na contabilidade gerencial: oportunidades, desafios e riscos	Araújo, M. H. de, & Cornacchione, E.	<i>Revista de Contabilidade e Organizações</i>	v.18, e231688, 2024.
Contabilidade gerencial	Atkinson, A. A., Kaplan, R. S., Matsumura, E. M., & Young, S. M.	<i>Atlas (Livro de referência)</i>	4. ed., São Paulo: Atlas, 2020.
Sustentabilidade: um assunto da contabilidade	Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	<i>Revista Brasileira de Contabilidade</i>	n.269, Edição Especial, 2024.
Princípios globais de contabilidade gerencial: A relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras	Costa, I. L. S., & Lucena, W. G. L.	<i>Revista Brasileira de Gestão de Negócios</i>	v.22, n.1, p.1-16, 2021.
Análise de fatores contingenciais e sistemas de controles gerenciais associados às práticas de gestão sustentáveis	Fernandes, J. F., Câmara, R. P., & Silva, M. G.	<i>Revista Ambiente Contábil</i>	v.15, n.2, p.244–263, 2023.
Sistema de mensuração de desempenho, satisfação ambiental e engajamento no trabalho verde	Frare, A. B., Colombo, V. L. B., & Beuren, I. M.	<i>Revista Contabilidade & Finanças</i>	v.33, n.90, e1503, 2022.
Práticas de contabilidade gerencial no terceiro setor: O desafio da gestão eficiente	Innocenti, R., & Gasparetto, V.	<i>Administração Pública e Gestão Social</i>	v.13, n.3, p.1–14, 2021.
Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e no valor de mercado	Mazzioni, S., Ascari, C., Rodolfo, N. M., & Dal Magro, C. B.	<i>Revista Gestão Organizacional</i>	v.16, n.3, p.59–77, 2023.
Práticas ESG em construtoras de capital aberto	Monteiro, C. C. R. G., Rodrigues, F. U. F., & Picchi, F. A.	<i>Revista de Gestão Social e Ambiental</i>	v.18, n.3, p.1–22, 2024.

Influência do desenho dos sistemas de controle gerencial no desempenho de tarefas mediado pela aprendizagem organizacional.	Santos, V., Beuren, I. M., Theiss, V., & Gomes, T.	<i>Contabilidade Vista & Revista</i>	v.32, n.1, 0p.132–159, 2021.
Rumo a uma contabilidade comprometida com a sustentabilidade: Uma abordagem comportamental.	Soares, E. C., Lima, N. C., & Coelho, A. F. M.	<i>Revista Contabilidade & Finanças</i>	v.35, n.95, e2019, 2024.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

As publicações analisadas demonstram que a contabilidade gerencial, antes focada em controle financeiro e custeio, passou a incorporar dimensões sociais, ambientais e éticas em seus modelos de mensuração e controle (Costa & Lucena, 2021; Frare, Colombo & Beuren, 2022).

Os resultados indicam que o uso de instrumentos gerenciais sustentáveis, como o Balanced Scorecard Sustentável e os relatórios integrados, tem contribuído para maior transparência e alinhamento estratégico nas empresas. Mazzioni et al. (2023) constataram que organizações que integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sua contabilidade gerencial tendem a obter melhor desempenho financeiro e reputacional.

Monteiro, Rodrigues e Picchi (2024) também observaram que empresas do setor da construção civil que aplicam práticas de ESG e utilizam relatórios baseados na Global Reporting Initiative (GRI) alcançam níveis mais elevados de transparência, além de atraírem investimentos sustentáveis.

Ademais, os estudos evidenciam que o profissional contábil tem assumido um papel cada vez mais ativo na gestão sustentável. Soares, Lima e Coelho (2024) argumentam que o contador atua como mediador entre empresa e stakeholders, traduzindo indicadores socioambientais em informações úteis à governança corporativa, em consonância com a noção de accountability defendida por Gray, Bebbington e Walters (2010).

O Quadro 02 apresenta 12 artigos publicados entre 2020 e 2024, evidenciando a diversidade temática da produção científica que relaciona contabilidade gerencial, sustentabilidade e gestão organizacional. A maior concentração de estudos ocorre em 2021, 2022 e 2024, refletindo o

aumento do interesse por práticas sustentáveis e pela integração entre desempenho econômico, social e ambiental.

Entre os temas identificados, destacam-se as pesquisas sobre Sustentabilidade, ESG e Governança, que representam 4 dos 12 artigos, confirmando o avanço das discussões sobre transparência, responsabilidade corporativa e relatórios socioambientais. Em seguida, aparecem as áreas de Contabilidade Gerencial e Sistemas de Controle Gerencial e Mensuração de Desempenho, com 3 artigos cada, evidenciando a relevância desses campos para o suporte ao processo decisório e para o desenvolvimento de métricas que integram sustentabilidade e desempenho organizacional.

Os temas emergentes tem representatividade com apenas 1 artigo de cada: Vantagem Competitiva Sustentável sob a perspectiva da VBR e Transformação Digital aplicada à Contabilidade Gerencial, mas estão presentes. Esses estudos sinalizam tendências recentes relacionadas à inovação, tecnologia e uso estratégico de recursos sustentáveis.

De forma geral, o conjunto de artigos demonstra que a literatura brasileira tem ampliado seu foco para temas que conectam contabilidade, governança, sustentabilidade e tecnologia. A análise evidencia tanto o fortalecimento das pesquisas sobre ESG quanto a diversificação teórica do campo, indicando que a contabilidade assume papel cada vez mais estratégico no apoio à gestão responsável e transparente.

Quadro 3 - Quantitativo de artigos por revistas

REVISTAS	QUALIS	2020	2021	2022	2023	2024
Contabilidade Vista & Revista	A3		1			
Revista de Gestão Social e Ambiental	A3					1
Revista Ambiente Contábil	A4				1	
Revista Gestão Organizacional	B1				1	
Administração Pública e Gestão Social	A3		1			

Revista Contabilidade & Finanças	A2			1		1
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	A2		1	1		
Revista Brasileira de Contabilidade	B2					1
Revista de Contabilidade e Organizações	A3					1
Atlas	B4	1				
TOTAL		1	3	2	2	4

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Quantitativos individualizados por revista e classificação do Qualis/CAPES 2017-2020.

O Quadro 03 apresenta a distribuição dos 12 artigos analisados de acordo com os periódicos em que foram publicados, seus respectivos estratos Qualis/CAPES e o ano de publicação. A leitura dos dados evidencia uma dispersão equilibrada entre diferentes revistas científicas, mostrando que o tema tem sido discutido em veículos de distintas áreas da contabilidade e gestão.

Quanto à classificação Qualis, observa-se a presença significativa de periódicos bem avaliados, especialmente nos estratos A2 e A3, que concentram parte relevante das publicações. Destacam-se periódicos como a Revista Contabilidade & Finanças (A2) e a Revista Brasileira de Gestão de Negócios (A2), além de revistas classificadas como A3, entre elas Contabilidade Vista & Revista, Administração Pública e Gestão Social e Revista de Contabilidade e Organizações. Essa distribuição evidencia o elevado rigor científico e a relevância acadêmica dos estudos analisados.

No que se refere ao recorte temporal, nota-se uma variação no volume de publicações entre 2020 e 2024, com maior concentração nos anos de 2021 e 2024, que somam três e quatro artigos, respectivamente. Esse crescimento sugere um aumento do interesse científico pelo tema, especialmente a partir de 2023, impulsionado pela ampliação dos debates sobre práticas ESG, sustentabilidade corporativa e o papel da contabilidade gerencial na responsabilidade socioambiental das organizações.

Outro aspecto relevante é a diversidade de periódicos, uma vez que não há concentração expressiva em uma única revista. Isso reforça o caráter interdisciplinar da temática, que transita entre áreas como contabilidade, finanças, gestão e sustentabilidade. A presença de estudos em periódicos como Revista Ambiente Contábil, Revista Gestão Organizacional e Revista de Gestão Social e Ambiental evidencia essa amplitude.

De forma geral, o Quadro 03 confirma que a produção científica sobre contabilidade gerencial e sustentabilidade tem se consolidado em periódicos de boa qualificação, com predominância dos estratos A2 e A3, distribuindo-se ao longo de diferentes áreas correlatas. Esse cenário aponta para o fortalecimento do campo e para o reconhecimento crescente da contabilidade gerencial como instrumento essencial na integração entre desempenho financeiro, sustentabilidade e governança corporativa. No quadro 4 são apresentadas as principais contribuições de cada artigo que compôs

Quadro 4 - Principais contribuições de cada artigo

Título do estudo	Autores (ano)	Principais contribuições para o TCC
As Estratégias da Visão Baseada em Recursos Naturais são lucrativas? Um Estudo Longitudinal do Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasileiro	Almada <i>et al.</i> (2022)	Comprova que as estratégias da NRBV – prevenção da poluição, gestão de produtos e desenvolvimento sustentável – podem impactar positivamente o valor de mercado das empresas. Fundamenta que a sustentabilidade pode gerar vantagem competitiva, ao transformar aspectos ambientais em indicadores de desempenho econômico, alinhando-se ao conceito de Triple Bottom Line. Também evidencia que algumas ações ambientais geram trade-off financeiro, reforçando a necessidade de planejamento estratégico.
Práticas de Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor: O Desafio da Gestão Eficiente	Innocenti e Gasparetto (2021)	Demonstra que práticas de contabilidade gerencial (orçamento, fluxo de caixa, análise de custos e planejamento estratégico) contribuem diretamente para a eficiência organizacional e sustentabilidade financeira, inclusive em instituições sem fins lucrativos. Reforça o papel das informações contábeis na tomada de decisão e no cumprimento da missão organizacional.
Sustentabilidade: um assunto da contabilidade (Edição Especial, Revista Brasileira de Contabilidade, n. 269)	CFC, Dantas Jr. (2024) e Murcia (2024)	Evidencia o papel estratégico da Contabilidade na sustentabilidade e no combate ao greenwashing. Introduz as normas IFRS S1 e S2 emitidas pelo ISSB e sua adoção no Brasil (CVM/CFC), fortalecendo a importância da mensuração, evidenciação e transparência de riscos e oportunidades socioambientais. Contribui diretamente para o embasamento normativo do seu TCC.

Rumo a uma contabilidade comprometida com a sustentabilidade: uma abordagem comportamental	Soares <i>et al.</i> (2024)	Aponta que a transformação das práticas contábeis tradicionais, aliada à Teoria do Comportamento Planejado, favorece decisões mais sustentáveis nas organizações. Destaca a importância da contabilidade orientada ao longo prazo, da mudança comportamental e do alinhamento entre informações contábeis e metas ESG. Contribui para a base teórica do seu trabalho.
Sistema de mensuração de desempenho, satisfação ambiental e engajamento no trabalho verde	Frare <i>et al.</i> (2022)	Demonstra que o uso do PMS (diagnóstico e interativo) aumenta a satisfação ambiental e o engajamento em práticas sustentáveis dos funcionários. Reforça que sistemas de controle gerencial podem estimular o comportamento ambiental positivo, relacionando mensuração de desempenho e sustentabilidade organizacional.
Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e valor de mercado	Mazzioni <i>et al.</i> (2023)	Evidencia que empresas com melhor desempenho em ESG e alinhamento aos ODS apresentam maior reputação corporativa e maior valor de mercado. Fundamenta a relação entre práticas sustentáveis, mitigação de riscos, atração de investidores e fortalecimento da imagem corporativa, alinhando-se ao capitalismo de stakeholders.
Contabilidade Gerencial	Atkinson <i>et al.</i> (2020)	Fornece a base conceitual e técnica da contabilidade gerencial, abordando planejamento, controle, análise de desempenho e apoio à tomada de decisão. Fundamenta teoricamente o uso de instrumentos gerenciais utilizados no TCC, como sistemas de controle, mensuração de desempenho e análise estratégica aplicada à sustentabilidade e às práticas de ESG.
Reflexões sobre o uso de inteligência artificial na contabilidade gerencial: oportunidades, desafios e riscos	Araujo e Cornacchione (2024)	Mostra que a inteligência artificial transforma a contabilidade gerencial ao aumentar a eficiência, melhorar análises e apoiar decisões. Ressalta que o contador precisa desenvolver novas competências e atuar de forma mais estratégica, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios como ética, privacidade e vieses algorítmicos. Destaca ainda que a combinação entre capacidades humanas e tecnológicas (inteligência colaborativa) é essencial para o uso responsável e eficaz da IA.
Análise de fatores contingenciais e sistemas de controles gerenciais associados às práticas de gestão sustentáveis	Fernandes <i>et al.</i> (2020)	Evidencia que fatores contingenciais, como tecnologia, relações externas e cultura organizacional, influenciam diretamente a adoção de práticas sustentáveis e o funcionamento dos sistemas de controle gerencial. A pesquisa também mostra que gestores experientes fortalecem esses sistemas e que o uso de controles interativos favorece a inovação, enquanto os controles diagnósticos contribuem para o monitoramento e para o alcance de metas. Conclui-se que o desempenho e a sustentabilidade de uma organização dependem tanto de condições externas quanto de sua estrutura interna.

Influência do desenho dos sistemas de controle gerencial no desempenho de tarefas mediado pela aprendizagem organizacional	Santos <i>et al.</i> (2021)	Demonstra que sistemas de controle gerencial bem estruturados, com informações amplas, tempestivas e integradas, melhoram o desempenho dos gestores. O estudo também revela que a aprendizagem organizacional desempenha um papel essencial ao mediar essa relação, possibilitando melhor interpretação das informações e tomada de decisão. A principal contribuição consiste em integrar sistemas de controle, aprendizagem e desempenho, preenchendo lacunas existentes na literatura.
Práticas ESG em construtoras de capital aberto	Monteiro <i>et al.</i> (2024)	Identifica que empresas do setor da construção apresentam iniciativas ambientais, sociais e de governança em diferentes níveis de maturidade, destacando que a ampla divulgação de informações ESG aumenta a transparência, orienta investidores e serve de referência para outras empresas em estágio inicial de adoção de práticas sustentáveis.
Princípios globais de contabilidade gerencial: a relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras	Costa e Lucena (2021)	Evidencia que a adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial contribui para o desempenho de mercado das empresas, reforçando a contabilidade gerencial como uma rotina organizacional estratégica capaz de gerar valor e apoiar a tomada de decisão.

5 Considerações Finais

Os estudos analisados reforçam que práticas sustentáveis, quando bem estruturadas, podem gerar vantagem competitiva, melhorar o valor de mercado e fortalecer a reputação corporativa das organizações. Pesquisas como as de Almada *et al.* (2022) e Mazzioni *et al.* (2023) demonstram que estratégias ambientais e desempenho em ESG impactam positivamente a percepção dos stakeholders e os resultados financeiros.

No campo da contabilidade gerencial, autores como Atkinson *et al.* (2020), Santos *et al.* (2021) e Fernandes *et al.* (2020) evidenciam que sistemas de controle bem desenhados, aliados a processos de aprendizagem organizacional e fatores contingenciais favoráveis, contribuem para melhor desempenho, inovação e apoio à tomada de decisão. Além disso, Frare *et al.* (2022) mostram que mecanismos de mensuração de desempenho podem estimular o engajamento dos colaboradores em práticas sustentáveis.

As publicações do CFC (2024) reforçam a importância das normas internacionais de sustentabilidade (IFRS S1 e S2) e da transparência, enquanto Soares *et al.* (2024) destacam a influência de aspectos comportamentais na adoção de práticas contábeis sustentáveis. Obras

contemporâneas, como Araújo e Cornacchione (2024) e Monteiro *et al.* (2024), ampliam essa discussão ao abordar o impacto da inteligência artificial e o estágio de maturidade das práticas ESG em setores específicos. Em conjunto, os artigos oferecem uma base sólida que conecta sustentabilidade, contabilidade gerencial e desempenho organizacional.

REFERÊNCIAS

Almada, L., Borges, R. S. G., & Ferreira, B. P. (2022). As estratégias da visão baseada em recursos naturais são lucrativas? Um estudo longitudinal do Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasileiro. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(3), 533–555.

Araújo, M. H. de, & Cornacchione, E. (2024). Reflexões sobre o uso de inteligência artificial na contabilidade gerencial: oportunidades, desafios e riscos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 18, e231688.

Atkinson, A. A., Kaplan, R. S., Matsumura, E. M., & Young, S. M. (2020). *Contabilidade gerencial* (4ª ed.). Atlas.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Conselho Federal de Contabilidade. (2024). *Sustentabilidade: um assunto da contabilidade* (Edição Especial, Revista Brasileira de Contabilidade, n. 269). CFC.

Costa, I. L. S., & Lucena, W. G. L. (2021). Princípios globais de contabilidade gerencial: A relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(1), 1–16.

Dantas Júnior, J. A. (2024). Contabilidade e sustentabilidade: desafios e perspectivas no contexto das IFRS S1 e S2. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (269), Edição Especial.

Elkington, J. (1998). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Capstone.

Fernandes, J. F., Câmara, R. P., & Silva, M. G. (2023). Análise de fatores contingenciais e sistemas de controles gerenciais associados às práticas de gestão sustentáveis. *Revista Ambiente Contábil*, 15(2), 244–263.

Frare, A. B., Colombo, V. L. B., & Beuren, I. M. (2022). Sistema de mensuração de desempenho, satisfação ambiental e engajamento no trabalho verde. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(90), e1503.

Frezatti, F. (2016). *Contabilidade gerencial: Uma abordagem para gestão empresarial* (7ª ed.). Atlas.

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Gray, R., Bebbington, J., & Walters, D. (2010). *Accounting for the environment*. Sage.

Innocenti, R., & Gasparetto, V. (2021). Práticas de contabilidade gerencial no terceiro setor: O desafio da gestão eficiente. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(3), 1–14.

International Sustainability Standards Board. (2023). *IFRS S1: General requirements for disclosure of sustainability-related financial information*. IFRS Foundation.

International Sustainability Standards Board. (2023). *IFRS S2: Climate-related disclosures*. IFRS Foundation.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1992). The Balanced Scorecard: Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 70(1), 71–79.

Mazzioni, S., Ascari, C., Rodolfo, N. M., & Dal Magro, C. B. (2023). Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e no valor de mercado. *Revista Gestão Organizacional*, 16(3), 59–77.

Monteiro, C. C. R. G., Rodrigues, F. U. F., & Picchi, F. A. (2024). Práticas ESG em construtoras de capital aberto. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 18(3), 1–22.

Murcia, F. D.-R. (2024). Evidenciação socioambiental, accountability e combate ao greenwashing. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (269), Edição Especial.

Santos, V., Beuren, I. M., Theiss, V., & Gomes, T. (2021). Influência do desenho dos sistemas de controle gerencial no desempenho de tarefas mediado pela aprendizagem organizacional. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 132–159.

Soares, E. C., Lima, N. C., & Coelho, A. F. M. (2024). Rumo a uma contabilidade comprometida com a sustentabilidade: Uma abordagem comportamental. *Revista Contabilidade & Finanças*, 35(95), e2019.

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. <https://sdgs.un.org/2030agenda>



EDITORA EDFIKA

WWW.EDITORAEDFIKA.COM.BR

82 9 9376 2377

***Praça Menino Jesus, 85. Santa Esmeralda
Arapiraca-Alagoas
57312-080***

Este livro se apresenta como uma contribuição relevante ao debate acadêmico, oferecendo ao leitor um conjunto de estudos que estimulam a reflexão, o aprofundamento teórico e a aplicação prática do conhecimento contábil. Que a leitura dos capítulos aqui reunidos inspire novas pesquisas, fomente discussões qualificadas e fortaleça o papel da Contabilidade como ciência essencial ao desenvolvimento institucional e social.

ISBN 978-65-85231-67-1



EDITORA EDIFIKA

